

O público e o privado

Revista do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Estadual do Ceará

**Formas de violência urbana
e controle social**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor: Hildebrando dos Santos Soares

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: Maria Lúcia Duarte Pereira

Diretora do Centro de Humanidades: Adriana Maria Duarte Barros

Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados: José Joaquim Neto Cisne

REVISTA O PÚBLICO E O PRIVADO

Editores: Maria Glaucíria Mota Brasil, Geovani Jacó de Freitas e Marcílio Dantas Brandão

Conselho editorial:

Abdelhafid Hammouche, Université Lille 1

Adalberto Moreira Cardoso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Antonio Albino Canelas Rubim, Universidade Federal da Bahia

Daniel Cefai, École des Hautes Etudes em Sciences Sociales

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Universidade Federal do Ceará

Elísio Estanque, Universidade de Coimbra

Francilene dos Santos Rodrigues, Universidade Federal de Roraima

Irllys Barreira, Universidade Federal do Ceará

Isabel Lustosa da Costa, Fundação Casa de Rui Barbosa

Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará

José Alfredo Zavaleta Betancourt, Universidad Veracruzana, México

José Jorge Pessanha Santiago, Université Lumière Lyon 2

José Machado Pais, Universidade de Lisboa

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Mauricio Castro Domingues da Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Leticia Maria Schabbach, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lila Cristina Xavier Luz, Universidade Federal do Piauí

Líliá Maia de Moraes Sales, Universidade de Fortaleza

Luiz Jorge Wernek Viana, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Manoel Domingos Neto, Universidade Federal do Ceará

Marcelo Parreira do Amaral, Universidade de Münster, Alemanha

Marcos Luiz Bretas, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Alejandra Otamendi, Universidade de Buenos Aires

Maria Alice Rezende de Carvalho, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Maria José Aquino Teisserenc, Universidade Federal do Pará

Maria Ozanira Silva e Silva, Universidade Federal do Maranhão

Maria Stela Grossi Porto, Universidade de Brasília

Mariano Fernandez Enguita, Universidad Complutense de Madrid

Miguel Alberto Bartolome, Instituto Nacional de Antropología e História do México

Milena Fernandes Barroso, Universidade Federal do Amazonas

Paulo Filipe Monteiro, Universidade Nova de Lisboa

Pedro Demo, Universidade de Brasília

Perla Orquídea Fragoso Lugo, Ciesas Peninsular, Ycatan-México

Conselho editorial (cont.):

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Ronald Chilcote, University of California

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Susana Durão, Universidade Estadual de Campinas

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Marco Antonio Vasconcelos

O periódico **O Público e o Privado** é uma publicação acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), de periodicidade quadrimestral (a partir de 2020). Destina-se a publicar e divulgar trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros com relevância e inserção na produção de conhecimentos teóricos e empíricos na área das ciências humanas e sociais.

O periódico tem como objetivo promover a produção e a socialização do conhecimento acadêmico por meio da publicação de artigos temáticos, artigos de fluxo contínuo, entrevistas, traduções, relatórios de pesquisas e resenhas. Além disso, busca incentivar a criação, manutenção e ampliação de redes entre pesquisadores de Universidades nacionais e internacionais.

Endereço para correspondência

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi

CEP: 60.740-903

Fortaleza, Ceará, Brasil

Telefone/Fax: (85) 3101.9887

E-mail: ppgs@uece.br

Site: <http://www.uece.br/ppgsociologia/>

Submissão de trabalhos

A submissão de trabalhos deve ser feita por meio do endereço eletrônico

<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado>

Publicação indexada em:

Portal de periódicos da UECE – <https://revistas.uece.br>

Latindex – www.latindex.unam.mx

Sumários de Revistas Brasileiras – www.sumarios.org

Portal de Periódicos da CAPES – www.periodicos.capes.gov.br

FICHA CATALOGRÁFICA

O público e o privado. Fortaleza: UECE, 2003. Semestral (quadrimestral a partir de 2020).

Conteúdo: ano 19, n.39, Maio/Ago, 2021.

1. Humanidades e Ciências Sociais

E-ISSN 2238-5169

CDD 320.000

Sumário

EDITORIAL	7
APRESENTAÇÃO / PRESENTATION	11
NÚMERO TEMÁTICO FORMAS DE VIOLÊNCIA URBANA E CONTROLE SOCIAL / THEMATIC NUMBER FORMS OF URBAN VIOLENCE AND SOCIAL CONTROL	
A favela, o mundo e o asfalto: as estratégias de um dono de botequim durante a política de pacificação de favelas no Rio de Janeiro	23
<i>“Favela”, world and “asfalt”: the strategies of a bar owner during the pacification policy in Rio de Janeiro</i>	
Ramón Chaves Gomes	
“Pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”: reconfigurações entre performances políticas em favelas “pacificadas”	59
<i>“Ask for help”, “put pressure” and “stay alert”: reconfigurations among political performances in “pacified” favelas</i>	
Apoena Mano, Palloma Menezes	
As janelas do condomínio trazem proteção ou dúvida se está dentro de uma prisão: o caso de uma PPP habitacional na Cracolândia em São Paulo	85
<i>The windows from the condominium bring protection or question if you are inside a prison: the case of a housing PPP of Cracolândia in São Paulo</i>	
Ingrid Cristine Rodrigues Nascimento, Stella Maris Nunes Pieve	
El oficio de la sospecha: un acercamiento a las intervenciones policiales que involucran a jóvenes pobres en Montevideo	115
<i>The job of suspicion: an approach to police interventions involving poor youth in Montevideo</i>	
Nilia Viscardi, Juan Manuel Gutiérrez	
Os limites das audiências de custódia: reflexões sobre encarceramento, política criminal e gestão política do judiciário	145
<i>The limits of detention hearings: reflections on incarceration, criminal policy and political management of the judiciary</i>	
Maria Gorete Marques de Jesus, Giane Silvestre	

Violência no Brasil à luz dos relatórios das Conferências Nacionais de Saúde (2000-2019)	175
<i>Violence in Brazil in view of the reports of the National Health Conferences (2000-2019)</i>	
Thaís Kristosch Imperatori, Melina Sampaio de Ramos Barros	
ARTIGOS / ARTICLES	
“Não precisa morrer pra ver Deus”: uma análise das relações sociais que constituem o projeto #existeamor de Milton Nascimento e Criolo	209
<i>“Não precisa morrer pra ver Deus”: an analysis of the social relations that constitute the project #existeamor, created by Milton Nascimento and Criolo</i>	
Fernanda de Araújo Patrocínio, Vanessa Vilas Bôas Gatti	
Oficina Virtual de Construção de Tambor Afro-brasileiro: uma expressão decolonial e antirracista saudando nossa ancestralidade	241
<i>Virtual Workshop for the Construction of Afro-Brazilian Drum: a decolonial and antiracist expression of our ancestry</i>	
Jaime Rodrigo da Silva Miranda	
Crise da democracia liberal e o estado democrático de direito	271
<i>Crisis of liberal democracy and the democratic state of law</i>	
Alisson Assunção Silva, Geovani Jacó de Freitas	
TEMAS LIVRES / FREE THEMES	
Entre o fascismo e o antifascismo: repercussões sociopolíticas no universo futebolístico	287
<i>Between fascism and antifascism: sociopolitical repercussions in the soccer universe</i>	
Francisco Thiago Cavalcante Garcez, Laura Hemilly Campos Martins	
RESENHA / REVIEW	
Da caricatura à caracterização: o bolsonarismo pela etnografia textual de João Cezar de Castro Rocha	301
<i>From caricature to characterization: the bolsonarismo by the textual ethnography of João Cezar de Castro Rocha</i>	
Lara Abreu Cruz	

EDITORIAL

O presente volume da Revista O Público e o Privado nos faz continuar aprofundando a discussão sobre um tema frequente na história deste periódico, pois o Número Temático intitulado “Formas de violência urbana e controle social” reúne reflexões acerca da violência urbana que se imbrica com mecanismos de punição e formas de controle social. Organizada por dois doutores em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Frank Andrew Davies (UVV E UECE) e Thais Lemos Duarte (pós-doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG), esta primeira seção contém seis artigos escritos por nove autores e autoras que se dedicaram ao estudo de aspectos situados em seus respectivos locais de atuação: São Paulo, Rio de Janeiro e Montevideú; conta ainda com apresentação assinada pelos organizadores e um último texto de autoria de pesquisadoras atuantes em Brasília, que se dedicaram a investigar como a violência apareceu em documentos produzidos pelas Conferências Nacionais de Saúde do Brasil no período de 2000 a 2019.

Na sequência, a seção de artigos de fluxo contínuo, apresenta três textos sobre temáticas muito distintas entre si: arte-educação e ancestralidade africana, estratégias do meio musical em meio à pandemia de covid-19, a guerra cultura bolsonarista e a crise da democracia liberal na contemporaneidade. As formações dos autores destes artigos são tão diferentes quanto os temas que abordam; sendo um zootecnista e mestre em extensão rural pela Universidade Federal de Viçosa, duas doutoras em sociologia pela Universidade de São Paulo, uma assistente social, doutoranda em sociologia pela Universidade Estadual do Ceará e, por fim, um advogado, mestre em sociologia e um doutor em sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

No primeiro artigo do fluxo contínuo, “Oficina Virtual de Construção de Tambor Afro-brasileiro: uma expressão decolonial e antirracista saudando nossa

ancestralidade”, Jaime Rodrigo da Silva Miranda, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, discute como a referida oficina se conforma como um processo arte-educativo de afirmação da ancestralidade africana em nosso país. Para tanto, o autor relata a experiência e revisa significativa literatura sobre religiosidades, teologia negra, ancestralidade espiritual e musical afro-brasileira e a afirmação decolonial em que, segundo o texto, diversos tambores e linguagens artísticas emergem como importantes.

Em “‘Não precisa morrer pra ver Deus’ - uma análise das relações sociais que constituem o projeto #existeamor de Milton Nascimento e Criolo”, as pesquisadoras do Núcleo de Sociologia da Cultura da USP, Fernanda de Araújo Patrocínio e Vanessa Vilas Bôas Gatti, analisam o projeto #existeamor, protagonizado pelos músicos Milton Nascimento e Criolo. A pesquisa relatada revela um produto que se retroalimenta durante sua própria concepção e execução. As autoras se valem de reflexões sobre rituais de sacralidade e suspensão do ordinário para refletir, ainda, acerca do engajamento e originalidade, carisma e materialidade do projeto que investigam. Assim, objetivam compreender os ganhos simbólicos dos artistas ao conferirem à arte um papel de instrumento de sensibilização dentro do referido projeto.

O terceiro artigo do fluxo contínuo aborda um tema atual que trata da crise da democracia liberal na contemporaneidade, as motivações sociais que conduziram a isso, e, também, a ascensão populista e sua capacidade de prejuízo democrático.

O texto da seção de temas livres apresenta reflexões acerca do contexto da emersão dos novos movimentos no cenário futebolístico pós-2013. O processo de investigação demonstrou que a politização no futebol é reflexo dos antagonismos existentes entre esquerda e direita na sociedade brasileira. A investigação mostrou ainda que o boom da politização do futebol trouxe novos acirramentos para as arquibancadas de futebol, abrindo um espaço de disputas entre conservadorismo e progressismo, envolvendo o universo futebolístico.

Por fim, o presente volume apresenta a resenha de “Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político”, de autoria de João Cezar de Castro Rocha, professor titular de literatura comparada da Universidade do

Estado do Rio de Janeiro. A autora da resenha é Lara Abreu Cruz, doutoranda em sociologia, que nos apresenta a obra sob o entendimento de que a guerra cultural bolsonarista não tenha nada de metafórica e integre um projeto autoritário que legitima violência simbólica e preludia violência física.

Pelo exposto, constatamos que esta edição da Revista O Público e o Privado se inicia com análises empiricamente fundadas na observação de fenômenos locais de violência e controle social no Brasil e no Uruguai, amplia-se para reflexões que objetivam sintetizar discussões que abrangem todo o nosso país e, em seguida, diversifica-se a partir de um retorno às formas artísticas em meio à pandemia (tema do Número Temático precedente desta mesma Revista). Ao final do volume, voltamo-nos à reflexão sobre violência, posto que – ao analisar a “guerra cultural bolsonarista” – a obra resenhada sustenta que isto é mais um meio autoritarista de infringir diferentes tipos de violência.

Além da diversidade temática dos artigos e da procedência também diversificada dos autores e autoras, vale ressaltar ainda uma ampla gama de recursos teóricos e metodológicos associados às diferentes pesquisas de que se originam os trabalhos reunidos no volume n.39. Com isto, damos mais um passo em nossa trajetória pluralista de publicação científica em sociologia que intenciona difundir resultados de trabalho de pesquisadore(a)s nacionais e internacionais relevantes para a produção de conhecimentos na área das ciências humanas e sociais.

**Glaucéria Mota Brasil,
Geovani Jacó de Freitas,
& Marcílio Dantas Brandão**
Editores

APRESENTAÇÃO

Num eterno retorno: debates sobre violência urbana e formas de controle social

In an eternal return: debates on urban violence and forms of social control

Há décadas, dinâmicas violentas têm afetado a rotina de moradores das grandes cidades e o modo como costumam ser, em parte, representados. Por meio de conflitos armados e condutas autoritárias, travadas tanto por agentes estatais quanto por grupos criminais de distintas naturezas (DIAS, 2011; FELTRAN, 2018; DUARTE, 2019; MANSO, 2020), contextos urbanos têm servido de cenário a formas cada vez mais militarizadas de controle e regulação. As populações residentes em favelas e periferias, compostas em geral por pessoas pobres e negras, são os principais alvos dessa conjuntura, estando sujeitas a uma “vida sob cerco” (MACHADO DA SILVA, 2008; MACHADO DA SILVA, MENEZES, 2019). Muitos relatos que proferem sobre suas trajetórias abordam experiências sobre o luto ou sobre a privação de liberdade de algum membro da família. Não é raro descreverem também suas vivências relacionadas ao cumprimento da pena de prisão. No entanto, ainda que consigam se manter alheias a tais fatos, convivem com a instabilidade e a expectativa de que, a qualquer momento, um tiroteio ou uma abordagem policial violenta possa romper sua suposta tranquilidade (CAVALCANTI, 2008) e reafirmar a atual “banalidade da violência policial” (BRASIL, SANTIAGO, BRANDÃO, 2020).

Nesse cenário, impera um imaginário social que tende a criminalizar a pobreza (COELHO, 1978) e a compreender determinados indivíduos como “bandidos” não passíveis de direitos (CALDEIRA, 1991), em justificativa à ação truculenta da polícia e de outros órgãos do sistema de justiça criminal. A tortura, então, torna-se elemento rotineiro das ações estatais, desdobrando-se, por exemplo, em políticas pautadas pelo encarceramento massivo, cujo efeito é a

superlotação dos estabelecimentos prisionais (PASTORAL CARCERÁRIA, 2016). Não à toa, em 2019, o Brasil acumulava 755 mil pessoas privadas de liberdade, a terceira maior população carcerária mundial (RAPISARDA, BYRNE, MARMOLEJO, 2020). Em termos relativos, nesse mesmo ano, tal contingente de indivíduos significava 366 pessoas presas para cada 100.000 habitantes, umas das taxas mais altas do planeta, haja vista que a média mundial é de 145 custodiados para cada 100.000 habitantes (RAPISARDA, BYRNE, MARMOLEJO, 2020). Em quase 30 anos, a população carcerária do país se multiplicou por seis, o que não ocorreu em qualquer outro lugar do mundo (SANCHEZ ET AL, 2020).

No entanto, ao invés de esse tipo de política penal conter a criminalidade, a robustece. Diversas pesquisas, como as desenvolvidas por Dias (2011), Feltran (2018), Biondi (2010; 2014), Barbosa (2005) e outros importantes autores que trabalham com aspectos prisionais e de segurança pública no Brasil, indicam que grupos criminais, alguns deles de projeção nacional, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), se constituíram e se consolidaram a partir dos cárceres, garantindo certo domínio no “mundo do crime” em espaços marginais (RAMALHO, 1983).

Enquanto isso, fora das prisões cada vez mais cheias, violências urbanas e formas de controle sobre tais práticas seguem a igual tendência de retroalimentação, a despeito de alegada “solução” ao “problema”. Nos últimos anos, apesar de programas de segurança pública destinados à redução da criminalidade terem sido propalados e replicados por diferentes governos estaduais¹, um

1. Ainda que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) tenham sido a experiência mais projetada nos noticiários do país, outros programas estaduais também recorreram à estratégia de ocupação militar de favelas e territórios de pobreza como alternativa às incursões episódicas que marcaram e ainda marcam o controle sobre as práticas criminais naquelas áreas. O governo baiano implementou Bases Comunitárias de Segurança a partir de 2011, chegando a alcançar 18 localidades. No Paraná, as Unidades Paraná Seguro foram criadas em 2012, alcançando 15 favelas e bairros pobres de Curitiba e outras cidades. Ainda que tais iniciativas se encontrem em momento crítico e até mesmo sob anúncio de encerramento, novas ações com o mesmo mote deixam à vista que este modelo ainda não foi superado: em 2017, o governo cearense anunciou as Unidades de Segurança (Uniseg), renomeando e alterando em parte o projeto em 2020, na ocasião do lançamento do Proteger – Programa

cotidiano hostil persiste sobre territórios de pobreza e seus moradores. De fato, a implementação de medidas punitivas e criminalizadoras sobre determinadas populações é feita sob concepções racistas que reproduzem desigualdades econômicas, perpetuando práticas constitutivas da formação social brasileira e latino-americana. Institui-se, desse modo, um círculo vicioso, no qual se repetem dinâmicas que a princípio buscava-se combater.

Em atenção a questões tão sensíveis e complexas, buscamos neste número temático da Revista “O Público e o Privado” destacar leituras e reflexões que trazem à baila aspectos urbanos violentos, os quais se imbricam a mecanismos de punição e formas de controle social. Nessa linha analítica, nosso artigo de abertura do número “A favela, o mundo e o asfalto: os deslocamentos de um botequim durante a política de pacificação no Rio de Janeiro”, escrito por Ramón Chaves Gomes, traz uma rica reflexão em torno da experiência de “pacificação” de favelas cariocas ao contar a história do dono de um bar localizado no Morro do Chapéu Mangueira, o David.

Mesclando dados de pesquisa de campo e diálogos com a literatura em torno do tema, o artigo explora de forma original distintas dinâmicas de controle sobre a criminalidade violenta e de oportunidades de rendimento produzidos na favela, em atenção às transformações provocadas pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) local ao longo dos anos. A mudança do bem-sucedido Bar do David da favela para o “asfalto” de Copacabana se converte em um dos símbolos dos descaminhos e inconstâncias da gestão da segurança pública colocadas em curso em nossas cidades, com especial efeito nas favelas, periferias e suas populações.

Implantadas no Rio de Janeiro a partir de 2008, as UPPs em boa medida atualizaram a lógica de atuação posta em prática nas últimas décadas (MAGALHÃES, 2021). Antes submetidos à omissão pública, espaços periféricos situados em regiões turísticas cariocas se viram alvos de uma ação policial mais permanente, travestida por uma nova “roupagem” (CANO ET AL, 2012). A “pacificação” trouxe a essas áreas não apenas o policiamento de tipo ostensivo, mas também um conjunto de gestores públicos que passaram a frequentar “reuniões

de Proteção Territorial e Gestão de Riscos. Para entender melhor o caso do Ceará, ver Moura (2020).

comunitárias” organizadas pelas UPPs (DAVIES, 2014; ROCHA, CARVALHO, DAVIES, 2018). Além disso, personagens do setor privado, como empresários e consumidores, também se tornaram constantes nessas localidades, marcando um momento ótimo de investimentos e oportunidades de ganho financeiro (LEITE, 2017, ROCHA; CARVALHO, 2018). Contudo, tal política perdeu fôlego ao longo dos anos, espelhando seu caráter provisório e oportunista, voltado à transformação da imagem da “cidade maravilhosa” para o período de grandes eventos. Com isso, tão “rápido” como “entraram” em determinadas favelas do Rio de Janeiro, equipamentos públicos e empreendimentos privados “saíram” ou ficaram sujeitos às condições de um cotidiano precário.

O segundo artigo do dossiê prolonga essa discussão em torno das UPPs, privilegiando de igual modo a experiência de viventes de áreas tomadas como alvo de ações policiais repressivas. “‘Pedir ajuda’, ‘fazer pressão’ e ‘estar alerta’: reconfigurações entre performances políticas em favelas ‘pacificadas’”, de Apoenia Dias Mano e Palloma Valle Menezes, reflete sobre os usos e os alcances de um sistema de comunicação utilizado por moradores da favela Santa Marta, no Rio de Janeiro, e como tal serviço se articula às formas de reivindicação tomadas no contexto de “pacificação”.

Ao destacar o grupo de WhatsApp “Alerta Santa Marta”, os pesquisadores analisam os modos de engajamento e sensibilização utilizados, a fim de conduzir uma série de episódios perpetrados pela polícia e considerados violentos pela população. Ainda, através da observação de encontros, conversas e registros da experiência de campo na localidade, o artigo contribui com dados etnográficos a respeito das interações entre agentes militares e residentes do Santa Marta, colocando em pauta as condições em que estes últimos conseguem se fazer ouvidos e atendidos em suas reivindicações. Em última instância, indo além do próprio contexto pesquisado, o texto colabora com uma tipologia das “performances políticas” (GOFFMAN, 1990), pensada a partir de uma condição de suspeita antecipada sobre esses cidadãos. A tensa relação entre formalidade institucional e princípios legais, por um lado, bem como a seletividade dessas práticas e a consequente arbitrariedade que é produzida, por outro, revelam, em si, a mesma face da violência enquanto fenômeno social.

Esses dois primeiros textos permitem reforçar análises fundadas na percepção de que, embora enquadrada por sua dimensão reguladora, a força estatal tem dinamizado ilegalismos com impactos *sui generis* à vida nas cidades. Nas “margens do Estado”, como sinalizam as antropólogas Das e Poole (2008), assim como nas “dobras do legal e ilegal”, nos termos da socióloga Telles (2010), são tecidas sistematicamente novas lógicas de organização da vida das populações e nos territórios de pobreza. Modos e sentidos distintos de governar as cidades produzem formas de controle diferenciadas no cotidiano, seguindo uma “administração de urgências” (TELLES, 2010). Logo, o Estado e suas práticas não estão ausentes nas suas “margens”; ao contrário, essas ditas “margens” seriam a condição para que o Estado continuamente se reforce tal como se apresenta, redefinindo normas por meio de técnicas que envolvem violência, autoridade e punição. Ao invés de serem produzidas pela quebra da regulação, as margens se formam na variedade de lógicas regulatórias com as quais o Estado se estabelece e exerce o seu aparato de controle.

Tais reflexões se alinham às considerações produzidas no texto “Segregar para se proteger da violência urbana ou aprisionar: o caso de uma PPP habitacional em meio a Cracolândia paulista”, de Ingrid Cristine Rodrigues Nascimento e Stella Maris Nunes Pieve. O artigo oferece um olhar instigante a respeito de um projeto habitacional recentemente construído em um território marcado pelo uso de crack no centro de São Paulo. Com base em pesquisa documental e na observação da região, a pesquisa reflete sobre as políticas voltadas aos usuários de crack ao tematizar a conversão da “cracolândia” em condomínio residencial fruto de uma parceria público-privada (PPP). O artigo também acompanha os usos da “cracolândia” após a conclusão do empreendimento imobiliário e a chegada de seus primeiros residentes. Discute, pois, que, apesar de ter se desterritorializado em alguma medida, a “cracolândia” e seus “fluxos” de circulação não cessaram, mas passaram a apresentar um desenho distinto em relação ao até então desenvolvido.

Tratada por vias repressivas ao longo de décadas, a “cracolândia” também pode ser tomada como outro símbolo dos descaminhos da gestão da segurança pública dos tempos atuais. Tal território representa em boa medida a violência

urbana como problema associado à “guerra às drogas”, ou seja, a visão de que mercados ilegais de distribuição e comercialização de drogas ilícitas como maconha, cocaína e seus derivados (dentre os quais o crack) são o “grande mal” das cidades que necessita ser combatido pelas forças policiais e militares como “inimigos número um” (GARLAND, 2008). Ao tomar uma das maiores cidades latino-americanas como exemplo, as experiências de gestão da “cracolândia” revelam como essas ações se baseiam no uso excessivo da força, resultando em altas taxas de letalidade. Soluções adotadas, como a construção de uma PPP habitacional, levam a mais sofrimento para essa população e contribuem para o acirramento das desigualdades, movimentando o círculo vicioso traçado em torno do controle da violência nas grandes cidades.

Em um *continuum*, o quarto artigo do dossiê amplia as discussões sobre criminalidade violenta e formas de controle social ao analisar uma experiência distinta da brasileira. Em “El oficio de la sospecha: un acercamiento a las intervenciones policiales que involucran a jóvenes pobres en Montevideo”, os pesquisadores Nilia Viscardi e Juan Manuel Gutiérrez trazem reflexões interessantes e produtivas a respeito do trabalho de agentes de segurança pública em Montevideú, capital do Uruguai. Conciliando trechos de entrevistas realizadas com policiais “de nível de rua” à literatura especializada sobre o tema, discutem centralmente a construção da suspeita policial e a relação entre o trabalho de patrulha e as visões discriminatórias que orientam tais condutas.

Os autores convergem com pelo menos um dos elementos daquilo que Brasil, Santiago e Brandão (2020) classificam como “suspeição hiperseletiva” de policiais a jovens: a aparência de pobreza. No entanto, em contraste a outros estudos realizados no Brasil (RAMOS, MUSUMECI, 2008), no caso uruguaio, não ficou identificado um marcador racial na definição de “elementos suspeitos” à abordagem policial. Ao invés disso, homens jovens com vestimentas e objetos associados ao consumo de luxo são tomados como alvo privilegiado dessas práticas. Em especial, um importante elemento identificador à suspeita policial seria a “*plancha*”, ou seja, o tênis se transforma em aspecto de reconhecimento e de desconfiança na interação entre policiais e jovens. Na interpretação dos agentes de segurança, as “*planchas*” que carregam a logomarca da empresa

norte-americana Nike, estão entre os principais sinais de conduta criminosa por parte do seu portador.

De fato, os autores apontam incongruências entre a educação formal e o conhecimento prático para a configuração da rotina policial, indicando um descompasso explícito entre esses aspectos. Tal fosso entre as dimensões formativas e profissionais da atividade policial seria um dos elementos que abre espaço para que condutas discricionárias arbitrárias sejam conduzidas na vivência “das ruas”. Desse modo, preconceitos e “vícios” do policiamento urbano são prolongados a despeito de atualizações dos cursos de preparação, visto que o “conteúdo” aprendido “na prática” é considerado mais relevante em relação à atuação profissional.

Em outras palavras, as discussões de Nilia Viscardi e Juan Manuel Gutiérrez, assim como dos demais textos deste dossiê, demonstram em que medida as organizações do sistema de justiça criminal, seja o brasileiro, seja o uruguaio, estão imbuídas em uma lógica excludente e opressora. Entretanto, ao invés de repensarem suas práticas, tais instituições as perpetuam “andando em círculos” e ampliando o quadro geral de desigualdades. Esse mesmo diagnóstico também se desenha no artigo “Prisões em flagrante na cidade de São Paulo: os limites das audiências de custódia diante das mudanças políticas na gestão do Tribunal de Justiça (2015 - 2019)”, de Maria Gorete Marques de Jesus e Giane Silvestre. O texto é uma importante contribuição nas discussões sobre promoção e condução das audiências de custódia em um fórum da cidade de São Paulo, tendo como objetivo comparar, com base em entrevistas e na observação, duas gestões do Tribunal de Justiça paulista e seus impactos na realização dessas audiências. Desvenda, assim, como uma mera alteração administrativa impacta de modo significativo o sentido da ação em curso.

Em outros termos, o que se debate neste texto sobre as audiências de custódia é a fragilidade da implantação dessa medida, já que sua execução é fortemente impelida por decisões e valores dos magistrados que as conduzem. Logo, um possível avanço à mitigação de prisões provisórias (LAGES, RIBEIRO, 2019), consideradas um dos principais vetores ao encarceramento em massa no país, retrocede ao dissabor de operadores do Tribunal de Justiça, colocando

em xeque qualquer ação cujo cerne seja reverter a lógica tradicional de atuação do sistema de justiça criminal. Nesse ritmo, parece que caminhamos um passo à frente, sempre seguido de outro para trás, corroborando a impressão de que dinâmicas violentas e suas formas de contenção nos orientam a dar voltas em círculos, movimentando a todos em um eterno retorno.

Nosso último artigo, contudo, retoma uma questão inicial que potencialmente dissolve parte desses dilemas, oferecendo pistas sobre como ir além das dualidades. “Violência no Brasil à luz dos relatórios das Conferências Nacionais de Saúde (2000–2019)”, de Thaís Kristosch Imperatori e Melina Sampaio de Ramos Barros, faz importante contribuição ao debate em torno da condição socialmente situada da violência. Destaca, então, como uma instância de participação social no âmbito da saúde pública produz e conduz a discussão a respeito da violência, com o objetivo de influenciar as ações governamentais no setor. Explorando documentos produzidos pelas Conferências Nacionais de Saúde a partir dos anos 2000, período de maior crescimento de iniciativas de participação nesse sentido, o artigo permite compreender com um olhar diferente dos textos anteriores o fenômeno aqui discutido, sua interpretação no meio social e as propostas de solução que evocam.

Esperamos que os artigos apresentados neste dossiê, em coro a outras pesquisas e discussões já realizadas, proporcionem reflexões que nos permitam sair de uma posição quase inercial em relação às práticas estabelecidas pelos órgãos do sistema de justiça criminal brasileiro. As dinâmicas tradicionais não só se omitem em produzir um conjunto de ações para conter a violência urbana, como acabam por aguçar os ilegalismos. Mais grave, amplificam desigualdades históricas que conformam nossa realidade nacional.

Fica o questionamento se, de fato, instituições como as polícias, os Tribunais de Justiça e outros atores com funções correlatas, além da sociedade em geral, têm pretensões de promover uma segurança pública e uma política penal verdadeiramente democrática. Ao que parece, as práticas que desenvolvem funcionam como espécies de engrenagens para manter as condições objetivas de nosso país, em que determinados grupos são mantidos continuamente em posições marginais, oferecendo, assim, meios de perpetuação das

dinâmicas engendradas pelas elites econômicas e políticas. Nessa lógica, seguiremos a andar em círculos: um ciclo vicioso com efeitos perniciosos àqueles que deveriam ser alvos de atenção estatal, numa perspectiva emancipadora e transformadora, não opressora.

Frank Andrew Davies²
Thais Lemos Duarte³

Referências

BARBOSA, Antonio Rafael. **Prender e Dar Fuga**: Biopolítica, Sistema Penitenciário e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

_____. **Etnografia no movimento**: território, hierarquia e lei no PCC. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia). São Carlos: UFSCAR, 2014.

BRASIL, Glauciria M.; SANTIAGO, Erica; BRANDÃO, Marcilio D. A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza. **Dilemas**, v. 13, n. 1, p. 169-193, 2020.

CALDEIRA, Teresa. Direitos Humanos ou privilégio dos bandidos? Desventuras da democratização brasileira. **Novos Estudos**, v. 30, p. 162-174, 1991.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo. **Os donos do morro**: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no

2. Sociólogo, doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade de Vila Velha (PPGSP-UVV) e Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS-UECE), além de Pesquisador do CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana da Uerj. Orcid: 0000-0001-7340-627X. E-mail: daviesfr@gmail.com.

3. Socióloga, doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É pesquisadora de pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG). Orcid: 0000-0002-9149-7387. E-mail: thais-duarte@hotmail.com

Rio de Janeiro. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV, UERJ, 2012.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas**, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**, n. 12, v. 2, p. 139-161, 1978.

DAS, Vena; POOLE, Deborah. El Estado e sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

DIAS, Camila. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 2011.

DAVIES, Frank Andrew. Rituais de “Pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 24-46, 2014.

DUARTE, Thais Lemos. Facções criminais e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 90, p. 1-16, 2019.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOFFMAN, E. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Anchor Books, 1990 [1959].

LAGES, Lúvia Bastos; RIBEIRO, Ludmila. Os determinantes da prisão preventiva na Audiência de Custódia: reforço de estereótipos sociais? **Revista Direito GV**, v. 15, n. 3, p. 1-35, 2019.

LEITE, Márcia Pereira. State, Market and Administration of territories in the city of Rio de Janeiro. **VIBRANT**, v. 14, p. 149-170, 2017.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). **Vida sob cerco**. Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____; MENEZES, Palloma Valle. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos Cebrap**, v. 38, n. 3, p. 529-551, 2019.

MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. 1-20, 2021.

MANSO, Bruno Paes. **A República das Milícias: dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 13-25, 2011.

MOURA, Ricardo. **Da Uniseg ao Proteger: os caminhos sinuosos da segurança pública (30/06/2020)**. Disponível em: <<http://observatorioseguranca.com.br/da-uniseg-ao-proteger-os-caminhos-sinuosos-da-seguranca-publica>>. Acesso: 01 de mai. 2020.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Tortura em tempos de encarceramento em massa**. São Paulo: Pastoral Carcerária, CNBB, 2016.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

RAMOS, Silvia; MUSUMECCI, Leonarda. “Elemento suspeito”. Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania**, n. 8, novembro de 2004. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/boletim/elemento-suspeito-abordagem-policial-e-discriminacao-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 26 de maio de 2021.

RAPISARDA, Sabrina, BYRNE, James, MARMOLEJO, Lina. An Examination of COVID-19 Outbreaks in South American Prisons and Jails. **Victims & Offenders**, p. 1-10, 2020.

ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista; DAVIES, Frank Andrew. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCAR**, v. 10, p. 216-237, 2018.

ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. **Cadernos MetrÓpole**, v. 20, p. 905-924, 2018.

SÁNCHEZ, Alexandra; SIMAS, Luciana, DIUANA, Vilma; LAROUZE, Bernard. COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública? **Cadernos de Saúde Pública**, 36 (5), p. 1-5, 2020.

TELLES, Vera da Silva. **As cidades nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

A favela, o mundo e o asfalto: as estratégias de um dono de botequim durante a política de pacificação de favelas no Rio de Janeiro

“Favela”, world and “asfalt”: the strategies of a bar owner during the pacification policy in Rio de Janeiro

Ramón Chaves Gomes¹

1. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2020). Atualmente é professor de Sociologia na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) e analista de políticas públicas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Orcid: 0000-0001-6976-4904. ramonchaves2@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho analisa a trajetória de um dono de botequim e de seu estabelecimento durante a política de pacificação no Rio de Janeiro. Em 2010, pouco depois da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela Chapéu Mangueira, na Zona Sul carioca, David Bispo abriu um bar que rapidamente se transformou em ponto turístico na cidade, foi premiado em concursos gastronômicos no país e adquiriu prestígio internacional. Entretanto, a partir de 2017, a descaracterização da política de pacificação trouxe consigo as incursões policiais violentas e os conflitos armados entre traficantes de drogas rivais, o que transformou o cotidiano da favela e afastou a clientela do bar. Por meio do contraste entre esses dois momentos, sob a pacificação e seu

1. Agradeço à Maria Birman Cavalcanti, Tiago Magaldi e Felipe Rangel pela leitura atenta do manuscrito desse trabalho. Agradeço também aos pareceristas do periódico pelas ótimas sugestões.

desmanche, busco examinar as respostas de um dono de negócio às mudanças no tratamento público dispensado às favelas. A narrativa desse processo foi reconstruída principalmente através de entrevistas em profundidade com David. Sua experiência de vida, mediada pelo arcabouço conceitual da sociologia, oferece novas perspectivas para pensar a conjuntura recente da integração social e urbana das favelas no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: UPP; Trajetória de vida; Bar; Botequim; Mundo popular.

Abstract: This paper analyzes the life story of a bar owner during the “favela” pacification policy in Rio de Janeiro. In 2010, after the installation of a Pacifying Police Unit in Chapéu Mangueira, David Bispo inaugurated a bar that soon became a tourist spot in the city, internationally recognized and awarded in several gastronomic contests. Transformations in the pacification policy from 2017 on, however, reintroduced violent police actions and armed conflicts between rival drug dealers into daily life in Chapéu Mangueira. These events removed most of David’s clientele, which led him to open a new bar outside the “favela”, in the Copacabana neighborhood. Contrasting two different moments, at the height of pacification policy and after its loss of momentum, I seek to examine how a bar owner responded to changes in the public treatment of “favelas”. The narrative of this process was reconstructed mainly through in-depth interviews with David. His life stories, mediated by the conceptual framework of sociology, offers new perspectives for thinking about the recent situation of social and urban integration of “favelas” in Rio de Janeiro.

Keywords: UPP; Life stories; Bar; “Botequim”; Popular economy.

(...) [aqui] não é a favela, como tal, que sobressai na paisagem, mas o espetáculo da sua ‘integração’ à cidade” (CAVALCANTI, 2013).

Introdução

David Vieira Bispo, 49 anos, negro, pescador profissional e mestre de bateria de escola de samba, considera que a sua maior “ousadia” na vida foi “transformar uma birosquinha de favela no melhor boteco do Brasil”². Premiado no estado e no país, o bar que carrega seu nome, inaugurado em 2010 na favela Chapéu Mangueira, na Zona Sul do Rio de Janeiro, é objeto recorrente de reportagens na imprensa nacional e estrangeira. Recebeu inúmeras visitas ilustres ao longo de uma década de existência – dentre elas, a do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Em 2020, em função da projeção e importância adquirida na cidade, David foi agraciado pela Prefeitura do Rio de Janeiro com a Ordem do Mérito Cultural e obteve o seletor título de embaixador do turismo carioca. Caçula dos 10 filhos de Lucio de Paula Bispo, liderança política histórica e fundador da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ)³, David identifica semelhanças entre a sua trajetória e a do pai: “ele lutou para que a favela não fosse removida e eu projetei o nome dela para o mundo”.

O sucesso do Bar do David é parte importante de uma narrativa sobre inclusão social no Rio de Janeiro, particularmente aquela relacionada à

2. As aspas nesse trabalho, salvo as exceções devidamente indicadas, se referem a falas de David recolhidas em entrevistas formais ou informais entre maio de 2019 e outubro de 2020. A interlocução entre mim e ele teve início durante o trabalho de campo realizado para a minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Nela, eu procurei narrar o percurso da política de pacificação na favela Chapéu Mangueira a partir das diferenças analíticas entre duas modalidades de botequim local, a birosca e o boteco (GOMES, 2020).

3. A Faferj sucedeu, em 1975, a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), fundada no início da década anterior. “Seu Lucio”, como é conhecido o pai de David, foi vice-presidente da entidade em 1970, ainda com o antigo nome.

instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em favelas cariocas. Iniciada em finais de 2008, a UPP foi um programa do governo fluminense cujo objetivo era enfraquecer a presença ostensiva de facções do tráfico de drogas, reduzindo os confrontos armados entre grupos rivais e entre eles e a polícia⁴. Para além da dimensão estrita da segurança pública, a política de pacificação, pode ser pensada como uma rubrica sobre a qual diversas ações governamentais para as favelas estavam assentadas, desde a ocupação policial do território até as iniciativas voltadas para a formalização dos pequenos negócios, passando pela realização de obras urbanas, pela instalação de equipamentos públicos e pela criação de programas sociais para crianças e adolescentes.

Essa convergência entre intervenções direcionadas a um conjunto de favelas da cidade transcorreu de forma simultânea a um aumento expressivo no fluxo de visitantes nessas localidades, reconfigurando provisoriamente o imaginário da “cidade partida” (VENTURA, 1994) e atribuindo às favelas uma posição privilegiada na narrativa da “virada” do Rio de Janeiro (URANI, GIAMBIAGI, 2011). No Morro da Babilônia, onde está localizado o Bar do David, esse processo foi impulsionado por agenciamentos públicos e privados em torno do “turismo de favela” – considerado “exótico”, mas naquele momento “seguro” (FREIRE-MEDEIROS, 2013). Além de contígua à praia de Copacabana, o Chapéu Mangueira dá acesso também a uma trilha para o Mirante da Pedra do Urubu, a partir do qual é possível ver toda a enseada de Botafogo. Parte da literatura que se debruçou sobre esse processo identificou a emergência de um novo “regime territorial” dentre as favelas cariocas – de “território da violência” para “território dos negócios” – em consonância ao contexto mais amplo de reestruturação do Rio de Janeiro como “cidade-empresa” e de ascensão do “empreendedorismo” como categoria relevante no mundo do trabalho (LEITE, 2012).

4. Existe uma vasta bibliografia sobre a experiência das UPPs no Rio de Janeiro. Para os interessados em saber mais sobre o tema, sugiro exemplares de três abordagens diferentes: o dossiê publicado na Revista Dilemas e organizado por Machado da Silva e Leite (2014), a avaliação da política produzida por Cano *et al.* (2012) e a perspicaz leitura de Miagusko (2016) sobre os efeitos circulatório da pacificação na Baixada Fluminense.

As circunstâncias favoráveis à “abertura” econômica e social das favelas, entretanto, foram progressivamente suprimidas ao longo dos anos. Após um período inicial marcado pela redução nos indicadores criminais e por um aumento no sentimento de segurança na cidade (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012), a política de pacificação começou a apresentar sinais de desgaste (MENEZES, CORREIA, 2017). A imagem do programa foi abalada por uma sucessão de “eventos críticos” (DAS, 1996), dos quais o mais relevante talvez tenha sido o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, em junho de 2013, após ele ter sido levado para averiguação na sede da UPP da Rocinha⁵. Além disso, aspectos de outra natureza, como o desinvestimento que atingiu a economia fluminense e a fragilização do grupo partidário que governava o estado, contribuíram para minar o consenso que sustentava o projeto, formado por membros da política institucional, da imprensa, das associações empresariais, do sistema de justiça e das universidades. Esse aspecto ficou mais evidente com o pedido de demissão, em outubro de 2016, de José Mariano Beltrame, o mais longo secretário de Segurança do estado e o principal idealizador das UPPs⁶.

A partir de 2017, em decorrência de mudanças na segurança pública fluminense, casos frequentes de confronto armado no Chapéu Mangueira afastaram a maioria da clientela do Bar do David, que é formada predominantemente por não favelados. Em 2018, durante o trabalho de campo para a minha pesquisa de mestrado, presenciei uma troca de tiros entre policiais e traficantes de drogas que feriu na barriga um turista holandês que almoçava no local. Episódios dessa natureza, além de esvaziar o bar de frequentadores, atrapalharam o projeto de expansão do estabelecimento para novos territórios populares como a Rocinha e o Vidigal, que enfrentavam cenários semelhantes⁷.

5. O curta-metragem “Somos todos Amarildo” relata o caso através de depoimento dos familiares. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fVLvyCtJeqA>. Acesso em 26/11/2020.

6. Mariano Beltrame foi Secretário de Segurança no Rio de Janeiro durante nove anos consecutivos (2007-2016). Além de ser o mais longo chefe da pasta no estado, ele também pode ser considerado um outlier: desde a recriação da Secretaria, em 1995, no pós-redemocratização, os secretários que ficaram mais tempo no cargo não ultrapassaram a marca dos três anos (FILHO, ALVES, 2003).

7. “O que eu queria realmente era montar outras filiais, mas dentro de favelas. Pegar o Bar do David

Em direção oposta, David se viu impelido a abrir uma filial no “asfalto” dado que, segundo narra, “não podia ficar expondo meu cliente a uma zona de violência só porque o Estado trocou uma política de pacificação por uma de confronto”. Inaugurado em 2019 em Copacabana, o novo ponto está localizado entre dois bares tradicionais da cidade, o Cervantes e o Galetto Sat’s, mas David garante não temer a concorrência. Muito inspirado pelo universo do mar e pela experiência precária de quem começou a trabalhar na infância, afirma: “eu consegui surfar na onda; na medida em que ela foi quebrando, eu fui manobrando, e assim vou continuar até chegar na areia”. Reconstruídas analiticamente, as trajetórias de David e de seu bar oferecem um ângulo promissor para observar a diversidade econômica dos comerciantes de favela, assim como para apreender as ambiguidades em torno das expectativas e desenganos com as UPPs.

Adicionalmente, esse tipo de abordagem centrada no comerciante e no seu negócio permite também revisitar o lugar do botequim no interior dos estudos urbanos. Em texto seminal sobre o tema, publicado originalmente no final dos anos 1960, Machado da Silva (2016) procura analisar o papel do botequim em uma sociedade urbana, “entender o que ele representa e para quem” (MACHADO DA SILVA, 2016, p. 48), além de examinar a sua organização e o seu funcionamento. Ao descrever a rotinização das relações sociais nesses estabelecimentos, afirma que os “fregueses de botequim” são frequentadores assíduos de poucos bares e cita como exemplo os moradores de favela que, após o expediente de trabalho, “param em um ou dois (...) nas imediações da favela e daí vão para uma birosca dentro dela” (MACHADO DA SILVA, 2016, p. 52). Além de configurar padrões de frequência, esse movimento sugeriria também uma complementaridade entre o bar de “dentro” e o de “fora” da favela. Nas palavras do autor, “parece haver uma relação estreita entre ‘ir ao botequim’ e ‘ir lá embaixo’, ‘lá fora’” (MACHADO DA SILVA, 2016). Essa interpretação se reforçaria com o fato de que, aos feriados e finais de semana, esses frequentadores

e levar para o Vidigal, pegar o Bar do David e levar para Rocinha, (...) porque eu achava interessante fazer franquias em lugares que tivessem a minha identidade” [Trecho de entrevista realizada com David em julho de 2020].

também não “desceriam” para o botequim. A oposição entre o bar da favela e o da rua, em convergência com outros elementos apontados pelo autor, informaria que, naquele contexto sociopolítico, estar no botequim representava, para parcela menos integrada da classe trabalhadora, uma forma de acesso à cidade e ao mundo urbano-industrial.

Quatro décadas depois da publicação desse texto, diversos processos sociais e econômicos transformaram o botequim e deram origem a subtipos como o boteco, que se vincula de outra forma às dinâmicas da cidade. Em função de um conjunto de políticas públicas formulado para as favelas na última década, o Chapéu Mangueira passou a dispor das condições de possibilidade para abrigar um dos melhores estabelecimentos do gênero no país, reconfigurando assim a polaridade identificada por Machado da Silva (2016) entre os bares “de fora” e de “dentro”. O desmanche dessas políticas aponta para novas configurações, lugares e horizontes de futuro. Narrar esse percurso desde a perspectiva de quem está à frente do bar é o principal objetivo desse trabalho.

Metodologia

As informações aqui apresentadas foram obtidas através de entrevistas realizadas entre maio de 2019 e outubro de 2020. Diversos encontros informais entre mim e David permitiram estabelecer uma relação de confiança mútua e precederam a elaboração de um roteiro utilizado posteriormente nas entrevistas em profundidade. Em caráter complementar, consultei acervos de jornais e vídeos no *youtube*, ambos os recursos sugeridos pelo próprio David. Realizei ainda três entrevistas com organizadores do concurso gastronômico Comida di Buteco para dimensionar o significado dessa competição.

O ponto de partida para as nossas interlocuções foi saber como David fez para preservar e ampliar seu negócio diante das mudanças conjunturais na relação entre “favela” e “cidade” no Rio de Janeiro. Assumindo a perspectiva de um dono de bar, “os condicionantes mais gerais” da situação foram analisados principalmente “a partir das estratégias pessoais” dos atores (MACHADO DA SILVA, 2018). Estive atento, em especial, a tópicos como a relação com os fregueses, a localização espacial do negócio, o trato com agentes públicos, assim

como as expectativas e frustrações com a política de pacificação. Embora buscase apreender esses processos em uma chave diacrônica, nossas interações de certo produziram “cortes sincrônicos” (BERTAUX, 1980) na memória de David, configurando uma leitura do passado que poderia ser diferente caso fosse relatada em circunstâncias ou momentos distintos.

A trajetória de vida como estratégia metodológica não busca compreender indivíduos isolados, senão extrair de experiências particulares uma miríade de movimentos, práticas e representações que impulsionam o estudo dos contextos sociais em que estão inscritos (BERTAUX, 2010). Além disso, a noção de trajetória, cujo emprego aqui não é acidental, busca reter também os deslocamentos e as transformações da vida no espaço social, evitando cristalizações artificialmente ordenadas, o que, para Bourdieu (2005), representaria a “ilusão biográfica”.

Finalmente, é importante registrar que não interpreto o caso de David como representativo de quem são os moradores do Chapéu Mangueira ou os donos de bares de favelas. Neste trabalho, optei por privilegiar a profundidade e a singularidade da análise em detrimento de sua amplitude. Minhas pretensões se inscrevem fundamentalmente na perspectiva de formular hipóteses e de alargar o conhecimento sobre as situações engendradas pela política de pacificação. Inspirado pelo trabalho de Mintz (1984), encaro a vida de David como uma lente através da qual é possível acessar um conjunto de aspirações, conflitos e itinerários que ilustra alguns dos dilemas recentes da integração social no Rio de Janeiro.

Da birosca ao boteco: os deslocamentos do Bar do David

Em abril de 2010, após encerrar um vínculo empregatício de 10 anos em uma loja de artigos de pesca em Vila Isabel, na Zona Norte do Rio de Janeiro, David começou a assar e vender lanches congelados para policiais da UPP na birosca da sua família no Chapéu Mangueira, onde ele vive desde a infância. Até então, dividindo o tempo com outras atividades econômicas, como a customização de varas para a pesca, David viu a venda de salgado folhado crescer e antecipar a decisão de iniciar a sua própria lanchonete. Alugou o imóvel de

um de seus irmãos, onde funcionava um bar e restaurante, e adquiriu a estrutura para o negócio da inquilina anterior, a quem ofereceu dois mil reais para ficar com todas as peças – fogão, micro-ondas, *freezer* horizontal, panelas, copos, pratos etc. O projeto inicial da lanchonete deu lugar a um botequim. Um trabalhador desempregado se transformava a partir dali em “microempreendedor”.

Nos primeiros meses, com apenas três pessoas se dividindo entre a cozinha, o atendimento e o balcão, o bar operava de segunda a sábado, servindo refeições executivas de peixe, frango, bife, linguíça e carré, acompanhadas de arroz, feijão⁸. Além dos itens fixos, oferecia opções especiais que variavam a cada dia: costela com agrião, carne seca com abóbora, bobó de camarão, entre outros pratos elaborados por David e sua irmã. O público que se sentava nas cadeiras de plástico do pequeno estabelecimento era formado principalmente por taxistas, mototaxistas, motoristas de transporte alternativo, policiais e “pessoas que trabalhavam em secretarias de estado” – um perfil bastante comum às favelas pacificadas naquela época⁹.

David conta que, certa vez, enquanto rabiscava o cardápio em um pequeno quadro de giz, pensou que uma feijoada de frutos do mar seria uma opção singular e acessível para o prato especial do dia seguinte. Com ingredientes valorizados no mercado gastronômico do Rio de Janeiro, uma refeição desse tipo seria bastante incomum em um bar popular. Por outro lado, a geladeira da casa de David já estava repleta de peixes, polvos, lulas e mariscos, porque ele mesmo os pescava. À base de feijão branco, a preparação fez sucesso imediato entre a clientela e se tornou parte do menu regular da casa.

8. No início do negócio, apenas David, uma de suas irmãs e uma vizinha trabalhavam no estabelecimento. Atualmente o bar funciona com 19 funcionários, oito na sede e 11 na filial. Ao longo de dez anos, segundo estimativas de David, aproximadamente duzentas pessoas já foram empregadas pelo estabelecimento. Para ele, uma das razões dessa rotatividade seria o baixo compromisso das pessoas com o trabalho: “sabe que hoje em dia ninguém quer trabalhar, o pessoal fica um pouquinho, aí dá um sol e as pessoas não aparecem”.

9. Couto (2016), ao analisar o funcionamento de diversos programas implementados em favelas pacificadas, especialmente o UPP Social, apresenta o perfil dos diferentes profissionais que atuavam nessas iniciativas, tanto no âmbito da gestão (no escritório) quanto em “campo” (nas favelas).

Algumas semanas depois da estreia da feijoada de frutos do mar no cardápio do Bar do David, uma repórter d'O Globo que cobria a repercussão da pacificação sobre os pequenos negócios de favela provou a iguaria e deu destaque à receita em uma matéria do jornal¹⁰. A reportagem, que apresentava também a pensão Bela Vista no Pavão/Pavãozinho e o Bar do Omar no Morro do Pinto, argumentava que “bares, pensões e biroskas” de “comunidades pacificadas” vinham atraindo turistas com “pratos fartos e convidativos” (COSTA, 2010, p. 29). Segundo David, a imagem da feijoada estampada no jornal marca a entrada de seu bar em um circuito mais amplo: “depois dessa foto veio o Correio Braziliense, o Metro e a Rede tv. Eu ainda brinquei, agora vai vir o pessoal do Comida di Buteco. No final de semana, eles apareceram e me fizeram o convite”.

O Comida di Buteco é um concurso gastronômico criado em 1999 em Belo Horizonte, Minas Gerais, expandido ao longo de duas décadas para diversas cidades do país. Autodenominado “o maior concurso de butecos do Brasil” (COMIDA DI BUTECO, 2020), a competição ocorre anualmente entre os meses de abril e maio, com o propósito de eleger os melhores bares nacionais. O Bar do David carrega o título simbólico de ser o primeiro comércio de favela a participar do evento, o que, segundo seu proprietário, “abriu portas para muitos outros favelados donos de negócio”.

As regras da disputa preveem que cada concorrente crie um petisco inédito, articulando “sabores locais” a um ingrediente escolhido pela organização do evento como tema da edição. Os frequentadores e um júri de convidados avaliam de forma paritária o prato e o estabelecimento. Com notas que podem variar de 1 a 10, os eleitores depositam seus votos em urnas físicas, posteriormente recolhidas e apuradas por institutos de pesquisa independentes. A favor do bar pesa, principalmente, a qualidade do quitute, mas também as “condições de higiene”, o “atendimento” e a “temperatura da cerveja”. Ancorado no “mercado das experiências” (RIFKIN, 2001), o evento busca promover o conceito de “cozinha raiz”, isto é, receitas e ambientes ao mesmo tempo “simples” e “autênticos” que remetam à casa e à amizade.

10. A reportagem foi publicada em 10 de outubro de 2010, seis meses após a inauguração do Bar do David.

O Comida di Buteco tornou-se um evento relevante para o setor de bares e restaurantes, especialmente, em função do engajamento de público gerado nos locais onde ocorre. Em 2019, por exemplo, mobilizou 600 bares, 800 mil votos e mais de 400 mil petiscos vendidos no Brasil (COMIDA DI BUTECO, 2020). Além disso, oferece como vantagem aos participantes a “capacitação” de seus funcionários e a “visibilidade midiática” do negócio. Pensado como uma plataforma de transformação socioeconômica para o pequeno comércio, os bares que participam do concurso devem ter o proprietário ou seus familiares à frente do negócio e não podem constituir uma rede ou franquia comercial. Segundo narra uma das organizadoras, o bar precisa ter “a cara do dono, possuir a sua identidade”.

Articulando a ideia de experiência (do ponto de vista do público) e de identidade (a partir do dono de bar), a disputa engendra uma nova modalidade de botequins. O boteco, como são denominados os estabelecimentos participantes, é uma manifestação específica do amplo processo de profissionalização das casas populares de bebidas no Brasil, algo acelerado no país, sobretudo a partir dos anos 1990. No Rio de Janeiro, isso transcorreu inicialmente através das injunções produzidas pelo Guia Rio Botequim, uma publicação conjunta da Prefeitura da Cidade e do jornal O Globo, que selecionava, reconhecia e “transformava bares cariocas” (THIAGO DE MELLO, 2003).

A participação em um evento da magnitude do Comida di Buteco foi lida por David como uma oportunidade ímpar. Segundo ele, em se tratando de favelas, “é mais fácil cair um raio duas vezes na cabeça de um pobre que ele ter uma segunda chance”. Na sua estreia na competição em 2011, foi eleito o terceiro melhor boteco do Rio de Janeiro. O tema do concurso naquele ano era feijoada e os participantes deveriam usar ao menos um dos elementos da iguaria (carne seca, laranja, farinha ou feijão preto) na confecção dos petiscos. David usou os quatro ingredientes na sua receita “Trapeiro carioca”. Uma vez laureado, o negócio adquiriu a reputação distintiva de ser “um bar premiado em uma favela pacificada”. À época, Eduardo Maya, um dos organizadores da disputa, disse na festa de encerramento do concurso que “o bar de comunidade” seria “o grande diferencial do Rio” e que já procurava outros exemplares

em favelas cariocas para integrar as próximas edições (SANTOS, 2011, p. 5).

Os bares de favelas adquiriam, então, uma relevância inédita. No mesmo período, o jornal O Globo abordou em sua seção “destaque do ano” um acontecimento que denominou como “gastronomia nas UPPS”. A matéria argumentava que, com o processo de pacificação, o “carioca” poderia aproveitar uma culinária “pouco conhecida” e desfrutar de uma vista da capital exclusiva do alto dos morros da cidade (O GLOBO, 2011, p. 13). Em direção semelhante, foi publicado em 2012, com o financiamento conjunto do Governo do Estado e da Prefeitura da Cidade, um “Guia Gastronômico das Favelas do Rio”. O texto que abre o volume, concebido e editado pelo cineasta Sérgio Bloch, define o projeto como resultado da “fome com a vontade de conhecer”. Dentre os 22 estabelecimentos selecionados para o livro, está, entre as páginas 62 e 65, o Bar do David, o único portador de um prêmio gastronômico (BLOCH, 2012).

A notoriedade adquirida após a primeira edição do Comida di Buteco foi decisiva para o processo de internacionalização do Bar do David. A expressão “da favela para o mundo”¹¹, *slogan* do negócio, passou a ser utilizada nesse período, particularmente depois que David deu uma entrevista para repórteres do jornal estadunidense *The New York Times*, em setembro de 2011. Ele não dissimula o orgulho que sente da ampla cobertura jornalística sobre o seu trabalho. É capaz de repetir de memória, a cada início de conversa, os veículos estrangeiros que já escreveram sobre o bar, da BBC (British Broadcasting Corporation) a *Al-jazeera*, do Catar.

Há uma anedota curiosa sobre o alcance inesperado do negócio: certa vez dois homens e uma mulher, todos estrangeiros, se sentaram em uma mesa no interior do bar e iniciaram uma conversa com David, a despeito das barreiras linguísticas. Em dado momento, depois de servir os pratos, o dono do bar quis saber como eles tinham descoberto o local. “Israel”, disseram. “Ah, sim, o Israel, grande amigo, tá sempre indicando o caminho pra gente”, respondeu David,

11. Essa frase é frequentemente utilizada para publicizar pessoas e projetos que trilharam uma trajetória de ascensão econômica e/ou cultural, mobilizando a identidade social da favela. Os exemplos são abundantes e compreendem desde subtítulos de livro a nomes de perfil em redes sociais, passando ainda por títulos de canções.

pensando no porteiro de um prédio contíguo à escada que dá acesso ao morro. Confuso, um dos homens mostrou um arquivo aberto no celular: a página de uma revista israelense para a qual David havia dado entrevista meses antes.

Esse conjunto de circunstâncias – da premiação no concurso à internacionalização midiática – contribuiu para que a clientela do estabelecimento sofresse uma mudança expressiva no intervalo de pouco mais de um ano. “Quando montei meu bar, não montei para o asfalto, montei para o morro”. David reconhece, no entanto, que as modificações pelas quais o negócio passou afetaram sua capacidade de atender o público da favela: “o morador consome arroz, feijão, sal, açúcar, farinha, leite, café, refrigerante de garrafa, alguma coisa que ele busca nas biroskas e, muitas vezes, comprando fiado”. Com opções elaboradas, mais caras e sem o expediente de crédito informal, o bar passou a ser frequentado principalmente por pessoas de fora do Chapéu Mangueira.

Embora tenha provocado certo desconforto na vizinhança (“acho que o pessoal do morro ficou com ciúme”), essa transformação trouxe vantagens econômicas para David: “eu funcionava até duas da tarde de sábado, depois eu ia para praia jogar futevôlei. Um belo dia abri no domingo. Só botei petisco e vendi mais que o valor da semana inteira”. O bar passou a adotar um novo horário de funcionamento (todos os dias, com exceção de segunda-feira) e direcionou os esforços para a venda de petiscos: “comecei a arrancar os pratos, a partir de sexta-feira vendia só os petiscos, a feijoada de frutos do mar, o tropeiro e o bobó de camarão”. A partir desse momento, ele considera que seu bar passou a “competir em pé de igualdade com o asfalto”, o que significava ter funcionários formais, instalações padronizadas, boas condições de atendimento, dentre outros aspectos característicos do setor profissional de serviços¹².

12. Esse processo de transformação produziu distinções entre David e outros comerciantes do Chapéu Mangueira, inclusive, na relação com agentes da UPP. Perguntei diversas vezes se ele havia tido algum episódio de conflito com policiais, ao que sempre respondeu negativamente. Isso difere do que me foi narrado por outros donos de bar para a minha dissertação de mestrado (GOMES, 2020), assim como dos relatos apresentados na tese de Rodrigues (2018). Nesses trabalhos, diferentes donos de bar contam sobre conflitos com policiais da UPP, envolvendo a realização de festas, o volume e o tipo das músicas, assim como a colocação de cadeiras na calçada, entre outras questões.

A decisão de “arrancar os pratos” engendrou modificações simbólicas consideráveis para o bar e representou um aspecto importante no processo de conversão da birosca em boteco. A preferência por petiscos tem razões econômicas: aqueles são consumidos em maior volume e permitem maior margem de lucro. David argumenta que o “*ticket médio*”¹³ é mais alto em uma mesa de petisco: “duas pessoas comem duas porções e tomam seis cervejas, isso é bem mais do que o cara que só compra o prato, almoça e toma um refrigerante”. O preço do produto também é mais vantajoso para o estabelecimento. Um “prato feito” custa, em geral, entre 25 e 30 reais¹⁴. No Bar do David, apenas cinco petiscos (em um total de 22) estão nessa faixa de preço atualmente: a batata frita (pura ou com calabresa), a porção de quatro pastéis, o caldo de feijão e a sopa de ervilha. Os demais variam entre 34 e 50 reais. Além disso, segundo David, “ninguém ganha fama vendendo prato executivo”. Para ele, os petiscos carregam novas propostas culinárias, despertam maior atenção do público e são objeto frequente de compartilhamento em redes sociais – “ninguém ostenta um prato de comida grandão”.

A mudança no padrão de consumo e no perfil da população que transita pelo comércio em favelas foi identificada também em outras pesquisas desenvolvidas em diferentes territórios pacificados. Novaes (2018), ao estudar os casos do Vidigal, Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira, fabricou o conceito de “gentrificação periférica” para descrever as singularidades e as contradições dos processos de elitização então em curso nesse conjunto de favelas da zona sul carioca. O esforço da autora era mostrar que, apesar de prosseguirem como espaços de habitação popular, aquelas favelas experimentaríamos importantes transformações socioeconômicas, especialmente em termos de modelo de serviços e de comércios ofertados.

13. “*Ticket médio*” é uma das métricas administrativas utilizadas para mensurar o desempenho de um estabelecimento comercial. Consiste na receita total obtida durante um intervalo de tempo (um dia, por exemplo) dividida pela quantidade de cupons fiscais emitidos no mesmo período. É utilizada por David para explicar o padrão de consumo dos clientes.

14. Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), o prato comercial/prato feito no Brasil custa em média 29 reais. Na capital fluminense, o valor médio atual é de R\$ 32,83. Disponível em <<https://www.abbt.org.br/home>>. Acesso em 19/10/2020.

Rangel (2019), ao estudar o comércio popular no Brás, em São Paulo, elaborou o conceito de “empresarização” para analisar as alterações vivenciadas nas formas de trabalho, na ocupação de espaços físicos e na subjetividade dos trabalhadores dessa região da cidade. A migração das atividades de venda da rua para os *shopping centers* é narrada pelo autor a partir de suas justificativas e consequências: do discurso de modernização, formalização e combate aos ilegalismos às mudanças nas regulações contratuais, nos horizontes e nas expectativas dos trabalhadores/empresários – aquilo que o autor denominou como “gentrificação do trabalho”.

Embora façam referência a processos distintos, essas duas noções de “gentrificação” – tanto a “periférica” quanto a “do trabalho” – ajudam a entender o que transcorreu com David e seu bar. A presença de um boteco na favela representava uma nova experiência local de negócio que atraía uma clientela formada por grupos sociais diferentes dos moradores de favelas. Ao mesmo tempo, em função das mudanças vividas pelo negócio e de sua percepção desse processo, David realizou em pouco tempo a passagem da condição de “microempreendedor” para a de “empresário”, de dono de birosca para dono de boteco.

Gastronomia de inclusão e a política dos petiscos

Com muitas expectativas em torno de seu desempenho, o Bar do David participou pela segunda vez do Comida di Buteco em 2012. Nessa edição, o bar conquistou o vice-campeonato estadual com o “Croquete de frutos do mar” – a versão em bolinho de sua prestigiada feijoada. Animado pela rápida ascensão, David disse que “foi com tudo para ganhar” em 2013, mas, apesar do empenho, não conseguiu repetir os sucessos anteriores. O petisco “Favela chic”, feito de linguças empanadas servidas com molhos chimimchuri, queijo cheddar e acompanhada de chips de aipim, não figurou entre os primeiros colocados. Esse quitute marca o início de um novo ciclo nos nomes de petisco do bar, que passam a carregar significados mais amplos que a descrição do prato. A atribuição de novos sentidos aos itens do menu é parte de um movimento político e pessoal que David denomina como “gastronomia de inclusão”¹⁵. Isso

15. A “inclusão social” através da gastronomia é uma ideia relativamente bem consolidada no Brasil,

compreenderia desde a oferta de emprego para jovens de favelas até a disputa com empresários “de fora” que atuam nos circuitos de turismo do Chapéu Mangueira, passando ainda pela expressão criativa de suas ideias e perspectivas no cardápio do bar.

“Favela Chic”, segundo David, era uma homenagem a uma cliente importante do bar, uma médica que “com a sua presença fazia do Chapéu Mangueira um lugar refinado”. Enunciado naquele momento, o nome exaltava também processos em curso na cidade e no país: do ponto de vista urbano, como já apontado, mudanças na configuração dos comércios e serviços em favelas da Zona Sul, bem como no perfil da população que circulava e habitava aqueles territórios (NOVAES, 2018, p. 62); no âmbito nacional, por sua vez, o aumento no salário mínimo e a ampliação do acesso a bens de consumo, visto por analistas mais entusiasmados como a emergência de uma nova classe média brasileira¹⁶ (NERI, 2011).

Em 2014, David inscreveu na disputa do Comida di Buteco o prato “Dubai carioca” – uma porção de bolinhos de arroz com sardinha ao molho de alcaparras. O bar não alcançou novamente uma posição de destaque na competição. O petisco era uma tentativa de reforçar os laços do estabelecimento com o mar, como demonstram os seus ingredientes. O nome *sui generis*, no entanto, surgiu enquanto pensavam a estética do prato. David montou o tira-gosto à semelhança de uma espinha de peixe, mas virada ao contrário a estrutura lembrava a Ilha Palm Jumeirah, em Dubai. A história é narrada por David como parte de um episódio fortuito, mas o contexto faz crer que a associação entre o Chapéu Mangueira e um dos locais mais exuberantes do mundo não foi absolutamente incidental.

Localizada nos Emirados Árabes Unidos, Dubai é identificada em diferentes portais na *internet* como um lugar turístico, símbolo de progresso mas a abordagem proposta por David acrescenta novos elementos a essa discussão. Explorar esse constructo – “gastronomia de inclusão” – e compreender suas raízes e desdobramentos é atualmente um dos meus projetos de pesquisa.

16. Freire-Medeiros (2007) mostra que o nome “Favela Chic” é utilizado também por uma rede de restaurantes internacional especializada em comida brasileira. Essa autora vem analisando há mais de uma década a transformação da “favela” de estigma em marca.

econômico, com praias paradisíacas, hotelaria opulenta e restaurantes requintados. As favelas do Leme, por seu turno, despontavam naquele momento como um destino particularmente atraente para visitantes estrangeiros, em especial no mercado turístico dos morros cariocas: além da proximidade com o mar, podiam oferecer ao mesmo tempo boa hospedagem e gastronomia de qualidade reconhecida. No quadro da cidade, figuravam também como um caso expoente da ideia de desenvolvimento econômico e sociocultural. Por isso, guardadas as diferenças irreduzíveis, a referência à Dubai objetivada por David parecia incorporar e dar consequência a certo discurso sobre as favelas pacificadas no Rio de Janeiro, notadamente o que via naquela experiência a construção de perspectivas possíveis para diversas cidades desiguais do mundo (LA ROCQUE, s/d).

A Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil, em 2014, foi um marco bastante relevante na trajetória do bar. O campeonato atraiu um grande fluxo de visitantes para o país e representou um ganho econômico adicional para o setor de serviços nas cidades-sede. Então já considerada uma favela turística, o Chapéu Mangueira recebeu nesse período muitos estrangeiros e brasileiros de outros estados interessados em conhecer a “realidade carioca”. Do ponto de vista de seu negócio, David destaca especialmente o afluxo de pessoas nos dias de jogos. Nessas datas havia nas areias de Copacabana um evento chamado *FIFA Fan Fest*, que disponibilizava telões e sistemas de som para transmissão de partidas de futebol e apresentações musicais. Parte da multidão que se reunia na festa circulava também pelos bares e restaurantes do entorno, entre eles o de David.

O prolongamento do tempo de consumo no bar motivou, inclusive, o nome de um petisco criado por David por ocasião do torneio. O “Prorrogação” – mandioca com linguiça mineira ao molho de mostarda e servida com mel e *catchup* de pimentão – atendeu a uma sugestão da RioTur (EMPRESA DE TURISMO DA CIDADE), que propôs a vários bares a criação de um quitute ligado ao futebol. O nome do prato, segundo seu idealizador, convida o cliente a permanecer mais tempo no bar ao mesmo tempo que faz alusão à extensão do período regulamentar de uma partida de futebol. Esse petisco “ganhou” a capa da parte gastronômica do Guia Oficial do Rio de Janeiro. Estampando

a principal revista turística da cidade e a 800 metros dos principais hotéis de Copacabana, o bar se tornou um “*point*” para repórteres de todos os lugares do mundo. David conta orgulhoso que precisou organizar uma fila para atender aos pedidos de entrevistas, algumas das quais realizadas ao vivo.

No concurso Comida di Buteco, o desempenho do bar voltou a melhorar em 2015 com o petisco “Estrela de David” – costelinha de porco com geleia de abacaxi, hortelã e pimenta. Com o terceiro lugar na disputa, esse prato o recolocou entre os melhores botecos do estado. A denominação dessa iguaria também carrega diferentes sentidos: faz referência ao símbolo judaico de mesmo nome ao passo que mobiliza também o repertório popular em torno da ideia de “estrela”, cujo portador é geralmente alguém que conjuga boa sorte e protagonismo. Nesse sentido, ao comentar o nome do petisco, David sublinha que outras pessoas, mais talentosas que ele, não tiveram sucesso semelhante ao seu (onde estaria a sua sorte), embora sempre ressalte que se preparou durante toda a vida para “este momento” (resultado de seu protagonismo e esforço). Esse processo de “preparação” articula, na narrativa de David, dois elementos principais: por um lado, aquilo que ele define como “postura diante da vida” e, por outro, as lições apreendidas nos diferentes espaços pelos quais transitou ao longo de sua trajetória, em especial a “praia”, a “favela” e o “samba”.

Como boa parte das crianças do Chapéu Mangueira, David aproveitava a ressaca do mar para “garimpar” moedas, ouro e outras joias na praia – “quando o mar fica brabo, joga muito dinheiro pra fora”. Conta que chegou a acumular um pequeno pote de ouro, ao que definiu à época como sua “caderneta de poupança”. Era a isso que recorria quando precisava de dinheiro extra para “fechar o mês” ou para uma nova empreitada. São do “garimpo” também o bracelete e o colar que veste diariamente. Na adolescência, David passou a pescar e a praticar mergulho; mais tarde, se profissionalizou em ambas as atividades. Tornou-se montador de varas de pesca, atendendo praticantes de elite e atletas brasileiros de pesca desportiva. Surfista desde cedo, diz que salvou banhistas de afogamento inúmeras vezes. Em 1997, com 25 anos, prestou o concurso municipal para o posto de guarda-vidas, mas alega ter sido “garfado” durante a seleção. David atribui o resultado desfavorável à discriminação contra moradores de favelas: “eu fui um dos melhores atletas que concorreram à vaga daquele ano

e fiquei de fora por uma audiometria que não provou nada; morar na favela às vezes é um pouco difícil”.

Em que pese os desafios, David nunca cogitou se mudar do Chapéu Mangueira. Em entrevista a jornalistas disse, mais de uma vez, que “sair do morro” no seu caso significaria “remover as raízes de uma planta”. Membro de uma das principais famílias locais, ele cresceu em um período no qual a favela já começava a se liberar das ameaças de remoção e quando não havia ainda o cerceamento imposto pela regulação armada do cotidiano¹⁷. “Tive uma infância maravilhosa, fiz tudo o que uma criança poderia fazer, a favela proporcionava isso de forma segura naquela época”.

Em tom nostálgico, David conta que as brincadeiras de bola de gude eram interrompidas apenas quando alguém anunciava a chegada de compras no morro. Em troca de pequenas quantias, as crianças desciam a escadaria para carregar bolsas e caixas para os adultos e idosos. Na medida em que foram crescendo, David e seus amigos passaram a “fazer o carroto das madames” nas feiras livres do Leme. Ele considera essa atividade como o seu “primeiro emprego”, realizado com apenas sete anos. Foi ali que aprendeu os códigos básicos da negociação utilizados até hoje: “eu negociava meu preço para poder carregar as compras; depois, na pesca, tinha que negociar (‘toma aí, me paga depois’), [...] comecei ali e isso me trouxe certa experiência”.

A dinâmica associativa da favela apresentou a David o universo do samba. Sua trajetória como percussionista teve início no Bloco Carnavalesco Aventureiros do Leme. A partir de 1989, já com 17 anos, passou a integrar também o Grêmio Recreativo Escola de Samba São Clemente, da favela Santa Marta, no bairro de Botafogo. Dois anos após sua chegada, tornou-se mestre

17. Nas décadas de 1960 e 1970, as favelas cariocas, especialmente as do Centro e da Zona Sul, foram submetidas a uma intensa política de remoção que suprimiu do espaço urbano em torno de 80 favelas, assim como impediu a expansão e a urbanização de várias outras, entre elas a do Chapéu Mangueira (VALLADARES, 2005). A política remocionista perdeu força nos anos 1980 e 1990. Diversas favelas passaram por processos de urbanização, fenômeno descrito e analisado por Cavalcanti (2009). Trabalhos mais recentes apontam para o retorno da “lógica remocionista” em diversos territórios da cidade durante a preparação para os Jogos Olímpicos (MAGALHÃES, 2019).

de bateria da escola, cargo que ocupou até 2010¹⁸. Esse trabalho introduziu David no circuito profissional do samba: ele participou da gravação de diferentes álbuns musicais e realizou turnês em outros países. As experiências a frente do Aventureiros do Leme e da São Clemente ensinaram David a conceber e a empregar estratégias para competições, assim como contribuíram para o desenvolvimento de suas habilidades como liderança social e política. “Todo mundo tocava samba, então eu exercia uma liderança sobre os homens, aquilo me trouxe certo *status*, me colocou numa posição de liderança”, afirma.

Em todos esses espaços – a praia, a favela e o samba – David emprega uma postura que descreve frequentemente como “a busca pelo melhor”. Essa atitude poderia ser entendida, em termos sociológicos, como a combinação de uma intensa reflexividade, no sentido de produzir justificações sobre o significado de suas ações no mundo (BOLTANSKI, THÉVENOT, 2006), e de uma forte referência na competição, entendida aqui como a modalidade indireta e formal do conflito, uma das principais formas de sociação entre os indivíduos (SIMMEL, 1983). Mesmo em momentos mais difíceis do negócio, David não assumiu as tarefas do dia a dia do seu bar e manteve funcionários para que pudesse formular encaminhamentos para os problemas que enfrentava: “parado, pensando, eu ganho mais no médio prazo”. Simultaneamente, em boa parte das histórias e acontecimentos que David narra, fica evidente a centralidade atribuída à competição nas interações e laços sociais que constrói, seja nas disputas de baterias no carnaval, no concurso Comida di Buteco, ou ainda em corridas matinais na areia da praia.

Da “Ressurgência” à “saudosa maloca”: a virada crítica no discurso de David

Em 2016, ano dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, David se inscreveu no Comida di Buteco com o petisco “Ressurgência” – vinagrete de frutos do

18. O mestre de bateria é o líder de uma orquestra de percussão que sustenta os desfiles de uma Escola de samba (LOPES, SIMAS, 2015) e por isso é considerada uma figura-chave no universo do carnaval carioca. David conta que deixou o cargo mestre de bateria depois que se tornou dono de bar, porque as duas atividades se tornaram inconciliáveis para ele.

mar e feijão fradinho. A criação do prato atendia a um senso prático: servir comida fria encurta o processo de produção e reduz os custos econômicos. O preparativo de um bolinho, por exemplo, implica fazer a massa, estocar as unidades, descongelar, fritar, rechear e aquecer novamente: “perco tempo fritando e aquecendo, enquanto a fila aumenta lá fora”, explica David. Com esse prato o bar foi eleito não apenas o melhor do estado, mas também do Brasil. Aquele ano foi estreia da edição nacional do Comida di Buteco. Pela primeira vez os vencedores das etapas estaduais concorreram entre si pelo título de melhor boteco do país. Em um intervalo de aproximadamente seis anos, a pequena birosca de um desempregado morador de favela passava a ser considerada o melhor botequim nacional.

A vitória de David, entretanto, foi contestada por parte dos concorrentes. Segundo a cobertura do jornal O Globo, alguns participantes consideraram que o petisco vencedor não era uma “comida de botequim”, porque consistia em um “prato frio, leve e sem frituras” (SOBRAL, 2016). David respondeu às críticas comparando-se a Isaac Newton: “deve ter sido difícil para ele explicar a Lei da Gravidade naquela época”. Em outra oportunidade, no mesmo jornal, Guimarães (2016) atribuiu as avaliações negativas menos à sua inovação, afirmando que “foi recalque. O pessoal não aturou um bar da favela ganhar”.

O “Ressurgência” remete à identidade do bar e de seu proprietário, dado que o mar e a culinária praiana estão no centro da imagem do negócio, assim como ao universo da favela, representado no nome do petisco: “a favela surgiu como o patinho feio da cidade, mas durante o panamericano, a copa do mundo e as olimpíadas ressurgiu como ponto turístico”, diz David. Embora o turismo nas favelas cariocas tenha despontado no final dos anos 1990, conforme descrito e analisado por Freire-Medeiros em seus trabalhos (2009, 2013), não é sem razão que David, ao narrar o processo de “ressurgimento turístico da favela”, atribua centralidade aos grandes eventos esportivos ocorridos entre 2007 e 2016. Nos últimos anos, vários autores mostraram, a partir de diferentes abordagens, que a preparação da cidade para sediar torneios, festivais e solenidades internacionais foi decisiva na produção de iniciativas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico de favelas, dentre as quais a transformação

desses espaços em locais seguros e atraentes à visitação de estrangeiros (FREIRE-MEDEIROS, VILAROUCA, MENEZES, 2016).

De um ponto de vista situado, são ainda mais tangíveis as conexões entre o “ciclo dos megaeventos” e a projeção do Bar do David. Buscando reproduzir a notoriedade experimentada durante a Copa do Mundo de futebol, David organizou uma campanha nos meses anteriores aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro para levar o velocista Usain Bolt ao Chapéu Mangueira. Apoiada na rede social, a estratégia contou com a participação de artistas e personalidades públicas que gravaram vídeos convidando o atleta jamaicano para uma visita ao bar. A presença de um dos maiores nomes do esporte mundial “representaria muito para as crianças da favela”, dizia uma das mensagens produzidas. Bolt aceitou o convite, segundo David, mas problemas pessoais o fizeram deixar antecipadamente o país. Mesmo sem atingir o propósito principal, a campanha rendeu frutos positivos para o bar. A agitação em torno da ação contribuiu para que David fosse convidado para encerrar o primeiro dia de revezamento da tocha olímpica na cidade. A memória desse momento está corporificada em duas tochas dispostas até hoje no estabelecimento: uma David adquiriu com o próprio dinheiro, a outra ganhou em uma ação de *marketing* da fabricante de automóveis Nissan.

Em 2017, em busca do bicampeonato no Comida di Buteco, David concebeu o petisco “Saudosa maloca”, um bolinho de milho e queijo recheado com carne seca. Foi vitorioso na etapa estadual e vice-campeão na disputa nacional. O nome do prato faz referência direta ao samba homônimo de Adoniran Barbosa. Nessa canção, o compositor “lírico e sarcástico” (CANDIDO, 1975) narra o processo de transformação no padrão imobiliário da cidade de São Paulo a partir da perspectiva de um sem-teto, cuja “maloca” fora derrubada para dar lugar a um “edifício ártu” (arranha-céu). Trata-se de um canto resignado e dolorido que ressalta as consequências das políticas desenvolvimentistas dos anos 1950 para as camadas populares paulistanas (BASTOS, 2014). Segundo David, esse nome buscava representar a “saudade da birosca”, isto é, certa nostalgia que ele vinha sentindo da forma anterior do seu negócio. É um título que des-toa da denominação escolhida para os petiscos anteriores. Embora se refira também às dinâmicas em curso no comércio do Chapéu Mangueira, o faz em

direção contrária às versões anteriores. Se o “Favela chic”, o “Dubai carioca” e o “Ressurgência” pareciam exaltar os acontecimentos vividos, o “Saudosa maloca” simbolizava a dimensão de sua crítica.

As circunstâncias do momento talvez tenham contribuído para a presença mais forte de um componente contraditório no discurso de David. Findado o ciclo dos megaeventos, em 2016, a política de pacificação de favelas entrou em franca derrocada (MACHADO DA SILVA, MENEZES, 2019). Segundo David, o “estado substituiu a estratégia anterior, de paz, por uma nova, de confronto”. Com episódios inesperados de tiroteio entre traficantes de drogas e policiais, a experiência da “vida sob cerco” (MACHADO DA SILVA, 2008) retomava seu curso mais comum no Chapéu Mangueira. Isso pode ter acionado outros matizes na práxis inclusiva da gastronomia de David. Um episódio ocorrido em 2017, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ilustra a guinada crítica que se processou em sua atuação política a partir de então.

Em uma audiência pública da Comissão de Turismo, que tratava da repentina exclusão das favelas do mapa turístico da cidade¹⁹, David iniciou sua intervenção ressaltando que, embora fosse dono de um bar premiado, não havia recebido até aquele momento qualquer reconhecimento das secretarias fluminenses de cultura e de turismo. Carregando nas mãos uma publicação da RioTur sobre o *Rock in Rio*²⁰, disse que não viu na revista nenhuma imagem

19. Em 2017, a RioTur, empresa pública de turismo na capital, excluiu as favelas do mapa oficial da cidade. Mesmo depois da consolidação do turismo em favelas, fenômeno amplamente documentado em pesquisas e textos oficiais, o argumento utilizado pela empresa para retirar as favelas do mapa foi justamente que aquela publicação teria como foco apenas os “pontos turísticos” do Rio de Janeiro. A audiência pública organizada pela Comissão de Turismo da Alerj contou com a participação de lideranças comunitárias do Santa Marta, Vidigal, Rocinha, Providência e Chapéu Mangueira, assim como com a presença de parlamentares e representantes de agências estatais. David representou o Chapéu Mangueira ao lado de Dinei, um agente de turismo, e de Beto, então presidente da Associação de Moradores. Depois do encontro nesta Comissão, a RioTur voltou atrás e reinseriu as favelas no mapa turístico da cidade. O vídeo completo da sessão está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yHIQA3S4KuM>>. Acesso 13/11/2020.

20. O *Rock in Rio* é um festival internacional de música que ocorre esporadicamente no Rio de Janeiro desde 1985.

de favela, embora na segunda página o cônsul dos Estados Unidos indicasse o Bar do David como sua melhor experiência na cidade. David definiu, assim, como “covardia” e “discriminação” a desclassificação das favelas como ponto turístico, em reforço ao argumento de que “desenvolvendo a favela a gente vai desenvolver a cidade, o estado”.

Foi no desfecho do discurso, entretanto, que a crítica de David produziu uma ruptura na situação até então estabelecida. Inconformado que parte dos presentes fosse servida com utensílios descartáveis, ele se colocou à disposição para, em outra oportunidade, “ceder louças para que todos os representantes [de favelas], que eu considero autoridades, possam tomar água em um copo de vidro, possam tomar um cafezinho em uma xícara de louça, para que todos estejam em tom de igualdade”. Ao reivindicar o lugar de um dono de negócio que preza pela qualidade dos serviços prestados, David evidenciou não apenas a falta de “etiqueta” dos anfitriões, como também a desigualdade de tratamento reproduzida no interior de uma Casa legislativa. Constrangidos pelo comentário, os deputados Silas Bento e Rosângela Zeidan, respectivamente, presidente e vice-presidente da Comissão, informaram que o “problema” seria corrigido pela equipe de cerimonial em um próximo encontro.

A exclusão das favelas do mapa turístico do estado, revertida após aquela audiência pública, pode ser considerada um dos principais indícios de que a conjuntura político-econômica no Rio de Janeiro vinha se modificando em função da descaracterização da política de “pacificação”. Com o sugestivo título de “água no chope em áreas de UPP”, uma matéria do jornal O Globo de maio de 2017 noticiava que “bares, restaurantes e *hostels* em favelas amarga[va]m prejuízos com a crise da segurança” (LIMA, 2017, p. 07). O jornal mostrou algumas das estratégias que os comerciantes adotavam para conter o esvaziamento do negócio – de condução própria para os clientes a rodas de samba nos finais de semana, além de descontos expressivos no preço dos serviços. David é descrito no texto como alguém “divertidíssimo” e “otimista”. No trecho de sua fala destacado pela reportagem ele argumenta que “assalto e arrastão não acontecem na favela” e diz que a diminuição do público teria a ver também com a crise financeira no estado. Arremata afirmando que “não é problema da favela, mas

da cidade” e cita que “caixas eletrônicos estão sendo estourados em Ipanema”, um dos bairros mais elitizados da cidade.

É relevante notar em episódios desse tipo como David busca se movimentar no interior da “linguagem da violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2010). A governança criminal (LESSING, 2020), que incide sobre a vida cotidiana nas favelas, é mobilizada por ele, em alguma medida, como um ativo contra determinadas práticas violentas comuns ao “asfalto” (como o “assalto” e o “arrastão”). Trata-se de um recurso por parte de um comerciante e morador de favela que busca refazer o quadro de referências em torno do problema da segurança pública, sinalizando que a condição territorial da favela não carrega apenas desvantagens. No entanto, em oposição às expectativas de David, a força normativa que enquadra a “favela” como lócus da violência no Rio de Janeiro seguiu orientando a conduta dos agentes e a formulação de políticas públicas no estado (MACHADO DA SILVA, 2010), conforme mostraram os meses seguintes àquela declaração ao jornal.

Da “paz” ao “confronto”, do “morro” ao asfalto”

Em fevereiro de 2018, imediatamente após cenas de assaltos a turistas e foliões terem sido registradas por canais de televisão durante o carnaval no Rio de Janeiro, a presidência da República decretou intervenção federal na segurança pública do estado²¹. O então responsável pelo Comando Militar do Leste, o general do Exército Walter Braga Netto, despossou provisoriamente o governador fluminense de sua ascendência sobre as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, a Secretaria de Segurança e o Sistema Penitenciário estadual. Hirata e Grillo (2019) argumentam que essa decisão extraordinária teria ocorrido em função de “pressão política exercida por entidades empresariais” (HIRATA, GRILLO, 2019, p. 09) insatisfeitas com o aumento do roubo de carga no Rio de Janeiro. Assentindo com essa hipótese, Miagusko (2018) acrescenta,

21. A Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro foi decretada em 2018 pelo então Presidente da República Michel Temer. Para saber mais, veja o Decreto 9288/18. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/545787556/decreto-9288-18>. Acesso em 09/06/2020.

no entanto, que os “efeitos circulatórios” da violência, entre os quais a descaracterização da UPP, contribuíram para fortalecer a plausibilidade da medida.

Sob crescente ameaça de tiroteios na favela, David inscreveu na edição 2018 do Comida di Buteco o petisco “Maritimidade” – massa folhada recheada com frutos do mar ao alho e óleo. Pela primeira vez desde 2015 o estabelecimento não ficou entre os três primeiros colocados na disputa. Embora não seja possível precisar o motivo, é provável que o risco iminente de confronto armado no entorno do bar tenha contribuído para esse resultado. A seleção do petisco também pode ter pesado negativamente. O prato escolhido não é de fácil execução, de modo que David decidiu não o manter no cardápio após o fim do concurso (o único caso do tipo até o momento).

A situação do negócio se agravou em 2019 depois da eleição do então governador fluminense Wilson Witzel (PARTIDO SOCIAL CRISTÃO). Impulsionado pela expansão da extrema-direita no país, o ex-juiz federal foi eleito em 2018, tendo como agenda política-eleitoral a supressão dos direitos civis em favelas e a militarização da vida social (GONÇALVES, 2019). A eleição de Witzel, que surpreendeu analistas de diferentes matizes ideológicos, elevou a patamares inéditos a politização da violência policial no Rio de Janeiro. O seu apoio explícito a situações de abusos e violações de direitos é certamente um dos fatores-chave por trás da intensificação do uso da força pelas polícias no estado. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), a média mensal das mortes por intervenção de agente do Estado subiu de 54 para 151 casos entre 2015 e 2019 (ISP, 2020). Ainda que não haja informação específica sobre isso, a evidência contextual mostra que boa parte das mortes provocadas pelas polícias no estado ocorre em favelas e territórios populares (ZALUAR, BARCELOS, 2013).

Em janeiro de 2019, eu estava no Chapéu Mangueira entrevistando o presidente da Associação de Moradores local quando uma rápida troca de tiros entre policiais da UPP e um “soldado” do tráfico de drogas que fazia a “contenção da boca de fumo” (GRILLO, 2016) feriu na barriga um turista holandês que almoçava no Bar do David. Em poucos minutos, a parte baixa do Morro estava repleta de repórteres que noticiavam o ocorrido e o nome do bar apareceu em praticamente todas as matérias sobre o assunto.

Dois ou três meses depois desse evento, a minha interlocução com David se estreitou e nós começamos a conversar de forma regular. Na primeira vez em que interagimos mais longamente, ele parecia abatido e sem esperanças com o futuro do negócio. David havia elaborado para o Comida di Buteco o petisco “Acarajé de jiló” (bolinho de jiló com queijo recheado com bacon, calabresa e carne), mas decidiu sair do concurso porque, segundo ele, em função daquela situação de insegurança, “estava decepcionado com tudo, estava sofrendo demais. Não dependia de mim e aquilo me deixava fraco”. Contou, ainda, que havia “recolocado os pratos executivos” para tentar recompor o fluxo de clientes. Quando eu perguntei o que significava ser dono de um boteco, ele respondeu que “isso aqui, na verdade, sempre será uma birosca”.

Esse entendimento, em particular, divergia do que eu vinha observando ao longo do trabalho de campo. As biroskas do Chapéu Mangueira mantinham suas vendas mais ou menos estáveis a despeito de qualquer evento. Em várias ocasiões, quando o “clima” estava tenso na favela (CAVALCANTI, 2008), com risco de “invasão” ou de “incursão”, elas funcionavam com as portas fechadas e com os vizinhos passando rapidamente para levar a compra. Em conversas com moradores, aprendi que a principal mudança na economia local estava no fato de que “dinheiro de fora não tem mais”²². Antes o “dinheiro vinha de fora”, porque quem os utilizava nos negócios locais eram pessoas do “asfalto” ou do “mundo”, não os próprios vizinhos dos comerciantes. As atividades econômicas seguiam dinâmicas, mas voltadas agora para o público interno e adaptadas à nova conjuntura. Nesse sentido, diferentemente do boteco, as biroskas tinham a informalidade, a plasticidade e o improvisado como vantagens comparativas para aquele contexto. As dinâmicas territoriais das favelas no Rio de Janeiro, que outrora impulsionaram negócios mais arrojados e cosmopolitas, vinham fazendo com que a permanência do boteco se tornasse insustentável: “fico

22. Essa leitura é bastante relevante para o esforço de compreender, em um contexto de pós-pacificação, a sociabilidade e as trocas econômicas no Chapéu Mangueira, mas seu alcance precisa ser colocado em perspectiva, pois as biroskas são negócios profundamente conectados a circuitos financeiros mais extensos que o território da favela. Nesse sentido, a dualidade “dentro/fora” é incorporada aqui apenas na medida que se trata de um referencial adotado *por quem vende sobre para quem vende*.

muito triste, porque depois de criar um grande patrimônio dentro da favela, um ponto turístico e gastronômico, eu poderia ser, sei lá, visto com outros olhos, mas me sinto um pouco abandonado pelo Estado”, afirma David.

Foi diante desse cenário que ele optou, ainda em 2019, por abrir uma filial no bairro de Copacabana: “eu saía para comprar alguma coisa na rua e via bares que não tinham qualidade super cheios, e o meu, com o título de melhor bar do Brasil, ali meio vazio”. David conta que, a partir desse momento, passou a estudar alguns espaços para alugar no “asfalto”. Ao fim, escolheu um ponto bastante disputado, entre os tradicionais bares Cervantes e Galeto Sat’s, onde outros dois estabelecimentos do tipo não haviam conseguido se firmar nos últimos anos: “teve gente que me falou ‘cara, você é louco, entrar no meio de dois bares grandes’, mas grande aqui sou eu”. David segue apostando que, “se respeitar o cliente”, o bom desempenho do negócio “virá naturalmente”.

“Respeitar o cliente” para ele é manter um padrão adequado de qualidade e pautar as decisões do negócio pelo comportamento dos frequentadores. Ele conta que, poucos dias depois de abrir a nova loja, percebeu que a sua cerveja “não estava girando”. Alguns amigos iam visitá-lo no novo bar, compravam os seus petiscos para comer, mas pediam licença para beber o chope dos estabelecimentos vizinhos. Ao verificar a regularidade do gesto, David procurou responder à situação: “liguei para o diretor da *Heineken* no Brasil, que é meu amigo, e falei: eu não descii para o asfalto para assistir os outros ganharem dinheiro [...]. Quero que você mande uma chopeira para mim essa semana”.

Após a abertura da filial, Davi também fez uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para receber o acompanhamento de uma consultoria em “gestão de alimentos”. Ele deseja consolidar a imagem do bar como uma referência em qualidade de atendimento no Rio de Janeiro. “Isso foi muito interessante para a gente, claro, mas para eles também, que podem falar ‘a gente dá suporte para o Bar do David, será que é por isso que lá tem esse padrão de qualidade?’”. Ainda no processo de “descida para o asfalto”, David contratou por um período de três meses uma assessora de imprensa, que lhe assegurou espaço de promoção em veículos de comunicação impressos e televisivos – de pequenas notas em jornais à gravação de programas de culinárias.

O “bar de cima”, conforme passou a ser chamado o ponto original no Chapéu Mangueira, seguiu aberto e recebendo clientes, mas opera atualmente com menos funcionários e com foco em eventos fechados. O novo bar, no “asfalto”, tem as paredes preenchidas com imagens antigas de favelas. Ao final de 2019, o petisco “Acarajé de Jiló”, que não disputou o Comida di Buteco daquele ano, foi apontado pelo crítico Juarez Becoza, em sua coluna no jornal O Globo, como o “melhor petisco de botequim do ano” (BECOZA, 2019, p. 02). David tem esperança de que, “manobrando a prancha em um mar agitado”, chegue a dias mais calmos para o seu bar. Acredita que desse modo a “favela”, representada no seu negócio, seguirá falando para o “mundo”.

Considerações finais

A descrição das trajetórias de David e de seu bar procurou oferecer novas perspectivas sobre as dinâmicas de integração social experimentadas em favelas cariocas durante a política de pacificação no estado. Privilegiei o ponto de vista de um dono de negócio com o intuito de ressaltar tensões, contradições e diferenças que configuram experiências contemporâneas de desigualdade urbana no Rio de Janeiro. Tratou-se de um esforço alternativo e complementar a abordagens verticais, que narram esses processos desde uma perspectiva externa. À título de conclusão, destaco três pontos que podem ser trabalhados analiticamente a partir dos itinerários narrados.

Em primeiro lugar, as análises aqui apresentadas enfatizam que o botequim é um objeto heurístico relevante à compreensão de processos e relações sociais nas cidades. Em “O significado do botequim”, Machado da Silva (2016) argumenta que, fornecendo bases informais de integração à nova ordem socioeconômica, essa modalidade de casas de bebida representou um suporte importante para parte da classe trabalhadora brasileira na passagem para uma sociedade urbano-industrial. No presente, em suas diferentes versões (boteco, pé-sujo etc.), a vida social do bar também joga luz sobre a reestruturação produtiva no setor de serviços, o avanço da mercantilização da experiência, os casos de “gentrificação” de áreas populares etc., além de disponibilizar um campo fértil de pesquisa antropológica sobre a “economia cotidiana” e outros objetos situados.

O material analisado permite, em segundo lugar, visualizar de que maneira as políticas públicas ganham vitalidade no nível local-individual e de que modo as repercussões geradas por elas se estendem para além de seus períodos de ação. Ao construir sua imagem como um empresário de sucesso, um “espetáculo da integração das favelas à cidade” (CAVALCANTI, 2013), David em alguma medida transformou o seu bar em um artifice da pacificação. O caso dessa política, entretanto, não encerra sua capacidade de gerar desdobramentos. Parafraseando Rizek e Paoli (2007), é importante observar as práticas políticas que emergem das ruínas da pacificação.

Por último, a narrativa apresentada neste trabalho oferece elementos para as discussões em torno da percepção dos moradores de favelas e de periferias sobre o “Estado” e o “mercado”. Trajetórias como a de David desafiam as interpretações de inclinação normativa, que costumam ver nas circunstâncias aqui narradas apenas dinâmicas de normalização e/ou de exploração do trabalho. Sem desconsiderar a existência de ambas, é relevante apreender também as frestas e as fissuras desses processos, compreendendo como novas inflexões são produzidas pela ação de grupos e indivíduos. Conforme indicam Correa e Dias (2016), o espaço da crítica não está dado a priori. Ele é “gestado” e o(a) sociólogo(a) deve ser capaz de reconstruir sua gestação, sua atualização e suas consequências (CORREA, DIAS, 2016)). Dar especial atenção às categorias mobilizadas pelos próprios atores, como procurei fazer nesse trabalho, pode revelar experiências e repertórios políticos ainda pouco explorados pela literatura acadêmica – um exercício imprescindível à renovação do conhecimento sociológico sobre o mundo popular.

Referências

- BASTOS, R. J. M. Ensaio sobre Adoniran: um estudo antropológico sobre a “Saudosa maloca”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 84, pp. 25-41, 2014.
- BECOZA, Juarez. Melhor petisco de botequim do ano. Pé Sujo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de dez. 2019, Rio Show, p. 02.
- BERTEAUX, Daniel. L’approche biographique: Sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Volume LXIX, pp. 197-225, 1980.

_____. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BLOCH, Sérgio. **Guia Gastronômico das favelas do Rio**. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2012.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On Justification: economies of worth**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CANDIDO, Antonio. Texto da contracapa do LP Adoniran Barbosa. **Odeon SMOFB 3877** (direção musical de José Briamonte), 1975.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo. **Os Donos do Morro: uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. São Paulo: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas**, v. 1, n. 1, pp. 35-59, 2008.

_____. Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, pp. 69-80, 2009.

_____. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'. **Dilemas**, v. 6, n. 2, pp. 191-228, 2013.

COMIDA DI BUTECO. Comida di Buteco, [s.d.]. **Números de 2019**. Disponível em: <<http://www.comidadibuteco.com.br/rio-de-janeiro/>>. Acesso em 10 de set. de 2020.

CORRÊA, Diogo Silva; DIAS, Rodrigo de Castro. A crítica e os momentos críticos: de La Justification e a guinada pragmática na Sociologia Francesa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, pp. 67-99, 2016.

COSTA, Ana Claudia. Depois das UPPs, favelas ocupadas pelo sabor. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 out. 2010. Caderno Rio, p. 29.

COUTO, Maria Isabel. **UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade**. Tese [Doutorado em Sociologia]. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2016.

DAS, Veena. **Critical events**: an anthropological perspective on contemporary India. Delhi: Oxford University Press, 1996.

FILHO, Azis; ALVES, Francisco. **Paraíso armado**: interpretações da violência no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Garçon, 2003.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, pp. 61-72, 2007.

_____. **Gringo na Laje**: Produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

_____. **Touring Poverty**. Londres/Nova York: Routledge (Advances in Sociology Series), 2013.

_____; VILAROUCA, Márcio; MENEZES, Palloma. A pobreza turística no mercado de pacificação: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta. **Cadernos CRH**, v. 29, n. 78, pp. 571-586, 2016.

GOMES, Ramón Chaves. **A birosca e o boteco: trajetórias de donos de bares em uma favela pacificada no Rio de Janeiro**. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2020.

GONÇALVES, Rafael Soares. As eleições de 2018 no Estado do Rio de Janeiro: crônicas de um desastre político. **IdeAs [En ligne]**, 13, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/ideas/5443>>. Acesso em 11 de nov. de 2020

GRILLO, Carolina Christoph. Frontières tacites. Confrontations et accords dans les favelas de Rio de Janeiro, **Confins**, n. 28, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11246>>. Acesso em 15 de ago. de 2020.

GUIMARÃES, Cleo. Saiba como foi a Festa do Prêmio Rio Show de Gastronomia, no Porto. **O Globo**, 05 de nov. de 2016. Coluna Gente Boa. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/saiba-como-foi-festa-do-premio-rio-show-de-gastronomia-no-porto.html>>. Acesso em: 22 de dez. de 2020.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. **Roubos, proteção patrimonial e letalidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.

ISP – Instituto de Segurança Pública. Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Estatísticas de segurança: série histórica mensal por município desde 2014. Disponível em: <<https://www.ispdados.rj.gov.br:4432/>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

LA ROCQUE, Eduarda. Rumo ao fim da Cidade Partida. **Artigos IPP**, s/n, p. 1-3, s/d. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/7f548206-1f79-43dc-950a-a51d1c5ce7f0>>. Acesso em: 07 de jun. 2020.

LEITE, Marcia da Silva Pereira. Las “ciudades” de la ciudad de Rio de Janeiro: reestructación urbana en el contexto de los “grandes eventos”. **Proposta**, ano 36, n. 125, pp.20-23, 2012.

LESSING, Benjamin. Conceptualizing Criminal Governance. **Perspectives on Politics**, OnlineFirst, July 2020.

LIMA, Ludmilla. **Água no chope em áreas de UPP**. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de maio de 2017. Rio, p. 07.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Vida sob cerco:** violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

_____. Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, v. 23, pp. 283-300, 2010.

_____. O Significado do Botequim. In: _____. **Fazendo a cidade:** trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016 [1969], pp. 48-69.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **O mundo popular:** trabalho e condições de vida. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

_____; LEITE, Marcia Pereira. Continuidades e mudanças em favelas ‘pacificadas’: Apresentação ao dossiê Unidades de Polícia Pacificadora-Cevis. **Dilemas**, v. 7, n. 4, pp. 607-610, 2014.

_____; MENEZES, Palloma Valle. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 03, pp. 529-551, 2019.

MAGALHÃES, Alexandre. A “lógica da intervenção” e a questão da circulação: as remoções de favelas como forma de gerir o espaço urbano no Rio de Janeiro dos Jogos Olímpicos. **Tempo Social**, v. 31, n. 2, pp. 221-242, 2019.

MENEZES, Palloma; CORRÊA, Diogo. From Disarmament to Rearmament: Elements for a Sociology of Critique of the Pacification Police Unit Program. **Vibrant**, v. 14, n. 3, 2017. Disponível em <http://www.vibrant.org.br/palloma-menezes-diogo-correa-from-disarmament-to-rearmament-elements-for-a-sociology-of-critique-of-the-pacification-police-unit-program/>.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 91, pp. 1-15, 2016.

_____. A pacificação vista da Baixada Fluminense: violência, mercado político e militarização. In: LEITE, Márcia; ROCHA, Lia de Mattos; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique (orgs.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018, pp. 161-178.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados**, v. 27, n. 1, pp. 45-58, 1984.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

NOVAES, Patricia Ramos. **A gentrificação periférica na cidade do Rio de Janeiro: um estudo sobre as favelas Babilônia, Chapéu Mangueira, Vidigal e Santa Marta**. Tese [Doutorado em Planejamento Urbano e Regional]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

O GLOBO, Jornal. Gastronomia nas UPPs. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de ago. de 2011. Cultura, p. 13.

RANGEL, Felipe. **A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente**. Tese [Doutorado em Sociologia]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2019.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia**. São Paulo: Makron Books, 2001.

RIZEK, Cibele; PAOLI, Maria Célia. “Depois do desmanche”. In: OLIVEIRA, Francisco

de; RIZEK, Cibele. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 7-11.

RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. **A configuração da informalidade nas margens do Estado**: um estudo sobre a trajetória de comerciantes em favelas “pacificadas”. Tese [Doutorado em Sociologia]. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2018.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. A vez do botequim de comunidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de jun. de 2011. Segundo Caderno, p. 05.

SIMMEL. Georg. **Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho (Org). São Paulo: Ática, 1983.

SOBRAL, Marcella. Melhor Buteco do Brasil é carioca e de comunidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 de jul. de 2016. Blog Saideira. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/saideira/post/melhor-buteco-do-brasil-e-carioca-e-de-comunidade.html>>. Acesso em: 22 de dez. de 2020.

THIAGO DE MELLO, Pedro Paulo. **Pendura essa, a complexa etiqueta na relação de reciprocidade em um botequim do Rio de Janeiro**. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social]. Niterói: UFF, 2003.

URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Rio**: a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela. com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZALUAR, Alba; BARCELLOS, Christovam. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, pp. 17-31, 2013.

Recebido: 30/11/2020

Aceito: 22/02/2021

“Pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”: reconfigurações entre performances políticas em favelas “pacificadas”

*“Ask for help”, “put pressure” and “stay alert”:
reconfigurations among political performances
in “pacified” favelas*

**Apoena Mano¹,
Palloma Menezes²**

1. Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com Pós-Graduação em Sociologia Urbana e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do UrbanData-Brasil (CEM/USP) e dos grupos de pesquisa MTTM - Mobilidades: Teorias, Temas e Métodos (PPGS/USP) e CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ). Orcid: 0000-0001-9114-0209. apoenamano@usp.br

2. Professora adjunta do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrado em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Doutora em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e pelo *Department of Social and Cultural Anthropology da Vrije Universiteit Amsterdam*. Atualmente é coordenadora de

1. O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro (Processo no 2020/00670-0). Pela generosa leitura e comentários ao texto final, agradecemos a Jonathan W. B. da Motta. Pela organização deste número temático, agradecemos a Thais Lemos Duarte e Frank Andrew Davies.

pesquisa do Dicionário de Favelas Marielle Franco (FIOCRUZ). Orcid: 0000-0002-8462-2549. pallomamenezes@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa interações sociais a partir da iniciativa de comunicação comunitária “Alerta Santa Marta” para explorar reconfigurações na política local da primeira favela a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Apresentamos formulações teórico-etnográficas a partir da descrição de uma reunião de moradores com representantes da Polícia Militar que foi realizada após protestos organizados a partir de trocas de mensagens por WhatsApp. Partimos de críticas locais constitutivas de uma “luta por direitos” contra a violência policial para caracterizar o que definimos como performances políticas complementares: “pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”.

Palavras-chave: Violência urbana; Comunicação comunitária; Política na favela; UPPs; Pacificação.

Abstract: This article analyzes social interactions based on the community-based communication initiative “Alerta Santa Marta” to explore reconfigurations in the local politics of the first favela to receive a Pacifying Police Unit (UPP). We present theoretical-ethnographic formulations based on the description of a meeting of residents with representatives of the Military Police that was held after protests organized through exchanges of messages via WhatsApp. We observe local criticisms constituting a “fight for rights” against police violence to characterize about what we define as complementary political performances: “ask for help”, “put pressure” and “being alert”.

Keywords: Urban violence; Community communication; Favela politics; UPPs; Pacification.

1. Introdução

É conhecido que um jogo de múltiplos monitoramentos, negociações e confrontos se impôs em territórios de favelas do Rio de Janeiro a partir da implementação do programa de governo das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs (MENEZES, 2018). De um lado, câmeras de vigilância foram instaladas

pela Polícia Militar, policiais passaram a usar seus celulares para tirar fotos ou filmar pessoas e situações suspeitas e até drones aéreos passaram a compor o instrumental de controle dos territórios “pacificados”. Opostamente, redes de traficantes replicam o regime de vigilância: “olheiros” munidos de celulares ou radinhos se distribuem por inúmeros pontos da favela, visando monitorar os fluxos de pessoas, coisas e informações pelo território. Para os moradores da favela Santa Marta, circunscritos neste “regime de campo minado” (ibid.)², a participação em grupos de Whatsapp para monitoramentos envolvendo o cotidiano se torna um importante mecanismo de gestão de riscos. Contudo, o uso coletivo destes grupos de comunicação comunitária também produz reconfigurações relacionados à política da favela.

Neste trabalho, apresentamos desdobramentos de pesquisas qualitativas sobre cotidiano, formas de governo e violência policial em regiões que interpretamos como “margens do estado” (DAS, POOLE, 2004)³. É apresentado um recorte analítico que aborda interações sociais em articulações entre violência urbana, comunicação comunitária e política na favela. A iniciativa “Alerta Santa Marta” é um sistema integrado de três grupos de Whatsapp criado por uma liderança local para estimular a comunicação comunitária entre moradores da favela Santa Marta. Iniciado em Novembro de 2018, após poucas

2. Sob a lógica territorial que Palloma Menezes (2015, 2018) conceitua como uma experiência de “campo minado” – determinada por um ambiente tensionado por vigilâncias constantes em ameaças de conflitos territoriais - é fundamental aos moradores de favelas uma contínua tentativa de evitar serem vistos em situação que denote alguma impressão de comprometimento com traficantes ou policiais.

3. As “margens no Estado” não seriam demarcadas a partir de aspectos exclusivamente geográficos, mas a partir de ideias de fronteiras repercutidas globalmente sobre territórios onde Estados são “falhos”, “fracos” ou “ausentes”. As antropólogas Veena Das e Deborah Poole delinearão três eixos para interpretação em intensidades simultâneas e não necessariamente iguais: 1) periferias habitadas por sujeitos tidos como insuficientemente socializados de acordo com as leis e a ordem vigentes; 2) lugares onde documentos, práticas e palavras do Estado são objetos de inteligibilidades determinadas por assimetrias e violações de direitos; 3) um espaço localizado entre corpos, leis e disciplina (DAS, POOLE, 2004, p. 8)

semanas foram reunidos cerca de 700 moradores e alcançados significativos encaminhamentos projetados entre redes de atores em escala local e supralocal (LEEDS, LEEDS, 1978):

- a) a partilha de imagens, relatos e denúncias relacionadas a tiroteios e abusos policiais;
- b) reivindicações por serviços básicos - como a distribuição de água e eletricidade, coleta de lixo e funcionamento do plano inclinado;
- c) organização de reuniões com representantes de serviços públicos, como a Polícia Militar;
- d) a convocação de protestos e manifestações em vias públicas.

A favela Santa Marta pode ser percebida como território analítico privilegiado se interpretarmos as UPPs como experiências de ordenamento urbano em territórios populares (LEITE, 2014). Circunscrita por particularidades estratégicas e demográficas, o território da favela foi concebido como alvo de um vasto repertório de projetos-piloto - e o título de “favela modelo das UPPs” foi repercutido como reflexo de numerosas intervenções urbanas sendo testadas no local e expandidas até outras favelas “pacificadas” (MENEZES, 2014). Após cerca de 10 anos, conforme o programa apresentou sinais de seu esgotamento em diversas regiões da cidade, permaneceram - entre críticas e trocas de comando - esforços institucionais para a manutenção da UPP Santa Marta (MANO, 2020).

Considerando “performance política” como uma modalidade de ação cuja intenção é exercer influência sobre a definição de uma situação de “luta por direitos”, nosso objetivo neste artigo é demonstrar que usos de iniciativas de comunicação comunitária nas “margens” urbanas produzem reconfigurações em possibilidades de produzir críticas e denúncias sobre formas de governo. Organizamos nossas análises a partir da descrição de uma situação específica: uma reunião de moradores da favela com representantes da Polícia Militar que foi realizada após protestos organizados a partir de trocas de mensagens por WhatsApp.

Ao observar o encontro como um palco onde são desempenhados papéis sociais complementares para sustentar a definição de uma situação,

recorremos à descrição das interações sociais a partir da noção de performance como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre este alguma influência” (GOFFMAN, 1990, p. 22). Nestas reivindicações contrárias a formas de violência que afetam as rotinas na favela, as categorias “pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta” são percebidas como modalidades complementares; e formuladas enquanto “formas de ação política que comunicam posições distintas em relação à instância com a qual se interage” (LACERDA, 2014, p. 66).

Nossa participação no Alerta Santa Marta, enquanto pesquisadores, ocorre a partir de um acordo com o moderador da iniciativa e está condicionada ao suporte técnico a necessidades de organização e produção de dados para uso de lideranças locais. Este comprometimento se formou a partir de interlocuções de pesquisa estabelecidas com variados atores sociais em torno de experiências na favela Santa Marta após o início das UPPS (ver MENEZES, 2015 e MANO, 2020).

Em contrapartida, e orientados por princípios da observação-participante (VALLADARES, 2007), temos a possibilidade de produzir análises etnográficas sob o compromisso ético de manter o anonimato das mensagens compartilhadas pelos participantes.

Assim, as formulações apresentadas neste artigo, apoiadas em métodos que tomam o “movimento em si como elemento fundador da vida social” (BÜSCHER, VELOSO, 2018, p. 135), são provenientes de uma forma de “dupla inserção” em relações mediadas por tecnologias comunicacionais constitutivas de um “contínuo on-offline” (MISKOLCI, 2016, p. 284): ao mesmo tempo em que a situação que descrevemos foi acompanhada em presença física por um de nós, também foram registradas de maneira simultânea as trocas de relatos e opiniões através dos textos, imagens e mensagens de voz compartilhadas no Alerta Santa Marta – uma condição experimentada por outros participantes da iniciativa que estavam na reunião.

Após esta introdução, o artigo se estrutura da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos a descrição etnográfica da reunião entre moradores da favela Santa Marta e representantes da Polícia Militar. Interações entre o

presidente da Associação de Moradores, o moderador do Alerta Santa Marta e os moradores participantes da iniciativa são analisadas a partir de “formulações teórico-etnográficas” (PEIRANO, 2014, p. 383) ao redor de usos e sentidos de uma “luta por direitos” (EILBAUM, CHAGAS, MEDEIROS, 2019). Em seguida, desdobramos noções de “performance política” a partir do Alerta Santa Marta em três seções: “pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”. Desenvolvemos o argumento central apoiados sobre uma interpretação de “controle negociado” (MACHADO DA SILVA, 2002) para indicar que a definição de situações pode ser influenciada por “interações móveis” estabelecidas por redes de mensagens de texto, vídeo e voz (JENSEN, 2013). Como possibilidades de produzir críticas e denúncias sobre formas de governo, destacamos o consequente desenvolvimento comunitário de um “capital de rede” (URRY, 2007) e também de engajamentos coletivos que compõem “processos de investigação” (DEWEY, 1938) na favela. Nas considerações finais, sintetizamos as principais contribuições e limitações da análise proposta a partir de debates sobre efeitos e moralidades das UPPs enquanto dispositivo de controle social (ROCHA, CARVALHO, DAVIES, 2018).

2. Reunião de moradores com a Polícia Militar

Cerca de 50 cadeiras de plástico estavam configuradas em forma de arco e direcionadas para um lado da sala com uma única fileira de 4 outras cadeiras ao lado de uma grande caixa de som ligada a um microfone. Nesta extremidade, estava localizado um “palco” com vagas destinadas aos responsáveis pela condução do encontro em questão. Com a proximidade do horário agendado, todos os assentos já estavam ocupados e a sala do Polo de Inclusão Social Padre Velloso, no bairro de Botafogo, passava a ser ocupada por pessoas em pé – lotação que surpreendia por ser uma noite de quinta-feira, às 18 horas do dia 24 de janeiro de 2019.

Conforme se prolongava o atraso dos responsáveis pela reunião, uma lista de presença era passada de mãos em mãos e se aproximava de 200 nomes registrados. Apesar de uma suspensão no funcionamento do Plano Inclinado⁴ no

4. Infraestrutura de transporte vertical na favela Santa Marta, localmente conhecido como

horário da reunião, a adesão de uma quantidade elevada de pessoas interessadas no encontro denotava preocupações em torno do debate em questão. A decoração alegre e colorida, com cortinas de estampas floridas de chita e pequenas estrelas coladas e penduradas no teto, contrastava com o clima tenso daquela noite: estava prestes a ocorrer uma reunião de moradores da favela Santa Marta com representantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ. O objetivo da reunião era comunicar aos responsáveis do poder público sobre abusos policiais que vinham ocorrendo durante recorrentes tiroteios na favela.

A agitação daquela sala podia ser proporcionalmente percebida pelos participantes que acompanhavam um ritmo de mensagens cada vez mais acelerado nos grupos do Alerta Santa Marta. O volume das vozes na sala ficava mais alto e atordoante à medida em que se tornava cada vez mais difícil acompanhar o frenético ritmo de mensagens que eram enviadas pelo Whatsapp. Ansiedades e incertezas eram compartilhadas porque a reunião era uma resposta da Polícia Militar a reivindicações dos próprios moradores. O atraso dos agentes policiais já chegava a 60 minutos e começava a suscitar dúvidas sobre o acontecimento da reunião:

[JAN/19 - 19:20]: “já estamos aqui reunidos, mas quem puder chegar ainda dá tempo”;

[JAN/19 - 19:20]: “a reunião tá atrasada, mas estamos aqui esperando”

[JAN/19 - 19:20]: “será que eles chegam ou viemos aqui à toa?”

[JAN/19 - 19:20]: “parece que vão deixar de cumprir mais uma promessa... não adianta nada a gente protestar se eles não querem ajudar’

No segundo semestre de 2018, houve na favela Santa Marta uma escalada em tiroteios entre policiais e traficantes - e relatos consequentes sobre formas

“bonde”. Em março de 2019, moradores da favela realizaram manifestações em busca de melhorias no funcionamento do serviço de transporte. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-protestos-prefeitura-diz-que-trecho-do-plano-inclinado-do-santa-marta-ficara-parado-por-mais-15-dias-23528850>

de violência contra moradores⁵. Habitantes da favela passaram a ser comunicar por mensagens de celular para compartilhar informações em torno de monitoramentos cotidianos para transitar com segurança pelas ruas. Enquanto criticavam a “falta de resultados” das atividades da Associação de Moradores para direcionar solicitações ao comando da UPP, era repercutida no grupo de WhatsApp a possibilidade de organizar coletivamente uma demonstração pública da insatisfação dos moradores da favela Santa Marta contra a violência policial. Além disto, outras insatisfações relacionadas à precarização da infraestrutura da favela também eram coletivizadas como motivação para uma manifestação – por exemplo, a má-prestação de serviços de distribuição de água, esgoto e eletricidade⁶. Os debates eram mediados pelo moderador da iniciativa conforme eram compartilhadas mensagens sobre uma necessidade constante da população de favelas “lutar por seus direitos”.

Após mais alguns instantes de espera, ocorre um silêncio. Enquanto as pessoas que estavam próximas à porta de acesso da sala se reposicionavam para permitir espaço para passagem, o ambiente era consumido por um clima de apreensão. Três policiais fardados entraram, com semblante sério e olhar firme. Sequer olhavam entre si. Nos grupos de celular, o ritmo das mensagens também era interrompido por alguns instantes. As atenções se direcionavam ao início da reunião. Estavam presentes no local três representantes de instâncias distintas da PMERJ: UPP Santa Marta, Coordenação de Polícia Pacificadora e 2º Batalhão da Polícia Militar - 2º BPM⁷.

Após algumas considerações por parte do presidente da Associação de

5. De acordo com o laboratório de dados “Fogo Cruzado”, em 2018 a média de conflitos armados na favela Santa Marta era de duas vezes por semana. Realidade diferente do período entre 2008 e 2015, quando não foram relatados tiroteios no local. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/27/antes-pacificado-morro-dona-marta-no-rio-registra-dois-tiroteios-por-semana.ghtml>

6. Sobre formas de governo determinadas por condições sociopolíticas de precariedade de infraestruturas urbanas, ver Mano (2019).

7. Por questões de privacidade, as identificações de indivíduos envolvidos nas descrições do artigo foram ocultadas.

Moradores da favela Santa Marta, o representante do 2º BPM se levanta, caminha até o centro da sala e pede a palavra. Inicialmente, disse que preferia falar alto do que usar um microfone. Pronunciando pausadamente e parecendo escolher cuidadosamente cada expressão, o policial disse que, naquele momento, era mais importante ouvir as pessoas do que apresentar “respostas prontas”. Por isso, o microfone seria “aberto” para ouvir relatos – conforme um controle instituído pelo limite de 3 minutos de tempo autorizados para cada participante. A audiência parecia atenta a cada gesto do policial enquanto tentava compreender qual seria a melhor maneira de reagir às instruções dadas pelo agente.

Algumas pessoas registravam vídeos da reunião com a câmera dos celulares. No WhatsApp, chegavam mensagens de participantes pedindo desculpas por não conseguir comparecer à reunião – principalmente porque ficaram presas no trabalho ou porque precisaram ficar em casa para cuidar de suas crianças. Outras desejavam sorte, torciam pela obtenção de resultados positivos e pediam que fossem enviadas atualizações sobre as decisões após a reunião. Em um momento onde a atenção dos participantes estava concentrada na possibilidade de diálogo com a Polícia Militar, eram compartilhadas no Alerta Santa Marta imagens que apresentavam perspectivas de como estava o ambiente na sala da reunião – como podemos observar nas fotografias enviadas pelo moderador da iniciativa.

Figuras 1 e 2: Reunião de moradores do Santa Marta com representantes da UPP



Fonte: Alerta Santa Marta - Moderador.

Durante os relatos, enquanto o microfone passava de mãos em mãos, os policiais permaneceram em silêncio. Durante pouco mais de uma hora ininterrupta de denúncias sobre a “violência policial”, cerca de 30 participantes expuseram suas críticas sobre o impacto dos tiroteios em suas rotinas de vida. Em decorrência de uma predominante presença de mulheres na reunião, em diversos relatos foram explicitadas as preocupações com riscos de vida relacionados a tiroteios ocorrendo em horários matinais, com intensa circulação de jovens estudantes pela favela⁸. Também foram relatadas denúncias sobre revistas vexatórias de policiais homens em moradoras da favela e a ocorrência de invasões e roubos de domicílios durante operações policiais.

Interrompendo os relatos, o representante do 2º BPM se levantou, caminhou até o centro da sala e pediu novamente a palavra. Dizendo que já começava a perceber “repetições nas narrativas”, informou que fazia aquela intervenção porque “conseguiu fazer um diagnóstico”. A primeira impressão compartilhada com o público foi interpretado como uma tentativa de explicação para justificar os modos de ação violenta dos policiais que atuam nas favelas do Rio de Janeiro: “o que o Rio de Janeiro vive é uma coisa que não é natural em nenhum lugar do mundo. Esses são relatos de locais em guerra deflagrada, como Síria, Iraque ou Afeganistão”. Percebendo uma recepção negativa por parte dos participantes, tentou uma abordagem pessoal para dar continuidade ao argumento. Afirmou que a violência cotidiana relatada pelos moradores da favela “é a mesma que aflige os policiais”, e que ele mesmo também tinha uma preocupação constante de conseguir “terminar o dia e voltar vivo, porque tenho filhos em casa me esperando”. Afirmou que aquela reunião era uma possibilidade de criar um “diálogo de boa fé” entre a Polícia Militar e os moradores da favela Santa Marta. Entretanto, logo após dizer que também era de seu interesse que não houvesse mais tiroteios na favela, foi irredutível quanto a uma necessidade de “*contar com a ajuda de todos*” para potencializar as táticas de enfrentamento policial em um “combate aos marginais”.

8. Sobre intersecções entre “gênero” e “violência” em favelas, ver Vianna e Farias (2011) e Veillette e Nunes (2017)

Reafirmando sua “inteira confiança no trabalho da atual comandante da UPP”, assumiu que compreendia uma necessidade de fazer ajustes nas estratégias de operações policiais na favela. Afirmou que “a sensação de guerra nos tira a percepção de que as ações têm que ser pontuais e cirúrgicas”. Em relação à crítica sobre a recorrência de incursões policiais nas primeiras horas da manhã, disse que, apesar da necessidade mandatória de “fazer patrulhamentos pela favela, porque todo batalhão faz”, se comprometia a interromper momentaneamente as incursões e impedir definitivamente que voltassem a acontecer nos horários de circulação de crianças pela favela.

Considerando o contexto político onde uma Intervenção Federal-Militar na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro havia encerrado atividades de metade dos postos de UPP⁹, finalizou a reunião respondendo a uma das dúvidas de maior preocupação dos moradores da favela – “A UPP Santa Marta também seria encerrada?”. A declaração do agente policial foi categórica: “A Polícia Militar não vai sair do Santa Marta. *Não sou eu que decido, mas já está decidido*”.

Esta revelação ocasionou agitação tanto no instante em que foi anunciada, quanto em repercussões nas conversas de moradores após a reunião. Encerrado o evento, enquanto algumas pessoas saíam apressadas em retorno às suas rotinas, o ritmo de mensagens enviadas pelo WhatsApp se intensificava. Pessoas que estavam subindo as escadas da favela, ou aguardando na fila do Plano Inclinado, compartilhavam seus pontos de vista sobre a reunião. Entre uma maioria de mensagens que indicavam satisfação com os compromissos assumidos, algumas indicavam desconfiança. Em resumo, manifestavam questionamentos em relação à validade dos compromissos assumidos pela desconfiança de a reunião não passava de “um teatro armado”. O moderador do

9. Uma Intervenção Federal-Militar na Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro foi decretada em 2018. A partir da publicação no Diário Oficial da União, um general do exército foi tornado titular da pasta. A extinção de 13 UPPs, metade do total de instalações, foi justificada por representarem áreas onde “a política de pacificação fracassou” – embora os critérios deste fracasso não tenham sido formalmente apresentados. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/04/gabinete-de-intervencao-vai-extinguir-metade-das-upps-do-rj.html>

Alerta Santa Marta enviou uma mensagem tentando sintetizar as conquistas alcançadas pelos mecanismos de atuação política da iniciativa de comunicação comunitária e a necessidade de permanecer “alerta” sobre novas possibilidades de cobranças na favela:

“Não vai ser uma reunião que vai resolver o problema. Vai ter sempre um ou outro. Mas que a gente possa se fortalecer a cada dia, que a galera possa denunciar, gravar, falar. É porque só assim - com *reunião, imprensa e protesto* - que a gente vai conseguir mudar alguma coisa. Tem que *fazer pressão*. Com as pessoas caladas eles vão fazer o que querem. E eles sentiram que a gente tem educação, que a gente tem conhecimento, que a gente é politizado. E que a gente tem uma galera valente que pode e que chega junto quando é necessário. Então, temos que agradecer a todo mundo. É muito boa essa união”.
(MENSAGEM DE VOZ – ALERTA SANTA MARTA - JANEIRO/2019)

3. Pedir ajuda

Momentos antes da chegada dos policiais à reunião, enquanto as pessoas que aguardavam ficavam mais ansiosas com a incerteza sobre o acontecimento do encontro, o presidente da Associação de Moradores se levantou e caminhou com o microfone em mãos até o centro da sala. Talvez percebendo a agitação no local e temendo que os participantes desistissem de aguardar - o que poderia reduzir impactos daquela oportunidade -, chamou a atenção para iniciar uma sequência de orientações relacionadas ao comportamento da audiência de moradores durante a reunião. A “definição da situação” (GOFFMAN, 1990, p. 3) daquele encontro, portanto, deveria ser objeto de desempenho e controle dos demais participantes em cooperação enquanto plateia.

Inicialmente, afim de esclarecer sentidos reciprocamente referidos entre os participantes, o presidente elaborou comentários sobre o histórico da atuação “do Estado” nas favelas da cidade e a frustração coletiva relacionada às promessas de garantia de serviços e cidadania no âmbito do programa de “pacificação”. Em seguida, compartilhou orientações de desempenho geral, para que os moradores avaliassem a pertinência de suas intervenções durante a reunião. Pelo fato de haver muitas pessoas reunidas, o presidente da Associação de

Moradores imaginava que pudessem ocorrer “excessos” - como reações furiosas devido a explicações insatisfatórias dos policiais à indignação dos moradores. Orientações sobre o controle destes excessos, de acordo com ele, eram indispensáveis para não justificar um encerramento prematuro daquela reunião: “Não vamos entrar no jogo deles. A reunião é pra lutar pelos nossos direitos. Ninguém é obrigado a ficar calado, mas quem levantar a mão pra falar e *pedir ajuda* tem que ter certeza”.

Se tratando de uma reunião agendada após uma manifestação convocada pelos moradores por meio de mensagens de celular, há certo valor analítico em observar o momento em que o presidente da Associação de Moradores se levanta para compartilhar saberes e experiências relacionadas a suas próprias formas de atuação frente a necessidade de reivindicações políticas. Em uma performance onde, ao mesmo tempo em que é potencialmente percebido pelos demais numa reafirmação de sua condição como um agente de mediação política para a comunidade local, o presidente desempenha um “papel social”¹⁰ que legitima sua atuação como liderança política. Projeções desta performance são reproduzidas em diversas dimensões que afetam suas interações – considerando tanto os participantes presentes, quanto as fotos e imagens que foram registradas por câmeras de celular e compartilhadas no Alerta Santa Marta.

Após a chegada dos representantes policiais à reunião, o presidente da Associação de Moradores permanece em cena enquanto celebra o acontecimento daquela reunião, comunicando um breve histórico pessoal da sua relação com comandantes da UPP Santa Marta. Antes de passar a palavra para os policiais, fez questão de não generalizar suas críticas à instituição da Polícia Militar. Disse que era importante identificar as “laranjas podres” que impediam que o “trabalho de pacificação” fosse continuado na favela. Direcionadas aos policiais, suas últimas palavras foram um pedido de ajuda e uma tentativa de reduzir o clima de tensão durante a reunião: “A gente não quer coibir o trabalho

10. Por papel social, podemos compreender “um conjunto de deveres e representações pré-estabelecidas a certas posições sociais” estabelecidos anteriormente à interação dos atores sob cristalizações de interações historicamente ocorrentes e socialmente estabelecidas através da estrutura social (GOFFMAN, 1990, p. 27).

do Estado. Tá todo mundo aqui porque a gente quer paz. A gente quer deitar e sonhar. *Me ajuda* pra que a comunidade volte a viver uma vida normal”.

Entendendo que modificações na intervenção de instituições do Estado no território das favelas pode provocar o reposicionamento de atores sociais em jogos de poderes locais (PANDOLFI, GRYSZPAN, 2002), podemos refletir sobre efeitos do programa das UPPs sobre Associações de Moradores em favelas. No caso da favela Santa Marta, o posicionamento da UPP como instância mediadora de reivindicações políticas requalificou formas tradicionais de atuação de movimentos associativistas sob o que foi classificado por Machado da Silva (2002) como um “controle negociado”: uma correlação de forças entre movimentos sociais de favelas e instituições de políticas estatais, onde a capacidade de produzir críticas e reivindicações urbanas por parte dos primeiros é dependente de um certo nível de cooperação e adequação de discursos relacionados a um ambiente politicamente desfavorável desses grupos sociais. Deste modo, a UPP representa um processo em que políticas públicas justificadas por modos de incorporação da favela à cidade ocorrem condicionadas por um “padrão de integração social fragmentado” às custas da constituição efetiva de uma “categoria social subalterna” (ibid.).

Alinhamentos entre as expressões “*contar com a ajuda de todos*” e “*me ajuda para que a comunidade volte a viver uma vida normal*”, reproduzidas pelo representante da Polícia Militar e pelo presidente da Associação de Moradores, nos levam a compreender que o “controle negociado” pode ser representado pela expressão “pedir ajuda”. Contudo, experiências anteriores revelam um desgaste condicional desta narrativa - afinal, “ajudar” a UPP não seria necessariamente algo benéfico à comunidade ou àqueles dispostos a contribuir a favor da segurança na favela¹¹.

11. A mensagem “Denuncie! Ajude a UPP a ajudar você” foi exposta em um cartaz na favela Cidade de Deus, incentivando moradores a denunciarem as ações criminosas de traficantes locais (MENEZES, 2015, p. 328). Contudo, este recurso discursivo representa controvérsias porque poderia representar comprometimentos ou “contaminações” aos responsáveis pelas denúncias frente a forças oponentes, como grupos organizados de traficantes – dinâmica que contribui com intensificações em mecanismos de vigilância nas favelas (MENEZES, 2015).

4. Fazer pressão

Durante a reunião, participantes do Alerta Santa Marta que não puderam comparecer ao local recebiam, em tempo real, registros de celular a partir da colaboração dos que estavam no encontro. Interações mediadas por registros em textos, fotos, áudios e vídeos compartilhados através dos celulares nos esclarecem que, com o advento de novas tecnologias, a necessidade de proximidade física para estabelecer relações e comunicações “face-a-face” foi atravessada pela possibilidade de conexões proporcionadas por mobilidades de informações (URRY, 2007).

Devemos assumir deslocamentos interpretativos que considerem formas de “alargamento” das performances e interações sociais em modalidades de “interações móveis” através de tecnologias de comunicação (JENSEN, 2013, p. 14)¹². Em uma realidade cada vez mais dependente de celulares, câmeras e aplicativos digitais, devemos readequar metodologias e interpretações analíticas a partir de mediações sociotécnicas na vida cotidiana, no qual “se inserem todos que usam meios comunicacionais em rede em seu cotidiano” (MISKOLCI, 2016, p. 284)¹³.

Em indicação a uma performance política alternativa ao “pedir ajuda”, podemos refletir a partir da expressão grifada na mensagem de voz enviada após o final da reunião: “fazer pressão”. A mensagem do moderador da iniciativa de comunicação comunitária demonstra as conexões e redes estabelecidas coletivamente ao redor do Alerta Santa Marta. Na afirmação de que “só assim

12. A noção de “interações móveis” não sustenta similaridades entre as interações presenciais e as interações mediadas por câmeras de vídeo ou mensagens de voz, mas nos esclarece que conexões por tecnologias em rede permitem a criação de um “nexo” no qual sujeitos inseridos entre mobilidades de informações realizam um trabalho performativo de interação e negociação em múltiplas demarcações (JENSEN, 2013, p. 136)

13. Segundo Miskolci, vivemos “uma mudança sociotécnica de uma sociedade baseada predominantemente nas relações face a face para uma em que as relações mediadas pela conectividade ganham importância mesmo que não substituam as presenciais” (MISKOLCI, 2016, p. 283), implicando transformações tecnológicas e sociais que não podem mais serem compreendidas em separado - assim como suas consequências econômicas e políticas.

com *reunião*, *imprensa*, *protesto* que a gente vai conseguir mudar alguma coisa”, está implícito um alinhamento de “interações móveis” na consolidação de uma cadeia de informações reproduzidas a partir do Alerta Santa Marta, onde 1) moradores filmam e registram condutas policiais ilegais e compartilham no grupo; 2) o moderador da iniciativa acessa estes registros de moradores e envia para outros contatos; 3) repórteres e jornalistas recebem estes registros e divulgam em noticiários de grande circulação. Dando sequência às coberturas midiáticas, repórteres e jornalistas também estiveram acompanhando e transmitindo presencialmente os protestos de rua convocados pelos moradores da favela Santa Marta. Portanto, percebemos que entre as expressões “reunião”, “imprensa” e “protesto”, é estabelecida uma rede de interações mantida à distância e constitutiva de performances políticas.

Destacamos, assim, que a partir das “interações móveis” que acontecem ao redor de grupos de WhatsApp, mobilizações políticas a partir de conexões constituídas entre atores “supralocais” (LEEDS, LEEDS, 1978, p. 34) produzem consequências no espaço social da favela Santa Marta. Em particular, observamos o desenvolvimento de uma forma coletiva de influência a partir de conexões colaborativas mantidas à distância e de capacidades de coordená-las – o “capital de rede” (URRY, 2007, p. 27).

Quando menciona a necessidade coletiva de “fazer pressão”, o moderador da iniciativa está se referindo a possibilidades de reivindicação por direitos a partir da capacidade de “gerar, organizar, sustentar e instrumentalizar relações sociais com pessoas não necessariamente próximas, mas conectividades que possam trazer benefícios emocionais, financeiros e práticos” (URRY, 2007, p. 197). Encadeamentos de informações reproduzidas pelo Alerta Santa Marta representam capacidades dos sujeitos de coordenar redes estratégicas para obtenção de conhecimento tácito e outras vantagens – e, assim, se o capital de rede diz respeito às relações sociais de circulação, “a riqueza que lhe é própria são as socialidades construídas por meio de conexões dispersas” (FREIRE-MEDEIROS, LAGES, 2020, p. 131).

Profissional do turismo e empreendedor da favela, o moderador da iniciativa pôde reunir diversificados contatos a partir de contatos profissionais

facilitados pelo período de “pacificação” – e a partir da organização produtiva de suas redes, podemos indicar o estabelecimento de uma performance política. Contudo, diferente de concepções mais tradicionais de lideranças em favelas (MACHADO DA SILVA, 2011), ele não faz parte da Associação de Moradores e não está ligado atualmente a alguma instituição formal da favela. Assim como muitas novas e jovens lideranças de favelas cariocas, o moderador do Alerta Santa Marta atua de forma menos institucionalizada, articulando experiências e conhecimentos de sua trajetória pessoal e profissional a partir de iniciativas autônomas que entrelaçam projetos sociais, empreendedorismo e ativismo político. De acordo com ele, há muito potencial em torno das possibilidades de engajamento comunitário para “fazer pressão” a partir do Santa Marta Alerta: “eu consigo falar com 750 pessoas de uma vez, e se cada pessoa mora em uma casa de família com 3 pessoas, é uma grande quantidade de pessoas que eu consigo colocar em contato”.

Não pretendemos definir uma relação de oposição ou antagonismo pela definição das performances políticas “pedir ajuda” e “fazer pressão”. De modo contrário, afirmamos que são modalidades de ação complementares e que nos levam a admitir que uma nova forma de presença estatal nas favelas produz modificações em formas historicamente reconhecidas de fazer política nessas localidades (ROCHA, CARVALHO, DAVIES, 2018). Esta perspectiva de complementariedade pode ser ilustrada pelo cartaz de divulgação de uma manifestação convocada por meio do Alerta Santa Marta em que é destacado o lema constantemente enfatizado em torno da Associação de Moradores: “Juntos somos fortes!”.

Figura 3: Cartaz de divulgação de manifestação.

Fonte: Favela Santa Marta - Facebook.



5. Estar alerta

Durante o período da reunião destinado aos relatos e denúncias, ficaram evidentes os sentidos compartilhados entre os moradores ao acionar a categoria “violência policial” (EILBAUM, MEDEIROS, 2015). A reunião poderia ser percebida como um encontro material onde textos, mensagens de voz e demais registros compartilhados pelo Alerta Santa Marta estavam reunidos face-a-face em uma mesma sala. No momento em que a audiência é convidada a participar ativamente do encontro, podemos interpretar que a manutenção da situação também foi definida pelo conjunto de performances sob o estabelecimento de coerência e controle em torno de um mesmo propósito. Com base na noção de “equipe” (GOFFMAN, 1990, p. 77) para perceber a reprodução de um conjunto de sentidos reciprocamente referidos pelos participantes em torno das denúncias na reunião, podemos inferir que a partir do Alerta Santa Marta há o desenvolvimento de um engajamento político compartilhado – que culminou na presença extraordinária de quase 200 moradores no encontro através de convocações por celulares.

Diversos moradores permaneciam com expressões desconfiadas ao final da reunião. Embora os representantes da Polícia Militar tivessem assumido compromissos de interromper as operações para refazer seus planos de ação, também foi comunicado por eles que “aquela reunião não resolveria tudo” – o que gerou reações controversas. Na perspectiva de muitos moradores, problemas históricos não seriam resolvidos com aquela reunião, e como relatou uma participante após o encontro, aquela seria apenas uma “encenação para apaziguar os ânimos”. No Alerta Santa Marta, participantes tentavam manter a motivação coletiva através de mensagens que destacavam a possibilidade de novos protestos: “vamos descer de novo e parar tudo até eles resolverem”.

Na semana posterior não houve operação policial ou nenhum relato de tiroteio – o que causou celebrações entre os participantes pelos resultados da reunião. Entretanto, algumas semanas depois, formas graduais de violência policial voltaram a ser relatadas em mensagens com relatos de novas revistas vexatórias sobre moradores e roubos de pertences em residências da favela. Através do Alerta Santa Marta, alguns participantes manifestavam desapontamento com

uma aparente ineficácia de suas mobilizações contra a violência policial.

Entretanto, as mensagens de desânimo foram acompanhadas por argumentos contrários, em interpretações de que a “conquista” de uma reunião com a Polícia Militar simbolizava a eficiência da iniciativa de comunicação comunitária e da organização autônoma estabelecida pelos participantes do Alerta Santa Marta. O relato de uma moradora sumariza uma sequência de mensagens compartilhadas no WhatsApp:

“Acho que a gente não pode ter esse pensamento de que ir em reunião não vale para nada. Vale sim, gente... Só que não dá pra tudo ser 100% resolvido de uma hora pra outra. Ainda mais com esse governo que quer matar todos nós. Então, se não estivermos unidos enquanto moradores, enquanto favelados, vai morrer todo mundo. E vai ficar por isso mesmo. Então, a gente tem que ir mesmo nas reuniões para falar e dar nossas opiniões. Todo dia morre alguém em favelas, e isso não é certo. Eu acho que as pessoas não podem ficar com essa “cabecinha quadrada” sobre não participar das coisas. Ninguém é obrigado a nada, mas é melhor a gente *se unir*.” (MENSAGEM DE VOZ – ALERTA SANTA MARTA - JANEIRO/2019)

Interpretada na mensagem pelo direcionamento sobre as vidas de “favelados”, observamos que a partir de perspectivas sobre uma forma de governo sustentada pela possibilidade de “matar” (MBEMBE, 2016) emerge uma afirmação sobre a necessidade de “*se unir*” que pode ser definida a partir de sentidos compartilhados em torno da ideia de “estar na luta”: enfrentamentos a condições historicamente estabelecidas que exigem determinada postura que “supõe tenacidade, resiliência, capacidade de suportar as manobras, de sustentar a coragem, de fazer denúncias, de atuar junto aos demais, dando ‘apoio’ e convencendo da importância de persistir” (VIANNA, 2015, p. 414).

A utilização coletiva do Alerta Santa Marta inaugura dinâmicas de interações sociais e engajamentos políticos a partir de celulares, câmeras e mensagens instantâneas (BRUNO, 2004) - e a própria denominação da iniciativa revela uma forma de performance coletivamente promovida. “*Estar alerta*” se manifesta

pelos participantes da iniciativa Alerta Santa Marta como um estado subjetivo de constante atenção cotidiana à medida em que compartilham nos celulares um cuidado coletivo pela necessidade de (re)atualizar informações como uma forma de mapear riscos na favela.

A iniciativa Alerta Santa Marta pode ser pensada como um dispositivo que facilita e amplia possibilidades de realização de “processos de investigação” coletiva na favela (DEWEY, 1938)¹⁴. Desde o início das atividades nos grupos de WhatsApp, foi perceptível o aumento da quantidade de moradores participando de debates em torno do desenvolvimento de um senso crítico de coletividade, principalmente ao serem confrontados com a possibilidade de reivindicações políticas relacionadas aos seus direitos e cidadania. Os processos de investigação podem envolver situações muito diversas e, frequentemente, discussões no grupo são abertas em torno de temáticas ordinárias: “Alguém mais sem água na torneira de casa?”, “Pessoal, podem me dizer se o plano inclinado está funcionando hoje?”, “Ouvi um barulho alto no morro. Será que foi a caixa de energia elétrica?”, “Alguém ouviu som de tiros? Minhas crianças estão com medo” (MANO, 2020). Em continuidades às mensagens e comentários de (re)atualização sobre problemas do dia-a-dia, há um acúmulo coletivo de relatos sobre insatisfações e críticas cotidianas que, eventualmente, estimulam a necessidade de engajamento político e a organização de novos protestos.

6. Considerações Finais

Durante os primeiros anos do programa das UPPs, novos canais de diálogo

14. Por processo de investigação, compreendemos uma atividade que visa “a transformação controlada ou dirigida de uma situação indeterminada em uma situação que é de tal modo determinada em suas distinções e relações constitutivas que ela converte os elementos da situação original em um todo unificado” (DEWEY, 1939, p. 104-5). Conforme interpretado por uma de nós em atenção aos efeitos da “pacificação” (MENEZES, 2015), há uma circularidade constante das fases de investigação na qual cada uma está contida em todas as outras - ou seja, ainda que em intensidades variadas, estágios de indeterminação, problematização, testes e estabilizações ocorrem em uma evolução permanente de estabilidades e instabilidades, cujas investigações e ações dos atores são mantidas ao longo do tempo.

político foram propostos a partir de reuniões organizadas pela Polícia Militar – que embora aparentassem ser uma expressão simbólica e “ritual” de disposição formal à escuta por parte das forças de segurança, se revelaram ser espaços pouco acessíveis para debates sobre o próprio policiamento nas favelas (DAVIES, 2014, p. 36). Determinados por um ordenamento moral da ação política dos moradores, estes encontros atuaram como mecanismos de “transição” entre regimes de regulação da ordem sob um “esforço pedagógico-civilizacional” (ROCHA, CARVALHO, DAVIES, 2018, p. 218)¹⁵. Períodos após o lançamento do programa, foram definidas de maneira mais evidente as implicações produzidas pela presença policial nos espaços de participação comunitária das favelas com UPP: entre a criminalização e o cerceamento, foi perpetuado “um mecanismo de deslegitimação dos favelados e seus representantes” no terreno da condenação moral (ROCHA, 2018, p. 486).

Situando a favela Santa Marta enquanto um território central entre fluxos urbanos relacionados ao programa de “pacificação”, podemos assinalar características particulares a partir das formulações apresentadas em torno de uma iniciativa de comunicação comunitária mediada por tecnologias de comunicação – e menos do que explorar equipamentos, sistemas operacionais ou plataformas, interessa analisar as relações sociais que elas permitem, moldam ou negociam (MISKOLCI, 2016).

Formulações metodológicas atentas aos movimentos de informações e corpos (BÜSCHER, VELOSO, 2018), nos permitem observar que a partir do “capital de rede” coordenado entre “interações móveis” ao redor da iniciativa Alerta Santa Marta, foram desenvolvidas reconfigurações entre performances políticas

15. No primeiro encontro entre governo e moradores após a implementação da UPP Rocinha, em 2011, o comandante do BOPE esclareceu as determinantes diretrizes inauguradas a partir daquele instante. Em suas palavras, para indicar que que “a presença do Estado na favela não ocorria por causa dos bandidos”, mas para “trazer paz”, o discurso pontuou valores e moralidades de um ordenamento subordinado à necessidade de engajamento dos moradores: “Vimos para lhes defender. Para defender a Ordem, os Direitos Humanos e a Democracia. Mas lembro que todos aqui tem sua parcela de responsabilidade”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/moradores-da-rocinha-participam-de-reuniao-com-bope-3249927>

na favela – como convocações para protestos via celular e a expressiva presença de moradores na reunião com a Polícia Militar. Para além de uma dimensão “ritual” de um encontro periódico para reajustar a eficácia moral relacionada a uma forma de governo, como analisado por Davies (2014) sobre reuniões da “pacificação” em 2013, o encontro em 2019 ocorre como resposta institucional após modulações numa cronologia de críticas sobre um projeto político (MENEZES, CORRÊA, 2017).

Contudo, a ocorrência de uma reunião de moradores com policiais não deve ser interpretada como uma intervenção direta na política de Estado. Isto pode ser percebido pela comunicação do policial, na reunião, em relação à permanência da UPP Santa Marta: “*Não sou eu que decido, mas já está decidido*”. Por isso, seria um engano interpretar a reação institucional às denúncias de moradores contra a polícia como o rompimento de um modo de gestão de favelas (LEITE, 2014).

Entre experiências sociopolíticas organizadas a partir de interações mediadas por celular, observamos possibilidades de formulação de provas contra situações de opressão e de reprodução de críticas por experiências cotidianas que se tornam públicas (BOLTANSKI, 2013). Entretanto, ao perceber que os compromissos assumidos pelos representantes das UPPs foram descumpridos semanas após o encontro, observamos uma continuidade do “sistema de política gestonária” (ibid.) - institucionalizado pelo dispositivo de governo articulado no campo da Segurança Pública que, cada vez mais, é convertido em uma “guerra como modo de governo” (MAGALHÃES, 2021).

Nestas considerações finais, reforçamos que é na própria reprodução da necessidade de mediação política que a favela é (re)construída como uma margem urbana – “um espaço que, de tanto ser colocado para fora, é o que melhor explicita os mecanismos por que se opera de dentro do Estado” (ARAUJO SILVA, CARVALHO, 2015, p. 72). Em observações sobre aspectos da ordem interacional que podem simbolizar questionamentos à ordem estrutural (GOFFMAN, 1983), notamos que ao mesmo tempo em que reuniões comunitárias articuladas por autoridades policiais tenham requalificado o “controle negociado” em torno da Associação de Moradores - implicando reflexões sobre a competência analítica

atual desta categoria (ROCHA, 2018) -, outros modos de liderança foram formatados a partir de imaginários produzidos sobre a favela “pacificada”, entre contatos de interesse mútuo e agenciamento político. Como alternativa às capacidades de negociação a partir da Associação de Moradores, iniciativas de comunicação comunitária possibilitam reconfigurações em performances políticas entre modalidades de ação complementares – indicadas neste artigo como “pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”¹⁶.

Referências

ARAUJO SILVA, M. C.; CARVALHO, M. B. Circuitos políticos em uma favela pacificada: Os desafios da mediação. **Dilemas**, v. 8, n. 1, p. 63-76, 2015.

BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 6, p. 441-463, 2013.

BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista Famecos**, v. 11, n. 24, p. 110-124, 2004.

BÜSCHER, M.; VELOSO, L. Métodos móveis. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 133-151, 2018.

DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the Margins of the State**. Oxford: James Currey, 2004.

DAVIES, F. A. Rituais de “pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n. 1, p. 24-46, 2014.

DEWEY, J. **Logic: the theory of inquiry**. New York: Henry Holt, 1938.

16. No contexto da pandemia da Covid-19 em 2020, pudemos observar situações que caracterizam modalidades de ação complementares entre diferentes tipos de performance política na favela Santa Marta (MENEZES, MANO, 2020): enquanto a Associação de Moradores atuou com o objetivo de reunir e oferecer cestas básicas para garantir a segurança alimentar da população, contatos pré-estabelecidos por moradores foram acionados para reunir voluntários, doações e equipamentos em torno da produção de uma ação coletiva de sanitização das ruas e vielas da favela.

EILBAUM, L.; CHAGAS, G. F.; MEDEIROS, F. Apresentação: Por uma abordagem etnográfica dos “direitos humanos”: conflitos, moralidades e direitos. **Antropolítica**, n. 47, p. 8-31, 2019.

_____.; MEDEIROS, F. Quando existe ‘violência policial’? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. **Dilemas**, v. 8, n. 3, p. 407-428, 2015.

FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, M. P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, p. 121-142, 2020.

GOFFMAN, E. The interaction order: American Sociological Association, 1982 presidential address. **American sociological review**, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

_____. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Anchor Books, 1990 [1959].

JENSEN, O. B. **Staging mobilities**. London: Routledge, 2013.

LACERDA, P. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 49-75, 2014.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEITE, M. P. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas**, v. 7, n. 4, p. 625-642, 2014.

MACHADO DA SILVA, L. A. A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002. p. 220-237

_____. A política na favela. **Dilemas**, v. 4, n. 4, p. 699-716, [1967] 2011.

MAGALHÃES, A. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. 1-20, 2021.

MANO, A. D. Incerteza e suspensão: notas sobre a vida material e política da infraestrutura no cotidiano da favela Santa Marta/RJ. **Revista Argumentos**, v. 16, n. 1, p. 133-159, 2019.

_____. D. **Dispositivos de Mobilidade**: Estética, precariedade e legibilidade no marco de dez anos da “favela modelo”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, p. 122-151, 2016.

MENEZES, P. Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. **Dilemas**, v. 7, n. 4, p. 665-684, 2014.

_____. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2015.

_____. Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. **Tempo Social**, v. 30, n. 3, p. 191-216, 2018.

_____; CORRÊA, D. From disarmament to rearmament: elements for a sociology of critique of the Pacification Police Unit Program. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, p. 1-24, 2017.

_____; MANO, A. Sanitização comunitária, articulações e trocas de conhecimentos para ‘cuidar dos nossos’: Entrevista com Thiago Firmino, liderança da favela Santa Marta, Rio de Janeiro. **Dilemas**, Reflexões na Pandemia 2020 (seção excepcional), p. 1-17, 2020.

MISKOLCI, R. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 2, p. 275-297, 2016.

PANDOLFI, D.; GRZYNSZPAN, M. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002. p. 238-255

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, n. 42, p. 377-391, 2014.

ROCHA, L. de M. Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, n. 65, p. 475-494, 2018.

_____; CARVALHO, M. B.; DAVIES, F. A. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro. **r@u - Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 10, p. 216-237, 2018.

URRY, J. **Mobilities**. London: Polity Press, 2007.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.

VEILLETTE, A.-M.; NUNES, N. R. DE A. As mulheres e os efeitos da pacificação das favelas no Rio de Janeiro: compreendendo o gênero na política de segurança. **O Social em Questão**, v. Ano XX-no 38-Mai a Ago/2017, p. 171-190, 2017.

VIANNA, A. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a 'espera' entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs.). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes, ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2015. p. 405-418

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **cadernos pagu**, n. 37, p. 79-116, 2011.

Recebido: 13/12/2020

Aceito: 23/02/2021

As janelas do condomínio trazem proteção ou dúvida se está dentro de uma prisão¹: o caso de uma PPP habitacional na Cracolândia em São Paulo

The windows from the condominium bring protection or question if you are inside a prison: the case of a housing PPP of Cracolândia in São Paulo

**Ingrid Cristine Rodrigues Nascimento¹,
Stella Maris Nunes Pieve²**

1. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Territorial (GEDUR-UFRRJ). Orcid: 0000-0002-2631-859X. ingriid.cristine@gmail.com

2. Antropóloga, Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ). Orcid: 0000-0003-4109-8000. stellapieve@gmail.com

Resumo: O medo e insegurança provocados pela violência urbana são usados como justificativa para legitimar medidas de vigilância e monitoramento de modo que a segregação socioespacial se torna uma das maneiras de proteção na forma de enclaves fortificados. Para ilustrar essa narrativa foi selecionado

1. Referência à música "Minha Alma (A paz que eu não quero)", da banda O Rappa.

como estudo de caso o empreendimento habitacional de interesse social do Complexo Júlio Prestes, que faz parte da Parceria Público-Privada Habitacional, localizado na área de influência da Cracolândia em São Paulo. A chegada desses novos moradores transformou o Complexo em um enclave fortificado contendo rígido sistema de segurança, presença de altos muros e janelas fechadas com grades nos apartamentos. Essas medidas foram tomadas para protegê-los do contexto violento que foram inseridos utilizando a segregação como solução. A metodologia utilizada consistiu na pesquisa documental nos veículos de comunicação e análise dos editais expedidos pelos órgãos públicos, além da realização de entrevistas *on-line* com os moradores utilizando roteiro semiestruturado para compreender suas percepções em relação a segurança e habitabilidade urbana. Por fim, foram feitas visitas de campo dentro do condomínio e na região do entorno no intuito de compreender as dinâmicas territoriais.

Palavras-chave: Enclave fortificado; Cracolândia; Violência urbana; Controle de área; PPP habitacional.

Abstract: The fear and insecurity caused by urban violence are used as a justification to legitimize surveillance and monitoring measures so that socio-spatial segregation becomes one of the forms of protection in the form of fortified enclaves. To illustrate this narrative, the Júlio Prestes Complex social housing project, which is part of the Public-Private Housing Partnership, located in the area of influence of Cracolândia in São Paulo, was selected as a case study. The arrival of these new residents transformed the Complex into a fortified enclave containing a rigid security system, the presence of high walls and closed windows with bars in the apartments. These measures were taken to protect them from the violent context that was inserted using segregation as a solution. The methodology used consisted of documentary research in the media and analysis of public notices issued by public agencies, in addition to conducting online interviews with residents using a semi-structured script to understand their perceptions regarding security and urban habitability. Finally, field visits were made within the condominium and in the surrounding region

in order to understand the territorial dynamics.

Keywords: Fortified enclave; Cracolândia; Urban violence; Area control; Housing PPP.

Introdução

Um conceito que ajuda a compreender a expressão das relações sociais no espaço físico é o de “segregação” que, segundo Villaça (2011), pode ser entendida como um processo em que diferentes classes ou categorias sociais tendem a se concentrar em regiões ou conjuntos de bairros. Caldeira (2011) afirma que a segregação urbana contemporânea é complementar à questão da violência urbana, visto que o medo do crime é usado para legitimar medidas progressivas de segurança e vigilância, gerando estereótipos e classificando diferentes grupos sociais como perigosos.

As novas morfologias urbanas formadas pelo medo da violência urbana geram novas formas de sociabilidade que se opõe ao espaço público como local de encontros e socialização. Caldeira (2011) defende que a sociedade que produz esse tipo de segregação é atravessada por processos societários inéditos e novas formas de sociabilidade, subjetivação e construção de identidades, além de novos padrões de mobilidade e acesso aos espaços urbanos e seus serviços. Ademais, também existem as distintas redes sociais entre a dinâmica familiar, os espaços de lazer e consumo, além da crescente ilegalidade entre formas diversas de criminalidade e o tráfico de drogas.

A Cracolândia em São Paulo, localizada no bairro Campos Elíseos, é uma área em que os veículos de comunicação e imprensa destacam como características territoriais os altos níveis de violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas. A região, pertencente ao distrito de Santa Cecília, possui amplas estruturas e serviços urbanos por estar na região central da cidade. Todavia as contradições territoriais são iminentes pelas desigualdades sociais, com a presença de imóveis degradados, habitações precárias e situações de vulnerabilidade social por meio de pessoas em situação de rua, dependentes químicos e pessoas sem rendimentos.

Essa área foi escolhida pela gestão pública para implementar o primeiro

lote da Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional. O programa, do Governo do Estado de São Paulo, possui quatro objetivos: a) ocupar áreas ociosas; b) repovoar e revitalizar² o Centro; c) reduzir deslocamento dos trabalhadores e; d) aproveitar infraestrutura existente (SEH, 2014). Dessa forma, tem-se como produto do programa oferta de apartamentos de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP), além de fazer parte do escopo a construção de equipamentos públicos e revitalização de espaços públicos que visam requalificar a área central da cidade.

O condomínio residencial da PPP Habitacional no território do Campos Elíseos foi denominado de Complexo Júlio Prestes no qual trouxe novos moradores gerando novo padrão de segregação socioespacial baseado nos enclaves fortificados. Essa segregação, estudada por Caldeira (2011), surge para proteger (ou aprisionar) os moradores de contextos marcados pela violência, criminalidade e uso de drogas.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivos investigar o quanto a segregação urbana está atrelada a contextos violentos e como o uso da violência pode exercer um controle sobre determinada área e as pessoas que a habitam. Para ilustrar essa contribuição, foi selecionado o empreendimento habitacional de interesse social denominado Complexo Júlio Prestes que faz parte da PPP Habitacional localizada na área de influência da Cracolândia. O desafio aqui proposto consistiu em elaborar um panorama das políticas públicas pelas quais passou a territorialidade da Cracolândia, alinhando com a dinâmica que perfaça o controle do território e das pessoas.

Por conta da pandemia ocasionada pela COVID-19 que se alastrou mundialmente no ano de 2020, as interações e aproximações com o objeto de estudo tiveram que ser alteradas e as aproximações ocorreram majoritariamente em ambiente virtual. Essa decisão foi baseada no que Miller (2020) argumentou sobre a necessidade de refletir sobre formas de conduzir pesquisas durante o isolamento social, tendo como base interação *on-line* ou nas mídias sociais.

2. A PPP se tornou uma das grandes estratégias da gestão para revitalizar o centro considerado uma localidade degradada. Saiba mais em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ppp-e-nova-arma-para-tentar-revitalizar-o-centro,860799>.

Assim, foi realizada uma etnografia virtual nas comunidades virtuais que permeavam o universo de análise da pesquisa. Segundo Mercado (2012), a etnografia virtual conhecida como webnografia, ciberantropologia, netnografia, etnografia digital, dentre outras, estuda as práticas sociais na internet dos participantes. O uso desse método permite um estudo detalhado das relações nos espaços virtuais nos quais a internet surge como uma interface cotidiana da vida das pessoas e lugar de encontro.

Selecionaram-se duas comunidades virtuais consideradas mais pertinentes ao objetivo da pesquisa na plataforma virtual do *Facebook* sendo essas: “Complexo Júlio Prestes” e “PPP Habitacional SP Lote 1”. Os critérios para a escolha dessas comunidades se referem à seleção de grupos de discussão *on-line* nos quais estivessem presentes os beneficiários do Complexo Júlio Prestes centrados nas discussões que permeassem aspectos sobre o condomínio, acesso a moradia e situação de entorno.

Nesse primeiro momento de aproximação e formação das iniciais impressões foi realizada uma abordagem de observação não participativa. O objetivo desse método consistiu na observação de interações no intuito de realizar um mapeamento das questões preponderantes do grupo e identificar os possíveis beneficiários para a etapa de entrevista.

As entrevistas foram realizadas em ambiente virtual com moradores utilizando roteiros semiestruturados de pesquisa para analisar as percepções quanto ao fator de habitabilidade urbana que consiste em identificar o posicionamento do entrevistado em relação a área de influência que o conjunto habitacional está inserido (BONDUKI, 2001). Já as análises de campo ocorreram a partir de visitas guiadas pelos moradores dentro do Complexo e na região do entorno. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental mapeando matérias divulgadas pelos veículos de comunicação e análise dos documentos oficiais do Complexo como Edital de Concorrência associado a pedido de informação via Lei de Acesso à Informação (LAI).

O artigo está estruturado em três seções: a primeira aborda um mapeamento das ações coercitivas na Cracolândia para controlar o território. A segunda apresenta a análise dos moradores do Complexo Júlio Prestes em

relação a percepção de entorno, formas de mobilização e identificação de padrões de segregação. Por fim, a última apresenta as considerações finais do artigo.

“Cracolândia” no Campos Elíseos: o controle de um território por meio da violência

A Cracolândia, também denominada “fluxo”³, se configurou como um território urbano com aspectos que denotam interferência de múltiplas linhas de força, disputas e interesses. Devido a este fato, não é à toa que pesquisas recentes têm sido produzidas sobre esses cenários com enfoques variados, os quais perpassam: os circuitos de uso de crack e os dilemas da saúde (RAUPP, ADORNO, 2011); os conflitos e disputas em torno da eficácia de distintos modelos de tratamento, da Redução de Danos à internação em Comunidades Terapêuticas (RUI, 2016); as disputas em torno da “revitalização” urbana (FRÚGOLI, SKLAIR, 2009); as relações entre corpo, abjeção e cuidado (RUI, 2012); a prostituição feminina na Luz (SILVA, 2000); e o impacto que a opinião pública, o debate midiático e o discurso médico influenciam o debate sobre drogas (FIORE, 2007).

O termo Cracolândia foi usado pela primeira vez pelo jornal “O Estado de São Paulo” em 1995, em uma reportagem sobre apreensões e prisões relacionadas às drogas por parte da Delegacia de Repressão ao Crack, fundada pelo governador Mário Covas (PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA). No Brasil, as evidências apontam que o crack surgiu nos anos de 1980/90 na periferia⁴ de São Paulo em regiões de exclusão social que absorveram o uso da droga, tendo migrado para a região da Luz / Campos Elíseos / Santa Efigênia conhecida como Cracolândia. Embora o seu uso passe por distintas classes sociais, é comum apresentar características relacionadas às vulnerabilidades

3. Uma alusão ao fato da população de usuários de crack ser inconstante e variável, conforme apontado na obra de Rui (2016).

4. Dentre os bairros da zona leste, São Mateus se configurou como o mais intenso no comércio e consumo da droga. O jornal Folha de S. Paulo, em junho de 1992, referiu o bairro como “Bronx paulistano” em alusão à região nova-iorquina do *South Bronx*, onde se configurou um polo de consumo e comércio de crack dos EUA na década de 1980.

personais e sociopolíticas, preconceito, falta de acesso ou não aderência aos serviços e equipamentos públicos ofertados (RIBEIRO, 2013).

Segundo Rui (2016), muitos hotéis e pensões na região central da cidade que hospedavam viajantes e prostitutas passaram a receber, no início dos anos 1990, usuários e vendedores de crack que chegavam de outros municípios, outras áreas centrais de São Paulo e das regiões periféricas. As transformações espaciais e sociais ocorriam na medida em que a economia da prostituição, muito presente no local, entrou em declínio e o comércio de drogas começou a ganhar referência ao se difundir no território. Na visão de Rui (2016), esse vetor de atração ajudou a compreender o motivo de muitos usuários de crack se concentrarem nessa área. Assim, nasceu o território espacial e social da Cracolândia em São Paulo, conhecido como uma das famosas territorializações de consumo de crack do país.

Essa área, segundo literatura antropológica, é um conceito de território itinerante, delimitado pela quantidade de pessoas e não por um território específico. A sua característica de itinerância, de onde vem a referência à denominação de “fluxo”, é conhecida pelas “passeatas de noias” que resultam das intervenções na área central de São Paulo e geram uma série de conflitos relacionados à repressão policial (FRÚGOLI & CAVALCANTI, 2013).

Dessa maneira, essa área não pode ser analisada sob a perspectiva de um território fixo geograficamente, visto que sofreu deslocamentos ao longo dos anos de existência pelos bairros da Luz, Santa Efigênia e Campos Elíseos, como aponta a Figura 1. Deve-se situá-la em uma área urbana sujeita a deslocamentos mais próximos ou mais distantes, a depender do tipo de repressão ou intervenções exercidas, além das dinâmicas de suas próprias relações internas (TRINTA, 2017). Segundo Trinta (2017, p. 25), a Cracolândia se materializa no conjunto de seus corpos nos quais permeia a noção de “corpo-território” que se constitui pelas concepções territoriais em movimento.

Figura 1: Deslocamento da “Cracolândia” em São Paulo em 1994, 1998 e 2005.

Fonte: Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (Labcidade), 2017.

As ações de inibição do poder público em atuação nessa região não são um fato tão recente, estando ligadas ao uso da força policial e violência para controlar o território como foi evidenciado pelas seguintes ações de maior destaque midiático: “Operação Limpeza” (2005)⁵; “Operação Dignidade” (2007) e “Operação Sufoco” (2012)⁶. Essa última ação durou cerca de duas semanas, fazendo com que os usuários ficassem vagando pelas ruas do centro da cidade, vigiados constantemente pelos policiais que não os deixavam descansar, provocando dor e sofrimento.

As operações não resolveram as demandas da área e resultaram em um

5. Ocorreu em 2005 com o foco principal voltado para a repressão policial onde cerca de 220 policiais foram mobilizados. Saiba mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0903200516.htm>

6. Veja mais em: <https://veja.abril.com.br/brasil/acao-policial-dispersa-usuarios-da-cracolandia/>.

processo de descentralização no território⁷. Segundo Rui (2016), agir sobre a Cracolândia é sinônimo de agir sobre os corpos vulneráveis dos usuários utilizando diversas táticas, técnicas e tecnologias de controle e cuidado.

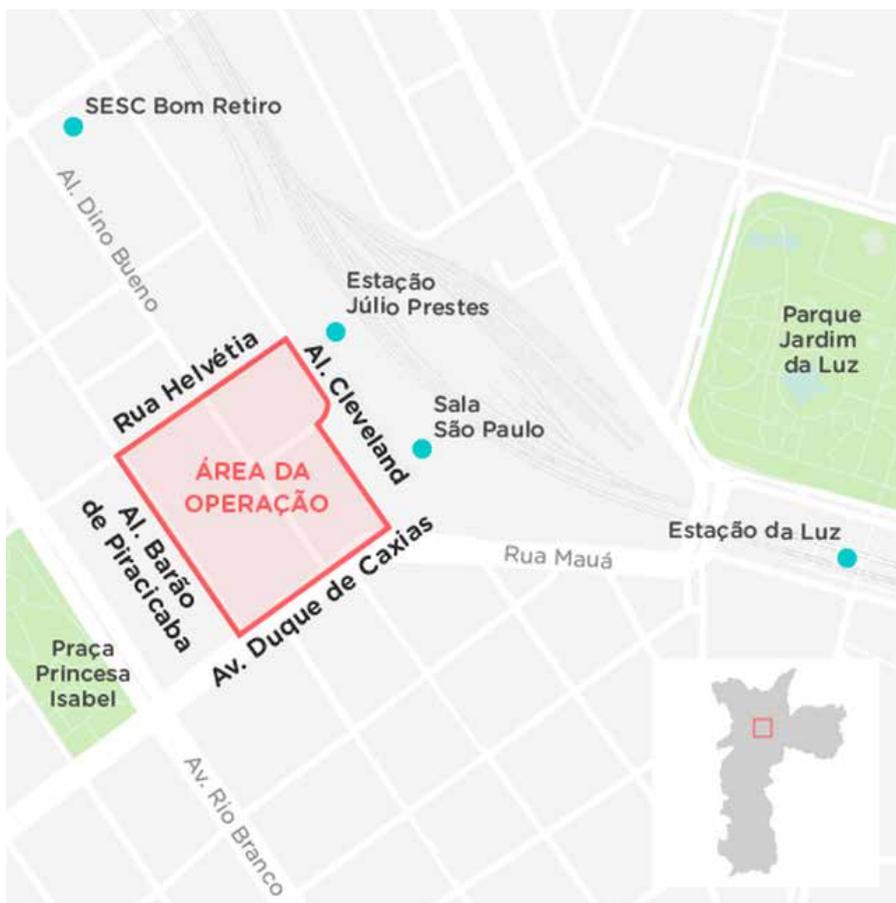
Em 21 de maio de 2017, o calendário oficial da cidade de São Paulo anunciava o último dia da Virada Cultural, importante evento cultural descentralizado pela cidade. Naquele dia, foi organizada uma nova operação coordenada pela Prefeitura do Município, cuja área de abrangência pode ser visualizada na Figura 2. A operação de caráter policial foi justificada pelo governo como parte do Programa Redenção⁸ para prender traficantes que atuam na região. Isto permitiria, segundo afirmações do então prefeito João Dória (PSDB), o “fim da Cracolândia”⁹. Mas a operação também era um marco de uma finalização que de fato se consolidou: a do Programa denominado “De Braços Abertos”, implementado na gestão anterior pelo prefeito Fernando Haddad (PARTIDO DOS TRABALHADORES). Horas depois da ação policial, o aglutinado de usuários de drogas se deslocou para a Praça Isabel, região próxima à do início da operação, o que evidentemente contrariou as expectativas da gestão.

7. Aqui, empregamos o conceito de “território” no sentido utilizado por Rui (2012) no que diz respeito a substituição do termo “cenas de uso” por “territórios de uso”. Tratamos de “território” mais neste sentido.

8. O Programa Redenção é parte da política municipal antidrogas que tem uma de suas diretrizes voltada a Segurança (Policial) por meio de ações contínuas de policiamento preventivo com a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar além do combate contínuo ao tráfico por meio da Polícia Civil.

9. Veja mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886039-apos-acao-policial-secretario-de-doria-diz-que-nao-vai-mais-ter-cracolandia.shtml>.

Figura 2: Delimitação do perímetro de operação policial na Cracolândia em 21 de maio 2017.



Fonte: Nexo Jornal, 2017.

As estratégias de enfrentamento derivam da tomada de decisão sobre como o Estado se organiza para agir em relação às questões das drogas que se manifestam diante do debate monopolizado entre duas concepções: segurança

e saúde pública. O posicionamento proibicionista-punitivo¹⁰, ligado à segurança pública, formula políticas relacionadas ao modelo de poder psiquiátrico, oportunismo político e subjetividade contemporânea compulsiva¹¹ (RIBEIRO, 2013). Baseado nessa concepção foi elaborado um conjunto de políticas que não conseguiram reduzir a oferta e distribuição das substâncias ilícitas utilizando estratégias repressivas e proibicionistas, além de terem – na prática – aumentado os riscos vividos pelos cidadãos que as consomem¹² (LANCETTI, 2015; LABATE 2016).

A partir de 2013, a gestão municipal começou a atuar na perspectiva de saúde pública sob a concepção da redução de danos¹³ baseada em critérios que levam em conta as liberdades individuais, dignidade, autonomia e meta de redução do consumo, colocando o usuário no centro do cuidado. Essa concepção pode ser exemplificada pelo antigo Programa da Prefeitura Municipal de São Paulo denominado “De Braços Abertos” (DBA). O DBA foi um programa

10. Segundo a cartilha do Movimentos, entre 2005 e 2013, houve um aumento de quase 90% no número de pessoas presas no Brasil associadas ao tráfico de drogas. Em grande parte este dado está relacionado com a Lei de Drogas 11.343 de 2006, que acabou com a pena de prisão para o porte de drogas para consumo pessoal, entretanto aumentou a pena mínima para tráfico de drogas para 5 anos. Para ter acesso ao material acesse: <http://www.movimentos.org.br/publicacoes>.

11. Segundo Lancetti (2015), a hipercomunicação por celulares, computadores, *tablets* e aplicativos de relacionamentos sexuais em que seu uso abusivo é a maior expressão de compulsividade.

12. Uma das externalidades negativas das medidas proibicionistas e punitivas do consumo de drogas leva a perspectiva de que, primeiramente, não há um controle sobre a qualidade da droga que é circulada de maneira ilegal nos territórios o que ocasiona o consumo de substâncias alteradas e de baixa qualidade. Em segundo, ao não informar sobre usos seguros de usar tais substâncias acaba-se gerando um grande problema de saúde pública perante indivíduos que optam por consumir determinada droga, mas o fazem sob uma perspectiva que acarreta um maior prejuízo sem levar em conta questões de “consumo seguro”.

13. No Brasil, a perspectivas de redução de danos tomou conhecimento a partir da distribuição de seringas para usuários de drogas injetáveis que contrapõem a lógica americana de guerra às drogas, pois não prioriza a abstinência como metas de suas ações. Para melhor conhecimento sobre a temática, consultar Machado e Borini (2013).

intersetorial implementado na gestão do prefeito Fernando Haddad (PT) que buscou oferecer acomodações em quartos de hotéis do entorno, três refeições diárias em um restaurante público local, oportunidade de trabalho e renda em serviços de zeladoria municipal e mediação de acesso a serviços de saúde para as pessoas identificadas como “usuárias de crack”. Suas ações tinham como norte a redução de danos associada à baixa exigência para participação e à garantia de um pacote indivisível de direitos.

Para Ribeiro (2013), a associação de políticas de saúde pública, assistência social e educação devem ser adotadas conjuntamente com a política criminal, e não como tradicionalmente vem sendo tratada de forma desarticulada e priorizando a abordagem punitiva. Desse modo, as ações desempenhadas pelos governos no território ora frisaram ações de repressão de caráter policial militar, constrangimentos morais e físicos (desde a prisão e a tortura), mas também estratégias de compreensão e tolerância do outro visando a recuperá-lo para a convivência com a sociedade (LABATE, 2016).

Assim, não há como tratar a “Cracolândia” somente como local em que se vende e consome crack, visto que se produz o reconhecimento de territorialidades específicas que permeiam uma série de práticas e modelos de cuidados (FRUGOLI, CAVALCANTI, 2013) Ainda é possível notar uma delimitação de identidades no espaço urbano dotados de equipamentos e atores que marcam seus limites e viabilizam distintos modos de apropriação que formam a identidade no território (RUI 2012; LABATE 2016; MAGNANI, 2002).

PPP habitacional: a forma de segregação a partir de enclaves fortificados

O Campos Elíseos foi o primeiro bairro planejado em São Paulo para ser predominantemente residencial no intuito de abrigar grupos da mais alta renda destinados à aristocracia do café (BRANQUINHO, 2007; BRONKHORST, 2014). Entretanto, no início do século XX, Campos Elíseos já não era considerado o local mais elegante da cidade, condição cedida a novos bairros, como Higienópolis, posteriormente substituído com a ascensão da Avenida Paulista. Essas transformações se deram com a expansão financeira e a diminuição

das atividades do mercado imobiliário, fazendo com que a atuação do poder público também seguisse esses deslocamentos, dando maior apoio à expansão dessas novas centralidades urbanas (FRÚGOLI, 2000).

Na década de 1980, a cidade começou a ser objeto de intervenções com o objetivo de ajuste ao ideário neoliberal aplicado ao meio urbano (NOBRE, 2000). O bairro do Campos Elíseos, compondo o Centro Velho¹⁴, estava tomado pelas camadas populares à medida em que suas lojas se popularizaram e os estabelecimentos, abandonados pelos grupos de maior renda, foram ocupados por comércio e serviços orientados a atender às camadas populares, dando um sentido de decadência ao bairro. A partir da iniciativa pública em parceria com o setor privado, a área foi objeto de diversas propostas orientadas para “revitalizar” o local e remover o que se considera atores sociais problemáticos¹⁵. Essas intervenções instrumentalizaram projetos que se basearam em remoções forçadas e demolições de imóveis no intuito de afastar grupos populares consolidando práticas higienistas e gentrificadoras¹⁶ em atuações do poder público.

Pode-se citar como exemplos a somatória de projetos urbanos que pretendiam consolidar a ideia de constituição de um polo cultural na região, por meio

14. O Centro Histórico ou Centro Velho corresponde à região onde a cidade foi fundada pelos padres jesuítas, formado pelos distritos da Sé e República. Com o passar do tempo, a centralidade econômica de São Paulo migrou para a direção sudoeste do município, rumo a bairros como Higienópolis e, posteriormente, Avenidas Paulista e Brigadeiro Faria Lima. Mais recentemente, existe um grande polo de negócios que se estende pela região da Vila Olímpia e das Avenidas Engenheiro Luis Carlos Berrini e Chucrri Zaidan, nas imediações da Avenida Nações Unidas.

15. Questão presente em trabalhos anteriores, podendo ser conhecidos em Nascimento (2018), por exemplo.

16. Segundo Smith (2006), o processo de gentrificação trata da mudança social da paisagem urbana em que classes médias altas brancas tentam recuperar o controle das políticas econômicas e culturais, bem como do espaço nas grandes cidades. Essa questão implica cinco características: 1) Novo papel do Estado; 2) Penetração do capital financeiro; 4) Mudança nos níveis de oposição política; 5) Dispersão geográfica. A gentrificação como estratégia urbana global reflete por um lado o abandono das políticas urbanas progressistas do século XX e, por outro, a expressão urbana do neoliberalismo emergente.

da implantação de diversos equipamentos culturais associados à recuperação do patrimônio histórico. Tais projetos sugeriram uma ideologia da “cultura das elites”, que consolidaram práticas culturais para a elite voltar a habitar a região a partir da implementação de novos museus e salas culturais acessíveis a uma camada populacional de maior poder aquisitivo, como Sala São Paulo inaugurada em 1998, e Estação Pinacoteca, em 2002, construída na sede do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) do estado de São Paulo¹⁷.

A Operação Urbana Centro (OUC), instituída pela Lei Municipal 12.349, de 06 de junho de 1997, na gestão de Celso Pitta (PPB), consistia em estabelecer parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, visando a estimular intervenções e empreendimentos que promovessem um melhor aproveitamento dos imóveis. Além disso, a OUC afirmava procurar preservar o patrimônio histórico cultural e ambiental urbano e arrecadar recursos para a melhoria da infraestrutura urbana, buscando iniciar um processo de melhoria das condições urbanas e ambientais da região, inclusive de moradores de habitações subnormais (José, 2010).

Em 2005, foi formulado o Projeto Nova Luz, sendo uma concessão urbanística¹⁸ destinada à revitalização da área da Luz, no centro de São Paulo. A

17. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) foi criado em 1924 para reprimir e prevenir delitos considerados contra a ordem e a segurança do Estado. Os períodos de autoritarismo ditatorial da História do Brasil Republicano – o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985) – proporcionaram os momentos de maior atuação do Deops/SP, embora durante o período democrático de 1945 a 1964 também tenha atuado. Subsidiadas por legislação específica, as ações do Deops/SP variaram de intensidade conforme o período que se se vivia e a quem se pretendia atingir. Em 1983, o então governador de São Paulo, José Maria Marin, promoveu o encerramento das atividades do Deops/SP por meio do Decreto nº 20.728, de 4 de março.

18. A Lei 14.917/2009 define a concessão urbanística como um instrumento de intervenção urbana e estrutural destinado à realização de urbanização ou de reurbanização de parte do território municipal a ser objeto de requalificação da infraestrutura urbana e de reordenamento do espaço urbano, com base em projeto urbanístico específico em área de operação urbana ou área de intervenção urbana para atendimento de objetivos, diretrizes e prioridades estabelecidas na lei do plano diretor estratégico.

proposta fundamentava a criação de um polo comercial e de serviços para atrair empresas da área tecnológica e o plano urbanístico seria elaborado por um consórcio de empresas vencedoras da licitação pública.

Segundo Frúgoli (2000), o centro da cidade se tornou um campo de negociações e disputas onde as principais forças podem ser classificadas da seguinte forma:

a) as classes populares, organizadas em torno da demanda por mais moradia na região; b) o poder público, cujo principal projeto para o centro (com apoio da iniciativa privada) é o da revitalização da área como centro histórico e como espaço público e c) o setor privado, cujo principal plano é conversão do centro histórico numa zona turística internacional e privatizada (...) (FRÚGOLI, 2000: p. 37).

Na mesma região, o Governo do Estado de São Paulo recentemente implementou um inédito programa, tanto em termos de desenho arquitetônico quanto modelo de contratação que fez surgir em 2018 a consolidação do condomínio residencial “Complexo Júlio Prestes”. O empreendimento foi construído no terreno onde funcionou o antigo Terminal Rodoviário da Luz, sendo substituído posteriormente pelo Shopping Fashion Center Luz, que funcionou até 2007 e foi demolido no ano de 2010 pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Complexo faz parte de uma Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional. O seu padrão de contratação e financiamento possibilita maior integração e administração conjunta entre o setor público e agentes do setor privado, utilizando um modelo de concessão de serviços públicos que delega atribuições do Estado ao setor privado buscando atender demandas dos interesses empresariais exigindo uma nova configuração das relações entre o público e o privado (PEREIRA, PALLADINI, 2018).

A PPP Habitacional na cidade de São Paulo é de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo por meio da Agência Paulista de Habitação Social denominada Casa Paulista. Cada PPP se realiza por meio de contrato na

modalidade de concessão administrativa, entre o Estado e uma concessionária, constituída como Sociedade de Propósito Específico (SPE)¹⁹.

Os projetos até sua implementação cumprem as seguintes etapas que devem ser analisadas pelo Conselho Gestor de Parcerias do Estado: Proposta Preliminar; Detalhamento Técnico da Proposta Preliminar; Audiência Pública; Consulta Pública; Edital de Concorrência Pública; e Contratação. O Conselho Gestor, em 31/10/2011, aprovou a proposta preliminar que visava construir e financiar a gestão condominial de 50.000 unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. Em 17/04/2012, foi realizado o Chamamento Público nº 4/2012, para estudos técnicos e modelagem de projetos e para a estruturação. Em seguida, foi realizado um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) publicado em 04/05/2012.

A PPP habitacional tinha intuito de implantar habitações de interesse social, habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo e prestar serviços de de trabalho social pré e pós-ocupação, apoio à gestão condominial e gestão de carteira de mutuários, além de manutenção predial. O que o edital expressa por “habitação de interesse social (HIS)” corresponde à ideia de unidades habitacionais destinadas à população com renda bruta familiar mensal igual ou superior a R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais) e igual ou inferior R\$ 4.344,00 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais). As habitações de mercado popular (HMP) são as unidades habitacionais destinadas à população com renda bruta familiar mensal superior R\$ 4.344,01 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais e um centavo) e igual ou inferior a R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais e oitenta e quatro reais).

O objeto da concorrência foi a concessão administrativa para a implantação de HIS, HMP e prestação dos serviços nos condomínios de HIS em 4 (quatro) lotes, compreendendo a implantação do número total de 14.124 (catorze mil, cento e vinte e quatro) unidades habitacionais, contemplando: a) aquisição

19. Segundo o Código Civil Brasileiro, por meio da Lei 10.406/2002, uma SPE é um tipo de sociedade mercantil cuja atividade é restrita, podendo ter prazo de existência determinado e sendo utilizada para isolar o risco financeiro da atividade desenvolvida.

e disponibilização de 100% (cem por cento) dos terrenos necessários para implantação de HMP em cada lote, podendo usar os poderes outorgados pelo poder concedente para promover desapropriações; b) elaboração dos projetos; c) obtenção dos alvarás e das licenças, inclusive ambientais; d) execução das obras e serviços de engenharia, incluindo as demolições; e) implantação da infraestrutura de equipamentos e serviços contidos no anexo 2 (dois) do edital²⁰. Ainda contempla a concessão da prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, serviços de gestão da carteira de mutuários; desenvolvimento do trabalho técnico social de pré-ocupação e pós-ocupação; manutenção predial; e a implantação dos equipamentos e melhorias urbanísticas.

A licitação ocorreu por meio de Concorrência Internacional nº 01/2014, do tipo Menor Preço, em que era permitida a formação de consórcios sem restrição quanto ao número de consorciados. A publicação em 23/03/2013, da Ata da 53ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, aprovou a Modelagem Final para a PPP Habitação de Interesse Social e autorizou as etapas de Audiência e Consulta Pública para apresentação da PPP Habitacional. A consulta pública ocorreu no período de 10 de maio até 09 de junho de 2013, constando no Diário Oficial do Estado, em jornais de grande circulação no Estado de São Paulo e no sítio eletrônico da Secretaria da Habitação.

O lançamento do edital de Concorrência Internacional nº 01/2014, ocorreu em 25/09/2014, com seus cinco anexos, sendo: i) Modelos e declarações; ii) Diretrizes para as intervenções urbanas; iii) Minuta do contrato; iv) Modelo de proposta econômica; e v) Diretrizes para elaboração do plano de negócios. A licitante deveria prestar a garantia da proposta nos valores em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, admitida a combinação de duas ou mais dessas modalidades para os seguintes lotes: a) Lote 1: R\$ 9.100.000,00 (nove milhões e cem mil reais); b) Lote 2: R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais); c) Lote 3: R\$ 10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil reais); d) Lote 4: R\$ 7.300.000,00 (sete milhões e trezentos mil reais).

20. Exigências contidas no anexo dois do Edital, que tratam das diretrizes para as intervenções.

A empresa classificada foi Canopus Holding S.A., com proposta para o Lote 1; para os Lotes 2, 3 e 4 não houve interessados. Em 23/03/2015, segundo o extrato do Contrato SH-001/2015 (LOTE 1 DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL SH 001/2014), foi assinado com a Concessionária PPP Habitacional Lote 1 S/A, formada pela empresa Canopus Holding S/A, pelo valor de R\$ 1.857.709.240,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e nove mil, duzentos e quarenta reais) com investimento estimado de R\$ 919.544.521,00 (novecentos e dezenove milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte um reais) para o segmento de Habitação e Urbanização celebrado entre a PPP Habitacional Lote 1 S.A. e a Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo do Estado de São Paulo para Concessão Administrativa.

A ganhadora da licitação ficou responsável por realizar as obras, a venda dos imóveis e prestar serviços de manutenção predial e de administração de condomínio. No total, o Complexo Júlio Prestes engloba oito torres residenciais, com 1.130 moradias de interesse social e outras 72 unidades de mercado popular; estando previsto no projeto a construção de uma creche, escola de música e revitalização de espaços públicos ao redor do empreendimento. Os investimentos da iniciativa privada foram de R\$ 919 milhões e a contrapartida do Estado foi de R\$ 465 milhões, divididos ao longo de 20 anos.

Figura 3: Renderização do projeto do Complexo Júlio Prestes em São Paulo.

Fonte: Cohab-SP.

Segundo Pereira e Palladini (2018), há uma mudança no tratamento do setor habitacional, que deixa de ser pensado como política social e se transforma em demanda por moradia, obedecendo ao raciocínio da relação econômica. A proposta da PPP priorizou grandes construtoras e empreiteiras, tornando secundária a atuação das construtoras de pequeno e médio porte que atuavam no setor de moradia popular. A apresentação de propostas se restringiu a grandes empresas do mercado, deixando a construção da moradia como um dos vários elementos de um contrato com um conjunto de obrigações mais complexas.

Os interessados se candidataram para as unidades habitacionais até julho de 2017. Para cada participante foi gerado um número de protocolo de modo que o acesso ocorreu por sorteio. A distribuição percentual destinou 80% das HIS para aqueles que comprovaram residência no município de São Paulo, fora da área central, e local de trabalho no Centro Expandido²¹, os outros

21. Compreende a área central da Cidade de São Paulo, onde se deu a implantação do objeto do contrato, composto pelos Distritos Sé, República, Santa Cecília, Barra Funda, Bom Retiro, Pari, Brás,

20% das HIS foram destinados para os que comprovaram residência e trabalho no Centro Expandido. Ainda existiu a obrigatoriedade de atender 26% do público-alvo do sorteio por meio de cotas: a) 5% para idosos; b) 7% para pessoas com deficiência ou cuja família tenha pessoa com deficiência; c) 4% para policiais civis e militares e agentes de segurança e escolta penitenciária; d) 10% para servidores e empregados públicos, de qualquer esfera.

O discurso de “revitalização urbana” que compõe diversas narrativas relacionadas a grandes projetos urbanos em áreas centrais, também foi utilizado para legitimar a PPP, camuflando as intenções de gentrificação de bairros centrais. Conforme afirma Sombini (2017), a proposta contemplou os anseios dos grandes promotores imobiliários que há décadas se contrapõem à ideia de políticas de caráter sociais progressista na área central de São Paulo.

Esse processo de “revitalização urbana”, no qual a PPP Habitacional integra, iniciou em 16 de abril de 2018 quando foi realizada, por meio do poder público, a remoção dos moradores e comerciantes da quadra 36 dos Campos Elíseos para dar lugar a construção do Hospital Pérola Byington (Unidade 2), viabilizado por meio de outra PPP, sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado. As famílias que habitavam a região foram removidas sem atendimento habitacional pré-estabelecido, e somente depois contempladas por carta de crédito ou auxílio moradia.

Segundo levantamento do Fórum Aberto Mundaréu da Luz (2018), na quadra 36 foram removidas 250 famílias. Para Frúgoli (2000), esse tipo de intervenção promove processos de expulsão da população de baixa renda para dar preferência a casas ou empreendimentos que atendam às classes médias e altas, tendo em vista que essas acabam por beneficiar grupos econômicos privilegiados e especuladores imobiliários.

Pode-se notar que a chegada dos novos moradores do Complexo Júlio Prestes instala um novo padrão de segregação socioespacial no Campos Elíseos, onde os diferentes grupos sociais estão convivendo lado a lado. Contudo, a separação permanece por meio de muros e tecnologias de segurança, que configuram o que Caldeira (2011) nomeia de enclaves fortificados. Esses são espaços

Mooca, Belém, Cambuci, Liberdade, Bela Vista e Consolação.

privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho justificados, sobretudo pelo medo da violência corrente no discurso das classes média e alta, enquanto isso, a esfera pública das ruas se destinaria aos pobres.

Os moradores desses edifícios não mostram tolerância em relação às pessoas de diferentes grupos sociais, não possuindo interesse em encontrar soluções comuns para problemas urbanos. Em vez disso, adotam técnicas de distanciamento e divisão social que fizeram surgir uma nova maneira de organizar a segregação e a discriminação social. Essa separação dos diferentes grupos sociais que vivem mais próximos é mantida por barreiras físicas e sofisticados sistemas de identificação e controle.

Segundo Caldeira (2011, p. 259)

Os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distancia e desigualdades sociais. Os enclaves literalmente na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artificios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é um evidente afirmação de diferenciação social. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles, e portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status.

É também característico desse modelo de ocupação e uso do solo a existência de segregação evidenciada por meio de muros altos que cercam propriedades e sistemas de vigilância ostensivos. Essa cidade de muros modifica a qualidade do espaço público associando-a frente ao processo de estigmatização, controle e exclusão.

Em relação ao Complexo, os dados da Secretaria Estadual da Habitação de São Paulo, obtidos pelo jornal SP2 por meio da Lei de Acesso à Informação²²,

22. Veja mais em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/15/>

apontam que 95 pessoas que estavam na fila desistiram de financiar esses apartamentos no ano de 2019, pois descobriram que o imóvel se localiza na área de influência da Cracolândia. Dessa maneira, dos 103 contratos oferecidos para financiar apartamentos no condomínio em março, 69 foram assinados demonstrando que 33% das pessoas desistiram quando souberam o endereço dos apartamentos. Em maio, o índice subiu para 36% e, em julho, ficou em 34%.

O anexo 2 do edital de Concorrência Internacional nº 01/2014, que diz respeito às “Diretrizes para as intervenções urbanas”, aponta que os empreendimentos construídos via PPP precisam evitar “a segregação urbana e a formação de guetos, estigmatizados como lugares de precariedade ambiental, de pobreza econômica e de violência social” (SEH, 2014: p. 3). Além disso, veta a construção de empreendimentos na forma de condomínios fechados para a cidade, cercados por muros e sem nenhuma relação formal, espacial e funcional com as ruas circundantes.

Porém, não foi isso que ocorreu na prática, visto que no térreo do Complexo em questão, as 67 lojas do bulevar que foram planejadas para serem espaços abertos ao público externo se encontram atualmente fechadas por muros, conforme decisão dos próprios moradores dos apartamentos (AMÂNCIO, 2018). Segundo informações da Secretaria Estadual de Habitação (2019), não há prazo para a derrubada dos muros que isolam os edifícios das lojas e o Complexo como um todo por questões da segurança no entorno.

A Praça Júlio Prestes, localizada em frente ao condomínio, sofreu obras de revitalização pela empresa Canopus. A reforma contemplou a construção de uma área de eventos com capacidade para até 5 (cinco) mil espectadores, espaços para uso infantil, além de nova pavimentação, iluminação e mobiliário. Também foram colocadas grades ao redor da praça, existindo um guarda que foi contratado pela PPP para vigiar o local. A única entrada da praça é fechada todos os dias às 22 horas e, dentro do período analisado, não se percebe a entrada da população em situação de rua nesse espaço.

O barulho que vem do fluxo pode ser nitidamente ouvido dentro do

beneficiarios-de-programa-para-casa-propria-em-sp-desistem-do-imovel-pela-localizacao-na-cra-
colandia.ghhtml

Complexo. Por isso, os apartamentos apresentam isolamento acústico e, quando suas janelas são fechadas, o som de fora se torna quase imperceptível. Durante o período da pesquisa em campo, foi possível notar que os moradores do Complexo observam – desde as sacadas de seus apartamentos – a movimentação do fluxo e alguns chegam até a conhecer a dinâmica espacial desses deslocamentos diários ao redor do condomínio.

Segundo informações obtidas da Secretaria Estadual de Habitação, via Lei de Acesso à Informação em março de 2021, o Complexo possui cinco torres chamadas de residenciais, sendo elas: Dino Bueno, Duque de Caxias, Barão de Piracicaba, Helvétia e Santa Efigênia. O residencial que mais possui moradores é o Dino Bueno: 506 moradores, sendo 53% do gênero feminino e 49% na faixa etária entre 30 e 49 anos. O Complexo possui uma entrada central, pela qual os visitantes devem apresentar nome e RG, que são devidamente anotados em um caderno por um funcionário (porteiro). No interior do Complexo, cada residencial possui uma segunda entrada que dá acesso às torres. Para ter acesso aos residenciais, os moradores possuem um sistema de chaves eletrônicas que só permite a abertura do portão das suas respectivas torres.

Os beneficiários da PPP adquiriram uma forma organizada para tentar trazer melhorias ao realizar reuniões periódicas e coleta de assinaturas no intuito de pressionar a Prefeitura para resolver problemas; a principal reivindicação é a “retirada” da “Cracolândia”. No período da pandemia, as reuniões presenciais foram suspensas de modo que a participação não se deu mais fisicamente, mas por meio de formulários *on-line*, que foram incorporados ao sistema de votação. Apesar de não existir uma associação de moradores no Complexo, cada torre possui um subsíndico e há ainda um síndico geral, responsável por todo o Complexo.

No exterior do Complexo, a pesquisa de campo mostrou que o lugar também é altamente vigiado por sistemas de vigilância eletrônica e câmeras instaladas em cima dos prédios. A presença da segurança pública é constante, seja pela Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar e Equipe da Inspeção de Operações Especiais (IOPE). Mas também existe a presença de equipes de assistência social e da saúde vinculadas à Prefeitura que passam diariamente

pelo território sendo facilmente identificadas pelo uso de coletes.

Os moradores entrevistados apontaram que a “revitalização” será uma opção boa para o local. Dentro dos apartamentos do Complexo, é possível ver prédios que foram interditados pela construção de muros nas portas e janelas para bloquear a entrada, além dos terrenos vazios de imóveis que foram demolidos. É possível ainda depreender do discurso dos moradores a ideia de que a “revitalização” está atrelada à retirada da população que habita outros imóveis da região e consequente demolição destes imóveis que venham a ser desocupados.

Assim, pode-se associar o Complexo a um enclave fortificado na medida em que existe dentro do condomínio um sistema rígido de segurança e vigilância, presença de janelas fechadas com grades nos apartamentos dos primeiros andares, além do fato dos novos moradores reclamarem constantemente da região em relação ao tráfico de drogas, assaltos, presença de usuários de drogas e medo de sair ou chegar durante a noite.

Entretanto, os trabalhos com base em pesquisas etnográficas feitas por Frúgoli e Chizzolini (2012) nessa área apontam que a população moradora há mais tempo na região possui uma visão mais normalizada dos usuários e da população em situação de rua. Como pode ser evidenciado pelo seguinte trecho:

Assim como Eduardo, Norma não teme transitar em meio a um grupo de usuários (o que foi confirmado durante nossa caminhada), e conta que alguns até a cumprimentam: “Tia, você está boa? Vai com Deus!”. De todo o modo, pondera que os mesmos não são uma imagem agradável, pois contribuiriam para a sujeira nas ruas e diriam palavrões. Contudo, isso não significa que Norma não demonstre preocupação com a condição vulnerável deles. Ela se ressentida em relação à situação e conta que seus parentes raramente a visitam, pois têm medo de terem seus carros roubados. (FRÚGOLI, CHIZZOLINI, 2012, p. 10)

A análise dessa citação denota que a sensação de insegurança frente à criminalidade e violência produzida pela existência da Cracolândia seria uma concepção alinhada à visão dos novos moradores de perfil social diverso que a

PPP buscou atrair para o centro em busca de “revitalizar” a região e de pessoas que não possuíam vínculo anterior com a área, sendo fortemente influenciadas pelas notícias veiculadas pelos meios de comunicação e imprensa.

Considerações finais

De 2005 até os dias atuais, a Cracolândia passou de um objeto de estudo em que poucas publicações acadêmicas se debruçavam sobre essa territorialidade, até chegar atualmente no centro dos debates sobre questões sociais, psicológicas e urbanas. Além de existir uma série de grandes operações policiais e políticas contemporâneas formuladas pelos diversos níveis de governo que impactam o território.

A questão da violência urbana é um recurso que permite perceber com maior clareza a estigmatização social e divisão de classes que permeiam uma sociedade. As persistências no tempo dessas práticas evidenciam uma estratégia para manutenção da dominação de uma classe sobre outra. Os efeitos das políticas públicas destinada a esse território mostraram que tais medidas se tornaram ineficientes ao seu propósito inicial devido ao fato da região permanecer até hoje nos mesmos arredores produzindo deslocamentos conforme a intervenção direcionada para a localidade. O mapeamento apontou que essas ações desconsideraram a característica dessa territorialidade que apresenta aglomerados de exclusão socioeconômica e sua característica corpo-território.

Nesses anos ocorreram várias transformações para além da Cracolândia. Como foi apontado por Rui (2016), o crack associado ao tráfico de drogas ganhou notabilidade; os conflitos decorrentes de intervenções nos espaços de consumo de crack se intensificaram; vários projetos urbanísticos foram pensados por uma categoria de planejamento hegemônico que preconiza a acumulação do capital; e as populações em situação de rua aumentam ano a ano devido ao acirramento das desigualdades sociais em contextos de recessão econômica, onde o crescimento do desemprego e a crise de moradia reflete uma cidade que historicamente tem gerado processos de exclusão social.

Um dos projetos atualmente emblemáticos da região é o Complexo Júlio Prestes, empreendimento que faz parte da Parceria Público-Privada

Habitacional que levou moradias para a região. O discurso do governo associava a proposta do programa habitacional vinculada à “revitalização” da área degradada por meio da presença de novos moradores. Por outro lado, os moradores do Complexo apontam enorme insegurança e sentimentos hostis em relação à vizinhança, mantendo-se enclausurados em seus apartamentos para proteção e se mobilizando com o objetivo de reverter a sensação de medo que permeia a nova área de residência.

Esses moradores agora vivem na região central da cidade possuindo acesso a diversas estruturas, serviços e comércios, contudo preferem ficar enclausurados dentro de seus apartamentos. É característica, nesse espaço, a existência da segregação evidenciada por meio de muros altos que cercam propriedades e sistemas de vigilância ostensivos. Essa cidade de muros modifica a qualidade do espaço público associando-a ao processo de estigmatização, controle, exclusão e separação entre os diferentes.

Referências

AMÂNCIO, T. Prédio popular vira uma “fortaleza” na cracolândia e esquece projeto original. **Folha UOL**. 06 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/predio-popular-vira-uma-fortaleza-na-cracolandia-e-esquece-projeto-original.shtml>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

BRANQUINHO E. S. **Campos Elíseos no centro da crise**: A reprodução do espaço no centro de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2007.

BONDUKI, N. Uma metodologia para avaliar programas de habitação. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 183-224.

BRONKHORST, A. E. **Patrimônio, Planejamento e Desenho Urbano**: Os Campos Elíseos como campo de estudo integrado. Trabalho Final (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP, 2014.

CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada. In: _____. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 257-300.

FÁBIO, A. C. A nova intervenção na Cracolândia: origens e precedentes de um problema crônico. **Nexo Jornal**, 23 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/05/23/A-nova-intervencao-na-cracolandia-origens-e-precedentes-de-um-problema-cronico>. Acesso em: 20 mar. 2020.

IORE, M. **Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

FRÚGOLI JR., H. O. Centro Metropolitano de São Paulo: aspectos relevantes do passado ao presente. In: _____. **Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000, p. 49-63.

_____; CAVALCANTI. **Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro**. CPDOC / FGV. Anuário Antropológico/2012, Brasília, UnB, 2013, v. 38 n.2, p. 73-97, 2013. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202012_II/Artigo%20Frugoli%20Jr.%20e%20Cavalcanti.pdf>. Acesso: 08 set. 2020

_____; CHIZZOLINI, B. B. Moradias e práticas espaciais na região da Luz. **Ponto Urbe** – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 11, p. 1-22, 2012.

_____; SKLAIR, J. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropología Social**, nº 30, p. 119–136, 2009.

JOSÉ, B. K. **A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP, 2010.

LABATE, B.C. **Drogas, Políticas Públicas e Consumidores**. Mercado de Letras. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIO). Campinas – SP: Mercado de Letras; São Paulo: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), 2016.

LABCIDADE. **Região da Luz em disputa**: mapeamentos dos processos em curso. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

LANCETTI, A. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LUZ, Fórum Mundaréu da. **Projeto Campos Elíseos Vivo**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://mundareudaluz.files.wordpress.com/2018/03/final_caderno-plano-alternativo-luz_r1.pdf>. Acesso: 16 set. 2020.

MACHADO, L., BORINI, M. L. Política sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. **Psicologia: ciência e profissão**, p. 580-595, 2013.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MERCADO, L. P. L. Pesquisa Qualitativa On-Line Utilizando a Etnografia Virtual. **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p 169-183, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24276/17255>>. Acesso: 20 set. 2020.

MILLER, Daniel. **Memes** – the moral police of the internet in the time of Covid-19. Abril 24, 2020. Disponível em: <<https://anthrocovid.com/2020/04/24/memes-the-moral-police-of-the-internet-in-the-time-of-covid-19>>. Acesso: 07 set. 2020.

NASCIMENTO, I. C. R. De Remoções e Resistência Urbana: o direito à cidade por meio do Fórum Mundaréu da Luz. In: **Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: a Cidade, o Urbano, o Humano**. Rio de Janeiro, 18 a 21 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/82918.pdf>>. Acesso: 17 set. 2020.

NAVES, G. A. Casa Paulista (Estado de São Paulo). **Radar PPP**, 2015. Disponível em: <<https://radarppp.com/resumo-de-contratos-de-ppps/casa-paulista-estado-de-sao-paulo/>>. Acesso: 19 set. 2020.

NOBRE, E. A. C. Políticas urbanas para o centro de São Paulo: Renovação ou Reabilitação? Avaliação das propostas da prefeitura do município de São Paulo de 1970 a 2004. **Revista Pós**, volume 16, nº 25, junho 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43617>>. Acesso: 19 set. 2020.

PEREIRA, A. L. S.; PALLADDINI, G. M. Parceria público-privada para construção de moradia popular: fundamentos institucionais para a expansão do mercado de habitação em São Paulo. **Cad. Metrop.** São Paulo, v. 20, n. 43, p. 879-903, 2018.

RAUPP, L; ADORNO, R. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade

de São Paulo (SP, Brasil). Temas Livres, **Ciência saúde coletiva**, n 16, v. 5, p. 2613-2622, 2011.

RIBEIRO, M. M. **Drogas e redução de danos**: os direitos das pessoas que usam drogas. São Paulo: Saraiva, 2013.

RUI, T. C. Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de “cracolândia” (1995-2014). In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR, Heitor. **Pluralidade urbana em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. **Corpos Abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Campinas: Unicamp, 2012.

SÃO PAULO, Governo de. Alckmin anuncia ampliação da PPP da Habitação na Luz: serão 1.642 apartamentos. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**, 24 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/alckmin-anuncia-ampliacao-da-ppp-da-habitacao-na-luz-serao-1-642-apartamentos/>>. Acesso: 03 mar. 2020.

_____. PPP da Habitação promove sorteio de mais de 961 apartamentos na capital. Portal do Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 21 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/ppp-da-habitacao-promove-sorteio-de-mais-961-apartamentos-na-capital/>>. Acesso: 04 fev. 2020.

SEH – Secretaria Estadual de Habitação. **Edital de Concorrência Internacional nº 001/2014**. Parceria público-privada para concessão administrativa destinada à implantação de habitações de interesse social, habitação de mercado popular na região central da cidade de São Paulo e a prestação de serviços de desenvolvimento de trabalho social de pré e pós-ocupação, de apoio à gestão condominial e gestão de carteira de mutuários, e de manutenção predial. São Paulo: Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo, 2014.

SILVA, S. L. **Mulheres da Luz**: uma etnografia dos usos e preservação no uso do “Crack”. Dissertação (Mestrado em Práticas de Saúde). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2000.

SOMBINI, E. A. W. **Política urbana em uma era neoliberal**: a parceria público-privada de habitação de interesse social da área central de São Paulo. XII Encontro

Nacional da ANPEGE. Porto Alegre, 2017.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TRINTA, D. R. F. **O “fim da Cracolândia”**: etnografia de uma aporia urbana. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campinas: Unicamp, 2017.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, 25(71), p. 37-58, 2011.

Recebido: 11/11/2020

Aceito: 22/02/2021

El oficio de la sospecha: un acercamiento a las intervenciones policiales que involucran a jóvenes pobres en Montevideo

The job of suspicion: an approach to police interventions involving poor youth in Montevideo

Nilia Viscardi¹
Juan Manuel Gutiérrez²

1. Doctora en Sociología (Universidad Federal de Río Grande del Sur, Brasil). Docente e investigadora en la Universidad de la República, en el Instituto de Educación de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación y en el Departamento de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales. Integra el Sistema Nacional de Investigadores. Corresponsable del Grupo de Trabajo Clasco «Violencias, políticas de seguridad y resistencias». Orcid: 0000-0001-8070-3491. nilia.viscardi@cienciassociales.edu.uy

2. Licenciado en Sociología (Universidad de la República). Investigador que ha trabajado en diferentes proyectos referidos a la juventud, la violencia y la educación en Uruguay. Autor de una tesis de grado sobre el vínculo entre la Policía y los jóvenes pobres en Montevideo. Orcid: 0000-0003-0495-5472. juanmanuelgutierrez24@gmail.com

Resumen: El propósito de esta investigación es conocer y analizar los sentidos que los policías que se dedican al patrullaje en Montevideo construyen sobre las intervenciones policiales que involucran a jóvenes pobres. El trabajo fue planteado desde un abordaje metodológico cualitativo; más específicamente, la investigación fue realizada a través de entrevistas a policías. De esta forma, el trabajo presenta una novedad con respecto a los antecedentes a nivel nacional,

ya que en Uruguay no existen investigaciones que aborden esta temática desde la percepción de los funcionarios policiales. La formación policial es una instancia clave de socialización de los funcionarios policiales; sin embargo, el proceso de aprendizaje de los policías excede al periodo de instrucción formal en la Escuela Nacional de Policía. Es en la praxis de su trabajo dónde incorporan algunas de las herramientas que utilizan cotidianamente. Por este motivo, para analizar las intervenciones policiales que involucran a jóvenes pobres, intentaremos conocer los saberes que ponen en juego en las mismas.

Palabras clave: Trabajo policial; Juventud; Formación policial; Patrullaje; Violencia.

Abstract: The objective of this research is to analyze the perceptions that police officers who are dedicated to patrolling in Montevideo have about police interventions that involve poor youth. The work was raised from a qualitative methodological approach; more specifically, the investigation was conducted through interviews with police officers. In this way, the work presents a novelty with respect to the antecedents at the national level, since in Uruguay there are no investigations that address this issue from the perception of police officials. Institutional education is a key instance of police socialization. However, the learning process of the policemen exceeds the period of formal instruction in the Escuela Nacional de Policía, it is in their work where they incorporate some of the tools that they use on a daily basis. For this reason, to analyze police interventions that involve poor young people we will try to analyze the knowledge that they put into play.

Keywords: Police work; Youth; Police education; Patrol; Violence.

Introducción

En los últimos años el trabajo policial ha tomado un protagonismo sin precedentes en el debate público en Uruguay. En un país que históricamente ha mostrado bajas tasas de criminalidad con respecto a la región, los fenómenos vinculados a la seguridad y al trabajo policial tuvieron escaso tratamiento. No obstante, en los últimos años, como consecuencia del aumento del delito y de

la relevancia asignada socialmente a la seguridad, gran parte del debate público se ha enfocado en estas temáticas. Sin embargo, para las ciencias sociales uruguayas, el trabajo policial sigue siendo un territorio prácticamente inexplorado. Poco sabemos sobre la formación policial, sobre la vida cotidiana a la interna de la institución y sobre cómo se vinculan las fuerzas del orden con los distintos actores de la sociedad.

Pese a ello, algunas de las investigaciones existentes a nivel nacional (PATERNAIN *et al.*, 2016; TENENBAUM, 2015; SERPAJ, 1990) y los antecedentes a nivel regional (BRASIL *et al.*, 2020; KESSLER *et al.*, 2016; KESSLER, DIMARCO, 2013, SILVA, 2014; RAMOS, MUSUMECI, 2004) dan cuenta de la existencia de un vínculo conflictivo entre la Policía y un grupo poblacional en particular: los jóvenes pobres. Entre otros aspectos, estos trabajos han demostrado que los jóvenes pobres son más frecuentemente objeto de las intervenciones policiales, tanto en Uruguay como en otros países de Latinoamérica. No obstante, pese a las diferencias teóricas y metodológicas que existen entre los trabajos citados, la mayoría comparte una característica común: se enfocan en las percepciones de los jóvenes (PATERNAIN *et al.*, 2016; TENENBAUM, 2015; KESSLER *et al.*, 2016; SILVA, 2014). Por este motivo, consideramos que sería un aporte explorar las percepciones que construyen los policías sobre estas intervenciones.

En este marco, la intención de este trabajo es analizar los sentidos que los policías que trabajan en Montevideo construyen sobre las intervenciones policiales que involucran a jóvenes pobres en la vía pública. Más específicamente, vamos a analizar los sentidos que se construyen en torno a intervenciones policiales que implican la solicitud de identificación y, en algunos casos, el registro personal. La solicitud de identificación supone que la Policía exija a un sujeto que exhiba su documento de identidad; por otra parte, los registros personales implican la revisión del cuerpo (salvo partes íntimas) y las pertenencias (vestimentas, bolsos, vehículo, etc.) del sujeto en cuestión¹. Fundamentalmente, la intención de este tipo de intervenciones es verificar la implicancia del sujeto en un hecho delictivo que haya ocurrido o que potencialmente pueda ocurrir.

Un estudio realizado recientemente en Montevideo demostró que la

1. Véase artículos 43 y 44 Ley de Procedimiento Policial N° 18.315.

mayor parte de los jóvenes que son objeto de este tipo de intervenciones pertenecen a las zonas de menor nivel socioeconómico (PATERNAIN *et al.*, 2016). De esta forma, se hace evidente que la «sospecha policial» está mayormente dirigida a estos jóvenes. Sin embargo, para alcanzar una comprensión más profunda del fenómeno es necesario preguntarse: ¿cómo se construye este criterio de «sospecha»? ¿cómo aprenden los policías a identificar a un delincuente o potencial delincuente?, ¿por qué existe un sesgo en la «sospecha policial» que la dirige a los jóvenes pobres?. En este trabajo intentaremos dar respuestas a estas preguntas.

Estrategia metodológica y trabajo de campo

Para responder a las preguntas de la investigación se realizaron 12 entrevistas a funcionarios policiales que pertenecen a la Escala Básica y realizan tareas de patrullaje en Montevideo. Estas entrevistas fueron desarrolladas en el transcurso del año 2017. Para comprender el contexto institucional en el que los entrevistados desarrollan su trabajo es necesario tener en cuenta que Uruguay cuenta con una única policía que opera en todo el territorio nacional y tiene 19 jefaturas departamentales (una por departamento). A su vez, es necesario considerar que los funcionarios policiales se dividen jerárquicamente entre la Escala de Oficiales y la Escala Básica². A la primera pertenecen los mandos superiores y a la segunda pertenece al personal de menor jerarquía. La intención de tomar a los policías de la Escala Básica como universo de estudio se debe a que son ellos fundamentalmente los que se encargan de realizar las tareas de patrullaje. Por lo tanto, son quienes llevan adelante las intervenciones policiales que involucran a jóvenes en la vía pública.

Con la intención de abarcar la mayor heterogeneidad de actores posible, se decidió incluir policías que desarrollan tareas de patrullaje a través de distintas modalidades: el Programa de Alta Dedicación Operativa (PADO), la Unidad de Respuesta de la Policía de Montevideo (URPM) y las seccionales policiales. Resumidamente, se puede definir al PADO como un programa de policiamiento preventivo que concentra el patrullaje las zonas con mayores niveles delictivos

2. Véase el artículo 46 de la Ley Orgánica Policial N° 19.315.

-más específicamente, donde más se concentran las rapiñas-. Por otra parte, en la URPM se realiza un patrullaje de carácter reactivo dando respuesta a las denuncias que son realizadas telefónicamente por la ciudadanía. Por último, en las seccionales el patrullaje se realiza con una mayor autonomía por parte de los funcionarios y se opera únicamente dentro de los límites territoriales que le corresponden a la seccional.

¿Por qué incluir policías que realicen distintas modalidades de patrullaje? esta elección se debe a que el propósito de la investigación fue identificar los puntos en común que se observan en las percepciones de los policías, más allá de la modalidad de patrullaje en la que trabajan. Para ello, fue necesario no restringir las entrevistas únicamente a aquellos que trabajan en el PADO, en URPM o en seccionales. Por último, la selección de entrevistados tuvo la intención de contemplar a policías que tienen diferentes niveles de antigüedad en la institución. Con este objetivo se estableció un límite de diez años de antigüedad: la mitad de los entrevistados tienen menos de diez años de antigüedad y la otra más de diez. Esta delimitación generó que los entrevistados con mayor antigüedad tengan el grado de cabo y los de menor antigüedad fueran agentes³. Por lo tanto, en estos casos, la diferencia de años de antigüedad es acompañada de una distancia en la jerarquía institucional.

El contacto con los entrevistados fue realizado por dos canales: a través del Ministerio del Interior y mediante contacto personal con algunos policías, sin apelar a intermediarios institucionales. Se utilizaron ambos medios de contacto (uno institucional y otro no institucional) con el objetivo entrevistar a los diferentes perfiles de policías, en el plazo de tiempo esperado para el desarrollo de la investigación. Posiblemente, el campo se podría haber desarrollado por uno solo de los medios pero hubiera exigido más tiempo. Por un lado, concretar los contactos realizados a través de la institución resulta más lento por motivos burocráticos. Por otra parte, acceder a entrevistas por medios no institucionales presentaba ciertas limitaciones ya que algunos policías contactados

3. Cabo y Agente son distintos grados jerárquicos a los que puede aspirar un policía de la Escala Básica. El grado de Agente es el más bajo en la jerarquía y el Cabo es inmediatamente superior a este. Para mayor información véase el art. 50 de la Ley Orgánica Policial N°19.315.

se mostraron reacios a participar de la investigación.

Cuando el contacto se realizó a través de medios institucionales, las entrevistas fueron realizadas en los propios lugares de trabajo de los entrevistados (por ejemplo, en comisarías). Mientras que las entrevistas que fueron coordinadas por medios no institucionales se realizaron en los hogares de los entrevistados, en su lugar de trabajo o en el hogar de uno de los autores de este trabajo. En este sentido, es importante destacar que la mayoría de los entrevistados contactados por ambos medios se mostraron dispuestos a transmitir sus experiencias y opiniones, sin demostrar reparos importantes al dialogar sobre determinadas temáticas. Como es esperable, las entrevistas que se dieron en el contexto de un hogar generaban una mayor intimidad entre investigador y entrevistado. Sin embargo, esto no generó que se observen diferencias discursivas importantes con respecto a las entrevistas realizadas en el lugar de trabajo de los policías.

Conflicto social, convivencia y el nuevo rol de la institución policial

Los fenómenos de violencia y criminalidad deben pensarse bajo la óptica de la seguridad o de la convivencia. Mientras la seguridad ciudadana es un concepto asociado a los derechos y, en especial, a las lesiones de los derechos sobre las personas y la propiedad, el término convivencia alude a la calidad de las relaciones interpersonales. Bajo su apariencia de «espontaneidad», la convivencia no constituye un proceso automático, armónico o mecánico. Es resultante de una historia y de un presente. Comprenderla supone un ejercicio de abstracción. Y este suele activarse sobre todo a la hora de dirimir conflictos. Por ello la convivencia resulta de un trabajo sistemático del vínculo con el otro y consigo mismo (VISCARDI, ALONSO, 2013). Si bien suelen comprenderse como dos pares de términos opuestos, entre la convivencia y la seguridad ciudadana existen relaciones de continuidad.

En Uruguay, las respuestas dadas al conflicto social a inicios del siglo xxi parecen consolidar la legitimidad de argumentos que naturalizan tendencias y demandas sociales punitivas por encima de estrategias que privilegian

el diálogo, la participación y la prevención en materia de políticas públicas. Sin embargo, problematizar estos procesos no implica restar importancia al aumento de la violencia social que ha transitado el país en los últimos años. Para visualizar esto basta observar que en 2018 Uruguay alcanzó la tasa de homicidios más alta desde que se llevan registros: 11,8 cada 100.000 habitantes (MINISTERIO DEL INTERIOR, 2019). A su vez, la violencia social se distribuye de manera desigual en el territorio, afectando principalmente a los sectores más vulnerables de la sociedad. En este sentido, distintos estudios realizados en Montevideo demuestran que la mayor parte de los delitos de impronta violenta se concentran en las zonas de menor nivel socioeconómico de la ciudad (JACOTTET, 2017; VISCARDI, RIELLA, 2002). En este sentido, es importante tener en cuenta que Montevideo presenta una importante desigualdad entre barrios. Mientras en los barrios del Municipio CH (PUNTA CARRETAS, POCITOS, BUCEO Y PARQUE BATLLE) la pobreza es del 1,3%, en el Cerro, La Teja, Casavalle, Villa Española, Piedras Blancas, Punta de Rieles oscila entre 30% y 34% (IMM, 2020).

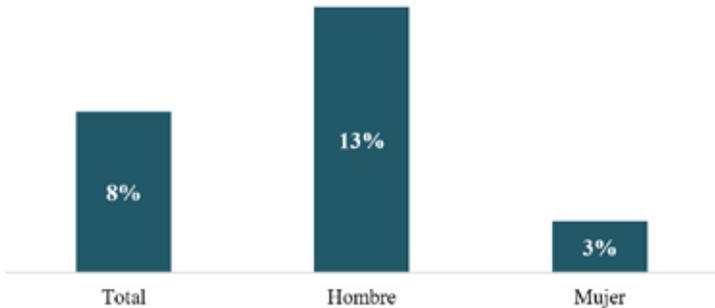
Así dadas las cosas, el desafío aparece a la hora de pensar políticas de seguridad, de educación y de justicia. Con la expansión de una percepción que naturaliza la violencia, surge la urgencia por generar una nueva noción de seguridad ciudadana que impacte en los actores y sus prácticas concretas (TAVARES DOS SANTOS, 2012). La reforma del Estado en materia de justicia y seguridad tiene frente a ella uno de sus mayores desafíos: trabajar la violencia social transformando la violencia institucional, esto es, aquella que tiene lugar en el seno del propio Estado y sus aparatos de poder (MALLO, VISCARDI, 2010).

La Policía, como repositorio del monopolio de la fuerza legítima que detenta el Estado (WEBER, 2014), tiene un rol fundamental en este proceso. Por un lado, su trabajo es de vital importancia para garantizar el derecho a la seguridad en todo el territorio; sin embargo, la forma en la que utiliza la fuerza con determinados grupos poblacionales entra en tensión con su misión de garantizar el ejercicio de sus derechos. Para comprender esto es necesario tener en cuenta que el accionar de la institución policial, y del sistema penal en su conjunto, están caracterizados por su selectividad. Esta selectividad determina

un sesgo hacia el control de los *delitos patéticos* -hurtos, rapiñas, homicidios cometidos en la vía pública, etc.- y, en consecuencia, a la *estigmatización criminalizante* de un perfil de delincuentes que provienen de los sectores más vulnerables de la sociedad (SAIN, 2010).

En este sentido, los estudios realizados en Uruguay y en la región demuestran la existencia de un sesgo en el accionar policial dirigido a los jóvenes de menor nivel socioeconómico (KESSLER, DIMARCO, 2013, SILVA, 2014; PATERNAIN ET AL, 2016; TENENBAUM, 2015; SERPAJ, 1990). En el caso uruguayo, para analizar el vínculo entre policías y jóvenes, se pueden tomar como referencia los datos de la Encuesta Nacional de Adolescencia y Juventud (ENAJ) de 2018. Esta encuesta fue realizada por el Instituto Nacional de Estadística, a partir de una muestra representativa de las personas que tienen entre 12 y 35 años en todo el país. A partir de los datos de la ENAJ podemos decir que la coacción policial se dirige especialmente a los jóvenes que conjugan dos características: ser hombres y pertenecer a los hogares de menores ingresos. Como se observa en la siguiente gráfica, un 8% de aquellos que tienen entre 14 y 29 años han sido detenidos alguna vez en una dependencia del Ministerio del Interior. Sin embargo, las probabilidades de ser detenidos varían considerablemente según el sexo de los jóvenes: 13% para los hombres y 3% para las mujeres.

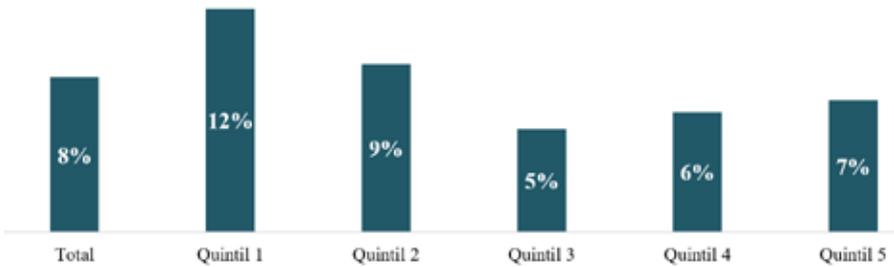
Gráfica N° 1. Porcentaje de jóvenes de 14 a 29 años que fueron detenidos en una dependencia del Ministerio del Interior, según sexo.



Fuente: elaboración propia a partir de datos de la ENAJ (2018)

Por otra parte, la gráfica N° 2 deja en evidencia que el accionar Policial se dirige con mayor frecuencia a los jóvenes que pertenecen a los hogares de menores ingresos. Mientras el 12 % de los jóvenes que pertenecen a los hogares del quintil 1 han sido detenidos, la probabilidad de vivir esta experiencia desciende prácticamente a la mitad para los del quintil 5 (7%).

Gráfica N° 2. Porcentaje de jóvenes de 14 a 29 años que fueron detenidos en alguna dependencia del Ministerio del Interior, según quintiles de ingreso per capita del hogar.



Fuente: elaboración propia a partir de datos de la ENAJ (2018)

De esta forma, queda en evidencia la relevancia social y sociológica del análisis de la relación entre la Policía y los jóvenes de contextos más vulnerables. Sin embargo, también es importante señalar que diversos estudios realizados a nivel internacional han demostrado que el accionar policial se dirige con mayor frecuencia a las personas negras que a las personas blancas (REINER, 2010). En este sentido, estudios realizados en Brasil (BRASIL ET AL, 2020; RAMOS Y MUSUMECI, 2004) demuestran que el accionar policial esta principalmente dirigido a jóvenes negros y jóvenes pobres. De esta forma, las investigaciones dejan en evidencia que la discriminación racial en el accionar policial es un fenómeno que también afecta a países de la región. Sin embargo, en Uruguay, los antecedentes de investigación en este campo no han tomado como objeto de estudio a la discriminación policial sobre las personas negras (PATERNAIN *et al.*, 2016; TENENBAUM, 2015; SERPAJ, 1990). A su vez, la Encuesta Nacional de Adolescencia y Juventud no contiene variables étnico-raciales, por lo que se

hace difícil analizar la discriminación policial hacia los jóvenes negros a nivel cuantitativo. En este sentido, la investigación que presentamos en este artículo cuenta con la misma limitación, ya que no hemos indagado cómo perciben los policías a los jóvenes negros ni las prácticas que desarrollan con ellos.

Entendemos que es necesario marcar esta limitación del estudio por dos motivos. Por un lado, porque los antecedentes internacionales y regionales dan cuenta de la importancia de este fenómeno (BRASIL *et al.*, 2020; RAMOS, MUSUMECI, 2004, REINER, 2010). En segundo lugar, porque la población negra en el Uruguay es una población especialmente vulnerada. El censo del 2011 dejó en evidencia que este grupo poblacional presenta mayores niveles de pobreza y mayores dificultades en el acceso al sistema educativo que la población blanca, entre otros aspectos (CABELLA, NATHAN, TENENBAUM, 2013). En este sentido, sería importante que futuras investigaciones analicen el vínculo entre la Policía y este grupo poblacional, con el objetivo de generar aportes para la elaboración y la evaluación de las políticas de seguridad.

La formación policial en Uruguay

El criterio de selección que se aplica en el reclutamiento del personal policial, el tiempo que destina a la formación y los contenidos que en ella se imparten son elementos de vital importancia a la hora de definir qué tipo de Policía se quiere construir en una sociedad determinada. Según Monjardet (2010), estos procesos están atravesados por diferentes maneras de definir al saber policial. Sintéticamente, podemos decir que el autor diferencia dos formas de entender al saber policial que están en tensión: por un lado, están aquellos que lo definen como una *cualificación* y por otro los que lo definen como una *competencia*.

Aquellos que entienden al saber policial como una *cualificación* consideran que este saber se alcanza con la incorporación de contenidos teóricos que pueden ser aplicados a situaciones concretas. Por lo tanto, entienden que el espacio donde se incorporan los aprendizajes más importantes para el trabajo es en el aula. Por otra parte, aquellos que conceptualizan al saber policial como una *competencia*, consideran que se adquiere en el propio trabajo policial. Es

decir, el saber policial se alcanza cuando a ciertas cualidades personales que se consideran valiosas – valentía, buena capacidad de discernimiento, etc.- se suman un cúmulo de experiencias empíricas que se desarrollan en la práctica. Desde esta perspectiva, se entiende que la formación debe organizarse en torno a la práctica (MONJARDET, 2010).

En lo que refiere al caso uruguayo, Guillermo Timote (2015) utiliza el marco conceptual planteado por Monjardet para visibilizar la existencia de dos corrientes que han pugnado por establecer como legítima una definición determinada del saber policial. Según Timote, hasta la década de 1940 el saber policial era concebido como un tipo de saber que se adquiere en la praxis. Por lo tanto, las instancias de formación estaban organizadas en torno al trabajo y los encargados de transmitir estos conocimientos eran los policías con mayor antigüedad. Posteriormente, con la creación del Instituto de Enseñanza Profesional en 1943 (hoy llamado Escuela Nacional de Policía), se establecen un conjunto de saberes teóricos –del derecho, de la ciencia, etc.- que se entienden necesarios para la profesionalización del trabajo policial.

Con la aparición de este Instituto la tensión entre la dimensión práctica y la teórica de la formación policial se resuelve de la siguiente forma: los saberes teóricos se organizan en asignaturas y, por otra parte, se generan instancias obligatorias de práctica en las Comisarías. Según Timote, esta tensión se ha mantenido con el paso del tiempo hasta la actualidad como consecuencia de la coexistencia de las distintas exigencias que el Poder Ejecutivo y el Poder Judicial le establecen a la institución policial⁴. El autor entiende que históricamente hay una relación implícita entre las demandas del Poder Judicial y el saber teórico y, por otra parte, una relación directa entre las exigencias del Poder Ejecutivo y el saber práctico (TIMOTE, 2015).

En la actualidad la Escuela Nacional de Policía brinda dos opciones de carrera claramente diferenciadas. En primer lugar, la formación del personal de la Escala Básica que tiene lugar en el Instituto de Formación y Capacitación

4. El artículo 1 de la Ley Orgánica Policial N° 19.315 expresa que a la Policía le corresponde garantizar el orden público (competencia del Poder Ejecutivo) y el artículo 5 expresa que a la Policía le corresponde ser auxiliar del Poder Judicial.

para el Personal de la Escala Básica (I.FO.CA.P.E.B) en Montevideo y en las escuelas departamentales. Para convertirse en un agente de la Escala Básica -grado más bajo de la institución- se exige a los aspirantes haber culminado la educación media básica y acreditar un curso de seis meses de formación policial. Por otra parte, la formación de oficiales implica un mínimo de tres años de estudios en la Escuela Nacional de Policías. A su vez, para comenzar esta formación los aspirantes deben completar la educación media superior. Posteriormente, si los estudiantes realizan un cuarto año, obtienen la Licenciatura en Seguridad Pública, que se realiza en convenio con la Facultad de Derecho de la Universidad de la República.

Como podemos observar, la formación policial presenta una estructura dicotómica que recluta dos poblaciones diferenciadas en sus cursos: la Escala Básica y los Oficiales. En este sentido, es evidente que el personal de la Escala Básica adquiere un conjunto de herramientas teóricas considerablemente menores que el de los Oficiales. Esto está dado por la corta duración de sus cursos y el nivel educativo que se exige para ingresar a ellos. Como hemos señalado en trabajos anteriores (VISCARDI, FRAIMAN, 2014), esta situación determina que el personal de la Escala Básica se encuentre en condiciones desfavorables para adquirir las herramientas que demanda la moderna actividad policial. Por un lado, se presentan limitaciones para incorporar contenidos referidos a temáticas que atraviesan a la actividad policial como Derechos Humanos, la violencia de género, etc. A su vez, la falta de herramientas teóricas limita las posibilidades de comprender la dimensión social y psicológica del delito.

Mi escuela fue la calle

Comprender los sentidos que los policías construyen sobre la actividad del patrullaje requiere analizar qué saberes ponen en juego al desarrollar esta labor. En este sentido, la primera pregunta a responder es ¿qué papel juegan los conocimientos adquiridos en la Escuela Nacional de Policías a la hora de realizar esta actividad?

La cosa es así, nosotros salimos de la Escuela con algo básico para salir a

la calle, entonces, eso se adquiere la mayor escuela. La escuela para mí fue la calle y en el día a día eso es algo que se adquiere con el tiempo. (Camilo, agente del Programa de Alta Dedicación Operativa, 1 año en la institución).

Como expresa Monjardet (2010), el criterio de selección que las instituciones policiales aplican en el reclutamiento de su personal y el tiempo que destinan a la instrucción formal, condicionan la manera en la que los funcionarios definen al saber policial. Por lo tanto, el escaso nivel de escolarización que se exige para ingresar a la Escala Básica (educación media básica completa) y el poco tiempo de formación en la Escuela Nacional de Policías (6 meses), son factores que generan que los entrevistados valoren más el *saber de la práctica* que el adquirido en el aula. Según Tomas Bover (2014), en el trabajo policial el *saber de la práctica* es aquel que se incorpora con la experiencia y no se sustenta en contenidos teóricos. Es un saber que no puede objetivarse (por ejemplo, en un manual), pero está conformado por un conjunto de habilidades que se comparten entre colegas y funcionan como un repertorio para la acción. El conocimiento de este repertorio es el que genera que policías que nunca han trabajado juntos sepan cómo actuar y qué esperar de sus colegas. Tanto en el discurso de Camilo, como en el de sus colegas, «la calle» aparece como el espacio de aprendizaje por excelencia. Es más, a través de las entrevistas, hemos podido observar que la importancia atribuida al *saber de la práctica* es tan notoria como la subestimación que demuestran por el conocimiento incorporado en la Escuela. Al punto que Lucas llega a definir al periodo de instrucción formal como «un juego».

El tema es que lo que te enseñan en la Escuela y lo que aprendés en la calle es totalmente distinto, ¿no? En la Escuela vos te tomás todo como un juego, porque sabés que es una práctica y no estás arriesgando tu vida. (Lucas, agente de la Unidad de Respuesta de la Policía de Montevideo, 5 años en la institución).

Sin embargo, el *saber de la práctica* no aparece meramente como un

conjunto de herramientas utilizadas para alcanzar la eficacia en el trabajo policial. Tal como observa Garriga Zucal (2016) en Argentina, el *saber de la práctica* aparece como un elemento de distinción. El *saber de la práctica* permite que los entrevistados se distingan de aquellos que tienen una mirada «demasiado teórica» y, por lo tanto, «ingenua» sobre el trabajo policial y el mundo del delito. De esta forma, la experiencia en el trabajo «de calle» es la que justifica que los funcionarios jerarquicen su saber frente al que manejan los políticos o los técnicos civiles que trabajan en el Ministerio del Interior⁵.

La jerarquización discursiva del «trabajo de calle» trae aparejada una definición del *verdadero policía* como aquel que enfrenta los riesgos sin temor e incluso disfruta de hacerlo. Según Garriga Zucal (2016), el *verdadero policía* es un arquetipo ideal del «buen policía» que se construye a la interna de la institución por medio de la narrativa que establece lo que Dubet (2006) denomina el *programa institucional*. Sintéticamente, podemos decir que el arquetipo ideal del *verdadero policía* funciona como un repertorio a seguir por los uniformados, es decir, un esquema de presentación y un marco de referencia para la acción que se incorpora en el propio trabajo (GARRIGA ZUCAL, 2016). En el siguiente fragmento de entrevista, Martín define a los policías que se dedican al patrullaje como aquellos que disfrutan de la adrenalina que se genera en las situaciones de mayor riesgo (rapiñas, copamientos, etc.). Esta representación de su trabajo pretende establecer una diferenciación jerarquizada entre «policías de calle» y otro tipo de policías.

Lo que pasa, ahí está el tema, cada policía no es igual. Hay policías que les gusta más la Policía Comunitaria, hay policías que les gusta no hacer nada (risas), hay policías que les gusta la calle como a nosotros. (...). Si, me decís de qué procedimiento me gusta más, me gusta lo que es rapiñas, persecución, copamientos. Lo que es la parte de la adrenalina es lo que más nos gusta, por eso es que estamos nosotros en la calle, porque no toda la gente en la

5. En más de una entrevista notamos que los policías denominaban «los cráneos del Ministerio» a aquellos civiles que desempeñan tareas técnicas, basándose en conocimientos científicos, pero carecen de experiencia en la práctica del patrullaje.

calle quiere estar. Capaz que decís “es medio loco” (risas), pero para nosotros ya es normal. (Martín, agente de la Unidad de Respuesta de la Policía de Montevideo, 6 años en la institución).

Evidentemente esta representación del patrullaje, asociado únicamente al riesgo y al peligro, implica un recorte subjetivo que invisibiliza un conjunto de tareas rutinarias y monótonas que ocupan la mayor parte de su tiempo. Esta definición expresa lo que se espera entre colegas de un «buen policía», del *verdadero policía* (GARRIGA ZUCAL, 2016), pero no necesariamente refleja las características del trabajo cotidiano. Por otra parte, pese al énfasis discursivo que la mayoría de los entrevistados ponen en el *saber de la práctica* (BOVER, 2014) y en la importancia del coraje, algunos uniformados destacan el rol del saber teórico en el trabajo policial. Algunos entrevistados expresan que hay situaciones en las que el trabajo policial exige el manejo de ciertos conocimientos que no se adquieren en la práctica. Según Claudio, esto queda a la vista cuando los policías tienen que justificar su accionar en un juzgado y carecen de los conocimientos jurídicos necesarios. Es importante tener en cuenta que Claudio cuenta con una experiencia considerable en el trabajo policial (14 años), algo que posiblemente influya para que él perciba la existencia de esta problemática y los entrevistados que tienen menos de diez años en la institución no.

Hay veces que tenés que ir a justificar tu trabajo y hay policías que están en la calle que no saben ni donde están parados, porque ya la formación es pobre, la del personal subalterno. Yo te podría decir que la formación de hoy es pobre, veo los resultados en la calle. (Claudio, cabo de comisaría, 14 años en la institución).

En sintonía con lo expresado por Claudio, en anteriores trabajos hemos señalado que uno de los principales problemas que se presentan para la profesionalización del trabajo policial es el escaso conocimiento teórico que manejan los funcionarios de la Escala Básica (VISCARDI, FRAIMAN, 2014). Sin embargo,

los autores agregan que la moderna actividad policial exige que los funcionarios policiales tengan un sólido conocimiento del Derecho, pero también sobre la dimensión social y psicológica del delito.

El olfato policial

La identificación de sospechosos es una instancia del «trabajo de calle» en que el *saber de la práctica* juega un papel importante. Recorriendo «pie a tierra» o patrullando en «un móvil»⁶, los policías se guían por su propio *olfato* para advertir la presencia de un potencial delincuente. Algunos autores (GARRIGA ZUCAL, 2016; BOVER, 2014) definen al *olfato policial* como un *saber de la práctica*, una técnica que se desarrolla con la experiencia y forma parte de un repertorio común que se comparte entre compañeros. Esta técnica es utilizada para decidir a quién «parar»⁷ en la calle y a quién no; por lo tanto, trabaja con la potencialidad -se dirige a quienes podrían haber delinquido o estar por delinquir- y se utiliza en las intervenciones que ocurren en el espacio público. En sintonía con lo que expresan Bover (2014) y Garriga Zucal (2016), a través de las entrevistas, hemos observado que el manejo de esta técnica es muy valorado por los entrevistados. Para ellos, un «buen policía» necesariamente ha de tener un buen *olfato*, lo que implica tener experiencia trabajando «en la calle».

Y para identificar es un instinto que se crea en la calle (...) vamos a decir la realidad, yo lo desarrollé después de dos años de calle. (Martín, agente de la Unidad de Respuesta de la Policía de Montevideo, 6 años en la institución)

El *olfato policial* es una técnica que, fundamentalmente, agudiza la

6. En la jerga policial se denomina «pie a tierra» al patrullaje que los policías realizan caminando al interior de una delimitación espacial determinada. Por otra parte, «móvil» es la forma en que se denomina a los automóviles de la Policía -popularmente conocidos como «patrulleros»-.

7. «Parar» es un verbo que en la jerga policial hace referencia a las intervenciones que se dan en la vía pública. Estas intervenciones son realizadas para solicitar la identificación del sujeto en cuestión lo que la y/o hacerle un registro personal. Ley de Procedimiento Policial N° 18.315 establece en sus artículos 43 y 44 el marco normativo que debería regular estas intervenciones.

capacidad de observación (GARRIGA ZUCAL, 2016). El policía con «buen *olfato*» es aquel que, a partir de la observación, puede identificar sospechosos de forma rápida y precisa, lo que resulta más fácil cuanto mayor es el conocimiento de la zona trabaja.

Observando, es la única forma. Mediante la observación vos podés darte cuenta y diferenciar quién está por cometer un ilícito o lo que sea, más o menos mediante la observación. (Gerardo, cabo de comisaría, 18 años en la institución).

Claudio - Si salís a la calle tenés que estar atento a todo el movimiento, si hay un tipo que cuadre que viva en el barrio, tenés que conocer a todo el barrio (...). Con el tiempo vas agarrándole la mano. Al principio es difícil, pero tenés que ir conociendo los ambientes, la forma de vivir, la forma de vivir del vecino. No es fácil, pero con el tiempo ya después lo hacés por deporte como quién dice. (Claudio, cabo de comisaría, 14 años en la institución)

Para comprender la importancia que adquiere el *olfato policial* para los entrevistados, es necesario detenerse en dos de sus características principales: es una herramienta que permite trabajar con la potencialidad y operar en el espacio público. Estos aspectos son de especial importancia por las propias características de la actividad del patrullaje. El patrullaje, en tanto actividad de *policiamiento preventivo*, pretende evitar u obstaculizar la decisión de cometer un delito o neutralizar un hecho delictivo en desarrollo (SAIN, 2010). Es decir, no interviene sobre las condiciones sociales que determinan la existencia del delito, sino que procura su prevención, disuasión o conjuración inmediata. Por lo tanto, los policías necesitan herramientas para operar rápidamente en el espacio público, advirtiendo la posibilidad de que se concrete un hecho delictivo. A su vez, el patrullaje no se enfoca en delitos de gran complejidad organizativa -como el tráfico de drogas- sino que opera sobre lo que Sain denomina *delitos patéticos*. Estos delitos “se desarrollan en un escenario espacio-temporal acotado; son de alta visibilidad pública; tienen una marcada

impronta violenta; producen fuertes impactos dramatizantes ante sus víctimas y ante el resto de la sociedad; y cuentan con una significativa regularidad territorial y fenoménica” (SAIN, 2010, p. 125). Entre ellos se encuentran la rapiña, el hurto, los homicidios cometidos en la vía pública, etc.

El *olfato policial*, como todo *saber de la práctica*, es una técnica que se incorpora con la experiencia; por lo tanto, los recién llegados aprenderán a desarrollarla tomando como referencia a los que tienen mayor antigüedad en la institución (GARRIGA ZUCAL, 2016). Ahora, ¿a qué debe prestar atención un policía para desarrollar su *olfato*? Entendemos que esta técnica se construye seleccionando características comunes de los delincuentes con los que interactúan. Los policías detienen la observación en los cuerpos de sus interlocutores, sus apariencias y sus movimientos para encontrar estos indicios. A su vez, las características que conforman el estereotipo de delincuente que construyen son seleccionadas por la capacidad de «predicción» que demuestren en la práctica. Por este motivo, los policías van perfeccionando su *olfato* siguiendo a los mayores y poniendo en práctica de sus propias intuiciones. Sin embargo, los propios policías expresan que el *olfato policial* puede fallar y que se construye a «ensayo y error». Es decir, construir un «buen olfato» implica un proceso de aprendizaje en el que los elementos que tienen mayor «poder predictivo» se descartan de aquellos que en la práctica no dan los resultados esperados.

(...) Lo fui incorporando en la Policía con la experiencia de ir y decir “pa, este está raro” y vos mismo aprendés también. Porque claro, antes de estar en la Policía no parás a nadie, ahora estando en la Policía vos decís “este está sospechoso”, de repente te equivocaste. Vos sacás las conclusiones de los otros y bueno, hay personas que se ponen nerviosas porque sí nomás. Ahí vas analizando y descartando cosas, ves perfiles de personas: las atrevidas, las más tímidas (...). Entonces vos vas sacando perfiles y es como que te vas agudizando en ese sentido. (CAMILO, AGENTE DEL PROGRAMA DE ALTA DEDICACIÓN OPERATIVA, 1 AÑO EN LA INSTITUCIÓN)

En síntesis, el *olfato* ayuda a los policías a conformar estereotipos de

delincuentes que pueden ser rápidamente identificados a partir de la observación. A su vez, entendemos que el *olfato policial* es una técnica que resulta de utilidad en la medida en que sirve para proceder en lapsos cortos de tiempo. Este es un punto importante porque el corto tiempo que duran las interacciones que mantienen en la calle con los presuntos delincuentes exige que los policías tengan que discernir rápidamente si consideran que deben «pararlos» o no.

Patrullaje, olfato policial y discriminación

Si bien Uruguay cuenta con pocas investigaciones en este campo, una investigación reciente (PATERNAIN *et al.*, 2016) nos ha aportado valiosa información sobre las intervenciones policiales que involucran a jóvenes en Montevideo. Este estudio revela que la mayor parte de los jóvenes que fueron «parados» en la vía pública por la Policía entre 2011 y 2014 pertenecían a las zonas de menor nivel socioeconómico de Montevideo (PATERNAIN *et al.*, 2016). Basándose en estos datos, los autores afirman que la Policía actúa con un criterio de selección que perjudica a los más vulnerables. A su vez, el 83% de los jóvenes considera que la vestimenta que porta un sujeto es determinante para que los policías elijan «pararlo» o no (PATERNAIN *et al.*, 2016, p. 73). Estos datos nos llevan a preguntarnos en qué medida el *olfato policial* se orienta con un criterio de selección que apunta a los más vulnerables.

Primero lo arrestás si lo ves delinquir o por delinquir. Pero sino, para pararlos, te das cuenta por la vestimenta. Andan vestidos “plancha”, de Nike, usan resortes. (...) Me doy cuenta que son delincuentes por la forma en que se visten, andan de Nike. Aunque hay gente de otros barrios que también anda de Nike, pero se visten prolijo, lo usan con un pantalón clásico. (Germán, cabo del Programa de Alta Dedicación Operativa, 13 años en la institución)

Como la mayoría de los policías entrevistados, Germán se basa en la vestimenta para elegir a quién «parar» y a quién no. Sin embargo, su *olfato* no toma

a la vestimenta como un atributo sospechoso en sí, sino que es un medio para advertir el nivel socioeconómico del sujeto en cuestión. Advertir que un joven viste con ropa Nike no levanta sospechas, lo que sí despierta la sospecha es el arreglo estético que caracteriza a los «planchas». El término «plancha» es utilizado socialmente para identificar a determinado tipo de jóvenes de las zonas de menor nivel socioeconómico de Montevideo (FRAIMAN, ROSSAL, 2009). En principio, lo que identifica a este tipo de jóvenes es la utilización de un tipo de arreglo estético determinado; sin embargo, al «plancha» también se lo vincula socialmente a la delincuencia. Posiblemente, este punto esté asociado a que originalmente el término hacía referencia a las planchas con las que se fotografía a un sujeto procesado por un delito penal. Sin embargo, como lo expresan Fraiman y Rossal (2009), no todos los jóvenes que se autoidentifican como planchas están vinculados al delito. No obstante, esta categoría es utilizada como un estereotipo que define de manera estigmatizante a los jóvenes de menor nivel socioeconómico.

Ahora, ¿identificar a los «planchas» como potenciales delincuentes implica tener una percepción prejuiciosa sobre los jóvenes de menor nivel socioeconómico? Para reflexionar sobre esta pregunta vamos a retomar lo expresado por Reiner (2010) sobre la *discriminación* en la actividad policial. Reiner (2010) establece una diferencia conceptual entre el *prejuicio* y la *discriminación* en el trabajo policial: mientras el *prejuicio* refiere a creencias sobre determinados grupos poblacionales, la *discriminación* está vinculada a las prácticas. Según este sociólogo británico, la distinción entre ambos conceptos es de gran ayuda para entender que los niveles de *prejuicio* en la Policía son menores de lo que se puede deducir analizando las frecuencias de detenciones, controles, etc. *Prejuicio* y *discriminación* no necesariamente van de la mano. Hay policías que tienen fuertes *prejuicios* sobre determinadas poblaciones y no actúan de manera *discriminatoria* para no ser sancionados; a su vez, hay policías que no tienen estas creencias y desarrollan prácticas discriminatorias para aumentar la probabilidad de ser «efectivos» en su trabajo (REINER, 2010). Siguiendo esta línea, nos interesa analizar la relación entre *olfato policial*, *prejuicio* y *discriminación*.

Parece mal lo que digo, pero vos ves un loco medio plancha, con los Nike y con las cosas, y te llama. También te puede rapiñar un loco de traje, me ha pasado. Una vuelta a un despachante de aduana. Vos veías al tipo: un gordito buenísimo de traje y corbata y esperó al despachante que salía del banco con un montón de plata y lo rapiñó (risas).

(...) Como le digo a veces a mis amigos: “a mí me pagan por desconfiar”. A veces los paro y me dicen “mirá que laburo” (a lo que él responde) “y bueno yo también estoy trabajando”. Después le pediré disculpas, capaz que no tenían armas, no tenían antecedentes. Me ha pasado de pararlos con una pinta bárbara y no tienen nada de nada. A veces perdés, a veces ganás, por decírtelo así. (Jorge, cabo de la Unidad de Respuesta de la Policía de Montevideo, 15 años en la institución).

El relato de Jorge interpela el intuitivo razonamiento que asocia al *prejuicio* y la *discriminación* de forma lineal. Tanto en este fragmento, como en el resto de la entrevista, demostró que su criterio de sospecha se basa más en su *saber de la práctica* (BOVER, 2014) que en *prejuicios*. Es más, en este fragmento se puede observar que este policía no considera a la delincuencia como una característica exclusiva de los pobres; sin embargo, a la hora de elegir sospechosos, se guía con un sesgo discriminatorio. Entendemos que para analizar esto es necesario volver sobre el *olfato policial*. Como desarrollamos anteriormente, es una técnica que trabaja sobre la potencialidad y se basa en estereotipos que se forman con la experiencia. En este sentido, es importante tener en cuenta que el tipo de delito al que se dirige el patrullaje genera que la mayoría de los victimarios sean hombres jóvenes de contextos vulnerables: rapiñas, hurtos, etc. (VIGNA, 2012). Esto, en parte, es lo que lleva a que los entrevistados seleccionen al arreglo estético de los “planchas” como un atributo característico de los delincuentes con los que interactúan.

(...) es el aspecto de las personas (lo que ayuda a identificar si son delincuentes), son pocos los que te roban de traje y corbata. Esa es la realidad, ya sabemos dónde están. Los que están en la calle, los que andan para el

“achique”, digamos. Los que no son organizados, ya con el aspecto te das cuenta ¿me entendés? (Martín, agente de la Unidad de Respuesta de la Policía de Montevideo, 6 años en la institución)

Evidentemente, Martín hace referencia a delitos que se dan en el espacio público y se caracterizan por su magra organización y planificación. Estas son características del tipo de actividades delictivas a las que Sain (2010) denomina *delitos patéticos* y que son el objeto principal del patrullaje. Por otra parte, el arreglo estético, en tanto indicio de sospecha, presenta otras ventajas para ser advertido por el *olfato policial*: es un atributo que puede percibirse a través de la observación y en un lapso corto de tiempo. Así dadas las cosas, en principio, entendemos que el uso de este criterio de sospecha puede conceptualizarse dentro de lo que Reiner (2010) denomina *discriminación estadística*. Con este concepto se define a las situaciones en las que existe un tratamiento diferencial con un grupo, debido a que se considera que es más probable encontrar delincuentes entre ellos que en otros (REINER, 2010). Es decir, es un tipo de *discriminación* que se realiza para aumentar las probabilidades de obtener «resultados» -es necesario recordar que en el trabajo policial los resultados se miden con indicadores como la cantidad de delincuentes detenidos-. Frases de Jorge como «a mí me pagan por desconfiar» y «a veces perdés, a veces ganás» dejan en evidencia que en estos casos el *olfato policial* se guía con un criterio que busca aumentar las probabilidades de identificar delincuentes.

Sin embargo, resultaría reduccionista considerar que detrás de esta forma de seleccionar sospechosos opera únicamente un criterio racional, que distinga neutralmente los factores que aumentan o disminuyen las posibilidades de «obtener resultados». Es decir, los criterios de clasificación que establecen las policías, aunque tengan componentes racionales, están cargados de otros sentidos que influyen para que se dirijan a determinados sujetos y no a otros. Como expresa Garriga Zucal (2016), el *olfato policial* combina habilidades propias del mundo policial con estereotipos estigmatizantes que circulan en la sociedad. A su vez, el criterio de selección que construyen los entrevistados está vinculado al propio sesgo de la actividad del patrullaje y del sistema penal en general.

La Policía, por sus propias características, no interviene en el proceso de *criminalización primaria* - tipificación de determinadas conductas como delitos - y si lo hace en la *criminalización secundaria* (SAIN, 2010). El proceso de *criminalización secundaria* implica que ciertos actores del sistema penal - en este caso policías - se enfoquen en determinado tipo de delitos y no en otros, por lo tanto, se dirigen a un perfil de delincuente determinado. El patrullaje forma parte de este proceso y apunta específicamente a los *delitos precarios* (SAIN, 2010) - hurtos, rapiñas, etc. En consecuencia, es el propio sesgo de la actividad del patrullaje el que genera las condiciones para que los policías construyan un estereotipo de delincuente con unas características determinadas: ser hombre, joven y de bajo nivel socioeconómico.

Por último, consideramos que es de interés analizar cómo influye la normativa la hora de identificar sospechosos. Para ello vamos a analizar qué lugar ocupan, en el discurso de los entrevistados, las disposiciones de la legislación vigente al momento de realizar las entrevistas (2017). En 2017 la Ley de Procedimiento Policial N° 18.315 establecía que para solicitar la identificación de un sujeto o someterlo a un registro, el mismo debía estar requerido por la justicia, haber incurrido en flagrante actividad delictiva o debían existir motivos suficientes y fundados⁸. Entendemos que regirse por el nivel socioeconómico y el arreglo estético de un individuo no constituye un fundamento jurídico para establecer una sospecha razonable y, por lo tanto, no habría motivos fundados para realizar estos procedimientos. De esta forma, bajo la normativa vigente al momento de realizar las entrevistas (2017), este criterio de sospecha carecía de validez jurídica. No obstante, vale aclarar que en 2020, en el marco de la Ley de Urgente Consideración N° 19.899, el parlamento uruguayo aprobó un cambio normativo que habilita a los policías a realizar registros sin que sea necesario que el sujeto esté requerido por la justicia, haya incurrido en flagrante actividad delictiva o existan motivos suficientes y fundados para hacerlo (art 50).

En síntesis, este tipo de procedimientos serán jurídicamente válidos de ahora en más, pero no lo eran al momento de realizar las entrevistas (2017);

8. Para lo que refiere a la solicitud de identificación véase el artículo 43 de la Ley de Procedimiento Policial n° 18.315 y para lo que refiere a los registros personales véase el artículo 44 de la misma Ley.

sin embargo, ninguno de los policías entrevistados para esta investigación hizo alusión a esta restricción normativa. No hubo comentarios sobre ella para cuestionarla, para justificarse por incumplirla o para defenderla. Tampoco percibimos que evitaran expresarse sobre este tipo de procedimientos, ni sobre el criterio que utilizan para identificar sospechosos, como se observa en los fragmentos de entrevista citados. Esta situación puede estar vinculada a la falta de conocimiento sobre la normativa que regula su trabajo. Esa es la primera interpretación posible. La segunda, podría ser que la normativa se conoce, pero no se aplica.

Conclusiones

Como se mencionó al comienzo de este trabajo, la intención de la investigación fue lograr un acercamiento a las intervenciones policiales que involucran a jóvenes pobres, desde la mirada policial. A su vez, a partir del conjunto de hallazgos y reflexiones que emergen de la investigación, pretendemos generar un aporte para la conformación de una sociología del trabajo policial en Uruguay. En primer lugar, el análisis de las entrevistas alerta sobre la escasa relevancia que los policías que se dedican al patrullaje otorgan a los saberes que han incorporado en la Escuela Nacional de Policía. De esta forma, el conjunto de herramientas que utilizan para desarrollar su trabajo son construidas a partir de la praxis y de la imitación de sus compañeros. Asimismo, la jerarquización discursiva del *saber de la práctica* (BOVER, 2014) sobre el saber que se incorpora en el aula, es utilizada como mecanismo de distinción con los «civiles» y otros policías.

Al respecto, consideramos que es importante destacar el valor que tienen las herramientas que se construyen en torno al *saber de la práctica*. Por sus propias características, posiblemente sean irremplazables para el desarrollo de ciertas tareas e incluso permitan que los funcionarios policiales realicen su trabajo de la manera más competente posible. Sin embargo, como mencionamos anteriormente, la falta de herramientas teóricas con las que cuenta el personal de la Escala Básica (al que pertenecen los entrevistados) presenta fuertes limitaciones para la construcción de un modelo de policiamiento preventivo y

estructurado en torno a la protección de los Derechos Humanos.

Por otra parte, el trabajo permite visualizar que el *olfato policial* (GARRIGA ZUCAL, 2016; BOVER, 2014) se orienta con un sesgo discriminatorio que se dirige a los jóvenes de menor nivel socioeconómico. Hallazgo que es coherente con lo que han demostrado diversos estudios realizados a nivel nacional y regional (BRASIL *et al.*, 2020; KESSLER *et al.*, 2016; KESSLER, DIMARCO, 2013, SILVA, 2014; PATERNAIN *et al.*, 2016; TENENBAUM, 2015; RAMOS, MUSUMECI, 2004; SERPAJ, 1990). Sin embargo, el análisis de las entrevistas, nos permitió identificar que los policías que desarrollan este tipo de prácticas *discriminatorias* no necesariamente construyen una percepción *prejuiciosa* sobre estos jóvenes. Tal como advierte Robert Reiner (2010), *prejuicio y discriminación* no necesariamente operan en conjunto. Las prácticas *discriminatorias* son habitualmente motivadas por la búsqueda de «obtener resultados» y no necesariamente por *prejuicios*. Este sesgo en el accionar policial está estrechamente vinculado a la forma en la que se construye del *olfato policial* y al tipo de delitos a los que se dirige el patrullaje.

Por lo tanto, en primer lugar, entendemos que este tipo de prácticas son el producto de fenómenos macro sociales, como la selectividad que enmarca al trabajo policial. Al enfocarse mayormente en lo que Sain (2010) denomina *delitos patéticos*, se generan las condiciones para que los policías construyan un estereotipo de delincuente que cumple las siguientes características: ser hombre y de bajo nivel socioeconómico. Sin embargo, hay procesos micro sociales que también tienen un peso importante. La forma en la que se construye el *olfato policial* no permite problematizar este tipo de prácticas, porque se basa meramente en la experiencia. Así dadas las cosas, entendemos que, para profundizar el conocimiento sociológico sobre este campo, y para generar diagnósticos orientados a las políticas públicas, sería importante contemplar ambas dimensiones de estos fenómenos en siguientes investigaciones. Entendemos que la complementariedad de estos enfoques permitirá generar insumos para profesionalizar el trabajo policial y, en consecuencia, mejorar la calidad de las políticas de seguridad.

Por último, la investigación invita a reflexionar sobre el trabajo policial y

sus prácticas desde la perspectiva de la convivencia. Concepto que refiere a la calidad de las relaciones interpersonales y a la relación entre los sujetos y las instituciones. En este caso, lo que nos interesa es el vínculo entre los jóvenes y la Policía, en tanto institución encargada de utilizar la fuerza legítima que detenta el Estado. Al respecto, diversas investigaciones han demostrado que las prácticas discriminatorias de la Policía tienen un considerable impacto en la disminución de la confianza de los jóvenes (KESSLER ET AL, 2016; TENENBAUM, 2015). La desconfianza hacia las instituciones aleja a los ciudadanos de éstas produciendo fragmentación social y, en última instancia, fomenta la sensación de temor. En esta línea, la investigación muestra algunas facetas de la práctica policial como una fuente más de la violencia social vivida por los jóvenes de barrios vulnerables. En este sentido, entendemos que una política de seguridad integral debería trabajar para prevenir la violencia policial, tanto en la práctica como en la formación.

Referencias

- BOVER, Tomás. Una cuestión de criterio: sobre los saberes policiales. En: FREDERIC, Sabina; GALVANI, Mariana; GARRIGA ZUCAL, José; RENOLDI, Brigida. (comp.). **De armas llevar**. Estudios socioantropológicos sobre los quehaceres de policías y de las fuerzas de seguridad. La Plata: EPC. Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la Universidad Nacional de la Plata, p. 327 a 352. 2014.
- BRASIL, Glauciria Mota; SANTIAGO, Erica Maria; BRANDÃO, Marcílio Dantas. A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza. **Dilemas**, v. 13, n. 1, p. 169 a 193. 2020.
- CABELLA, Wanda; NATHAN, Mathías; TENENBAUM, Mariana. **La población afro-uruguaya en el censo 2011**. Montevideo: Instituto Nacional de Estadística, 2013.
- DUBET, François. **El declive de la institución**. Profesiones, sujetos e individuos en la modernidad. Barcelona: Gedisa, 2006.
- FRAIMAN, Ricardo; ROSSAL, Marcelo. Si tocás pito te dan cumbia. Lugar de publicación: Montevideo: Ministerio del Interior, 2009.
- GARRIGA ZUCAL, José. **El verdadero policía y sus sinsabores**. Esbozo para una

interpretación de la violencia policial. La Plata: EPC. Facultad de Periodismo y Comunicación de la Universidad Nacional de la Plata, 2016.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO (IMM). **Información Física y Sociodemográfica por Municipio**. Montevideo: Intendencia de Montevideo, 2019.

JACOTTET, François. Configuraciones territoriales de las violencias y el delito en la ciudad de Montevideo. En: ¿Cómo evitar el delito urbano? El Programa de Alta Dedicación Operativa. Lugar de publicación: Montevideo: Ministerio del Interior-BID, p. 73 a 95. 2017.

KESSLER, Gabriel; DIMARCO, Sabina. Jóvenes, Policía y estigmatización territorial en la periferia de Buenos Aires. **Espacio Abierto**. Vol. 22. Buenos Aires, p. 221 a 243. 2013.

_____; ZAVALETA, Alfredo; ALVARADO Arturo; ZAVERUCHA, Jorge. Una aproximación a la relación entre jóvenes y policías en América Latina. **Revista Política y Gobierno**. Volumen XXIII, Nº 1. Ciudad de México, p. 201 a 229. 2016.

MALLO, Susana; VISCARDI, Nilia. **Seguridad y miedos. Qué ciudadanía para los jóvenes**. Montevideo: FCS, CSIC, UDELAR, 2010.

MINISTERIO DEL INTERIOR. ¿Cómo evitar el delito urbano? El Programa de Alta Dedicación Operativa. Montevideo: Ministerio del Interior-BID, 2017.

MINISTERIO DEL INTERIOR. **Homicidios 1 de enero al 31 de diciembre (2017 - 2018)**. Montevideo: Observatorio Nacional sobre Violencia y Criminalidad (Ministerio del Interior), 2019.

MONJARDET, Dominique. **Lo que hace la Policía**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

PATERNAIN, Rafael; MOSTEIRO, Mariana; SAMUDIO, Tamara; SALAMANO Ignacio; ZOPPOLO, Guillermo; TOMASINI, Mauro. **Adolescentes, jóvenes y violencia policial en Montevideo. Una aproximación descriptiva**. Montevideo: FCS-MIDES. 2016.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. "Elemento suspeito". Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania**, Nº 8. Rio de Janeiro, p. 1 a 15. 2004.

REINER, Robert. **La política de la Policía**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

SAIN, Marcelo. **La reforma policial en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo, 2010

SERPAJ. **Derechos civiles de la Población Montevideana y Actuación Policial en Barrios Periféricos**. Montevideo: Servicio de Paz y Justicia, 1990.

SILVA, Carlos. Policía, usos de la fuerza y controles sobre la población joven. En: HERNÁNDEZ, Angelés (coord.) **Sin derechos**. Exclusión y discriminación en el México actual. Ciudad del México: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 175 a 198. 2014.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Dilemas do Ensino Policial: das heranças às pistas inovadoras. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Segurança, justiça e cidadania. SENASP, ano 3, n. 8, p. 13-22. 2012.

TENENBAUM, Gabriel. La detención policial de los adolescentes en Uruguay: percepciones y experiencias. **Revista de la Facultad de Derecho (2° época)**. núm. 39. Universidad de la República, p. 227 a 258. 2015.

TIMOTE, Guillermo. **La enseñanza en la formación policial uruguaya**. Exploración para la conformación de un campo de investigaciones. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencia de la Educación, Universidad de la República, 2015.

VIGNA, Ana. **Análisis del primer censo nacional de reclusos desde una perspectiva de Género y Derechos Humanos**. Montevideo: Universidad de la República, 2012.

VISCARDI, Nilia; RIELLA, Alberto. Mapa Social de la Violencia en la Ciudad de Montevideo: una aproximación a los escenarios sociales de la violencia urbana. En: MAZZEI, Enrique (Comp.). **El Uruguay desde la sociología I**. Montevideo: DS-FCS, p. 182 a 197. 2002.

_____; ALONSO, Nicolás. **Gramática(s) de la convivencia**: un examen a la cotidianidad escolar de la Educación Primaria y Media en el Uruguay. Montevideo: Anep, 2013.

_____; FRAIMAN, Ricardo. Educación policial en Uruguay. Transformaciones para la consolidación de un Modelo de Educación. En: BARREIRA, César; AQUINO, Jânia Perla de; SÁ, Leonardo Damasceno de (coord.). **Violência, ilegalismos e lugares**

morais. Campinas: Pontes Editores, p. 417-440. 2014.

WEBER, Max. **Economía y sociedad.** Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2014.

Recibido: 30/11/2020

Aceito: 22/02/2021

Os limites das audiências de custódia: reflexões sobre encarceramento, política criminal e gestão política do judiciário¹

The limits of detention hearings: reflections on incarceration, criminal policy and political management of the judiciary

**Maria Gorete Marques de Jesus¹,
Giane Silvestre²**

1. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) e Pesquisadora de Pós-Doutorado do Departamento de Sociologia FFLCH-USP. Orcid: 0000-0003-2667-8736. goretim@usp.br

2. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Pesquisadora de Pós-Doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Membro do Grupo de Estudos em Violência e Administração de Conflitos (GEVAC-UFSCAR) e do Instituto de Estudos Comprados em Administração de Conflitos (INCT-INEAC). Orcid: 0000-0002-8639-8843. silvestregiane@usp.br

Resumo: As audiências de custódia foram implementadas na cidade de São Paulo em 2015 por iniciativa do CNJ, com o objetivo de frear o uso desnecessário da prisão provisória e averiguar casos de violência policial. A primeira gestão dessas audiências teve como desafio, além da implantação, a criação de fluxos

1. Esta pesquisa foi desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processos n. 2013/07923-7 e 2017/04428-6.

para lidar com denúncias de violência policial e o encaminhamento de casos que dependiam de assistência social, sobretudo referentes à drogadição. Em 2018, houve uma mudança no cargo de juiz responsável pelas audiências de custódia e o impacto dessa alteração foi visto, entre outros aspectos, na diminuição do número de concessão de liberdades provisórias. O presente artigo tem o objetivo de apresentar uma análise comparativa entre as duas gestões do Departamento de Inquéritos Policiais (DIPO) do Fórum Criminal de São Paulo responsável pelas audiências de custódia: a gestão de 2015 a junho 2017 e a gestão de 2018 a 2019 com base em dados coletados em diferentes momentos, por meio de entrevistas com operadores e observação direta das audiências. A comparação entre as duas gestões revela uma alteração na percepção acerca do objetivo central das audiências de custódia e evidencia os limites desse instituto diante da visão que cada um desses gestores tem, seja da política criminal, seja da finalidade da audiência em si, somado ainda ao arranjo político institucional do Poder Judiciário local.

Palavras-chave: Audiência de Custódia; Prisão Provisória; DIPO; Judiciário; Política Criminal.

Abstract: The detention curbing hearings were implemented in the city of São Paulo in 2015 on the initiative of the CNJ, with the aim of curbing the unnecessary use of pre-trial detention and investigating cases of police violence. The first management of these hearings had the challenge, in addition to the implantation, of creating flows to deal with complaints of police violence and forwarding cases that depended on social assistance, especially regarding drug addiction. In 2018, there was a change in the position of judge responsible for custody and the impact of this change was seen, among other aspects, in the decrease in the number of provisional liberties granted. This article aims to present a comparative analysis between the two administrations of the Department of Police Investigations (DIPO) of the Criminal Forum of São Paulo responsible for custody hearings: the management from 2015 to June 2017 and the management from 2018 to 2019, based on data collected at different times, through interviews with operators and direct observation of

audiences. The comparison between the two administrations reveals a change in perception about the central objective of custody hearings and highlights the limits of the custody hearings institute in view of the view that each of these managers has, be it criminal policy or the purpose of the hearing in itself, added to the institutional political arrangement of the local judiciary.

Keywords: Detention Hearing; pre-trial detention; DIPO; Judiciary; Criminal Policy.

Introdução

A audiência de custódia consiste na apresentação do preso em flagrante em 24 horas diante do juiz, que tem o papel fundamental de averiguar a necessidade da manutenção das prisões, avaliar a legalidade de tais detenções e se atentar para a violência policial e tortura possivelmente praticadas contra os presos. Essas audiências foram implementadas nos estados brasileiros por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)², com início em 2015 a partir da implementação do projeto piloto se deu no Fórum Criminal Ministro Mario Guimarães, localizado no bairro Barra Funda, em São Paulo. Corresponhia ao primeiro projeto de algo ainda desconhecido no sistema de justiça criminal brasileiro, muito embora estivesse previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (PACTO DE SAN JOSE DA COSTA RICA)³, da qual o Brasil é signatário desde 1992. No final do ano de 2015, o CNJ editou a Resolução 213/2015, com um conjunto de diretrizes para atuação dos juízes que assumiriam essas audiências, destacando, sobretudo, a diligência com relação às denúncias de violência policial⁴. Atualmente, as audiências de custódia já são realidade em todo o país, porém seguem como um iniciativa do Poder Judiciário

2. O Conselho Nacional de Justiça é uma instituição do Poder Judiciário criado em 2004 e instalado em 2005. Tem uma atuação político-institucional e foca sua atuação no controle e na transparência administrativa e processual, desenvolvendo políticas judiciárias com planejamento estratégico, governança e gestão judiciária. Ver site: <https://www.cnj.jus.br/>

3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em 29/07/2020.

4. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/04/resolucao-n-213-15-12-2015-presidencia.pdf>. Acesso em 29/07/2020.

sem legislação específica regulatória.

Na época da implementação das audiências, houve uma grande articulação entre os principais atores políticos do Poder Executivo e Judiciário paulista⁵, como o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, o Secretário de Segurança Pública paulista e o Juiz Corregedor do Departamento de Inquéritos Policiais (DIPO)⁶, departamento onde as audiências de custódia foram alocadas. O engajamento dessas autoridades foi fundamental ao processo de adesão a esse novo instituto por parte das instituições envolvidas (POLÍCIAS, JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, ENTRE OUTRAS). Por ser um projeto novo e que atendia a demandas de organizações de direitos humanos, muitos pesquisadores se interessaram em acompanhar essa implementação e analisar como estavam funcionando tais audiências, se estavam repercutindo na soltura de presos e como estavam sendo aplicadas as medidas cautelares. Na época, os pesquisadores não relataram dificuldades de acesso ao campo de pesquisa e identificaram que, apesar dos desafios ainda presentes em sua implementação, as audiências de custódia proporcionavam a liberação de uma porcentagem considerável de presos na cidade de São Paulo.

De acordo com os dados levantados pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) em seu primeiro monitoramento das audiências de custódia⁷ na cidade de São Paulo, entre fevereiro de 2015 e março de 2016, 53% das pessoas apresentadas em audiência tiveram a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva. Já o monitoramento mais recente⁸, realizado pelo mesmo Instituto, acompanhou as audiências de custódia entre abril e julho

5. Algumas pesquisas descrevem detalhadamente o processo de implementação das audiências de custódia no Departamento de Inquéritos Policiais (DIPO) do Fórum Criminal da Barra Funda. Ver Bandeira (2018), Kuller (2018), Toledo (2019), IDDD (2017), Ballesteros (2016).

6. Mais adiante, neste artigo, trataremos da estrutura institucional do DIPO e suas implicações sobre a gestão das audiências.

7. Disponível em: <http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-AC-SP.pdf>. Acesso em 10/03/2021.

8. Disponível em: https://iddd.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ofimdaliberdade_completo-final.pdf. Acesso em 10/03/2021.

de 2018 e observou que em São Paulo, o percentual de pessoas que tiveram a prisão mantida foi de 65%.

Essa alteração coincide com a mudança do juiz corregedor do DIPO responsável pela gestão das audiências de custódias e pelas indicações dos juízes à frente do projeto. Além da porcentagem de pessoas mantidas em prisão provisória ter aumentado na gestão atual, diversos empecilhos e desafios foram impostos à presença de pesquisadores nas audiências de custódia.

Diante deste breve contexto, o presente artigo tem o objetivo de apresentar uma análise comparativa entre duas gestões do DIPO do Fórum Criminal de São Paulo responsável pelas audiências de custódia: a gestão de 2015 a 2017 e a gestão de 2018 a 2019, destacando as principais alterações entre uma gestão e outra. Essa mudança também foi observada por outras pesquisas, como o estudo do IDDD (2019) e de Fabio Toledo (2019), que descreveram dificuldades enfrentadas na obtenção de dados após a mudança da gestão, dificuldade de acesso aos juízes do DIPO e aumento de decisões que priorizavam a conversão da prisão em flagrante em prisão provisória, em casos que juízes da gestão anterior geralmente concediam liberdade provisória (como tráfico privilegiado e pequenos furtos).

Trata-se, portanto, de uma análise baseada em experiências de pesquisas empíricas realizadas em ambas as gestões das audiências de custódia em São Paulo, e que dialogam diretamente com a discussão sobre as visões de política criminal dos operadores de justiça no Brasil (AZEVEDO, 2010; AZEVEDO, CIFALI, 2015). Ou seja, analisa como as diretrizes da política interna das instituições de justiça são amparadas por posicionamentos e orientações que indicam ações mais garantistas ou punitivas, progressistas ou conservadoras. Discute-se ainda, como o Poder Judiciário é majoritariamente formado por atores cuja visão de política criminal é amparada pela noção de que a defesa da sociedade contra o crime deve prevalecer sobre as garantias individuais dos acusados. Com isso, reforçam a ideia de que é preciso prender para dar uma resposta à sociedade, na crença de que a prisão é a única ferramenta de controle do crime (VASCONCELOS, 2008; JESUS, 2018; SILVESTRE, 2018; CARDOSO, 2018).

Metodologia

As autoras deste artigo realizaram pesquisas de campo nas audiências de custódia nas duas gestões, em diferentes momentos entre os anos de 2015, 2016 e 2019⁹. A multiplicidade de idas ao campo permitiu observar, na prática, as mudanças implementadas pela troca de gestão do DIPO em 2018. Todo o trabalho de coleta de dados no período mencionado se deu por meio da observação das audiências e das interações entre os diferentes atores, além de entrevistas, sendo, portanto, dados predominantemente qualitativos. Assim, a coleta de dados seguiu procedimentos semelhantes, o que viabilizou a comparação entre esses dois momentos de contato com o campo, sobretudo com relação à reação dos atores do sistema de justiça, o que ficará mais evidente quando relatarmos a experiência de pesquisa na fase da segunda gestão do DIPO. Desta forma, a análise proposta neste artigo considera os seguintes pontos no exercício de comparação:

Acesso: concedido a pesquisadores tanto ao Fórum Criminal da Barra Funda, como aos juízes;

Fluxo: dias e tempo das audiências (rotina), movimento de advogados e escolta dos presos;

Dinâmica das audiências: perguntas feitas pelos juízes, perguntas sobre violência policial e providências tomadas, manifestações da promotoria, manifestações da Defesa (DEFENSORIA PÚBLICA E ADVOGADO), manifestação dos juízes e decisões;

Desta forma, as reflexões trazidas neste artigo não esgotam a necessidade

9. Importante mencionar que as pesquisadoras realizaram trabalho de campo em determinados períodos dos anos mencionados e não ao longo do ano todo. A coleta de dados realizada em 2019 foi empreendida no âmbito do projeto NEV-USP/CEPID-FAPESP, eixo Judiciário, relativo ao tema da legitimidade das instituições democráticas, da qual as autoras realizam juntas em 2019 e 2020. Como resultado dessa trajetória de pesquisa foram produzidas uma tese de doutorado (JESUS, 2016), um relatório de pesquisa de abrangência nacional (CNJ/FBSP, 2018) e diversos artigos científicos (SILVESTRE et al 2020; TOLEDO et al, 2021; SILVESTRE et al, 2021).

de aprofundamento da temática, uma vez que a pesquisa de campo na audiência de custódia teve que ser interrompida em razão das medidas de isolamento e distanciamento social adotadas diante da pandemia do novo Coronavírus. Desta forma, os dados discutidos nesse texto abordam o período anterior à suspensão das audiências de custódia em março de 2020, a partir da Recomendação n. 62/2020¹⁰, que orientou os tribunais e os magistrados a adotarem medidas preventivas à propagação da infecção por Covid-19, tanto no âmbito do sistema de justiça penal quanto no socioeducativo¹¹. No entanto, o presente trabalho busca construir um campo de interlocutores e compartilhamento dessas experiências, justamente para aperfeiçoar as análises em andamento, sobretudo relacionada à temática da gestão judiciária, independência dos juízes e o próprio tema do aprisionamento, tendo em vista o uso indiscriminado da prisão provisória como recurso de controle social (VASCONCELOS, 2008).

As audiências de custódia em São Paulo – o contexto

Antes de destacarmos as diferenças entre uma gestão e outra é importante contextualizarmos o cenário de cada uma delas, afinal, a primeira teve o desafio de implementar as audiências de custódia no DIPO, o que significou a criação uma estrutura física e o estabelecimento de fluxos e protocolos até então inexistentes. Já a segunda assumiu a gestão das audiências com uma estrutura consolidada e certo fluxo de trabalho estabelecido. Nesse sentido, esse pequeno resgate histórico visa apresentar aos leitores/as como foi a implementação das audiências de custódia no DIPO e como se deu a passagem de uma gestão para a outra, de maneira mais geral.

É importante mencionar também a dimensão do fluxo de prisões em flagrante na capital paulista que, por sua vez, demandou uma estrutura física e logística de grandes proporções para a realização das audiências de custódia.

10. Ver: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 08/10/2020.

11. Sobre o impacto da suspensão das audiências de custódia na cidade de São Paulo, ver discussão levanta por Silvestre et al (2020).

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública paulista¹², em 2015 (ano de implementação das audiências) foram presos em flagrante na capital paulista 35.566 pessoas, o que representou uma média de 97,4 presos em flagrante por dia. Já no ano seguinte, 2016, esse número subiu para 41.013 pessoas, o que resultou em 112,4 presos em flagrante por dia. Nos anos seguintes, a média de presos em flagrante foi de 106,4 em 2017, 96,8 em 2018 e 92,5 em 2019. Desta forma, para que as audiências acontecessem em até 24 horas do momento da prisão em flagrante, foi necessária a construção de 11 novas salas de audiência no Fórum, além da estrutura física para as outras instituições envolvidas no processo, como Defensoria Pública e Ministério Público, espaço para o cartório e uma nova carceragem. Sem dúvida, a quantidade de presos em flagrante por dia em São Paulo exigiu ainda empenho dos comandos da Polícia Civil e da Polícia Militar, que fazem, respectivamente o transporte dos presos das delegacias até o fórum e a escolta entre a carceragem e as salas de audiência.

Diante dos números apresentados acima é possível ter uma dimensão do desafio enfrentado no processo de implementação das audiências de custódia na cidade de São Paulo. Porém, segundo dados obtidos por meio de entrevista, a escolha da capital paulista para abrigar o projeto piloto do CNJ não foi aleatória. No início de 2015, representantes do CNJ acionaram o Tribunal de Justiça de São Paulo e o então juiz corregedor do DIPO para apresentar o projeto de instalação das audiências de custódia no DIPO. O CNJ apresentou o projeto e apostou na experiência precursora de São Paulo como um modelo para implementar as audiências de custódia nos demais Tribunais de Justiça do país.

Uma das principais motivações para instalação das audiências de custódia no DIPO foi o fato do Departamento já contar com uma estrutura que permitia a avaliação dos autos de prisão em flagrante (APF) realizados pelos policiais sem a necessidade de realocação de magistrados. Isso porque o DIPO já contava com uma equipe de juízes substitutos e auxiliares, designados pelo Juiz Corregedor do Departamento, que se dedicava à avaliação dos APFs via fluxo cartorário e burocrático. Ou seja, na cidade de São Paulo, antes mesmo das audiências de custódia, os flagrantes não eram apreciados pelos juízes da Vara, mas pelos

12. Dados disponíveis em: <http://www.ssp.sp.gov.br/transparenciassp/>. Acesso em 27/11/2020.

magistrados desse Departamento, o que facilitava, em certa medida, a implementação das audiências de custódia. Vale mencionar que esta apreciação dos flagrantes pelos juízes do DIPO era feita somente pela análise das informações contidas no APF e não por meio de audiência ou apresentação dos acusados.

Outro ponto a destacar é que o critério de seleção dos juízes que integram o DIPO não é público nem transparente. Ainda que em 2013 a Lei Estadual nº 1208 tenha estabelecido procedimentos mínimos para a nomeação de juízes, tais trâmites não têm sido observados. Não há publicações do Tribunal de Justiça sobre os critérios utilizados para alocações internas. Em entrevistas com os juízes, no entanto, foi mencionado que a escolha depende primordialmente da afinidade pessoal do juiz corregedor responsável pelo DIPO. Justamente por isso, a estrutura do DIPO, exclusiva da cidade de São Paulo, há anos, vem sofrendo questionamento com relação à sua formatação institucional, especialmente por ir contra ao chamado “princípio do juiz natural”¹³ (art. 5º inc. XXXVII da Constituição Federal), já que os juízes são mais vulneráveis a descolamentos, pois por serem juízes auxiliares não apresentam a prerrogativa da inamovibilidade¹⁴ (art. 95 inc. II da CF).

Tal arranjo institucional motivou, em 2018, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo a acionar o CNJ com um pedido liminar¹⁵ de instauração de procedimento de controle administrativo e cassação das nomeações de juízes do DIPO¹⁶. No entanto, mesmo reconhecendo a validade da Lei estadual

13. “Segundo a doutrina, o princípio do juiz natural se refere à existência de juízo adequado para o julgamento de determinada demanda, conforme as regras de fixação de competência, e à proibição de juízos extraordinários ou tribunais de exceção constituídos após os fatos”. Ver mais em: <https://bit.ly/2OLy7yN>. Acesso em 12/03/2021.

14. Inamovibilidade significa o direito constitucional dos/as juízes/as não serem removidos, exceto em caso de relevante interesse público.

15. Pedido de liminar é quando há certa urgência em se garantir determinado direito para uma das partes do litígio.

16. O pedido de liminar foi feito com base na inobservância da garantia do juízo natural, do princípio da inamovibilidade e do descumprimento da Lei estadual 1208/2013. Ver: <https://www.conjur.com.br/dl/defensoria-cassacao-dipo.pdf>. Acesso em 04/08/2020.

1208 e a necessidade de seu cumprimento por parte do TJSP, o CNJ indeferiu¹⁷ o pedido alegando que não haveria perigo de dano irreparável que justificasse a decisão liminar e determinou que a decisão fosse tomada pelo colegiado¹⁸.

Importante destacar que, para além do debate estritamente legal, o arranjo institucional do DIPO o torna um departamento político no interior do Poder Judiciário paulista, conforme já apontado por Kuller (2017, p. 73). Seu funcionamento poderá sofrer interferências contextuais de gestões que se pautam por critérios que podem fugir aos contornos legais, ferindo a autonomia e independência que deveria compor as expectativas das atuações dos juízes, como garantidores da lei e dos direitos. E é justamente essa fragilidade que pode alterar o modelo de funcionamento do Departamento, a depender do perfil do juiz corregedor que o assumi e que, vale lembrar, é indicado pelo Tribunal de Justiça. Essa mudança impacta diretamente na gestão do DIPO e, consequentemente, na condução das audiências de custódia, como veremos na próxima seção deste artigo.

Apesar dessa formatação controversa, a estrutura do DIPO possibilitou a instalação das audiências de custódia de forma pioneira em São Paulo. Em 2015, o Departamento contava com nove juízes fixos e quatro defensores públicos que trabalhavam exclusivamente na análise das prisões em flagrante trazidos pela autoridade policial. O Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo da época, Desembargador Roberto Nalini aderiu ao projeto e deu aval para o então juiz corregedor do DIPO, Antonio Patiño, operacionalizar a instalação das audiências no fórum. Com esse respaldo houve a construção das salas de audiências em novo local dentro do Fórum, além de salas para a Defensoria Pública, Ministério Público, Advogados e IML. Os presos em flagrante passaram a ficar em uma nova carceragem própria, diversa daquelas em que ficavam os presos das audiências de instrução e julgamento¹⁹, e do Júri. Ao final da

17. Negou o pedido.

18. O que significa dizer que não foi considerado matéria de urgência decisória, e que tal processo poderia ser decidido pelo colegiado, ou seja, em outra instância decisória. A íntegra da decisão pode ser vista em: <https://www.conjur.com.br/dl/liminar-nomeacao-dipo.pdf>. Acesso em 12/03/2021.

19. Audiência de instrução e julgamento consiste em um dos atos do processo que visa ouvir os

reestruturação do espaço, o Fórum passou a contar com 11 salas de audiência que funcionam simultaneamente com a presença de um juiz, um promotor e um defensor (quando não há advogado).

Por todo envolvimento na implementação das audiências de custódia, o então juiz corregedor do DIPO tornou-se um defensor do instituto, destacando, nas ocasiões em que se manifestava publicamente, que as audiências teriam despertado maior sensibilização dos magistrados. Segundo ele, quando as pessoas presas eram colocadas diante dos juízes, as situações de hipossuficiência e, em certos casos, dependência química se tornavam visíveis. O ex-corregedor destacou, em diversas ocasiões, que a prática diária das audiências vinha ajudando os magistrados a repensar a aplicação da prisão preventiva, especialmente diante do contato²⁰ e do olhar mais próximo à realidade e às condições de vulnerabilidade da maior parte das pessoas presas (SILVESTRE, 2021).

Outro ponto importante a ser destacado desse período foi a abertura dessas audiências para a observação de pesquisadores interessados em conhecer o processo de implementação desse novo dispositivo. O juiz corregedor da primeira gestão recepcionava diversos pesquisadores, deixando as portas do DIPO abertas à realização de pesquisas. Essa abertura permitiu a publicação de vários estudos referenciais sobre as audiências de custódia em São Paulo (IDDD, 2016, 2017, 2019; CONECTAS, 2017; CNJ/FBSP, 2018, JESUS, 2016; KULLER, 2017; BANDEIRA, 2018; TOLEDO, 2019; BALLESTEROS, 2016).

No final de 2017, houve a eleição interna do Tribunal de Justiça de São Paulo, com a alteração do Presidente e Corregedor-Geral²¹. O desembargador Geraldo Francisco Pinheiro, eleito Corregedor-Geral da Justiça para o biênio 2018/2019 indicou a juíza Patrícia Álvares Cruz para assumir o cargo de corregedora do DIPO e, conseqüentemente, a coordenação das audiências de

depoimentos do réu, vítimas e testemunhas com objetivo de produção de provas orais, apresentação das alegações finais da acusação e defesa, e da decisão do juiz, que corresponde à sentença do caso.

20. A questão da importância do contato entre juízes e custodiados nas audiências foi analisada Gisi et al (2019) e Toledo (2019).

21. Votam para os cargos de direção (presidente, vice-presidente e corregedor-geral) todos os desembargadores do TJSP – há, atualmente, 359 desembargadores. Ver site: <https://www.tjsp.jus.br>

custódia. Antes mesmo de assumir o cargo, houve uma série de manifestações²² de juristas e entidades ligadas à defesa de direitos humanos, posicionando-se contrários à nomeação dessa magistrada, conhecida pelo caráter rígido de suas decisões, tal como descreveu o portal jurídico JOTA, na ocasião da indicação:

Conhecida pelo rigor ao sentenciar, Patrícia Álvares Cruz ganhou as páginas dos jornais no começo dos anos 2000, quando condenou à prisão uma mulher chamada Maria Aparecida de Matos pela tentativa de furto de um xampu e um condicionador. Maria Aparecida foi vítima de tortura dentro da prisão e acabou perdendo a visão do olho esquerdo (JOTA, 14/12/2017)²³.

Apesar dessas manifestações, a juíza assumiu gestão do DIPO e das audiências de custódia na capital paulista já em 2018. Dentre as primeiras medidas adotadas pela magistrada, esteve a troca de toda a equipe de juízes do DIPO, compondo uma equipe de juízes com uma visão de política criminal alinhada à visão da juíza-corregedora, o que impactou no número de concessões de liberdade provisória e manutenção da prisão provisória, conforme os dados levantados pelo IDDD e já mencionados na introdução deste artigo²⁴.

Outra mudança percebida na nova gestão foi o maior controle sobre o acesso de pesquisadores às audiências de custódia. Parece haver elevada

22. Ver por exemplo:

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/como-uma-nomeacao-pode-colocar-as-audiencias-de-custodia-em-xeque-20122017> e

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/morte-das-audiencias-de-custodia-15122017>. Acesso em 04/08/2020.

23. Disponível em: <https://www.jota.info/jotinhas/juiza-patricia-alvares-cruz-recebe-convite-para-assumir-o-dipo-em-sp-14122017>. Acesso em 06/08/2020.

24. Importante ressaltar que, em diversos lugares do Brasil, as taxas de prisão provisória permanecem altas mesmo depois das audiências de custódia, como no caso de Porto Alegre, em que a prisão corresponde a 70% dos casos (IDDD, 2019, p. 106). Portanto, a importância de se pensar as audiências de custódia como confirmação do trabalho da polícia se dá por uma realidade não exclusiva da capital paulista.

resistência da segunda gestão à realização de pesquisas em comparação à primeira, conforme experiência vivenciada pelas autoras na ocasião da pesquisa de campo realizada em 2019²⁵. Esses impedimentos e a forma como são colocados será tema de seção a seguir.

Outra alteração importante com relação à gestão anterior diz respeito aos fluxos de casos de denúncias de violência policial. A primeira estabelecia que os casos de violência policial mencionados em audiência de custódia deveriam ser encaminhados ao DIPO 5, setor responsável por receber exclusivamente procedimentos administrativos acerca de atividades policiais e coordenado pelo juiz designado a ser “corregedor de polícias” (BANDEIRA, 2018, p. 35)²⁶. Após a menção explícita de que a pessoa havia sofrido algum tipo de violência policial, o juiz determinava o encaminhamento ao Instituto Médico Legal para realização do exame de corpo de delito e enviava um ofício ao DIPO 5 contendo a mídia da audiência e o resultado do exame. Em pouco tempo, o termo “encaminhamento ao DIPO 5” passou a ser entendido como uma validação da narrativa da pessoa presa em audiência e que a denúncia precisaria ser investigada em procedimento próprio. No início das audiências, o procedimento interno ao DIPO 5 era pouco conhecido para os próprios operadores, e com passar do tempo acabou se tornando um procedimento de encaminhamento de ofícios entre o DIPO e as instituições denunciadas, no entanto, algumas denúncias de violência chegaram a se tornar procedimentos investigativos do DIPO 5 junto com a participação do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GECEP) do Ministério Público (BANDEIRA, 2018).

A segunda gestão desmontou esse fluxo, adotando outro procedimento, que corresponde a oficiar as respectivas corregedorias de polícia, nos casos em

25. Outras pesquisas recentes também relataram igual dificuldade de acesso e coleta de dados na segunda gestão, como proibição de realizar entrevista com os juízes e até mesmo de entrada nas salas de audiência (IDDD, 2019; TOLEDO, 2019; NEV/CEPID, 2020).

26. O DIPO está estruturado da seguinte forma: DIPO – Diretoria de Departamento; DIPO 1 – Divisão dos Serviços de Apoio; DIPO 2 – Divisão de Distribuição Criminal; DIPO 3 – Divisão de Processamento I; DIPO 4 – Divisão de Processamento II; DIPO 5 – Divisão de Expediente da Polícia Judiciária e serviços auxiliares.

que os juízes entendem como válidas as denúncias de violência no momento da prisão. O fim dos procedimentos internos no DIPO 5 tornou mais difícil o monitoramento das denúncias por parte do poder judiciário. Os entrevistados ressaltaram que houve a perda do controle dos casos e de conhecimento do que é feito desses relatos de violência, que passaram a ser enviados diretamente às Corregedorias, sem a mediação de nenhum outro órgão do Departamento e também sem exercer nenhum tipo de pressão sobre o Ministério Público, órgão responsável pelo controle externo da atividade policial.

Provavelmente essa mudança tem relação com a forma como a juíza corregedora compreende o objetivo das audiências de custódia. Em entrevistas públicas, a magistrada manifesta que compreende as audiências menos como um procedimento jurídico de garantia de direitos individuais e mais como um instrumento de política de segurança pública e que deve ter incidência sobre a diminuição da criminalidade. Com isso, acaba por fortalecer o caráter inquisitorial do processo penal no Brasil (KANT DE LIMA, 1995; PAES, 2013; MISSE *et al.*, 2010), no qual direitos constitucionais são constantemente desrespeitados em nome do “combate ao crime”. Esse ponto aparece em um artigo publicado no portal Conjur, assinado pela magistrada e onde ela estabelece, de forma positiva, uma relação direta entre o aumento das prisões provisórias e a diminuição dos indicadores de criminalidade na capital paulista: “os índices de criminalidade da cidade de São Paulo, desde janeiro de 2018, sofreram redução significativa, proporcional ao aumento de cerca de 20% no número de prisões preventivas, no primeiro semestre de 2018, comparado ao mesmo período do ano anterior” (CONJUR, 3 DE SETEMBRO DE 2019)²⁷.

Diante deste contexto fica evidente as mudanças ocorridas de uma gestão para a outra. É justamente nessas alterações que o presente artigo pretende focar a seguir, o que indica que o perfil do gestor que assume o Departamento orienta a forma as audiências de custódia irão funcionar.

27. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-03/opiniao-verdade-audiencias-custodia-sao-paulo>. Acesso em 07/08/2020.

Pontos de comparação entre as duas gestões

As análises foram divididas em três dimensões: (i) a questão do acesso ao campo, (ii) o fluxo e (iii) as dinâmicas das audiências.

3.1. Acesso ao campo

Importante relembrar que, após trajetórias individuais de pesquisa sobre as audiências de custódia, as autoras retornaram ao campo em parceria no ano de 2019, juntamente com uma equipe de pesquisadores²⁸ do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Esta nova coleta de dados compunha um eixo do programa de pesquisa “Construindo a democracia no dia-a-dia: direitos humanos, violência e confiança institucional” que busca compreender a forma como as leis, as regras e os procedimentos são implementados ao longo do tempo e como essa dinâmica define a legitimidade das instituições chave para a democracia²⁹.

Assim, um dos pontos que chamou a atenção no retorno ao campo das audiências de custódia foi a dificuldade de acesso que não havia sido encontrada na gestão anterior. Na gestão de 2015 a junho 2018, o acesso de pesquisadores para acompanhar as audiências de custódia era livre e sem restrições. Certamente era necessário solicitar autorização ao juiz corregedor para a execução da pesquisa, mas este, em momento algum (pelo menos tendo como referência as experiências das autoras nesse período) colocou qualquer condicionamento ou obstáculo à realização de pesquisas. Pesquisadores tinham, inclusive, autorização para acessar o Fórum da Barra Funda no período da manhã, quando somente advogados, funcionários e partes envolvidas em audiências podem entrar.

Na nova gestão, a juíza corregedora somente autorizou a entrada das pesquisadoras no Fórum no período da tarde, quando o acesso já é público. Ou

28. Registramos agradecimentos à nossa equipe de pesquisa: Bruna Gisi, Fernanda Novaes Cruz, Damião Medeiros e Efraín García Sanchez, cujo compartilhamento de dados e ideias foi imprescindível para a escrita deste artigo.

29. Para saber mais sobre o programa de pesquisa ver: <https://nev.prp.usp.br/projetos/pesquisas/>. Acesso em 11/03/2021.

seja, permitiu o que não poderia proibir. Dessa forma, as pesquisadoras apenas tinham acesso às audiências de custódia realizadas no período da tarde. No decorrer da pesquisa, percebeu-se que a maioria das audiências ocorriam pela manhã, porque os juízes queriam encerrar as atividades com maior celeridade para dar conta de outros trabalhos do DIPO. Isso implicava em realizar a maior parte das audiências no período da manhã, restando poucas para serem realizadas a tarde, fato que comprometeu a quantidade de audiências acompanhadas pelas pesquisadoras.

Na gestão anterior houve ainda liberdade por parte das pesquisadoras para conversar com os juízes e juízas e solicitar entrevistas diretamente a eles/as sem nenhum tipo de restrição do juiz corregedor e, quando solicitado, também intermediava a possibilidade de realização de entrevistas desses juízes para os pesquisadores. Já a atual gestão não permitiu que as pesquisadoras entrevistassem os juízes do DIPO, pois alegou que os magistrados eram extremamente ocupados e que era o papel dela “falar por eles”, se disponibilizando a conceder a entrevista:

Não, com os juízes vocês não vão falar. Quando é assim, eu que falo por eles. Afinal, eles já trabalham muito, tem uma carga horária carregada, e o meu papel é o de representá-los. Então, se vocês quiserem vocês podem assistir algumas audiências e depois vir falar comigo. Só peço que mandem o roteiro de perguntas antes (JUÍZA CORREGEDORA - ANOTAÇÃO DE DIÁRIO DE CAMPO).

Desta forma, diante da negação de acesso aos juízes, a pesquisa de campo foi redesenhada, direcionando o foco para a observação das audiências. Além disso, no decorrer das idas ao Fórum, as pesquisadoras tiveram a percepção de que os juízes não foram comunicados pela juíza corregedora sobre a realização da pesquisa. Isso porque, constantemente as pesquisadoras foram interpe-ladas no acesso às salas de audiência, havendo, inclusive, situações de claro constrangimento. A presença das pesquisadoras modificou a rotina de recepção e distribuição do público no acesso às salas de audiência, pois os juízes

solicitaram às funcionárias que faziam o controle de acesso que houvesse uma diferenciação entre estagiários e pesquisadores. Uma juíza, em específico, disse que somente receberia estagiários, com carteirinhas e relatórios de estágio, deixando evidente que não receberia pesquisadores na sala.

Raramente os juízes interagem com a equipe da pesquisa, alguns deles, apesar de autorizarem a permanência na sala, sempre pareciam pouco confortáveis com a presença de pesquisadores, outros poucos perguntavam sobre a pesquisa e seus objetivos. Em poucas ocasiões falaram brevemente sobre suas percepções acerca das audiências de custódia. Houve ainda casos de constrangimento à presença das pesquisadoras, cujo episódio mais simbólico ocorreu entre uma juíza e uma das autoras. Após assistir às audiências em uma sala em que o juiz conclui a pauta em cerca de 40 minutos, a pesquisadora solicitou à funcionária que fosse encaminhada para outra sala, para que o trabalho de campo continuasse. A pesquisadora foi então encaminhada à sala de uma juíza que a recebeu de forma ríspida, perguntando sobre a pesquisa e interrompendo suas respostas com novas perguntas, sem deixar que concluísse as frases. Após explicar brevemente sobre a pesquisa, a juíza solicitou que a pesquisadora apresentasse um documento de identificação e, quando apresentado, a juíza pegou seu celular e tirou uma foto, perguntando se poderia fotografar, enquanto já o fazia. Foi uma situação de constrangimento para a pesquisadora e que ficou pior com a intervenção da promotora que estava na sala e que, logo depois do ocorrido, começou a rir discretamente e a juíza perguntou a ela o motivo do riso. Enquanto mexia no notebook, ela respondeu ironicamente: “estou vendo umas pesquisas aqui”.

Diante destes impasses, os funcionários do cartório assumiram o papel de distribuir os pesquisadores entre as salas, após uma prévia consulta aos juízes que se dispunham a autorizar a entrada. Assim, não foi possível estabelecer uma rotina de observação aleatória focado no acompanhamento do mesmo juiz por um determinado período de tempo. Certa ocasião, a funcionária do cartório relatou que estava com dificuldade de achar uma sala para “colocar” os pesquisadores, pois vários juízes não aceitavam mais do que uma pessoa assistindo à audiência em

“sua sala”³⁰. Em certa ocasião, quando a pesquisa de campo já estava em andamento há cerca de quatro semanas, a funcionária que fazia o controle barrou a entrada da equipe de pesquisa e acionou a chefe do cartório que, por sua vez relatou que os juízes estavam incomodados com a presença de pesquisadores nas audiências. Mesmo reforçando que a pesquisa tinha obtido autorização da juíza-corregedora houve a necessidade de uma negociação para que as pesquisadoras acessassem as salas de audiência. Ficou claro, portanto, que a funcionária do cartório não sabia como conciliar a negativa dos juízes com a autorização da corregedora.

Tais restrições de acesso, limitação do número de pessoas nas salas, ou ainda a intimidação de pesquisadores por parte dos juízes, não são compatíveis com o caráter público das audiências judiciais (com exceção dos casos que tramitam em segredo de justiça). Vale mencionar que a própria autorização da juíza corregedora para que a equipe de pesquisadores assistisse às audiências, na prática, apenas concedeu acesso a um ritual que já é público. Dentre outros aspectos, estes episódios que mostram como as instituições da justiça ainda são pouco permeáveis e pouco transparentes, mesmo quando seus processos e eventos são, ao menos na norma, de acesso público (PIRES, 2010; XAVIER, 2015; MACHADO, 2017).

3.2. Fluxo

Outra diferença identificada entre a gestão anterior com relação à gestão atual diz respeito ao fluxo/rotina das audiências. É preciso destacar que a implementação da custódia no Fórum da Barra Funda foi feita em local adaptado, que não contemplava, por exemplo, sala para recepcionar advogados, nem sala local para os defensores públicos e promotores da justiça. A estrutura física onde ocorriam as audiências de custódia na época foi adaptada de um espaço que pertencia a um dos plenários do tribunal do júri, no segundo andar do fórum. Havia seis salas separadas por biombos, o cartório responsável pelo recebimento e distribuição dos flagrantes e três salas do Instituto

30. Realizamos o campo em duplas, mas às vezes nos dividíamos nas salas porque alguns juízes restringiam o número de pesquisadores na sala, que era dividida com estagiários de direito.

Médico Legal (IDDD, 2016). Ainda em 2015 foram iniciadas as obras da atual estrutura das audiências, que ficam no subsolo do Fórum, em que há nove salas para a custódia, salas reservadas para o Ministério Público, Defensoria Pública e advogados.

A nova estrutura representou um avanço no sentido de permitir a adaptação do espaço das audiências às necessidades identificadas na época de sua implementação. No entanto, não garantiu, por exemplo, o diálogo em reservado entre defesa e presos como prometido no projeto inicial da reestruturação das instalações. As conversas continuam sendo realizadas nos corredores e acompanhadas pelos policiais da escolta, ao lado da porta da sala de audiência, minutos antes de entrar para a audiência. Outro ponto que não se alterou entre as duas gestões é que a pessoa presa permanece algemada antes, durante e depois da audiência.

Com relação às rotinas de realização das audiências, percebeu-se uma alteração no fluxo. Na gestão anterior, as audiências eram iniciadas às 9h30 e finalizavam quando o último preso encaminhado ao Fórum (limite de chegar até às 16h) passasse pela audiência. Havia um rodízio entre os 10 juízes da custódia nas seis salas. Alternavam os períodos em que realizavam as audiências, pela manhã e à tarde. Na gestão atual, todos os juízes realizam audiências nas nove salas, mas há uma diferença com relação à organização dos dias e horários em que as mesmas acontecem. Não são realizadas audiências no período da manhã de segunda e terças-feiras, apenas no período da tarde. De quarta a sexta, as audiências são realizadas pela manhã e à tarde. Em geral, são rápidas e antes mesmo das 16hs, todas são realizadas.

Outra mudança entre a gestão anterior e a atual é o fluxo de advogados, estagiários e pesquisadores. Na gestão anterior era comum a presença de muitos pesquisadores circulando pelas audiências. Os advogados não tinham uma sala, então ficavam no corredor de acesso às salas de audiências aguardando serem chamados no momento de apresentação das pessoas presas. Na época, não havia grande circulação de estagiários, algo diferente do que foi observado na atual gestão. Com relação aos pesquisadores, além desta pesquisa, não havia outra sendo realizada no DIPO à época; pessoas que trabalhavam na segurança

do Fórum relataram que, desde a entrada da nova juíza corregedora, desconheciam qualquer outra pesquisa realizada naquele período.

Por fim, ainda com relação aos fluxos, um dos encaminhamentos realizados pelos juízes quando concediam liberdade provisória para casos de pessoas em situação de rua ou situação de uso de entorpecentes, era o encaminhamento para o Centro de Alternativas Penais e Inclusão Social (CEAPIS). Na gestão anterior era muito frequente que juízes encaminhassem pessoas colocadas em liberdade para esse centro, para que pudessem ter um encaminhamento social adequado. Na gestão atual, não identificamos a menção a tal atendimento às pessoas que receberam liberdade provisória, mas que disseram ter algum tipo de questão com drogas ou necessidade de encaminhamento psicossocial.

A necessidade de acelerar o ritmo das audiências foi outro ponto que chamou a atenção da equipe com relação à segunda gestão. Era comum ouvir os comentários de alguns juízes, que diziam precisar “acelerar” as audiências e encerrar o trabalho naquele setor. De fato, as audiências usualmente são muito rápidas e costumam levar cinco minutos em média. As questões feitas pelos juízes e as manifestações dos promotores e defensores são curtas e aceleradas. Um dos juízes mencionou que era necessário terminar as audiências cedo porque havia muito trabalho a ser feito em seu gabinete, dando a entender que parte importante do trabalho não acontece nas audiências e que eles precisam de tempo no período da tarde para despachar em outros processos. Em duas ocasiões os juízes teciam comentários jocosos e se provocavam com relação à rapidez com que realizavam as audiências. A capacidade de encerrar as audiências em pouco tempo parecia ser algo valorizado por eles, aparentemente, como demonstração de eficiência.

Em uma das ocasiões presenciadas, a juíza tinha “apostado” com o escrevente que iria conseguir terminar as audiências até às 14h30. Os dois “brincavam” com a necessidade de “bater a meta”, como se estivessem competindo em um clima descontraído na sala. Em um dos intervalos entre as audiências, outro escrevente entrou na sala e após uma brincadeira a juíza perguntou quantas audiências um colega havia feito na manhã daquele dia e ele respondeu “16”. Ao ouvir a resposta, em tom surpreso ela disse: “16? Nossa!

Realmente. Eu estava ‘me achando’ porque tinha feito 14. Um dia eu chego lá!” Momentos depois, a promotora mencionou em tom positivo para a juíza: “Nossa, você é muito rápida!” e a juíza parecia orgulhosa e justificou: “É porque se a gente demora muito aqui embaixo, a gente chega lá em cima e está uma pilha enorme de coisas para fazer” (NEV-USP, 2020, p. 83).

No entanto, a questão da celeridade das audiências é algo comum entre a primeira e segunda gestão, porém na primeira, não foram observadas menções explícitas à necessidade de acelerar o ritmo das audiências. Essa valorização do juiz que consegue realizar mais audiências em menos tempo, como uma competição, pode ser considerado algo particular da segunda gestão, o que indica uma espécie de valorização dos magistrados que mostram “eficiência”, sendo ela compreendida como a realização de audiências em pouco tempo. Vale mencionar ainda que a celeridade das audiências é recorrente em outros estados brasileiros e diversas pesquisas já chamaram a atenção para o fato da audiência acontecer de forma muito rápida, em um tempo médio de cinco minutos (KULLER, 2017; JESUS, 2016; IDDD, 2016; BALLESTEROS, 2016; CNJ/FBSP, 2018; FERREIRA, 2017; LAGES E RIBEIRO, 2019).

3.3 Dinâmica das audiências

No final de 2015, o CNJ publicou a Resolução 213, juntamente com dois protocolos: “Procedimentos para a aplicação e o acompanhamento de medidas cautelares diversas da prisão para custodiados apresentados nas audiências de custódia”; e o “Procedimentos para oitiva, registro e encaminhamento de denúncias de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”. Esses documentos lançaram as diretrizes para estabelecer uma dinâmica das audiências que contemplasse os principais objetivos das audiências de custódia. Com a edição de tais documentos, a atuação dos juízes pode ser um pouco mais padronizada, muito embora isso não significasse que eles tivessem o mesmo entendimento sobre o papel da custódia e conduzissem as dinâmicas das audiências de acordo com a Resolução 213/2015 (CNJ/FBSP, 2018).

Assim, considera-se aqui de dinâmicas das audiências a forma com os juízes as conduzem, que tipo de perguntas fazem, as manifestações da promotoria

e da defesa, seja advogado particular ou de defensor público. Na gestão anterior, percebeu-se que alguns juízes faziam mais perguntas do que outros. No geral, tendiam a perguntar se a pessoa tinha residência fixa, se era usuária de drogas, se tinha filhos (sobretudo para as mulheres), e por vezes, se havia ocorrido algum tipo de violência por parte da polícia no momento da prisão. Em alguns casos, entrava-se no mérito do caso para alguns esclarecimentos, que acabavam colaborando para um desfecho de liberdade provisória.

No retorno ao campo das audiências de custódia em São Paulo, percebeu-se que nem todos os juízes faziam as perguntas presentes nos protocolos do CNJ, muitos se limitavam a confirmar o nome, endereço e telefone de contato. Com relação às perguntas da Promotoria e Defensoria Pública, observou-se que as audiências são extremamente sumárias, e que raramente estes atores fazem perguntas para esclarecer dúvidas ou orientar suas manifestações, que são formuladas somente a partir da análise do auto de prisão em flagrante. Desta forma, a presença do acusado parece totalmente irrelevante para a formação dos argumentos da defesa e da acusação, bem como para a decisão do juiz. Parece, assim, haver uma colaboração entre as instituições para que os procedimentos sejam rápidos, tanto que as audiências findam antes mesmo das 16h. Esta conclusão é muito semelhante aos resultados obtidos por Lages e Ribeiro (2019) em pesquisa realizada em Belo Horizonte. No estudo, as autoras concluíram que:

Apesar das Audiências de Custódia buscarem ampliar a legitimidade da decisão proferida, observamos a efetivação de uma justiça em linha de montagem (SAPORI, 1995), em que os operadores do direito, com vistas à eficiência das práticas jurisdicionais, decidem de maneira categorizada, desconsiderando princípios processuais, como a ampla defesa e a individualidade da prestação jurisdicional, que passam a ser exercidos de maneira cerimonial (e não substantiva). A partir dessa lógica de operacionalização da justiça, a decisão exige a categorização dos casos, pois não há análise pormenorizada dos acontecimentos (LAGES, RIBEIRO, 2013, p. 213).

Quanto aos relatos de violência, conforme mencionado, houve uma mudança nos procedimentos adotados para averiguação de denúncias. Na gestão anterior, os casos eram encaminhados e acompanhados pelo DIPO 5, na atual gestão os casos não são mais encaminhados para esse Departamento, sendo encaminhado direto para as corregedorias das polícias. Quando envolve policial militar, segue para a Corregedoria da PM. Quando envolve policial civil, segue para a Corregedoria da PC. Não é possível saber se há algum acompanhamento por parte do Judiciário com relação a esses casos, o que torna o monitoramento das denúncias de violência policial nada transparente.

Ainda com relação à violência policial, a pesquisa do IDDD (2019) também constatou uma sensível diferença da forma como os juízes e juízas perguntam sobre possíveis agressões no momento da prisão:

As observações das audiências de custódia em São Paulo mostraram que o padrão das perguntas sobre violência policial feita pelos/as juízes/as foi alterado. Enquanto o monitoramento anterior - feito em 2015 - mostrou que a pergunta sobre violência feita ao/à custodiado/a era direta (“você sofreu algum tipo de violência da polícia?”), as observações realizadas em 2018 mostraram que a pergunta agora é feita de forma indireta (“você teve algum problema com a polícia?”). Não se pode negar que, no passado, em apenas 49% dos casos acompanhados houve a pergunta, enquanto hoje constatou-se que ela foi feita em 87% dos casos. No entanto, a falta de clareza na indagação (somada à presença constante de policiais nas salas de audiência) pode gerar uma subnotificação dos casos de violência policial - possibilidade que se aventa, dado o baixo número de respostas positivas (18%) (IDDD, 2019, p. 56).

A forma indireta e, por vezes, dúbia com que os juízes perguntavam sobre violência policial no momento da prisão também foi observada por esta pesquisa. Em algumas audiências os juízes perguntavam se o preso tinha alguma reclamação a fazer sobre sua prisão, não deixando evidente que a questão era relacionada à violência policial. Assim, além da alteração no fluxo de

encaminhamento das denúncias, que impossibilita o monitoramento adequado dos casos, a forma como os magistrados perguntam sobre a abordagem policial pode implicar em subnotificação de casos de violência policial por ser pouco precisa e confusa para a pessoa presa.

Por fim, conforme mencionado, a conversão da prisão em flagrante em provisória tem sido constante nas audiências de custódia, algo já apontado pela pesquisa do IDDD (2019). De acordo com esta pesquisa, do total de casos acompanhados, 65% resultaram em prisão provisória, 32% em liberdade provisória com medida cautelar, 2% foram relaxadas e 1% convertida em prisão domiciliar. Como destacado pela pesquisa: “a situação fica ainda mais problemática se considerarmos que, dos 623 casos acompanhados na cidade de São Paulo, em nenhum houve concessão de liberdade provisória sem medidas cautelares” (IDDD, 2019, p. 106). Qualitativamente, esta tendência também foi observada em campo, o que mostra a fragilidade e os limites de um instituto de garantia de direitos diante da gestão política do judiciário, somado ainda a visões de política criminal que apostam no encarceramento como principal instrumento punitivo.

Considerações finais

O processo de construção da pesquisa, para além da busca por dados que subsidiem a produção de conhecimento, pode revelar outras informações importantes que dão luz à forma como organizações funcionam, no nosso caso em específico, o sistema de justiça criminal no tocante às audiências de custódia da cidade de São Paulo. Ao fazer a pesquisa, nos deparamos com experiências que, por si, revelam achados. A resistência a entrada de pesquisadores, aos olhares externos, aos prováveis “julgamentos” de quem não é da área do Direito, ou de possíveis críticas que supostamente podem afetar o funcionamento do sistema indicam que há um entendimento diverso sobre o papel das instituições de justiça e de seus dispositivos. Isso fica evidente quando percebemos a diferença entre as duas gestões que assumiram a coordenação das audiências de custódia. A primeira, que esteve aberta a pesquisas e foi se modificando, conforme estabelecia diálogos com outros atores, sobretudo de pesquisas. A

segunda, que demonstrou pouco interesse por pesquisas e menos motivação em manter uma interlocução com outros atores.

É importante destacar que a composição do DIPO depende do contexto político institucional do Tribunal de Justiça de São Paulo, isso porque a indicação do juiz corregedor desse Departamento se dá pelo desembargador que assume a Corregedoria-Geral de Justiça. Quando muda a gestão do Tribunal, a tendência é que essa mudança seja sentida nos demais órgãos subordinados ao TJSP. As indicações de cargos diretivos passam por aproximações políticas, entre entes que compartilham valores e crenças similares, sobretudo com relação ao papel do sistema de justiça. Há um alinhamento de visões que direciona como os órgãos do sistema vão funcionar. No caso das audiências de custódia, por exemplo, pode significar um maior ou menor incentivo à concessão de liberdades provisórias, ou uma maior ou menor atenção às denúncias de violência policial.

Ainda com relação ao DIPO, esse Departamento apresenta um desenho institucional que permite realocar juízes que não atuem de acordo com o que é esperado. Há uma fragilidade com relação à independência dos juízes nesse Departamento (CONNECTAS, 2018). A seleção dos magistrados que vão compor o grupo das audiências de custódia é feita pelo juiz corregedor do DIPO, algo sem muita transparência de critérios. Isso ficou evidente quando a atual juíza corregedora tomou posse. Todos os juízes da gestão anterior saíram e foram substituídos por indicados pela magistrada. As observações de campo indicam que os perfis desses juízes são bastante semelhantes entre si, tendo poucas divergências entre um e outro, o que mostra que a indicação desses magistrados perpassou uma expectativa de atuação da atual gestão.

Essas mudanças revelam também uma alteração na percepção acerca do objetivo central das audiências de custódia. Em manifestações públicas, a atual juíza corregedora indicou que percebe as audiências de custódia como um instrumento de controle da criminalidade, o que leva os juízes a serem uma extensão da segurança pública. Perde-se com isso um olhar para a forma como as pessoas presas são tratadas/abordadas pela polícia, de observar casos em que seria possível encaminhar para um serviço de assistência e saúde, ou mesmo

para situações em que a prisão provisória nenhum benefício trará, nem à pessoa, nem à sociedade, nem ao sistema prisional. Ao focar as audiências como um dispositivo de segurança, por um lado, perde-se aquilo que lhe dá sentido, o objetivo de desencarcerar, de prevenir a tortura e de evitar prisões ilegais e, por outro reforça-se o caráter inquisitorial da persecução penal no Brasil, onde a ideia de “combate ao crime” (seja ele da proporção que for) prevalece sobre a preservação de direitos garantidos pela constituição.

A comparação entre as duas gestões evidencia os limites do instituto das audiências de custódia diante da visão que cada um desses gestores tem, seja da política criminal, seja da finalidade da audiência em si. Somado a isso, tem-se um arranjo político institucional do poder judiciário local, que permite uma gestão política, baseada em alinhamento de visões dentro de um poder que deveria ser independente e zelar pela garantia de direitos individuais acima de qualquer orientação.

Referências

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Perfil socioprofissional e concepções de política criminal do Ministério Público Federal**. Brasília: ESMPU, 2010.

_____; CIFALI, Ana Cláudia. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. **Civitas**, v. 15, n. 1, p. 105-127, 2015.

BALLESTEROS, Paula R. **Audiências de Custódia e prevenção à tortura**: análise das práticas institucionais e recomendações de aprimoramento. Relatório de Pesquisa. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/36cDQcm>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BANDEIRA, Ana Luiza Villela de Viana. **Audiências de custódia**: percepções morais sobre violência policial e quem é vítima. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: USP, 2018.

CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. **A política da justiça**: blindar as elites, criminalizar os pobres. São Paulo: Hucitec, 2018.

CONECTAS. **Tortura blindada, como as instituições do sistema de justiça**

perpetuam a violência na audiência de custódia. São Paulo: Conectas, 2017.

_____. **Independência funcional e controle interno nas carreiras da Magistratura e do Ministério Público na capital paulista.** S/L: Conectas, 2018.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Audiência de custódia.** Brasília: CNJ, 2016.

CNJ/FBSP. **Audiência de Custódia, Prisão Provisória e Medidas Cautelares:** Obstáculos Institucionais e Ideológicos à Efetivação da Liberdade como Regra. S/L: CNJ/FBSP, 2018.

FERREIRA, C. Audiências de custódia: instituto de descarcerização ou de reafirmação de estereótipos? **Revista Justiça do Direito**, v. 31, n. 2, p. 279-303, 2017.

GISI, Bruna; JESUS, Maria Gorete M. de; SILVESTRE, Giane. O contato com o público importa? Uma análise exploratória sobre a construção da auto-legitimidade entre juízes paulistanos. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, v. 26, n. 2, p. 247-270, 2019.

IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa. **Audiências de custódia.** Panorama Nacional. [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2017/12/sumarioexecutivo_web2.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

_____. **Monitoramento das audiências de custódia em São Paulo.** [s.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <<http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/2016/05/relatorio-ac-sp.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.

_____. **O fim da liberdade:** A urgência de recuperar o sentido e a efetividade das audiências de custódia. Relatório Nacional, 2019. Disponível em: <http://www.iddd.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2019/08/OFimDaLiberdade_simples.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **“O que esta no mundo não esta nos autos”:** a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 2016.

_____. **A Verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas.** Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2018.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro:** seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KULLER, Laís Bóas Figueiredo. **Audiências de custódia**: um ponto de inflexão no sistema de justiça criminal? Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). São Paulo: Universidade Federal do ABC, 2017.

LAGES, Livia B.; RIBEIRO, Ludmila. Por que prender? A dinâmica das Audiências de Custódia em Belo Horizonte. **Plural**, v. 26, n. 2, p. 200-221, 2019.

MACHADO, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

MISSE, Michel *et al.* **O inquérito policial no Brasil**: uma pesquisa empírica. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ e Booklink, 2010.

NEV-USP – Núcleo de Estudos da Violência da USP. **CEPID FAPESP Program “Building Democracy Daily**: Human Rights, violence and institutional trust”. 7th Report. São Paulo: NEV-USP, 2020.

PAES, Vívian G. **Crimes, procedimentos e números** - estudo sociológico sobre a gestão dos crimes na França e no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 43-94

SAPORI, Luís Flávio. A administração da justiça criminal numa área metropolitana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 143-157, 1995.

SILVESTRE, Giane. **Controle do crime e seus operadores**: política e segurança pública em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2018.

____ *et al.* Pandemia, prisão e violência: Os efeitos da suspensão das audiências de custódia na cidade de São Paulo. **Dilemas** – Reflexões na Pandemia, p. 1-12, 2020.

____; JESUS Maria Gorete M. de; BANDEIRA, Ana Luiza V. de V. Audiência de Custódia e Violência Policial: Análise do Encaminhamento das Denúncias em Duas Gestões na Cidade de São Paulo. **Revista Antropolítica**, n. 51, p. 37-61, 2021.

TOLEDO, Fabio Lopes. **“O flagrante ganha voz?”**: os significados da presença da pessoa presa nas audiências de custódia no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Direito). São Paulo: FGV, 2019.

____; JESUS, Maria Gorete Marques de. Olhos da justiça: o contato entre juízes e

custodiados nas audiências de custódia em São Paulo. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 1, p. 1-28, 2021.

VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. **A prisão preventiva como mecanismo de controle e legitimação do campo jurídico**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

XAVIER, José Roberto. Algumas notas teóricas sobre a pesquisa empírica em Direito. **FGV Direito SP Law School Legal Studies Research Paper Series**, v. 1, p. 1-35, 2015.

Recebido: 30/11/2020

Aceito: 22/02/2021

Violência no Brasil à luz dos relatórios das Conferências Nacionais de Saúde (2000-2019)

Violence in Brazil in view of the reports of the National Health Conferences (2000-2019)

**Thaís Kristosch Imperatori¹,
Melina Sampaio de Ramos Barros²**

1. Graduada em Serviço Social e Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Educação e Promoção da Saúde pela UnB. Mestre e doutora em Política Social pela mesma instituição, com período de sanduíche na Universitat de Barcelona - Espanha. É professora adjunta do Departamento de Serviço Social da UnB. Orcid: 0000-0003-4536-5698. **thaisimperatori@unb.br**

2. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e doutoranda em Política Social pela UnB. Orcid: 0000-0002-8160-2067. **melina_barros@hotmail.com**

Resumo: A saúde coletiva se coloca como importante campo de pesquisas sobre violência, que propõe ações de prevenção e enfrentamento a esse determinante social de saúde. O presente artigo analisa como diversas expressões da violência têm sido historicamente debatidas e apresentadas nos relatórios das Conferências Nacionais de Saúde (CNS), espaço privilegiado de participação social para a definição de prioridades e diretrizes da Política. Para tanto, foi realizada uma análise documental dos relatórios das CNS a partir do ano 2000, quando se aprofundam as discussões sobre violência e saúde nesse espaço público. Os dados apontam para a crescente incorporação da temática, apresentada como uma das principais causas de mortalidade e morbidade da

população brasileira. Em quase todos os relatórios, a violência foi colocada enquanto problema de saúde pública e progressivamente foram incorporados temas específicos com destaque para a violência contra mulher, a violência no contexto da saúde mental e a violência contra crianças e adolescentes, caracterizando a especialização na abordagem da temática.

Palavras-chave: Violência; Saúde; Conferência Nacional de Saúde; Controle social; Participação social.

Abstract: The collective health places itself as an important field of research about violence, that propose actions of prevention and confrontation of this social determinant of health. The present paper analyzes how diverse expressions of violence have been historically debated and presented in the reports of National Health Conferences (NHC), a privileged space of social participation to the definition of priorities and guidelines of the Policy. For this purpose, a documental analysis of reports from the NHC since the year 2000 has been conducted, when discussions about violence and health were deepened in this public space. The data points to the crescent embedding of the subject presented as one of the main causes of mortality and morbidity in the Brazilian population. In almost all the reports, violence has been raised as a public health problem and progressively incorporating specific themes focusing on violence against women, violence in the context of mental health, and violence against children and adolescents.

Keywords: Violence; Health; National Health Conferences; Social control; Social participation.

Introdução

A violência enquanto categoria conceitual é permeada por definições polissêmicas, heterogêneas e contraditórias. Sem demarcação quanto ao seu surgimento e natureza única, entende-se a violência como um fenômeno de caráter estruturante na sociedade moderna, com dinâmica psicossocial, individual e coletiva (OLIVEIRA, 2018). Dessa forma, a violência se constitui de maneira ampla, dando margem para diferentes tipologias e caracterizações

sobre as suas motivações e fundamentos básicos, como a violência institucional, ideológica, física e moral baseadas em relações hierárquicas de poder. Segundo Minayo e Souza (1997), o problema da violência precisa ser compreendido a partir de aspectos macroestruturais e conjunturais próprios da desigualdade. Entendê-la em uma definição fixa e simples pode gerar uma compreensão equivocada e deslocada da especificidade histórica, por isso se constitui como um fenômeno sócio-histórico que resulta de múltiplas determinações.

Na qualidade de problema social e público, a violência envolve diversos atores para a gestão do seu enfrentamento, assim como da sua reprodução. O debate sobre os índices de violência no contexto brasileiro perpassa as esferas do Estado e da sociedade civil, demandando políticas e serviços públicos para o seu monitoramento, prevenção, controle e enfrentamento. Assim, a violência é marcada por sua intersectorialidade, não é em si mesma uma questão de saúde. Ela só passa a ser problematizada na área à medida que afeta a saúde individual e coletiva e exige a organização de políticas, programas e práticas específicas a determinadas demandas (MINAYO, 2006A). De modo geral, a violência atinge o contexto de saúde em relação às vítimas da violência, bem como as causas que formam contextos de violência.

A saúde pública, como campo de produção do conhecimento e intervenção na realidade, é demarcada por se preocupar com o bem-estar da população e seu desenvolvimento social. Isso significa não se limitar a recuperar indivíduos doentes ou vítimas de traumas, mas compreender que o impacto da violência na saúde vai além da saúde física, psicológica e sexual das vítimas e gera efeitos sociais e impactos no desenvolvimento (CONCHA-EASTMAN; MALO, 2007). Além disso, são consideradas as possibilidades de atuação da saúde pública para a prevenção e controle das violências, que associada a outras políticas públicas podem gerar impactos positivos para a sociedade.

Com efeito, é necessário problematizar as violências no campo da saúde para além do atendimento específico a lesões, traumas e mortes. De acordo com Minayo e Souza (1997), a compreensão das violências exige o reconhecimento da complexidade e controvérsia do objeto. Isso implica uma leitura da realidade a partir de múltiplas violências de acordo com os diferentes contextos

e circunstâncias. Nesse sentido, a política de saúde pode liderar ações específicas, intersetoriais e de militância cidadã de modo a promover qualidade de vida, ambiente saudável, luta por direitos e superação de situações de dominação, exclusão e violência, além da prevenção de agravos e riscos na atenção e recuperação de vítimas de violência e acidentes.

Esse entendimento à violência contempla o conceito ampliado de saúde: não apenas como ausência de doença, mas como situação de bem-estar físico, mental e social. Essa compreensão foi incorporada na Lei Federal nº 8.080/90, que regulamenta a saúde como direito fundamental ao ser humano e com diversos fatores determinantes e condicionantes sociais como alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer, acesso a bens e serviços essenciais, entre outros. Desse modo, considera-se que as violências também podem ser interpretadas como determinantes sociais de ausência de saúde no seu sentido ampliado, na medida em que geram impactos de morbimortalidade e alteram situações de bem-estar.

No contexto internacional, diversas resoluções do Conselho Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)¹, vinculada à Organização Mundial de Saúde (OMS)², reiteram o entendimento da violência como questão de saúde pública. Desde 1993, ano de formulação do Primeiro Plano de Prevenção Regional da Violência, estas organizações entendem a violência, em todas as suas manifestações, como uma prioridade de saúde devido à ameaça ao desenvolvimento dos povos, ao seu impacto na qualidade de vida e ao desgaste gerado para o tecido social. Como direção aos Estados nacionais signatários,

1. A OPAS é um organismo internacional que funciona regionalmente como setor especializado no trato sobre saúde nas Américas. Atua no monitoramento, cooperação e direção de normativas de saúde a partir da realidade da região e da perspectiva da OMS. Foi fundada no início do século XX, em 1902, se configurando como uma organização especializada e de respaldo aos Estados nacionais da região.

2. A OMS é uma agência internacional de saúde que atua na construção de recomendações e padrões de saúde para os países signatários, formada por especialistas em saúde de diferentes lugares do globo. Desde 1948, quando foi criada, ganhou protagonismo no direcionamento das concepções e ações de saúde adotadas mundialmente.

a oms define a violência como:

[...] uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que possa resultar ou tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação (KRUG, 2002, p. 5).

Essa definição associa intencionalidade à prática do ato propriamente dito, independentemente do resultado. A avaliação da intenção não ocorre no campo moral, mas a depender do contexto é considerada como uma intenção desenvolvida por múltiplas causas, que podem ser evitadas por ações públicas. A intencionalidade também diferencia os resultados de ações violentas de resultados acidentais. Fatos não intencionais, como acidentes de trânsito e queimaduras acidentais, não são, portanto, incluídos no conceito. Além disso, a definição da oms comporta uma conceituação de violência que incorpora relações mais amplas e estruturais baseadas em ações de poder, que contemplam outras formas de violência como negligências, omissões, privações e abusos. Considerando os objetivos propostos pela Carta de Alma Ata³ e demais documentos internacionais, a intervenção da violência no campo da saúde deve ir além do aspecto curativo e incluir a prevenção e promoção da saúde:

O setor saúde desempenha um papel fundamental, não só na atenção e reabilitação das vítimas, mas também na implantação de projetos de prevenção, desenvolvimento de sistemas de informação e impulso à pesquisa nas causas e fatores de risco (OPAS/OMS, 2003, p. 1).

3. O documento chamado Carta ou Declaração de Alma-Ata resultou da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em 1978 pela OMS. O documento estabeleceu dez prioridades para a efetivação dos cuidados primários em saúde, em âmbito mundial. Ganhou notoriedade e se tornou um marco por estabelecer um conceito de saúde ampliado, bem como por dar centralidade à atenção primária.

A Resolução CD 44/15⁴ (OPAS/OMS, 2003) apresenta alguns argumentos que afirmam a necessidade de trabalhar a violência no contexto da saúde: 1) a violência, seja interpessoal ou coletiva, produz altas taxas de mortalidade e morbidez, de modo particular em crianças, mulheres e jovens; 2) exige muitos recursos no atendimento e assistência às vítimas de violência; 3) gera impactos não só na vítima, mas também na sua família e no ambiente, nos aspectos econômicos, sociais e psicológicos, a médio e longo prazos; 4) atinge também o responsável pelo ato de violência, sua família e sociedade, e gera diversas despesas; 5) afeta de modo negativo o desenvolvimento social e econômico das comunidades e países; 6) atinge de diferentes formas a vida cotidiana, a liberdade de locomoção e o direito a usufruir bens públicos.

A saúde pode contribuir para que a violência seja evitada e o seu impacto minimizado, de acordo com o “Relatório mundial sobre violência e saúde” (KRUG, 2002). Trata-se de um importante marco no debate ao substituir a categoria “causas externas” da Classificação Internacional das Doenças, que inclui acidentes e violências, pela expressão “violência e saúde”. Além disso, nesse documento, a violência é debatida no contexto da violência juvenil, abuso infantil e negligência, violência por parceiros íntimos, abuso de idosos, violência sexual, auto-infligida e coletiva.

No contexto brasileiro, o documento “Violência: uma epidemia silenciosa”⁵ observa que a violência encontra-se cada vez mais difusa na sociedade, se configurando como epidemia (BRASIL, 2007). Não se trata de um fenômeno

4. A Resolução 15 do 44º Conselho Diretor sistematiza a concepção e análise das agências OPAS/MS sobre a repercussão da violência na saúde das populações americanas, com a apresentação da situação social e das ações propostas aos Estados membros como forma de combate a esse contexto. É construída como base para a criação do Segundo Plano de Prevenção Regional da Violência a partir de 2003, tendo em vista que o primeiro plano é referente a 1994.

5. O documento é produto de uma iniciativa do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), com o objetivo de incluir o tema violência na agenda de prioridades do SUS. Para tanto, o Conselho promoveu cinco seminários regionais e um nacional para a discussão do tema com representantes estaduais e municipais, entre governo e sociedade civil, o que desembocou na construção de um documento síntese e norteador no ano de 2007.

natural, mas resultante do desequilíbrio de relações sociais, econômicas e políticas. Diversos estudos mostram o aumento da violência no país nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1980, principalmente a partir das taxas de mortalidade e morbidade da população. De acordo com o Atlas da Violência 2019, em 2017 houve 65.602 homicídios no Brasil, o maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país. Há ainda uma concentração em determinadas áreas geográficas, com destaque para o crescimento da taxa de homicídios nas regiões Norte e Nordeste, influenciado pelo narcotráfico, e em alguns grupo sociais, principalmente negros, população LGBTI e mulheres (IPEA, FBSP, 2019).

Embora os serviços de saúde não atuem diretamente sobre as causas objetivas da violência, neles são desenvolvidos atendimentos relacionados a essa temática. Minayo (2006b) apresenta que a violência afeta a saúde de diferentes modos, uma vez que pode provocar mortes, lesões, traumas e diversos agravos; reduzir a qualidade de vida das pessoas e coletividade; exigir readaptação da organização dos serviços de saúde; colocar novos problemas para os atendimentos médicos; e evidenciar necessidade de atuação interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial.

Pesquisas também mostram os elevados custos da violência para o sistema público de saúde. O estudo “Análise dos custos e consequências da violência no Brasil” analisou os gastos com violência nos sistemas públicos de segurança pública, prisional e de saúde e afirmou que, segundo estimativas, em 2004, o custo da violência no Brasil foi de 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do Produto Interno Bruto e um valor de R\$ 519,40 per capita. No contexto da saúde, os custos para tratamento de vítimas de causa externa, de agressões e de acidentes de transporte corresponderam, respectivamente, a R\$ 3,8 bilhões, R\$ 206 milhões e R\$ 769 milhões (CERQUEIRA *et al.*, 2007). Desta forma, a violência como problema de saúde pública demanda planejamento social que destine recursos econômicos e humanos específicos, criação de serviços especiais, capacitação dos profissionais, pesquisas que busquem compreender as causas e possíveis enfrentamentos do problema, campanhas educativas, além de influir sobre o fluxo de atendimento.

Outro marco no debate sobre violência na saúde é a “Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência”⁶ (BRASIL, 2002), que coloca o tema como problema social e histórico e situa os paradigmas da promoção da saúde e da qualidade de vida. Diferenciando violência e acidente, a política aborda de modo particular as fontes de informação e documentação oficial existentes. Embora não sejam abordadas manifestações da violência em situações específicas, o documento abre espaço para esse debate e orienta a discussão a partir dos seguintes princípios: 1. saúde como direito fundamental e requisito para o desenvolvimento social e econômico; 2. direito ao respeito à vida como valor ético central; 3. promoção da saúde como fundamento de qualquer ação para redução das violências e acidentes.

A literatura também aponta que o tema violência vem sendo tradicionalmente problematizado em contextos específicos, a partir de critérios como sexo e idade. A violência contra crianças e adolescentes, por exemplo, foi inicialmente debatida no contexto brasileiro por profissionais de saúde, que denunciaram agressões, negligências e abusos, e organizações não governamentais, que apresentaram propostas aos marcos tradicionais de debate sobre o tema (MINAYO, 2006B).

A partir dos anos 1990 houve um aumento da produção científica sobre violência no contexto da saúde. Em pesquisa sobre a produção bibliográfica a respeito da violência publicada do início do século xx até o fim dos anos 1980, Souza *et al.* (2003) registram que 86% da produção acadêmica foi dos anos 1980 e que os principais temas de interesse eram violência, acidentes e mortes no trabalho; tentativas, ideações e mortes por suicídio; violência e maus-tratos contra crianças, adolescentes e outros grupos específicos; e mortalidade em geral. Já as publicações da década de 1990 se concentraram mais nos temas violências e acidentes; violência contra crianças e adolescentes; acidentes e

6. A Política mencionada é regulamentada na forma da Portaria nº 737/2001, pelo Ministério de Saúde, após proposta da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e do Conselho Nacional de Saúde. Isto é, se deu após iniciativa de diversos setores do governo que atuam na área da política de saúde e de representantes da sociedade civil. A Política atua como instrumento normativo que norteia a política de saúde sobre o tema.

violência no trabalho; prevenção; e violência relacionada a álcool e drogas (SOUZA *et al.*, 2003).

Schraiber, D'oliveira e Couto (2006) realizaram uma pesquisa sobre a produção científica publicada na base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e levantaram 234 artigos que tratam do tema violência publicados entre 1980 e 2005. Os pesquisadores constataram que os estudos nacionais seguiram a agenda internacional de pesquisa, em que inicialmente os temas eram orientados pelos dados de mortalidade por causas externas e, a partir da década de 1990, foram baseados na premissa de que a violência vem crescendo. Ainda nos anos 1990, as pesquisas realizadas tiveram diferentes enfoques, como o entendimento da magnitude e importância da violência como causa de mortalidade em relação a taxas e anos de vida potencialmente perdidos a partir de causas, sexos e idade, e a violência como resultado da metropolização, deterioração urbana e desigualdades nas condições de vida. O maior crescimento das publicações foi nos anos 2000, quando também ocorreu maior visibilidade dos estudos sobre violência no contexto da saúde (SCHRAIBER, D'OLIVEIRA, COUTO, 2006).

Com base nos diferentes estudos apontados, pode-se afirmar que a produção científica sobre violência resultou de mudanças da realidade, que registrou o crescimento dos índices de violência no país a partir da década de 1990. Assim como ganhou maior relevância no âmbito da sociedade acadêmica, passando a influenciar a conformação do tema na agenda pública, tal como a política de saúde.

Diante do exposto, o objetivo neste artigo é analisar como as diversas expressões da violência têm sido historicamente debatidas e apresentadas nos relatórios das Conferências Nacionais de Saúde (CNS) a partir do ano 2000. A Conferência, como espaço público de deliberação que determina as diretrizes da política pública de saúde e reúne diferentes atores sociais, se torna um espaço privilegiado de participação e de compreensão do movimento sócio-histórico da sociedade civil e do Estado brasileiro para a definição da violência como problema de saúde pública.

Metodologia

Com metodologia qualitativa, o presente estudo utiliza da técnica de pesquisa documental. Laville e Dionne (1999, p. 166) definem documento como “toda fonte de informações já existente”. Entende-se que os documentos aqui analisados são resultados de um processo social complexo, dinâmico e contraditório, qual seja as Conferências Nacionais de Saúde – CNS, que se configuram como espaços públicos de planejamento e avaliação da saúde pública no Brasil realizadas a cada quatro anos. Nelas são debatidas as diretrizes e prioridades dessa política para o Governo Federal.

As CNS se configuram como espaços públicos de decisão compartilhada com ampla participação de gestores, profissionais, instituições da sociedade civil e usuários de serviços de saúde de todo o país. Ao final de cada uma delas, a comissão organizadora é responsável pela construção de um documento síntese no qual são apresentadas as deliberações aprovadas, as moções e notas registradas como resultado das discussões políticas entre os participantes. O documento geralmente é apresentado em forma de relatório final. Por isso, estes documentos foram elencados como referência da análise documental das CNS.

Os relatórios finais da XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI CNS, realizadas respectivamente em 2000, 2003, 2007, 2012, 2015 e 2019, foram recuperados pelo site <http://conselho.saude.gov.br/>, compreendendo o período de análise do presente estudo, qual seja 2000 a 2019. A justificativa metodológica para a análise dessas conferências é o recente debate sobre o tema violência, que embora iniciado nos anos 1990, ganhou maior consolidação nos anos 2000, quando se avança na adoção das orientações normativas à luz de diretrizes internacionais e os aumentos do índice de violência no país passam a influenciar pesquisas e políticas nacionais na construção de medidas interventivas, particularmente na saúde.

Para a sistematização dos dados, foi elaborado um formulário que buscou identificar “informações gerais da CNS”: tema, data, número de participantes e eixos temáticos; e “informações específicas em torno do tema violência”: conceito, propostas intersetoriais e públicos específicos. A busca das informações

específicas ocorreu a partir de uma lista de palavras-chaves correlatas escolhidas a partir da classificação dos tipos de violência segundo a OMS: agressão, homicídio, suicídio, maus-tratos, abuso sexual, abuso psicológico, negligência, abandono, exploração sexual. A elaboração do instrumento de coleta de dados e sistematização das informações contribuiu para a análise uniforme e completa dos relatórios, conforme a análise de conteúdo de Bardin (2009).

As Conferências Nacionais de Saúde

A Constituição Federal de 1988 legitimou o direito de participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas como resultado do processo de democratização. Nesse período, a participação foi reivindicada como direito político e coletivo para a gestão do público, com o objetivo de “mudar as regras do controle social e de alterar a forma de fazer política no país” (GOHN, 2011, p. 53). Com efeito, a participação social se tornou uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde (sus) brasileiro, regulamentado pela Lei nº 8.142/1990, que estabelece a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde como instâncias colegiadas de controle social⁷. É interessante observar que esta foi uma complementação⁸ à Lei Orgânica do sus,

7. Conforme a lei mencionada, o Conselho é um órgão colegiado, permanente e deliberativo que conta com a participação de representantes governamentais, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários do SUS na formulação e controle da execução da política de saúde. A Conferência, por sua vez, se reúne a cada quatro anos para avaliar a política de saúde e estabelecer diretrizes à agenda pública.

8. A Lei Orgânica do SUS, é instituída num cenário de democratização associado à emergência do neoliberalismo, formado pelo gerencialismo empresarial no modo de se pensar e fazer políticas públicas. Desse modo, a abrangência e conformação do SUS presenciou um cenário de disputas políticas antes e depois da sua implantação protagonizada por diferentes atores políticos. Quando publicada, sofreu vetos por parte do presidente da República como forma de conter a proposta ampliada de política pública. Mesmo com os vetos sofridos, a lei ampliou e tornou a Política abrangente. No mesmo ano, como resultado do movimento sanitarista e de demandas populares, a lei complementar 8142/1990 regulamentou as instituições colegiadas de participação social da política de saúde vetadas anteriormente.

Lei nº 8.080/1990, após o veto do então presidente Fernando Collor de Melo à parte que tratava da participação social (RICARDI *et al.*, 2017).

As conferências, enquanto fenômeno político, possuem uma qualidade específica na gestão das políticas públicas por possibilitarem a interação entre Estado e sociedade na formação da agenda política, isto é, no direcionamento da política pública, elencando prioridades, objetivos e diretrizes de acordo com os sujeitos políticos que participam ativamente seja nas esferas municipais, estaduais/distrital ou nacional (SOUZA *et al.*, 2013). As Conferências são espaços privilegiados de gestão da política de saúde ao possibilitar uma reforma orientada pela democratização das decisões políticas com a participação ampliada nos processos de análise da situação, definição de prioridades e formulação da política pública (TOFANI, CARPINTÉRO, 2012).

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, as Conferências se reúnem a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde do país e propor as diretrizes para a formulação dessa política. Elas são convocadas pelo Poder Executivo, ou extraordinariamente, por outra Conferência ou pelo Conselho de Saúde. Destaca-se que as CNS são resultado de um processo iniciado em etapas locais. Assim, as discussões da Conferência Nacional tem como base os debates ocorridos anteriormente nos municípios e estados por delegados que, posteriormente, levam as demandas coletivas de cada região para a fase nacional. As deliberações da Conferência são apresentadas no Relatório Final no formato de diretrizes, propostas e moções, de modo a subsidiar a gestão e possibilitar o monitoramento por parte da população além de formar a agenda política de saúde para os próximos quatro anos (GUIZARD *et al.*, 2004).

As CNS são, portanto, um instrumento de planejamento público democrático que, embora tenham sido redimensionadas neste período, são anteriores à promulgação do SUS e da Constituição. A primeira foi criada em 1937 e ocorreu em 1941 ainda no governo Vargas, caracterizada por seu caráter técnico e burocrático, além da limitada participação da sociedade (SOUZA *et al.*, 2013). Segundo Sayd *et al.* (1998), as duas primeiras CNS, 1941 e 1961, foram marcadas pelo sanitarismo clássico com uma proposta orientadora para a organização geral da saúde brasileira. Na Conferência de 1963, por sua vez, é possível

identificar a polarização política e ideológica do período com projetos políticos em disputa e maior abertura à participação. Todavia, o período ditatorial registrado pelo centralismo autoritário influenciou a dinâmica das CNS dos anos de 1967, 1975, 1977 e 1980. As duas primeiras do período ganharam maior incidência do planejamento estatal, de caráter rígido e técnico; as duas últimas também carregam marcas do período, mas se caracterizam pela distensão do regime ditatorial e fragilidade das políticas de saúde e previdência na época (SAYD *et al.*, 1998).

Apenas em 1986, com a realização da VIII Conferência, a CNS passou a ser um espaço ampliado de participação de diversos segmentos, com maior incidência da sociedade civil. Trata-se de um marco na trajetória da política de saúde na medida em que a discussão social sobre um sistema único ganha corpo e a participação é entendida como promotora da construção coletiva do direito à saúde, que possibilita o controle social da população no processo de planejamento e avaliação da política (GUIZARDI *et al.*, 2004). Essa Conferência socializou e politizou o debate sobre saúde, além de ter incorporado as diretrizes da reforma sanitária. Correspondente à conjuntura de abertura democrática, o espaço conseguiu ampliar as bases políticas enquanto esfera pública.

Posteriormente, as conferências referentes aos anos de 1992 e 1996 deram sequência às iniciativas pautadas em 1986 e ao aprofundamento do que foi estabelecido na Lei 8080/1990. Isto é, as prerrogativas básicas dessas conferências estavam ancoradas na implementação do SUS, o que estabeleceu a ampliação das deliberações sobre concepção de saúde, gestão, financiamento, descentralização e controle social. O cenário da década de 1990, em contraposição, era permeado por disputas ideológicas no âmago da consolidação neoliberal, voltada para a retração dos direitos sociais e privatização do público. Desse modo, é perceptível nos relatórios finais destas conferências a defesa do público em detrimento do privado e o esforço em tentar garantir a implementação do SUS a nível nacional.

A X Conferência, em 1996, avançou ainda sobre a demarcação de assuntos específicos como a necessidade de políticas específicas na saúde para mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, entre outros, apresentando apenas a

indicação do estabelecimento temático. Assim, a violência ainda não aparecia como questão de planejamento, prevenção e intervenção da política de saúde. Apenas nos anos 2000 esse debate começa a florescer nas conferências nacionais, associando-se ao aprofundamento do tema nas normativas internacionais, à ampliação das publicações de pesquisas sobre essa questão e ao aumento dos índices de violência no país.

Embora seja reconhecido o avanço democrático das conferências, Ricardi, Shimizu e Santos (2017), ao analisarem os relatórios finais das XII, XIII, XIV e XV CNS, identificam limites na efetividade deste espaço devido à falta de continuidade, reflexão sobre a própria gestão do sistema e a falta de monitoramento e avaliação das ações. Os limites democráticos são estruturais nas políticas sociais brasileiras, mas a disputa e tensionamento continuam tendo expressão e validade nos canais de participação que configuram o controle social. É nesse sentido que o intuito desse artigo não está apoiado na análise da implementação das deliberações presentes nos relatórios das CNS, mas em elencar como os sujeitos políticos que disputam a saúde pública brasileira apresentam a violência e as suas expressões nesse espaço democrático conformando a concepção de violência na agenda pública.

XI Conferência Nacional de Saúde: o Brasil falando como quer ser tratado

Ocorrida em dezembro de 2000, a XI Conferência Nacional de Saúde, com o tema “Efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social”, contou com a presença de 2.500 delegados e deu destaque aos temas participação e controle social. Contextualizando a realidade nacional, o relatório cita aspectos como desemprego, desigualdades na distribuição de renda, fome e desnutrição, falta de qualidade de vida e de saúde da população, pagamento da dívida pública e ajuste fiscal. A principal proposta defendida foi, então:

[...] a melhoria das condições de saúde e da existência efetiva de políticas sociais intersetoriais e de um compromisso irrestrito com a vida e a

dignidade humana, capaz de reverter os atuais indicadores de saúde, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2001, p. 14).

O ano de 2000 presenciou o último governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, adepto e promotor da neoliberalização da esfera pública. No momento, as políticas sociais eram direcionadas sobre a égide do ajuste fiscal e trinômio neoliberal: privatização, focalização e descentralização do público para o privado (DRAIBE, 1993). O ano de 1999 acabava de registrar um aumento exponencial da extrema pobreza, desemprego e baixa execução orçamentária de programas sociais e investimentos do governo federal no país (BEHRING, 2003). Diante dos ataques à universalização da saúde pública, com incentivo aos convênios e planos privados em detrimento da politização dos seus princípios originais, a CNS registrou os embates políticos e econômicos do momento, com destaque para os movimentos sociais consolidados na área que conseguiram fazer com que as diretrizes do público, universal e equânime fossem prevaletentes nas deliberações finais.

A Conferência afirma que a saúde é influenciada por diversos determinantes sociais, dentre eles, está a violência. Uma das propostas do eixo “Determinantes das condições de saúde e problemas prioritários no país” defende a prerrogativa de “Considerar a violência um problema de Saúde Pública e enfrentá-la com um corpo articulado de políticas saudáveis, que se contraponham a partir de vários pontos e com estratégias diversificadas, às determinações e efeitos da violência” (BRASIL, 2001, p. 109). Embora se reconheça a violência enquanto problema de saúde, esse tema é pouco aprofundado, sendo citado apenas em outros três contextos: violência contra mulher, violência no contexto da saúde mental, e violência e polícia. Nesse sentido, o relatório apresenta uma lacuna em relação ao debate da violência contra criança e adolescente, contra idoso e outros grupos vulneráveis.

A Conferência reconhece a ausência de serviços de saúde para a abordagem da violência doméstica e sexual contra a mulher, estando integradas propostas voltadas à assistência integral à saúde da mulher. Uma das propostas,

no eixo “Saúde da Mulher”, afirma:

A expansão e interiorização do processo de implantação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, garantindo a implementação da “Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra as Mulheres e Adolescentes na Rede Pública de Saúde”, incluindo a prevenção das DST/HIV/AIDS, contracepção de emergência e a realização do aborto conforme determinações do Código Penal. Instituição de políticas que propiciem às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual romper com o ciclo de violência. Inclui-se aqui a criação de condições para o estabelecimento de uma rede de proteção a essas mulheres, e a criação de Casas Abrigos com atendimento multidisciplinar (BRASIL, 2001, p. 135/136).

Sugere-se uma atuação intersetorial a partir da criação de uma rede de proteção a essas mulheres, que envolverá necessariamente diferentes políticas sociais e uma atuação multidisciplinar, uma vez que a violência contra a mulher apresenta impacto para diferentes aspectos da vida, contemplando o conceito ampliado de saúde. Outra proposta da Conferência é a divulgação da norma técnica de serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual.

O eixo “Saúde Mental” reconhece “a possibilidade de se fazer Psiquiatria sem necessidade de violência, da exclusão e da negação” (BRASIL, 2001, p. 138), o que sugere ações humanizadas no atendimento desse público, como fim dos manicômios e fiscalização dos hospitais psiquiátricos; busca do direito e da cidadania; reabilitação psicossocial; participação ativa dos familiares e responsáveis no tratamento; busca pela desinstitucionalização e autonomia. A proposta é, portanto, acabar com um tipo de violência existente dentro do próprio sistema de saúde contra os usuários de serviços de saúde mental. Por fim, a articulação entre violência e Polícia visa à organização de um Sistema de Vigilância das Violências, o qual foi aprimorado e expandido para outras instituições na XII Conferência.

XII Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sérgio Arouca

A XII Conferência Nacional de Saúde, com o tema “Saúde um direito de todos e um dever do Estado. A saúde que temos, o sus que queremos.”, aconteceu em dezembro de 2003 e reuniu cerca de 4.000 delegados, 1.500 a mais do que no evento anterior, o que pode demonstrar a expansão do espaço de decisão da política de saúde. Contextualizado pela posse do Presidente Lula em janeiro de 2003, o relatório afirma um novo momento histórico para o país, que buscou revisar os 15 anos do Sistema Único de Saúde e seus desafios, apontando para remediar as consequências deletérias dos últimos anos e da ampliação do caráter público e de qualidade na política de saúde. No que tange à temática da violência, percebe-se um debate mais elaborado, relacionando o tema a políticas intersetoriais e, ao mesmo tempo, voltado a grupos específicos.

No eixo “A intersectorialidade das ações de saúde”, a violência, juntamente com desemprego, êxodo rural, fome, insegurança alimentar, habitação insalubre e contaminação ambiental, se situou como contexto de risco à saúde, demandando atenção na formulação de políticas. Além disso, a violência, assim como na Conferência anterior, passou a ser tratada como problema de saúde pública, conforme a seguinte proposta: “Considerar a violência, em todas as suas modalidades, como expressão das iniquidades sociais e assunto prioritário de saúde pública, desenvolvendo políticas intersetoriais para seu enfrentamento” (BRASIL, 2004, p. 47).

Para tanto, foram sugeridas ações que integrem educação, saúde, segurança pública, segurança alimentar, assistência social, comunicação, direitos humanos, cidadania, uso de drogas lícitas e ilícitas e comprometimento dos profissionais de saúde. Merece destaque a ação de criar centros de estudos de violência, com caráter interdisciplinar e multidisciplinar, com o objetivo de auxiliar a formulação de políticas públicas. Outra proposta sugere viabilizar pesquisas com recursos do Ministério da Saúde, e dentre os temas, se encontra a organização de sistema de vigilância à violência que viabilize a obtenção de informações de morbimortalidade por causas externas e vigilância epidemiológica dos óbitos.

Também se propõe “formar uma rede de âmbito nacional para a cultura

da paz, coordenada pelas diversas instituições governamentais e não-governamentais para reduzir os índices de violência” (BRASIL, 2004, p. 48), e estabelecer ações intersetoriais que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com o objetivo de combater preconceitos, discriminações e violências. Sugere-se articular ações intersetoriais com a Polícia Militar nas áreas com elevados índices de violência, com o objetivo de minimizar situações de risco para profissionais de saúde e usuários.

A violência contra mulher é apresentada diversas vezes no relatório, de modo particular no contexto da “Ação Integral à Saúde da Mulher”, sendo garantidos direitos sexuais e reprodutivos. Busca-se “garantir acesso ao atendimento integral às pessoas vítimas de violência sexual, incluindo o acolhimento no protocolo de atendimento, o respeito à integridade física, moral e psíquica das pessoas e a humanização do pronto atendimento, utilizando todo o sistema de saúde, com abordagem multiprofissional e intersetorial” (BRASIL, 2004, p. 88), o que significa ampliar o atendimento e contemplar outros elementos. Além disso, é proposto o transporte para as mulheres em tratamento continuado, inclusive, vítimas de violência, de modo a evitar o abandono ao tratamento, e a criação e implantação de novas casa-abrigo, estando entre um dos compromissos da saúde identificar as vulnerabilidades à violência.

A saúde mental também foi reafirmada enquanto espaço de implementação de políticas de saúde que primam pela qualidade, pela cidadania e pela participação da população. Porém, a proposta relativa à violência na saúde mental não se apresenta de forma clara e objetiva, o que dificulta a compreensão de seu real sentido: “solicitando que os Caps atendam aos familiares de pessoas vítimas de violência, visando a criar argumentos contra os que atacam os Direitos Humanos dizendo que eles cuidam do bandido, mas não atendem aos familiares das vítimas.” (BRASIL, 2004, p. 92). Além disso, a violência foi contextualizada na reabilitação de dependentes químicos de modo a ser efetivada a promoção da saúde e da cidadania e a redução da violência. Os debates sobre o tema também foram incorporados no contexto da violência contra crianças e adolescentes, enquanto situação de vulnerabilidade, sendo necessário efetivar uma política de prevenção à violência, contra exclusão e discriminação, com

aplicação de protocolos de atendimento interdisciplinar e com a notificação compulsória no SUS, sendo encaminhado para os serviços de apoio, proteção e tratamento adequados. Na política de educação, acidentes e violências também são incorporados como eixo de promoção da saúde.

Outras inovações dessa Conferência foram o tratamento particular dado a saúde do homem, enquanto área que necessita de políticas específicas, inclusive, para violência; e a atenção à violência dentro das próprias condições de trabalho na saúde, como afirma essa proposta: “criar cartilha dirigida ao servidor público, independentemente de seu vínculo de trabalho, esclarecendo seus direitos e deveres, destacando informações dirigidas a trabalhadores e usuários para estimular o respeito mútuo e a redução da violência nas relações de trabalho” (BRASIL, 2004, p. 121). Também são propostas ações para educação permanente dos trabalhadores da saúde de modo a qualificá-las na abordagem intersetorial da violência, assédio sexual e assédio moral, assim como ações de humanização no atendimento. Por fim, merece destaque a proposta de criar ações que visem diminuir violência e acidentes no trânsito e no trabalho. Percebe-se um trato mais especializado sobre a violência em relação à conferência anterior, com maior atenção às determinações e efeitos específicos da violência, além de reconhecer que todos eles são competência da política de saúde.

XIII Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento

A XIII Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu em novembro de 2007, contou com quase 5.000 participantes, entre gestores, trabalhadores, usuários, parlamentares e professores e debateu diversos temas, como intersetorialidade, modelo de atenção à saúde, financiamento do SUS, recursos humanos e trabalho no SUS. Embora o otimismo e a credibilidade política não fossem mais tão presente como no início do governo Lula, devido aos escândalos de corrupção como o Mensalão, o cenário econômico gozava de um mínimo de estabilidade e as conferências de saúde estavam alcançando um aprofundamento democrático decorrente da continuidade dos debates promovidos desde 1986.

Em relação ao tema violência, percebeu-se significativos avanços no debate. Primeiramente, se observa uma ampliação da compreensão do tema violência, que passou a incorporar diferentes formas de manifestação na sociedade, e do espaço de atuação da saúde com a temática violência. No eixo “Desafios para a efetivação do direito humano à saúde no Século XXI: Estado, sociedade e padrões de desenvolvimento”, foi encontrada a seguinte proposta: “Defender a democracia, a paz e a tolerância, em suas variadas formas, além de maior igualdade na distribuição de renda, como condição essencial para a redução de conflitos entre povos, e a exacerbação da violência social” (BRASIL, 2008, p. 20).

Nesse mesmo sentido, se propõe a implantação de uma rede pública de protocolos de atenção contra todos os tipos de violência e atendimento integral às vítimas de qualquer tipo de violência. A questão da intersetorialidade perpassa diversas propostas, como a articulação com Conselhos Tutelares, Ministérios Públicos, Segurança Pública e outras instituições no acompanhamento e acolhimento dos casos de maus-tratos e violência à pessoa com transtornos mentais; e a articulação com políticas de segurança, assistência social e saúde, para o atendimento de mulheres vítimas de violência.

A Conferência também propõe ações de prevenção à violência como a criação de programas de educação permanente em saúde, além de:

implementar serviços de atendimento interdisciplinar (com referência e contra-referência), notificação compulsória, ações educativas, grupos socioeducativos e campanhas contra as violências/causas externas que envolvam crianças e adolescentes, bem como garantir, na rede de saúde existente, a prevenção, a promoção e a assistência multiprofissional ao adolescente que comete violência e abuso sexual (BRASIL, 2008, p. 107).

A violência contra a mulher passou a ser orientada, nessa Conferência, a partir da Lei Maria da Penha⁹, e foi novamente proposta a implantação

9. A Lei 11.340 de 2006 institui mecanismos de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. A normativa ficou conhecida por Maria da Penha, em sua homenagem e por ter

de casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência. Além disso, foi inserida a proposta da “obrigatoriedade de notificações de casos de violência contra a mulher em todos os serviços de saúde e órgãos públicos” (BRASIL, 2008, 47). Essa medida já havia sido instituída pela Lei nº 10.778/2003, que afirmava ser objeto de notificação compulsória, em todo território nacional, a violência contra mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados. Por ser objeto de debate nessa CNS, considera-se que sua implementação estava fragilizada. A violência contra crianças e adolescentes, por sua vez, continua a ser vista no contexto do Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente, juntamente com outras situações de vulnerabilidade e risco à saúde, como gravidez na adolescência, dependência química, DST/Aids.

Nessa Conferência, do mesmo modo que na anterior, é proposta a realização de pesquisas e estudos sobre os impactos da violência no perfil de morbimortalidade e dimensionamento das sequelas provocadas por agressões intrafamiliares, violências no trânsito e no trabalho, de modo a contribuir para a realização de atividades educativas e oferta de ações e serviços que atendam a essas demandas. Para tanto é proposta a implementação da “Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências” em diversos contextos.

O relatório cita, em diversos momentos, a busca por romper com práticas que discriminam e excluem determinados grupos sociais, como o exemplo do seguinte trecho: “Elaborar políticas públicas intersetoriais e transversais voltadas às pessoas em situação de rua, portadoras ou não de transtornos mentais, usuários de drogas e com necessidades especiais, repudiando práticas higienistas, repressivas e a violência que incide sobre esses segmentos populacionais” (BRASIL, 2008, p. 40). Percebe-se que essa proposta afirma princípios

sido resultado da luta judicial que ela combateu para conseguir penalizar o marido que cometeu inúmeras violências em decorrência do seu gênero, deixando-a com sequelas físicas e psicológicas. A disputa com o seu até então marido e a negligência judicial ocorreu por quase vinte anos, até que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos entrevistou no caso, formulando recomendações ao Estado brasileiro. Após disputas entre os poderes públicos e sociedade, a lei foi aprovada em 2006 pelo Senado.

constitucionais do respeito à dignidade humana e cidadania, e busca efetivar a universalidade da saúde pública, uma vez que abrange grupos vulneráveis e tradicionalmente excluídos e discriminados nos serviços.

O tema violência também é citado enquanto área que merece atenção na política de educação permanente de formação dos profissionais de saúde. Com ênfase na humanização, na promoção da saúde e na integralidade, é buscada a resolutividade em áreas como gênero, violência, dependência química, DST/Aids, saúde mental, hipertensão/diabetes, autocuidado, cidadania, entre outros. Enfatiza-se, então, a necessidade de formação e qualificação profissional para a atuação nessas áreas, de modo a preparar o sistema de saúde a acolher e atender essas novas necessidades da população.

A violência no trânsito passa a ser reconhecida, oficialmente, como demanda de saúde, conforme a seguinte proposta:

O MS deve reconhecer a violência no trânsito como grave problema de saúde pública, desenvolvendo atividades educativas, preventivas e punitivas relacionadas ao uso de bicicleta e de equipamentos de proteção aos pedestres definidas por grupo técnico interministerial, garantindo atendimento especializado às vítimas da violência no trânsito, que vitimou 35 mil pedestres, ciclistas e motociclistas e ocasionou uma perda econômica de 30% do SUS em 2006. (BRASIL, 2008, p. 142).

Além disso, se reconhece a necessidade de implementar políticas públicas e atividades intersetoriais na prevenção do suicídio e reconhecer essa questão, enquanto demanda de saúde pública, e particularmente, de saúde mental. O tráfico de seres humanos, a exploração sexual, a venda de órgãos e o trabalho escravo também passam a ser vistos no contexto da saúde e como formas de violação dos direitos humanos e a da cidadania. Nesta Conferência, percebe-se o trabalho de continuidade em relação à anterior, aprofundando ainda mais o trato especializado sobre a violência, com maior número de deliberações e expressões de violência interrelacionadas com a saúde.

XIV Conferência Nacional de Saúde: Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública e Patrimônio do Povo Brasileiro

Em 2012, foi realizada a XIV CNS, com a presença de 2.937 delegados, cerca de 2.000 participantes a menos em relação à passada. As propostas foram distribuídas em 15 diretrizes. Também foi aprovada a Carta da 14ª Conferência Nacional de Saúde à sociedade brasileira e diversas moções de apoio, apelo, aplauso, solidariedade e repúdio. A conjuntura política, no período, apresentava sinais de desgastes no governo petista já sob comando de Dilma Rousseff, com embates entre os poderes Legislativo e Executivo e mal estar generalizado em diversos âmbitos da sociedade civil. Como elemento determinante, a economia do país ia de mal a pior, com efeitos perversos à política de saúde.

Logo na primeira diretriz, “Em defesa do sus – pelo direito à saúde e à seguridade social”, identificam-se propostas que tratam as violências no nível estratégico por meio da reativação dos Conselhos de Seguridade Social nas esferas municipal, estadual, distrital e feral, assim como a necessidade de linhas de financiamento pelo Ministério da Saúde para reabilitação de vítimas de acidentes, violências, entre outros.

Na Diretriz 9, com o debate sobre a ampliação e fortalecimento de políticas sociais, projetos intersetoriais e a consolidação da vigilância e da promoção à saúde, foi identificada a proposta de “Criar, implantar e implementar políticas públicas voltadas à valorização da vida e cultura de paz, nos diferentes ciclos de vida, como mecanismo de prevenção de acidentes (domésticos, no trânsito, no trabalho) e da violência”. Complementar a essa proposta de ação de prevenção, têm-se ações de atendimento a situações de violência. Particularmente na Diretriz 10 está presente o debate sobre violência doméstica, sexual e de gênero, à luz da Política de Atenção à Saúde da Mulher.

A diversidade de públicos vítimas de violência é explicitado em propostas da Diretriz 11, intitulada “Por um sistema que respeite diferenças e necessidades específicas de regiões e populações vulneráveis” do seguinte modo:

14 Implantar redes de atenção e proteção às pessoas em situação de violência

doméstica e sexual, crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência, transtorno mental e trabalhadores.

20 Incluir a Saúde do Adolescente como um dos eixos prioritários no Pacto da Saúde, garantindo o acesso aos serviços integrais da Rede de Atenção na Promoção, Proteção e Recuperação relacionadas ao: Planejamento Familiar, Gravidez na Adolescência, DST-Aids, Hepatites Virais, Violências, uso de álcool, cigarro, *crack* e outras drogas, estimulando hábitos alimentares saudáveis e a prática regular de atividade física, entre outros.

No que se refere às moções, destaca-se a Moção de Repúdio nº 11 destinada ao Governo Federal, que trata da situação das terras indígenas e da vulnerabilidade social e constantes conflitos com povos indígenas, que geram altos índices de violências, homicídios, suicídios, desnutrição e degradações sociais. Destaca-se que esse público não havia sido mencionado como vítima de violência em Conferências anteriores. Embora a moção tenha sido registrada, não se transfigurou em deliberação. De modo geral, pode-se afirmar que a Conferência de 2012 possuiu um caráter reduzido comparada às anteriores, com menos participantes e com enxugamento no número de deliberações.

XV Conferência Nacional de Saúde: Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro

A XV CNS ocorreu no ano de 2015, com o tema “Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro”. Um ano antes do impeachment de Dilma Rousseff, o período já registrava instabilidade desde as manifestações de junho de 2013, que marcaram o processo de crise de representatividade do governo e o ódio conservador ao Partido dos Trabalhadores. A falta de impulso às medidas econômicas de saída da crise norteadas pelo bloco no poder também foi um elemento decisivo. Nos termos de Silva e Lima (2019, p. 110), “A partir da crise econômica e da crise política que marcaram a história do Brasil, especialmente a partir de 2014, e culminaram com o *impeachment* da presidente Dilma, em 2016, a conjuntura política passou a ser uma

questão central na etapa nacional da 15ª CNS.”

Silva e Lima (2019) observam que houve uma preocupação do Conselho Nacional de Saúde em antecipar a realização da CNS para acompanhar o tempo legal de planejamento na esfera federal, tendo em vista que nesse ano seria elaborado o Plano Plurianual e o Plano Nacional de Saúde para o período de 2016 a 2019. Ademais, houve uma mudança metodológica nesse processo com a realização de conferências livres constituídas por plenárias populares nas em todo país, para além das já realizadas conferências municipal, estadual e nacional. A proposta era mobilizar movimentos sociais e entidades, para além das representações institucionalizadas de conselheiros de saúde, e ampliar a representação de grupos minoritários.

O Conselho Nacional de Saúde publicou um documento orientador para os debates da Conferência, em que registra a pertinência da CNS para a democracia e os temas que devem ganhar visibilidade e serem discutidos nos dias das conferências com maior ênfase, além de desenharem propostas de possíveis deliberações. Entre as propostas, três se referem ao debate da violência direcionadas pela defesa do enfrentamento de toda forma de violência, além de registrar o combate a formatos específicos de violência como a violência sexual, de gênero e de raça. São elas:

Combater toda forma de violência, de racismo institucional e social, de discriminação de gênero, diversidade sexual, geracional ou de condição de vida, que venha a comprometer o acesso; [...]

Defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde e sua vida, visando: redução da violência sexual e doméstica, diminuição da mortalidade materna, planejamento reprodutivo, atendimento em situação de aborto, saúde das 9 mulheres jovens/lésbicas/negras/rurais/indígenas/com deficiências e patologias, e inclusão da abordagem de gênero na formação dos profissionais de saúde (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2015, p. 8)

Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças

crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2015, p. 21)

Silva e Lima (2019) observam mudanças metodológicas nessa Conferência, com limite de propostas a serem enviadas a etapa nacional: cada estado poderia enviar apenas uma diretriz para cada um dos oito eixos e cinco propostas por diretriz. Das 208 diretrizes e 1.040 propostas das conferências estaduais, além da distrital, foram consolidadas no caderno de proposta disponíveis 36 diretrizes e 541 propostas, além de uma diretriz e 35 propostas de Pernambuco que chegaram de forma tardia. Ao final, foram aprovadas na XV CNS 37 diretrizes e 560 propostas.

No entanto, no que se refere aos produtos da conferência, não existe um relatório final tal qual os anteriores. O documento intitulado “Diretrizes aprovadas nos Grupos de Trabalho ou na Plenária Final – por ordem de votação nos eixos temáticos” registrou as deliberações e é mais enxuto, inclusive sem caracterização da quantidade de delegados participantes do evento. Dividido por oito eixos temáticos, no relatório não há nenhuma diretriz aprovada que contenha os termos elencados no percurso metodológico. Isso significa uma omissão diante dos desafios postos na área, além de um retrocesso democrático e no entendimento de violência como problema de saúde pública. Até mesmo no documento orientador, percebe-se uma redução sobre a apresentação do tema.

XVI Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Democracia

A XVI CNS ocorreu no ano de 2019, com tema saúde e democracia. Tem-se um novo momento político, pós eleição do presidente Jair Bolsonaro, que no mesmo ano publicou o Decreto nº 9.759/2019 extinguindo e estabelecendo diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Com essa medida, foram extintos conselhos, comitês, comissões e demais espaços participativos, o que gerou tensões quanto à disposição do governo em assegurar o princípio constitucional da participação popular.

Dividida por um eixo transversal sobre democracia e saúde e três eixos temáticos (saúde como direito, consolidação dos princípios do SUS e financiamento adequado e suficiente para o SUS), a Conferência deliberou 31 diretrizes e 331 propostas.

Com ênfase no debate democrático, a XVI CNS recupera e reforça várias diretrizes e propostas das conferências anteriores. Em relação à conferência realizada em 2015, ela retoma o tema da violência para as propostas e diretrizes da saúde pública. Avança sobre a concepção de violência, que é apresentada de forma ampla com referência nas estruturas sociais, em que se torna necessário defender a saúde, a democracia e a cidadania para o seu enfrentamento, como apresentado:

Saúde abrange o direito a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e autodeterminação de um povo, e que não esteja todo tempo submetido ao medo da violência, daquela violência resultante da miséria, e que resulta no roubo, no ataque. Que não esteja também submetido ao medo da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não são do povo (BRASIL, 2020, p. 4).

A Conferência também define na proposta 43 do eixo democracia e saúde que o enfrentamento da violência, como forma de promoção à saúde e cultura da paz, deve ser incorporado nas bases curriculares do ensino básico ao superior, com o apoio do MEC. A XVI CNS ainda defende a atenção pública intersetorial, integral com atuação multiprofissional para o atendimento de pessoas em situação de violência de diversos tipos e grupos específicos, uma vez que a violência gera impactos individuais e coletivos. Ainda na mesma proposta, sugere a criação de equipamentos de abrigo às vítimas de violência. De modo complementar, define como proposta a garantia da equidade no atendimento às pessoas que sofrem violências sociais e institucionais.

No eixo sobre a consolidação dos princípios do SUS, a Conferência estabelece a criação de uma rede de atendimento integral às pessoas em situação

de violência, assim como prazos emergenciais para o atendimento de vítimas de violência sexual. Enfatiza a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com o objetivo de reduzir as violências sexual, obstétrica e doméstica. E propõe a prevenção de violências com ações integradas a outras políticas no sentido de promover saúde mental desde a primeira infância.

A Conferência de 2019 significou um marco de resistência dos sujeitos coletivos que disputam a política de saúde. Ainda que mediante às adversidades da conjuntura política, dificuldades para a sua realização e com a repetição de muitas deliberações e diretrizes anteriores, a Conferência registrou qual é o conteúdo da política defendido por diversos setores da sociedade civil brasileira a nível nacional.

Considerações finais

A inserção da violência com uma concepção mais ampla já é uma realidade no âmbito normativo a nível nacional e internacional. Entretanto, a incorporação do tema como problema de saúde pública necessita de diferentes ações para fazer parte da agenda política do país. Nesse sentido, destaca-se que os debates sobre violência no campo da política pública de saúde partem do conceito ampliado de saúde, que para além de doença, abrange determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais.

Desde os anos 2000, a violência ganhou espaço e esteve presente nos debates entre sociedade e Estado nas CNS, possibilitando a construção de um entendimento coletivo e vasto sobre a violência, a forma de monitorá-la e enfrenta-la na saúde. A XI CNS, com abordagem mais abstrata, vaga e com lacunas temáticas. As CNS posteriores avançam tanto na abordagem, como na construção da concepção do tema e das especificidades, como violências de gênero e contra crianças e adolescentes. De modo geral, as Conferências apresentam a violência como problema de saúde, com referência nas estruturas desiguais da sociedade, que conformam determinantes e condicionantes para a ausência de saúde e alteração dos níveis de bem-estar da população. O quadro abaixo sintetiza as concepções de violência abordadas de acordo com cada conferência:

Quadro 1: Concepção de violência baseada nas CNS (2000 até 2019)

CNS	ANO	Nº PROPOSTAS	CONCEPÇÃO DE VIOLÊNCIA
XI	2000	6	Considerada como um problema de Saúde Pública. Seu enfrentamento ocorre com um corpo articulado de políticas saudáveis, que se contraponham a partir de vários pontos e com estratégias diversificadas.
XII	2003	13	Entendida por diversas modalidades resultantes das iniquidades sociais. Deve ser tratada como assunto prioritário de saúde pública, associada às ações intersetoriais para seu enfrentamento.
XIII	2007	20	O seu combate é associado à defesa da democracia, da paz e da tolerância, com a promoção da igualdade na distribuição de renda. Entendida como resultado das desigualdades sociais.
XIV	2012	6	Sem concepção definida, é associada à valorização da vida e da cultura da paz para a sua prevenção.
XV	2015	0	-
XVI	2019	7	Sem concepção anunciada, o seu enfrentamento é associado ao exercício da cidadania, da solidariedade, da justiça, da participação popular e democrática. Com referência à Sergio Arouca na afirmação de que “Saúde abrange o direito [...] que não esteja todo tempo submetido ao medo da violência, daquela violência resultante da miséria [...]. Que não esteja também submetido ao medo da violência de um governo contra o seu próprio povo” (BRASIL, 2019, p. 4).

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios finais das conferências, 2021.

Percebe-se o avanço do debate que passa a incorporar uma atenção integral, preventiva e intersetorial para monitorar e combater a violência. Propostas que envolvem educação permanente da sociedade, capacitação de profissionais, construção de serviços específicos, diálogo com outras políticas públicas, o reconhecimento que a violência atinge de diferentes formas determinados grupos da sociedade, entre outros aspectos, são marcos deliberativos que estão em acordo com as normativas internacionais e nacionais e dão terreno sólido

para a violência se constituir como problema de saúde pública.

No entanto, chama atenção a repetição das mesmas propostas ao longo das conferências do período analisado, o que pode indicar a sua não efetivação. Esta afirmação requer maior aprofundamento analítico com o estudo da incorporação das diretrizes no planejamento governamental e na execução orçamentária, como exemplo, a investigação e cruzamento dos relatórios finais com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual (LOA). Também é interessante notar que os aspectos conjunturais que conformam a cena política e econômica influenciam as Conferências e a amplitude das deliberações. Não à toa, 2015 registra uma Conferência com relatório enxuto e que não incorpora grandes temas sociais como a violência, o que pode-se entender como reflexo da crise política que o país registrava.

À guisa de conclusão, percebe-se que a abordagem sobre a violência nas Conferências depende do embate entre os sujeitos políticos e projetos sociais em disputa, bem como dos determinantes estruturais e conjunturais que constituem o período sócio-histórico. Os avanços são inegáveis, mas a permanência, fortalecimento e aprofundamento do debate necessita de mais ações, políticas e sujeitos que compreendam que o enfrentamento da violência requer a defesa de um sistema de saúde amplo, público e de qualidade, democrático e participativo.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2009.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **11ª Conferência Nacional de Saúde**, Brasília 15 a 19 de dezembro de 2000: o Brasil falando como quer ser tratado: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde com controle social: relatório final / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. **12ª Conferência Nacional de Saúde**: Conferência Sergio Arouca. Brasília, 7 a 11 de dezembro de 2003: relatório final / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. CONASS Documenta n. 15. **Violência: uma epidemia silenciosa**. Brasília: CONASS, 2007.

_____. **Diretrizes aprovadas nos Grupos de Trabalho ou na Plenária Final**: por ordem de votação nos eixos temáticos. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 28 Nov. 2020.

_____. **Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 28 Nov. 2020.

_____. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**: Portaria MS/GM nº 737 de 16/5/01. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde**: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento/Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Análise dos custos e conseqüências da violência no Brasil**. Texto para discussão nº 1284. Brasília: IPEA, junho de 2007.

CNS. Conselho Nacional de Saúde. **16ª Conferência Nacional de Saúde**: democracia e saúde. 2020.

_____. **Documento Orientador de apoio aos debates da 15ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 15 de maio de 2015. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/web_15cns/docs/05mai15_Documento_Orientador_15CNS.pdf. Acesso em: 29 Nov. 2020.

CONCHA-EASTMAN, Alberto; MALO, Miguel. Da repressão à prevenção da violência: desafio para a sociedade civil e para o setor saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 11, p. 1179-1187, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Out. 2020.

DRAIBE, Sônia Maria. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, n. 17, p. 86-101, 1993.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIZARDI, Francini Lube *et al.* Participação da comunidade em espaços públicos de saúde: uma análise das Conferências Nacionais de Saúde. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 14(1): 15-39, 2004.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: IPEA/FBSP, 2019.

KRUG, Etienne G. (Ed.). Organização Mundial de Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Ciência & saúde coletiva**, v. 11, suppl., p. 1259-1267, 2006a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Out. 2020.

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006b.

_____; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, ciência, saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701997000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Out. 2020.

OLIVEIRA, Dennis de. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 39-57, São Paulo, jan/jun. 2018.

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde; OMS – Organização Mundial de Saúde. **Repercussão da violência na saúde das populações americanas**. CD

44/15. Washington: OPAS/OMS, 2003.

RICARDI, Luciani Martins *et al.* As Conferências Nacionais de Saúde e o processo de planejamento do Ministério da Saúde. **Revista saúde debate**, v. 41, n. 3, p. 155-170, 2007.

SAYD, Jane Dutra *et al.* Recursos humanos nas Conferências Nacionais de Saúde (1941-1992). **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol. 8, n. 2, p. 165-195, 1998.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P L; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: estudos científicos recentes. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. spe, p. 112-120, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Out. 2020.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000600016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Out. 2020.

SILVA, Berenice Temoteo; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. 15ª Conferência Nacional de Saúde: um estudo de caso. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 28, n. 3, p. 97-114, 2019. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902019000300097&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 09 Mar. 2021.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite *et al.* Conferências típicas e atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político. In: AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique Leite. **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: IPEA, 2013. p. 25-52.

SOUZA, Edinilsa Ramos de *et al.* Tendências da produção científica brasileira sobre violências e acidentes na década de 1990. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 40-82.

TOFANI, Luís Fernando Nogueira; CARPINTERO, Maria do Carmo Cabral. 3ª Conferência Municipal de Saúde de Várzea Paulista: a participação da sociedade no processo de priorização e compromisso político. **Saúde soc.** São Paulo, v. 21, supl. 1, p. 244-252, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo>.

php?pid=S0104-12902012000500021&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 27 Nov. 2020.

Recebido: 30/11/2020

Aceito: 22/02/2021

“Não precisa morrer pra ver Deus”: uma análise das relações sociais que constituem o projeto #existeamor de Milton Nascimento e Criolo¹

*“Não precisa morrer pra ver Deus”: an analysis
of the social relations that constitute the project
#existeamor, created by Milton Nascimento and Criolo*

**Fernanda de Araújo Patrocínio¹,
Vanessa Vilas Bôas Gatti²**

1. Doutoranda em sociologia pela Universidade de São Paulo, pesquisadora do Núcleo de Sociologia da Cultura da USP. Orcid: 0000-0002-7479817X. **faraujopatrocínio@gmail.com**

2. Doutoranda em sociologia pela Universidade de São Paulo, pesquisadora do Núcleo de Sociologia da Cultura da USP. Orcid: 0000-0002-3457-3793. **vanessagatti@gmail.com**

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise do projeto #existeamor, protagonizado pelos músicos Milton Nascimento e Criolo. Trata-se de uma plataforma multifacetada lançada durante a pandemia de Covid-19, que inclui um EP, dois videoclipes e uma iniciativa de doação virtual a instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ao navegar por #existeamor, percebe-se que foi montando um produto que se retroalimenta durante todo seu processo de concepção e execução. Além disso, vale-se ainda

1. O trabalho foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, recebido por ambas as pesquisadoras.

dos rituais de sacralidade e da experiência de suspensão do ordinário para engajamento e reconhecimento quanto à sua originalidade, além do carisma convertido em materialidade. O objetivo deste trabalho é compreender os ganhos simbólicos dos artistas ao conferirem à arte um papel de instrumento de sensibilização dentro do projeto #existeamor, considerando-se para tal a mobilização que envolve os dois músicos protagonistas, suas respectivas equipes e os efeitos dessa soma de poderes.

Palavras-chave: Música Popular Brasileira; Cultura; Milton Nascimento; Criolo; Covid-19.

Abstract: This article presents an analysis of the #existeamor project, led by the musicians Milton Nascimento and Criolo. It is a multifaceted platform launched during the Covid-19 pandemic, which includes an EP, two videos and a virtual donation initiative to institutions that serve people in situations of social vulnerability. While the user is browsing #existeamor, it is clear that the product has been assembled in a way that feeds back throughout its design and execution process. In addition, it also uses the rituals of sacredness and the experience of suspending the ordinary for engagement and recognition of its originality, in addition to the charism converted into materiality. The objective of this work is to understand the symbolic gains of the artists by giving art a role as an awareness tool within the #existeamor project, considering for this purpose the mobilization that involves this two protagonist musicians and their respective teams and the effects of this sum of powers.

Keywords: Brazilian Popular Music; Culture; Milton Nascimento; Criolo; Covid-19.

Introdução

Não é raro encontrarmos objetos artísticos associados às experiências transcendentais, de algum modo, ligados ao universo do sagrado e, por vezes, recebendo aproximações que remetem à criação extraordinária ou ao resultado de iluminações, com adjetivos carregados de significado como “inefável”, “sublime” ou “atemporal”. A constituição da arte enquanto atividade em que se

efetiva a máxima criatividade humana, imputando ao autor uma posição glorificada, faz parte de um processo de construção coletiva de tal lugar. E, apesar da criação artística tomar ares de universal e atemporal e, por consequência, o gênio responsável pela criação ocupar um lugar incontestável no tecido social, é possível localizar no tempo a constituição desta posição social, resultado de elaborações a partir de transformações históricas estruturais (WILLIAMS, 1969).

Em outras palavras, a posição social do artista genial é resultado de um complexo processo de construção coletiva que confere a certos indivíduos e a alguns âmbitos da atividade social um poder extraordinário. A produção social deste posto da autoria cria as condições necessárias para que a criação seja possível e seja cultuada por todos, como uma atividade distinta das demais. À semelhança da produção coletiva da experiência religiosa, a crença nos ocupantes do lugar do gênio deve ser nutrida constantemente, por meio de rituais de consagração, exaltações mútuas entre pares ou sedimentação de um estilo autoral – enquanto definidor de uma linguagem a que os novos pretendentes devem conhecer e se referir, transformando obras de arte em clássicos a serem cultuados.

Milton Nascimento e Criolo são dois músicos e compositores do cenário musical popular brasileiro com trajetórias peculiares, públicos diferentes (ainda que com intersecção importante) e provenientes de linhagens distintas da música popular. No entanto, ambos os artistas aparecem relacionados, ainda que de formas diferentes, à sensibilidade aguda e à suspensão do ordinário, seja nas composições e nas letras das canções, seja nas performances e na construção de seus personagens. A presença marcante do tema da religiosidade na obra de Milton Nascimento somada ao seu procedimento composicional de melodias e harmonias, que realçam elementos poéticos da letra com falsetes e voz de peito, graves e agudos (BORÉM, LOPES, 2014), conferem ao compositor um lugar canônico e excepcional na música brasileira, lugar esse resumido por Elis Regina na frase “Se Deus cantasse, seria com a voz de Milton”. Já Criolo faz constantes referências ao poder transformador da arte, caracterizando seu palco como uma espécie de celebração deste poder, que une mentes e corações, endossado por figuras-chave do universo cultural brasileiro.

A aproximação de Milton e Criolo rende composições em parceria que redefinem, em alguma medida, ambas as trajetórias. A partir dessa movimentação pode-se entrever um processo de produção dinâmico e coletivo deste lugar excepcional atribuído à criação artística e, por consequência, aos seus criadores. A sensibilidade constantemente referida por ambos os artistas ao definirem um ao outro (o que sustenta inclusive a amizade, como relatado em entrevistas), desembocou não somente nas composições, mas também no projeto intitulado #existeamor. As composições em parceria, releituras de composições dos dois artistas, foram lançadas num EP com quatro músicas e acompanhadas por videoclipes com imagens do vazio da cidade de São Paulo devido isolamento social, por consequência da pandemia do Covid-19. Uma campanha de arrecadação de recursos para pessoas em situação de vulnerabilidade social também faz parte do projeto.

Diante disso, o objetivo deste artigo é compreender os ganhos simbólicos dos artistas ao conferirem à arte um papel de instrumento de sensibilização dentro do projeto #existeamor, considerando-se para tal a mobilização que envolve os dois músicos protagonistas e suas respectivas equipes e os efeitos dessa soma de poderes. Desse modo, a leitura levará em conta as posições ocupadas por cada um dos artistas envolvidos no projeto em relação no campo da música popular brasileira, bem como as estratégias adotadas para a disseminação das mensagens, a partir do contexto o qual o disco está inserido.

Assim, para analisar este projeto multimeios, elenca-se a divisão da seguinte forma: o histórico da parceria entre Milton e Criolo, o EP com as canções, os videoclipes e a ação social do projeto. Para tanto, além da análise de documentos, como o site oficial do projeto, material de divulgação das equipes dos músicos e reportagens, serão consideradas também entrevistas realizadas. Desse modo, o encontro dos dois artistas principais do projeto pode ser visto como uma troca simbólica de prestígio, potencializado pela adição de uma campanha de fundo solidário. Para tanto, muitos outros atores estão envolvidos neste processo.

Marca-se, portanto, uma negociação evidente no campo simbólico, no que diz respeito ao reconhecimento entre pares e parcerias entre nomes

reconhecidos para o lançamento de um trabalho amadurecido ao longo de anos, bem como os interesses mercantis na junção de todos os músicos envolvidos no projeto. A negociação é feita também a partir de engajamento, num disco pensado para a internet e lançado num contexto de isolamento social.

A partir deste caminho, a presente análise procura compreender as relações sociais que constituem o projeto #existeamor e que contribuem para a glorificação dos artistas envolvidos. Justifica-se, assim, como uma tentativa de exemplificar o funcionamento, a partir do micro, de uma indústria cultural brasileira, com destaque ao mercado fonográfico e a partir de estratégias que envolvam mídias digitais para consumo de música e apoio de causas e projetos sociais. Se no início dos anos 1970, a explosão de vendas se baseou em discos, televisão, rádio, além dos demais núcleos mediáticos em desenvolvimento, hoje a circulação de um trabalho como #existeamor acontece muito mais nas redes disponíveis na *internet* – sejam elas plataformas de *streaming*, sejam elas redes sociais, com engajamento também a partir de *hashtags*.

A parceria

Milton Nascimento (1942-) nasceu na cidade do Rio de Janeiro, na comunidade da Tijuca. Aos dois anos, foi adotado pelo casal Lília (pianista e ex-aluna de Heitor Villa-Lobos) e Josino Campos (funcionário de uma rádio) e mudou-se para Três Pontas (MG), onde iniciou seu contato musical e o desenvolvimento de habilidades na área. Na década de 1960, Nascimento se mudou para Belo Horizonte, onde conheceu a família Borges e outros músicos em desenvolvimento que formariam, posteriormente, o Clube da Esquina – grupo de forte marca identitária composto por estes músicos mineiros entre o final dos anos 1960 e a década de 1970. Nascimento surgiu nos festivais de música dos anos 1960, destacando-se como compositor e intérprete. Em seus mais de 50 anos de carreira, é reconhecido também pelas parcerias, pela obra influente, dialogando com causas sociais e contextos (como a produção no período da Ditadura até a reabertura), além de trabalhos com cinema e outras vertentes artísticas. É reconhecido nacional e internacionalmente como cantor, compositor e multinstrumentista, com parcerias feitas também com nomes relevantes

do *jazz* como Wayne Shorter, Herbie Hancock e Quincy Jones, entre outros músicos de diferentes gêneros e gerações.

Nascido e criado no Grajaú, bairro periférico da Zona Sul da cidade de São Paulo, considerado um dos bairros mais violentos da cidade, Criolo (KLEBER CAVALCANTE GOMES) se formou *rapper* nas suas ruas e vielas, a exemplo de colegas que já vinham desenvolvendo o incipiente gênero nos anos 1980 e 1990. Criolo circulava no universo até então restrito do *rap* brasileiro nos anos 2000, promovendo encontros para batalhas de mcs e atuando como *rapper* em palcos das periferias. A guinada na carreira musical veio, com o disco “Nó na orelha” (OLOKO RECORDS, 2011), com a produção de Daniel Ganjaman e arranjo de músicos fora do circuito do *rap*. O disco foi um sucesso imediato de crítica e público, projetando o nome de Criolo para os palcos mais prestigiados de São Paulo e do Brasil, principalmente devido ao sucesso da música “Não existe amor em SP”, que foi lançada nas plataformas digitais antes mesmo do lançamento do disco. Diferente do seu primeiro disco, “Nó na orelha” apresentou uma mistura de gêneros musicais, como *afrobeat*, bolero, samba, *dub*, *reggae*, com o ritmo falado do *rap* como eixo principal. Contudo, “Não existe amor em SP” apresenta uma sonoridade próxima à balada, distanciando Criolo do gênero de origem. Dessa maneira, Criolo apresentou uma postura distinta de seus colegas de gênero, os quais se colocavam em oposição aos compositores de maior consagração da MPB. Ainda que a postura de Criolo tenha sido ousada por operar uma transposição de barreiras simbólicas no cenário musical, arriscando críticas contrárias do público do *rap*, fiel ao gênero, Criolo torna-se um nome que, segundo críticos, trouxe renovação ao cenário musical. E seu movimento repercutiu como uma abertura de precedentes para a escuta mais atenta do gênero por públicos e críticos de fora do circuito restrito do *rap* até então.

O diálogo entre Criolo e Nascimento se inicia com um aceno do *rapper* a dois ícones plenamente estabelecidos no universo musical popular brasileiro: Chico Buarque e Milton. Criolo lançou uma gravação audiovisual no YouTube de uma versão composta e interpretada por ele da famosa música de ambos os figurões - “Cálice” -, em que Criolo desloca o sentido da letra para a vida áspera das favelas e periferias de São Paulo. Milton toma conhecimento da

versão e, assim, passa a apreciar as canções do *rapper*.

O flerte de Criolo com os consagrados da música popular brasileira, mesmo que acompanhados das reafirmações constantes sobre sua veia *rapper*, dá-se como uma abertura de diálogo com a MPB, antes impensável entre os *rappers* veteranos, que fincavam fileiras na oposição à “boa” música brasileira (GATTI, 2019). Já Nascimento agracia Criolo com a recepção favorável à releitura de “Cálice”, bem como a apreciação de seu disco “Nó na orelha”, e permite a aproximação do *rapper*. O gênero já vinha sendo apontado por figuras consagradas da MPB como potente em criatividade e renovação, com declarações de Chico Buarque valorizando a crítica social do *rap* brasileiro em 2004, por exemplo. Contudo, ainda que o gênero estivesse em vias de consagração no início dos anos 2010 (e o papel de Criolo nessa consagração tardia está longe da irrelevância), o lugar social ocupado por Milton Nascimento no cenário cultural é de incontestável prestígio. E ter uma música apreciada por um dos maiores ícones da música brasileira, quiçá mundial, significa um reconhecimento inigualável e incomensurável para Criolo, que transcende o universo do *rap*. A descrição de Criolo sobre o primeiro encontro com Milton dá o tom da relação que viria a se desenvolver.

Em um dos intervalos do ensaio do Prêmio da Música Brasileira de 2013, o Ney Matogrosso me chamou para ficar no camarim com ele. Para a minha surpresa, ele estava dividindo o camarim com Milton Nascimento. Eu levei um susto assim que entrei. Foi uma mistura de sentimentos absurda vê-lo ali, um verdadeiro patrimônio da música brasileira, tal como Ney. Eu fiquei quieto, quase paralisado. Quem quebrou o gelo para termos assunto foi o Toninho Horta, que entrou e começou a tocar em um piano que estava ali no camarim. Ele pegou um sanduíche, e parte dele caiu acidentalmente em mim. Toninho pediu desculpa e, nisso, Milton deu risada. “Meus amigos são danados, né?”, falou Milton, com muito carinho. Foi isso que fez eu abrir a boca e falar alguma coisa com ele. Demos risada juntos e não paramos mais de se falar. (PINHEIRO, 2020, *on-line*)

A partir de então, Criolo e Milton passaram a figurar juntos em diversas ocasiões, com exaltações mútuas. Em 2014, ambos fizeram uma turnê em parceria chamada Linha de Frente, onde um interpreta as músicas do outro e vice-versa. No mesmo ano, os artistas compõem em parceria a música “Dez anjos”, uma encomenda de Gal Costa para uma composição para o novo disco desta, *Estratosférica* (SONY MUSIC, 2015).

A parceria entre os dois artistas não fica somente na composição supracitada, mas se estende por participações eventuais de Criolo na turnê Clube da Esquina (2019) de Milton Nascimento. A amizade, tema fundamental na obra e na trajetória de Nascimento, é proferida aos sete ventos ao se referir a Criolo, relação em que não-raro aparece descrita como um “encontro de almas” por ambos.

Desse modo, a exaltação mútua de Criolo e Milton põe em funcionamento um jogo duplo de transmissão de legitimidade e prestígio próprio à construção do lugar social da arte. A constituição da glorificação da criação artística não depende somente da criação individual, mas também de cerimoniais próprios, em que a sacralidade é colocada em prática e reafirmada aos olhos de todos. Se por um lado Criolo ganha *status* para além de sua posição inicial de *rapper*, conquistando críticos e público para os quais Milton é uma referência incontornável, por outro lado Milton reatualiza seu posto como um dos maiores nomes da música, atuando como legado vivo ao ser exaltado pelos novos e já consagrados artistas. Dessa forma, Criolo alça vôo e se torna um pretendente ao posto galgado por Milton, recebendo como que por contágio um pouco de sua “sacralidade”. Já Milton se desloca de um ranço colado à imagem da MPB como música de uma elite universitária, se aproximando de Criolo com questões do *rap* sobre as mazelas da periferia e do preconceito racial, atualizando assim seus meios de atuação.

A renovação estética promovida pelo gênero *rap* na música popular brasileira (OLIVEIRA, 2015), da qual se originou a veia criativa de Criolo, é chancelada por Milton Nascimento, num movimento de apropriação de uma posição de autoridade neste cenário². Por outro lado, Criolo beneficia Nascimento com

2. As associações são fundamentais no campo musical, e evidenciam também oposições

a astúcia de quem conhece as novas estratégias para se fazer ressoar por meio de uma indústria cultural reestruturada, se aproveitando de caminhos alternativos via plataformas virtuais, redes sociais e estratégias de *marketing* para se lançarem aos ouvidos do público jovem e também de seu público cativo. Essa soma de estratégias é o que se pode notar ao analisar o projeto #existeamor, já que não se trata somente de composições, mas de todo um aparato de produção, circulação e divulgação, onde muitos outros agentes entram em cena para compor o acontecimento cristalizado na parceria de ambos para a criação artística e para o posicionamento diante da pandemia do Covid-19.

#existeamor

O projeto #existeamor é frequentemente descrito por Nascimento e Criolo como uma “celebração da amizade”, resultado de um “encontro de almas”. O tom de encantamento fica explícito nos termos escolhidos para se referirem à concepção do projeto e a relação entre os amigos. Esse tom de algo sublime é potencializado nas escolhas feitas pelos agentes para a composição do projeto como um todo e coroado com arranjos de músicos em vias de destaque no cenário musical.

O EP é composto pelas músicas: “Não existe amor em SP”, composição de Criolo; “Cais”, composição de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos; “Dez anos”, composição de Milton e Criolo; e “O tambor” de Arthur Verocai e

veladas, tal como aponta Bourdieu (2006) ao analisar o campo da moda francesa e descrever oposições entre estilistas: “o campo tem sua esquerda e direita, conservadores e revolucionários (...) e tem seu centro, seu lugar neutro (...) que atrai para si os elogios unânimes por meio de uma arte que une, de acordo com uma hábil dosagem, as qualidades polares (...) que recupera as inovações espalhafatosas dos outros para transformá-las em audácias aceitáveis (...) que transforma as revoltas da vanguarda em liberdades legítimas” (BOURDIEU, 2006, p. 124). Nesse sentido, é significativo que Milton Nascimento tenha escolhido como parceiro Criolo, pois o *rapper* desempenha um papel de certa neutralidade, dosando as inovações de linguagem musical do *rap* para os ouvidos cativos da MPB, compondo canções mais melodiosas e letras não tão explícitas e violentas como os grupos de *rap* que o precederam.

Criolo. As duas primeiras são composições-símbolo de cada artista e são apresentadas como releituras, onde ambos as interpretam, com arranjo do pianista convidado Amaro Freitas. As duas músicas são apresentadas em videocliques, com imagens de estúdio dos três artistas, em preto e branco. O convite a Amaro Freitas, jovem pianista e compositor pernambucano, partiu de Milton Nascimento, auxiliando assim a projeção do músico, considerado uma das revelações do *jazz* brasileiro ao unir *jazz* e música nordestina. Além de notabilizar a produção artística de Freitas, o convite de Nascimento para que o pianista componha os arranjos das releituras vai na intenção de imprimir certa sofisticação às canções. As composições dos arranjos ganham maior destaque devido à maior projeção dos videocliques e também pelo grande sucesso que ambas as canções apresentam no cenário musical. As trocas simbólicas e a exaltação mútua que perpassa o projeto artístico podem ser sintetizadas num diálogo entre os três músicos ao início do videoclipe “Cais”.

Criolo: Não tem palavra no dicionário nosso para descrever a emoção que é estar na presença, primeiramente, estar na presença do Milton. Ele é um ser de luz realmente. Isso não se explica, apenas se sente. (sic) (...) Trazer para perto o Amaro (...)

Amaro: Acho que o tempo foi um aliado importante de poder sentir, ouvir e ouvir várias vezes. Saber também que muita coisa ia se desenvolver aqui no estúdio, né?! Acho que a sensibilidade de sentir a mensagem de Milton e de Criolo é que me conduziu para esse arranjo. E acho que um dos momentos mais bonitos é quando a gente termina de gravar a música e Milton diz ‘Pô, fico lindo esse arranjo’. [Risos]. Isso pra mim é um presente que vou levar pra vida toda. (sic)

Criolo: Acho que, por si só, o rosto aqui de cada um conta uma história muito grande desse Brasil. Acho que veio pra fortalecer ainda mais o que é esse abraço nosso, de algumas gerações que se encontram, de uma diáspora pulsante e viva. E, de tempos em tempos, eras em eras, nascem dois.... (sic)

Milton: Três.

Milton e Amaro: Três.

Milton: Você fala da gente, mas não se esqueça de você, né?! (sic)³

Os sons e as imagens que acompanham o diálogo reforçam o sentido das falas, evidenciando o tom sublime do encontro, principalmente por estar na presença ou receber elogios de Milton Nascimento. A massa sonora que inicia o videoclipe, acompanhada de imagens em câmera lenta da imensidão do mar, assume um caráter de transcendência com a fala de Criolo a respeito de Nascimento. Amaro descreve o processo criativo do arranjo, ressaltando a sensibilidade de Criolo e Milton, e reitera as impressões de Criolo a respeito de Milton ao ter como “um presente para a vida toda” os elogios do cancionista. Ao final, Criolo tece considerações sobre o encontro de gerações de uma “diáspora viva e pulsante”, evidenciando assim a importância do encontro de artistas negros. Essa colocação redimensiona a posição política do projeto artístico, mostrando-se afinados com as discussões em voga naquele momento sobre o racismo estrutural brasileiro. Ao final, o *rapper* diz sobre a raridade do encontro, mas se ausenta em se equiparar à genialidade dos músicos que tem diante de si. Milton rapidamente o corrige, incluindo o *rapper* no grupo seletivo a que pertence, com a anuência de Amaro. Nesse pequeno diálogo cristaliza de modo sutil e sucinto o que se passa no projeto #existeamor como um todo e que é reforçado por todos os agentes da produção.

Arthur Verocai é o maestro escolhido para compor os arranjos em “O tambor” e “Dez anos”, nas quais também é regente da orquestra. A escolha do músico e compositor também aponta para a seleção minuciosa para compor o projeto e demonstra que seus agentes estão afinados com o que está na crista da onda também no universo do *rap*. Verocai tem uma trajetória marcada por solavancos e frequentemente recebe a pecha de um dos nomes mais injustiçados da música brasileira. O maestro e compositor lançou seu primeiro disco, “Arthur Verocai”, pela gravadora Continental em 1973. Apesar dos arranjos ousados das canções, o disco foi um fracasso de crítica e público, talvez devido ao grande sucesso do disco “Secos & Molhados” (CONTINENTAL, 1973), contemporâneo ao seu lançamento. O disco foi recolhido pela gravadora e o compositor teve

3. Disponível em: <<https://existeamor.com/>>. Acesso em: 8 set. 2020.

seu nome arranhado pelo insucesso da obra. Somente depois de 40 anos do lançamento, este álbum se tornou uma espécie tesouro esquecido e foi trazido à tona por *rappers* americanos e europeus, que passaram a utilizar parte de suas canções para *samplers* de base para novas músicas. O disco passou a ser disputado por colecionadores, DJs e pesquisadores, e chegou a ser arrematado por US\$ 5,1 mil em leilão do eBay (MENDES, 2018, *online*). Com seu nome renovado, Arthur Verocai lançou novos discos: *Encore* (FAR OUT RECORDING, 2007) e “No voo do urubu” (TRATORE, 2016). Este último conta com a participação de Seu Jorge, Danilo Caymmi, Lu Oliveira, Mano Brown e apresenta a música de Criolo “O tambor”, que é interpretada pelo *rapper* e por Milton no projeto em análise. Dessa forma, a troca simbólica presente nos movimentos de engrandecimento entre os artistas evidencia um processo dinâmico de constituição do caráter encantatório da produção artística. Esse processo fica patente nas escolhas minuciosas das formas, parcerias e modos de produção.

Figura 1: Imagens da capa e da contracapa do EP “Existe Amor”



Fonte: Fotografia de Will Etchebehere. Créditos da capa do EP: Ricardo Fernandes. Reprodução, 2020.

A identidade gráfica do projeto faz reverência aos elementos e à composição característicos dos discos miltonianos, ativando os rituais de consagração e da marca da figura posta como deidade. Não por acaso, a tipografia utilizada na capa e na contracapa remetem àquelas, sobretudo, dos discos clássicos de Nascimento. Ressalta-se uma montagem proposital, no que diz respeito ao status conferido ao clássico: mesmo se tratando de um produto feito para o *streaming*, o EP apresenta capa e contracapa, elementos que fazem sentido no caso de mídias físicas, como discos de vinil ou CDs.

Assim, a análise das letras e da disposição das músicas, para compreensão da narrativa completa do EP, faz-se necessária também para o entendimento e o reconhecimento das posições dos artistas envolvidos e suas obras, bem como do jogo de legitimidade e engajamento que as canções conseguem a partir de suas versões para #existeamor, como uma forma aproximação de elementos e agentes que tornam o projeto ainda mais distinto.

A narrativa do disco começa com “Cais” – uma das principais obras do cancionário miltoniano⁴–, aberta com um piano dedilhado por Amaro Freitas. Em seguida Nascimento começa a vocalização acompanhando o piano. A canção, que é inteiramente acompanhada apenas pelo piano, começa a ser cantada por Criolo (as primeiras duas estrofes). A letra de “Cais” é o monólogo de narrador que tenta fugir de um estado o qual não se sente confortável. Ele “inventa” metáforas de escapismo na tentativa de querer “ser feliz”, para tanto ele cria em sua mente o “mar”, o “cais” e “um sonhador” (SILVA, 2011). Em meio às metáforas, o narrador afirma, aos que querem segui-lo nesta jornada de quebra da solidão por meio do escapismo, que ele já tem o meio para tal “Um saveiro pronto para partir” – resta apenas aguardar o momento oportuno – embora o narrador saiba quando é “a vez de se lançar”. Uma tentativa

4. Os créditos de composição de “Cais” são de Ronaldo Bastos e Milton Nascimento. A primeira aparição desta canção em um disco de Nascimento data 1972, no lançamento de “Clube da Esquina” (EMI/Odeon) – considerado pela crítica e pelos pares uma das principais produções de Milton Nascimento. Vale dizer que a produção do disco, feita em Niterói (RJ) é também uma espécie de retorno de Nascimento ao próprio mar – o carioca que retorna ao Rio de Janeiro, embora haja identificação constante do cantor com Minas Gerais (DUARTE, 2009; DINIZ, 2017).

de exprimir controle e consciência em cima das angústias rarefeitas e latentes. Nascimento entra para cantar a terceira estrofe – “Para quem quer me seguir” –, trecho da narrativa onde há a crença dos seguidores naquele que conhece o caminho ou uma saída para que a situação mude.

Juntos, Criolo e Milton cantam a quarta e última estrofe (“Eu queria ser feliz”), seguido de um solo de piano longo feito por Freitas, que cobre metade da canção –esta dura, ao todo, seis minutos, e o solo⁵ apresenta-se nos dois minutos finais. O arranjo de piano executado por Freitas é fiel à versão original da canção, embora haja espaço para um desdobramento e improvisado dentro deste arranjo clássico.

O canto prolongado da palavra “sonhador” remete à ainda à sensibilização da gravação original de Nascimento. Na versão gravada para #existeamor, é evidente o jogo de palavras e sílabas: sonha-dor. Isso ressalta a dor da solidão. Ainda: o prolongamento da palavra “lançar”, acompanhada do ritmo produzido no piano, projeta a sensação de ansiedade da partida.

“Cais” costuma fazer parte das turnês recentes de Milton Nascimento, por se tratar de uma canção clássica em seu repertório. Nos shows de encerramento da turnê mais recente, “Clube da Esquina”, o *rapper* Criolo fez a interpretação juntamente com Nascimento. A disposição de “Cais” como abre-alas do EP é significativa para o jogo de legitimidade operado na construção do projeto #existeamor. Os versos cantados por Nascimento e por Criolo acrescentam significado à letra, já que o *rapper* incorpora o narrador em seu momento de angústia diante de lançar-se ao mar. E Milton canta os versos de transformação da angústia em potência de liberdade, anunciando “Para quem quer me seguir” a possível saída coletiva.

A segunda música que aparece em #existeamor é “Dez anos”, que começa com a execução de bateria, baixo e guitarra, além da presença de teclado, com elementos do pop e do *jazz*. A interpretação começa com Nascimento cantando “Tanto barro para amassar”. A letra revela um sofrimento narrado ou observado por quem conta a história. Há a referência à *Odisseia* de Homero,

5. Este solo longo não consta na versão de “Clube da Esquina” (EMI/Odeon, 1972). A primeira versão da canção com solo improvisado aparecerá em “Milagre dos Peixes - Ao Vivo” (EMI/Odeon; 1974).

desmontando a presença de qualquer personagem como Ulisses na vida real. O verso “Biqueira, viela e pão” faz alusão às periferias, potencial referência estética e metáfora do tráfico como trabalho ilegal (drogas, ruas pequenas e ermas, e o trabalho que provém o pão).

Na segunda estrofe (“Pega a pedra para jogar”), também cantada por Nascimento, apresenta marcador rítmico silábico forte e referências a figuras mitológicas e bíblicas na referência a São Jorge e o dragão – mais uma vez, uma aproximação à odisseia homérica. Trata-se de uma crítica, afinal não há herói mitológico no ambiente narrado que expressa violência explícita, com o sangue de um pai ou um irmão no chão – mais uma potencial alusão ao estereótipo ligado à realidade de territórios periféricos. Criolo entra na terceira estrofe “Uma alma para ganhar” – começa então uma enumeração de gestos de violência sofrido pelas almas que aparecem na narrativa, remetendo aos gestos de violência física e institucional. Na última menção, a palavra “almas” é substituída por “anjos”, que morrem mesmo desarmados (“Que dez anjos vão morrer/Todos sem arma na mão”).

“Na sacola, uma ilusão / (...) / Vaidade é ilusão” designam um desejo frustrado ou uma materialização ilusória, representado pelo poder compra, como um efeito anestésico diante do real e da dor. “Na cabeça um querer”, revela um narrador consciente da necessidade de mudança da realidade narrada, um *status quo* marcado pela violência. Diferente de “Cais”, o narrador não parece estar sozinho, a angústia narrada parece estar inserida em um sistema ou uma estrutura. A canção começa remetendo ao trabalho árduo (“Tanto barro para amassar”) e termina com violência (“Sangue no chão”).

A terceira canção que se apresenta é “Não existe amor em SP”. A releitura inicia com o piano dedilhado de Amaro Freitas, precedendo o clima para a introdução da narrativa da letra, seguida da primeira estrofe cantada por Milton Nascimento. A primeira frase “Não existe amor em SP” é cantada por Nascimento sem o piano ao fundo, que entra apenas no verso seguinte. A frase cantada por Milton, como uma resposta à introdução do piano de Freitas, é uma espécie de anúncio ao que irá se passar nos versos seguintes. A enumeração das vidas perdidas em “Dez anjos” parece agora ter sua localização na cidade

de São Paulo, palco da banalidade narrada na canção anterior.

A abertura com Freitas e Nascimento dá um ar de sofisticação à interpretação, atribuindo também o clima de piano-bar e maior dramaticidade do que a leitura original da canção. A letra retrata o vazio e a letargia vivida em uma grande metrópole, sendo São Paulo a escolhida para retratar as metáforas e os fatos elencados na letra. A cidade é apresentada pela sua sedução ante caminhos não-óbvios dados o tamanho e a complexidade social – onde os desenhos e mensagens expressos em grafites ajudam a evidenciar este ambiente complexo (“Onde os grafites gritam/não dá pra descrever”).

Ainda nesta estrofe, São Paulo é sintetizada nas metáforas das flores de um buquê, (“São Paulo é um buquê/Buquê são flores mortas/Num lindo arranjo, lindo, feito pra você”) que se apresentam sem vida – o arranjo ou a imagem buscam passar uma beleza (sensação positiva) que não condiz com um potencial estágio interior comparado à morte (sensação negativa). Como se as flores do buquê fossem os cidadãos automatizados pelo ritmo frenético da cidade, dispostos em sua lógica num ciclo acrítico. No verso “Arranjo lindo feito pra você”, a canção externaliza a vida ilusória e demasiadamente personalizada de um grande centro, contrastando com a homogeneização apresentada na metáfora do buquê.

A segunda estrofe reforça as ideias da primeira, usando alegorias que expressem esse vazio da vida na metrópole: “bares cheios de almas tão vazias”, ganância vibrante e vaidade excitada e uma vida não vivida e narcotizada pela lógica do capital, envolta de frustração e amargor (“mar de fel”). Todos os que aceitam o jogo para fazer parte da metrópole, em busca de um potencial desenvolvimento e ascensão social, fazem parte de um jogo cuja crença é comum a todos os envolvidos, bem como a aceitação de comportamento corrompido, por vezes, pecaminoso (“Aqui ninguém vai pro céu”).

Após dedilhado no piano, Criolo entra e canta novamente as duas primeiras estrofes. O ritmo do piano é mais rápido para acompanhar o *rapper*. Tanto no momento em que Nascimento canta “Aqui ninguém vai pro céu”, quanto Criolo, percebe-se que há a ausência do piano quando essa frase é dita. Após o solo de piano, o *rapper* canta a última estrofe, aberta com o verso “Não precisa

morrer pra ver Deus”, numa crítica à conversão e à crença em uma elevação a todo custo diante das lógicas do capital e do pertencimento à metrópole.

A última faixa do EP é “O tambor”, composição de Criolo e Arthur Verocai. A música apresenta elementos do samba e um *groove* que remete ao *funk* estadunidense, com presença de instrumentos de sopro. Pela composição harmônica, assemelha-se mais ao repertório de Criolo.

As três primeiras estrofes são cantadas pelo *rapper*. Na narrativa, percebe-se a inconformidade do narrador diante do *status quo* (“Chega de ser, de sofrer, de chorar”) – ou seja, a violência estrutural relacionada à população negra e periférica. A música pode ser entendida, assim, como um canto redentor. Porém, as vítimas desta violência parecem reagir a ela (“O meu canto é um sopro de um soco em vão/E também da carne que o homem comeu/E de todo sangue que se esqueceu”), a partir de agora – porém, não se sabe o desfecho desta tomada de consciência e ação (“Hoje o tambor vai se rebelar/ Onde isso vai dar?”).

Nascimento canta a quarta estrofe, onde o narrador revela que não sabe o que acontecerá ou o quanto doerá com as reações iniciadas. Mas ele reforça, como na primeira estrofe, que a violência estrutural ligada à dignidade (alegoria feita com a “fome”) é maior do que a violência física, uma vez que ela pode ser um rebaixamento da própria condição humana (“Mastigar toda desgraça com pão/Saliva com ódio num prato de arroz com feijão/Pra quem não sabe o que é humilhação” (...)) “Interminável é o dia em que a fome visita o irmão/ Pior que a fome é o dia de humilhação”).

Os dois músicos cantam juntos o refrão, que remete à violência sofrida pelas gerações anteriores, expressa nas alegorias provar “da carne que o homem comeu” e “do sangue que se esqueceu”. E endossam a tomada de consciência e ação, com o tambor que se rebela, inúmeras vezes indagando qual será o desfecho então. Apesar da presença da violência, a canção mostra certo otimismo, com o indivíduo ou o grupo de indivíduos tendo a tomada de consciência e reagindo às violências.

Videoclipes

O videoclipe de “Existe amor em SP” reforça a narrativa da canção e ganha novas potencialidades com as imagens da metrópole paulista no primeiro bimestre da pandemia. A sequência das três primeiras cenas do vídeo revela o clima inóspito em três símbolos da grande cidade: um de seus principais viadutos (Elevado Presidente João Goulart, popularmente conhecido como “Minhocão”), o desenho das linhas de trem e os prédios. São Paulo tem cerca de 12 milhões de habitantes e as cenas de suas ruas vazias, ora sujas, ora flagradas com passantes solitários, são o antagonismo da cidade em seu cotidiano.

Nas cenas onde há presença de pessoas, os personagens humanos são majoritariamente mostrados em solidão ou em condição de vulnerabilidade. A solidão expressa pode ser percebida na cena do homem que aparece sozinho na janela do prédio, em meio a dezenas de outras janelas, quando o verso “Os bares estão cheios de almas tão vazias” é cantado. Os vulneráveis podem ser representados pela mulher que bebe e lava a face com a água do bueiro, gesto que reforça a mensagem da voracidade da cidade e do atropelamento social que ocorre entre seus habitantes. O acesso à água e a prática do asseio são algumas das principais medidas no combate ao Coronavírus – e a mulher, possivelmente, representa aqueles os quais podem ser beneficiados pela campanha levantada pelo projeto #existeamor.

Fig. 2: Imagem que abre o videoclipe “Não existe amor em SP”, gravado no Centro de São Paulo.



Fonte: <https://existeamor.com/>. Reprodução 2020.

Fig. 3: *Frame* dos três músicos tocando ao vivo no videoclipe. Da esquerda para direita: Milton Nascimento, Amaro Freitas e Criolo.



Fonte: <https://existeamor.com/>. Reprodução 2020.

Fig. 4: Imagem de uma mulher bebendo a água que escoava para o bueiro.



Fonte: <https://existeamor.com/>. Reprodução 2020.

Por sua vez, o videoclipe de “Cais” usa a natureza como recurso para o narrador que se encontra em estado de inconformidade e desconforto. Gravado, sobretudo, com imagens feitas com drones (material de acervo do

diretor Beto Macedo feito no Nordeste brasileiro), o vídeo inicia com um barco à vela em meio à imensidão do oceano, no mar aberto – a câmera afasta-se, de modo a potencializar o tamanho do mar e diminuir o tamanho do barco naquele espaço, o que pode remeter ao incômodo latente do narrador na canção. A cena seguinte já mostra os três músicos (NASCIMENTO, CRIOLO E FREITAS) no estúdio.

Após vocalização de Nascimento, Criolo canta as duas primeiras estrofes. Na história audiovisual não aparecem pessoas nos *takes* feitos da natureza no entorno da praia nem no mar. Esta composição reforça a ideia de amplidão e distanciamento do narrador, sobretudo, potencializa a solidão descrita nos primeiros versos. Duas pessoas aparecem em um barco a remo na transição entre os versos “Invento em mim o sonhador”, cantado por Criolo e “Para quem quer me seguir”, cantado por Nascimento. As duas estrofes seguintes ficam a cargo da interpretação de Nascimento, onde as metáforas sinalizam que os elementos seguem alguém ou algo. Tal composição é notável na fila de três barcos no mar com cata-ventos de energia eólica ao fundo (“Eu quero mais/ Tenho um caminho do que sempre quis”) e no barco vazio que segue sendo empurrado por uma corda, o que indica a presença de outra embarcação para lhe ceder propulsão (“Eu sei a vez de me lançar”).

Quando os dois músicos cantam juntos “Eu queria ser feliz/Invento o mar”, uma pessoa sozinha aparece caminhando pela praia, enquanto a marola beija a areia da praia à esquerda e a natureza erma se revela à direita da tela. Como mimese da narrativa visual criada com a natureza, um foco de luz do estúdio onde estão os três músicos, remete aos *takes* onde aparece o Sol nas imagens abertas. O solo final de piano surge acompanhado de imagens da vegetação litorânea e de *takes* do mar agitado, com ondas quebrando: nestas tomadas revelam-se modos de encarar o mar, pois todos os pontos levam o observador a se deparar com o oceano. Há ainda a imagem da câmera submergindo, como se fosse o ângulo de uma pessoa nadando em alto mar. O clipe termina com a câmera fazendo o movimento contrário daquele do início do vídeo, dessa vez se aproximando do mesmo barco à vela, sem perder o ângulo aberto – um encontro do narrador com ele mesmo. Os três músicos aparecem como retratos individuais ao final do dedilhado ao piano.

As imagens de estúdio do clipe remetem à sofisticação musical e à produção do programa *Ensaio*, da tv Cultura – sobretudo à apresentação e à interpretação de Elis Regina⁶, em 1973, para “Cais”. A escolha dos ângulos que abordam os músicos envolvidos em ambos os vídeos é semelhante, assim como a escolha do recurso *p&b* para a identidade visual.

Fig. 5: Imagem que abre o videoclipe “Cais”. Cenas do oceano Atlântico, a partir do banco de dados de Cisma no Nordeste.



Fonte: <https://existeamor.com/>. Reprodução 2020.

Fig. 6: *Frame* do videoclipe “Cais”, com a presença dos três músicos.



Fonte: <https://existeamor.com/>. Reprodução 2020.

6. REGINA, Elis. **Cais**. Disponível em: <<https://bit.ly/3lpSP08>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Unidade criativa

A escolha das canções que integram o EP, os arranjos das composições, as interpretações, as letras das canções e a forma dos videoclipes são minuciosamente pensadas para compor uma unidade que leva a uma experiência de suspensão do ordinário, elevando assim o *status* dos artistas em questão. O projeto #existeamor, portanto, é construído sob um processo de auto referenciamento, em que o ouvinte é convidado à fruição de sua unidade, não somente de uma música em isolado. Além disso, como já mencionado, não se trata somente das composições dos artistas, mas também da produção de uma espécie de acontecimento artístico e de solidariedade, de caráter multifacetado e que não se resume a um objeto artístico ou a um disco. Muito distante de grande parte da carreira musical de Milton Nascimento, em que toda a energia de criação girava em torno da produção do álbum, o projeto #existeamor desfaz as barreiras entre criação artística e atuação política.

Criolo e Milton relatam em entrevistas que inicialmente o EP seria somente um registro da parceria dos artistas. Contudo, a gravação das músicas em São Paulo coincide com o início da pandemia de Covid-19 e o consequente isolamento social. A turbulência do momento torna inaceitável o lançamento do EP sem alguma menção aos acontecimentos. As equipes de produção de ambos os artistas, sensíveis à oportunidade de agregar potência ao projeto, sugerem uma guinada nos rumos do produto final, articulando as composições com uma posição mais enfática diante das consequências da pandemia: direcionar seus ouvintes para uma campanha solidária aos mais prejudicados com a pandemia e o isolamento social. Ao serem questionados sobre o surgimento da ideia da campanha solidária, Milton Nascimento atribui ao filho e empresário Augusto Nascimento e à Biba Berjeaut, empresária de Criolo, a articulação da campanha, expondo as contingências que os levaram à ampliação do projeto. Já Criolo atribui a elaboração da ideia como uma consequência da “Celebração da vida, da arte, do amor”, ressaltando o caráter coletivo de toda a equipe de produção do EP. Por meio de um discurso que exalta a voz de Milton Nascimento como a “Alma do nosso povo”, Criolo maneja as palavras, de modo a relacionar o tom de encantamento do encontro artístico a uma ação grandiosa e fraterna.

Milton: Toda essa articulação da campanha Existe Amor foi feita pelo meu filho, Augusto (que também é meu empresário), juntamente com a Biba Berjeaut, empresária do Criolo. E, depois que a gente gravou todas as faixas do EP, aconteceu a explosão dessa pandemia. Inclusive, duas das quatro músicas foram gravadas em São Paulo a poucos dias do início da quarentena. Então, a gente já estava vivendo todo esse problema ao mesmo tempo em que finalizamos a gravação. Por isso que nós não poderíamos simplesmente lançar o projeto sem contextualizarmos com esse momento atual. Criolo: Foi uma ideia coletiva de todos os envolvidos com este grande encontro, essa celebração da vida, da arte, do amor. Sobretudo, essa música que vem do Milton Nascimento, que vem da alma do nosso povo. Da energia da natureza, da nossa terra. Tudo isso se sublima na voz do Milton Nascimento, então nasce dessa equipe toda, que entendeu que a força que isso podia gerar tinha de ser canalizada para algo fraterno. Logo na sequência dos últimos dias de gravação a pandemia chegou com muita força, e a gente não pensou duas vezes e canalizamos toda esta boa energia para gerar algo grandioso pautado em afeto e solidariedade. (grifo nosso) (COURA, 2020. *online*)

Apesar da gravação das músicas ter antecedido o início da pandemia de Covid-19, a produção dos videoclipes foi posterior à adoção das medidas de isolamento social, apresentando imagens impactantes do vazio da cidade de São Paulo, impensáveis num passado recente anterior à pandemia. Os videoclipes destacam personagens marginalizados que continuavam nas ruas por não ter onde se abrigar, atribuindo, assim, um novo sentido às músicas e sensibilizando o espectador para a campanha para fundo solidário.

O lançamento do projeto foi feito em 23 de abril de 2020, quando “Não existe amor em SP” foi projetado ao vivo em um prédio no centro da capital paulista, sendo transmitido também via YouTube e Instagram dos dois artistas. Caixas de som foram espalhadas em algumas ruas da cidade e emitiram a canção entre os prédios. As imagens da cidade esvaziada do videoclipe se camuflavam em meio à própria disposição das construções e da iluminação

da cidade, bem como as imagens agigantadas de Nascimento, Criolo e Freitas, como que surgiam das entranhas de concreto, sugerindo um alento e, ao mesmo tempo, uma crítica ao isolamento desigual para os moradores de São Paulo. Em entrevista com Fábio Abreu, membro da produtora Saigon, a equipe de Criolo foi apontada como a responsável pela transmissão ao vivo do videoclipe. Dessa forma, o diálogo da música com os acontecimentos sociais e políticos não se encerra em sua poesia, mas também dialoga com o momento da releitura, através do videoclipe e da transmissão em meio ao isolamento social. Um dos diretores, Denis Cisma, já desenvolveu outros projetos com a produção de Criolo, como o videoclipe “Boca de lobo” (2018), em que as estratégias de projeção e divulgação consistem em se remeter aos acontecimentos políticos do momento, bem como o uso de pistas de acontecimentos ou produtos culturais, os *eastereggs*.

Fig. 7: Exibição ao vivo, projetada em um prédio do Centro de São Paulo.



Fonte: <https://existeamor.com/>. Reprodução 2020.

Afinados com as mais recentes estratégias de *marketing*, as quais se utilizam da sensibilização a partir de um evento que extrapola um objeto artístico para fazer viralizar comentários e atuações em rede, o projeto #existeamor foi montado de modo ampliar a experiência do ouvinte, se utilizando da lógica de algoritmos em rede - indo além da relação que envolve o consumo da música calcada na compra de discos ou acesso via rádio. A lógica do projeto remete à própria lógica das redes sociais, com provocações que conduzem o usuário a certos caminhos. Dessa forma, #existeamor apresenta-se montado para o formato *streaming* utilizando-se, sobretudo, as plataformas Spotify e YouTube, para disseminar os conteúdos relacionados às músicas, e Benfeitoria, para que o usuário possa efetuar a doação e ler informações sobre a mesma. Isso leva o ouvinte ora a imergir na lógica de engajamento de audiência, acessando as músicas envolvidas e também as obras de Milton Nascimento e de Criolo, ora a converter este interesse, provocado pelo carisma dos artistas, em doação para a campanha apoiada pelo projeto. Nota-se, ao analisar os agentes envolvidos em todo o processo de produção do projeto⁷, um maior protagonismo da equipe de Criolo.

A direção musical de todas as faixas do EP é assinada por Daniel Ganjaman, parceiro de Criolo desde o lançamento de **Nó na orelha** (2011). O formato do projeto, em que se evidencia o caráter multifacetado, extrapolando um objeto artístico, e que é montado de modo a se relacionar com acontecimentos políticos e sociais, é característico da carreira de Criolo. Trajetória bem distinta é a de Milton Nascimento, que dependeu de contratos com gravadoras ao longo da carreira, concentrando seus esforços em discos. A equipe de produção de Milton Nascimento, ao assumir a posição de administrar o legado vivo da assinatura do compositor, desempenha um papel de endossar os movimentos de estratégias de *marketing* da equipe de Criolo. Quando questionado sobre o financiamento do projeto, Fábio Abreu, finalizador da produtora Saigon, aponta para a gravadora de Criolo os trâmites monetários.

7. Para conhecer a distribuição de funções e aglutinações do projeto, acesse o gráfico "Ficha técnica do projeto #existeamor". Disponível em: <<https://bit.ly/3nvdmmV>>. Acesso em: 24 set. 2020.

Teve [investimento] da gravadora do Criolo, eu acho. Mas pouca grana. Pra gente, ele saiu basicamente num custo zero. Acaba sendo mais um lado gratificante de você poder participar disso, do que realmente você conseguir pagar as contas. (...) É muito legal, porque ao mesmo tempo é muito mais gratificante, mesmo você não recebendo, do que você fazer um projeto publicitário, que você ganha grana, mas ao mesmo tempo tem todo um lance frustrado de ser mais um lixo na televisão sabe? (sic)⁸

Interessa notar a proximidade do projeto com o universo publicitário. A Saigon⁹, produtora de filmes publicitários, possui em seu portfólio campanhas de grandes marcas como Volkswagen, Skol e Vivo, e Denis Cisma como um dos seus diretores. A fala de Fábio Abreu revela os ganhos simbólicos (mais do que monetários) da produtora ao participar de um projeto artístico dessa magnitude, ressaltando sua satisfação em fazer parte de um projeto que ficará para posteridade. É possível entrever que os agentes que participaram dos processos de produção das várias facetas do projeto também sustentam e colocam em operação o tom de encantamento, delineado tanto nas falas dos artistas, como nas escolhas das parcerias e mesmo nas formas das composições. Um padrão estético “antigo” na produção dos videoclipes foi priorizado pela produtora, diretores e demais agentes, como fica patente na declaração de Abreu.

O padrão p&b (...) a parte de estúdio já foi pensado em preto e branco. Então, as imagens do centro [de São Paulo] não tinham porque serem colorida. Então, a ideia, lá atrás, já era de fazer o encontro dos dois [Nascimento e Criolo] em preto e branco. (...) Ele todo foi pensado como se fosse uma maneira antiga, então ele tem grão de negativo, ele é como se fosse capturado em película. (sic)¹⁰

8. Entrevista concedida por Fabio Abreu às pesquisadoras em 08 set. 2020.

9. A produtora Saigon também assina a produção do videoclipe “Boca de lobo”, o que reitera que a escolha dos parceiros se deu por meio dos contatos da equipe de Criolo. Disponível em: <<https://www.saigon.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

10. Idem.

Fábio Abreu descreve o processo de produção dos videoclipes, principalmente a sua finalização, que consiste em fazer o tratamento das imagens já editadas, trabalhando com texturas e filtros que arrematam a aclimação das imagens. A descrição sobre as opções pelo formato *pebb*, bem como sobre as texturas escolhidas (em “Grão negativo, (...) como se fosse capturado em película”) revelam a intenção de conferir aos videoclipes uma tonalidade de um objeto artístico “clássico”, salientando assim a presença de Milton Nascimento. Dessa forma, o tom sublime que caracteriza o projeto é colocado em operação também pelos agentes dos bastidores da produção, o que revela o caráter coletivo do processo de produção da sacralidade artística. Todos os envolvidos no projeto, alguns mais outros menos, recebem como que por contágio parte dessa sacralidade, ao mesmo tempo que a colocam em funcionamento, acrescentando elementos que reforçam a crença em tal posição social potente.

O momento de suspensão do cotidiano vivido por todos e a incerteza do futuro provocado pela pandemia do Covid-19 são experiências colocadas em diálogo com o projeto, e que provocam uma sensibilização adicional à experiência da escuta das canções. Portanto, a campanha de doação foi impulsionada, principalmente, com o lançamento dos videoclipes de “Não existe amor em sp” e “Cais”. Ao final dos videoclipes, antes dos créditos da produção, mensagens sobre a campanha aparecem sob fundo preto, remetendo diretamente ao nome do projeto: Existe Amor. Portanto, a relação do nome do projeto com a música “Não existe amor em sp” e as imagens do videoclipe sugere que o incômodo provocado pela canção e imagens conduza o ouvinte a negar a inexistência do amor e tomar uma posição mais ativa diante do horror narrado, permitindo que este possa intervir nos acontecimentos que o cerca. Dessa maneira, o projeto #existeamor retira o ouvinte da passividade e o empodera. Segundo consta na apresentação do site do projeto:

Vivemos um período sem precedentes e ficar em casa é tarefa de todos. No entanto, mais de 40 milhões de brasileiros não têm casa ou vivem em condições de vulnerabilidade social. Dois ícones de diferentes gerações se uniram para mostrar que o amor precisa existir.

Da sensibilidade de Milton Nascimento e Criolo nasce *Existe Amor*, um EP com 4 músicas que registra a parceria desses dois músicos, com convidados como Amaro Freitas e Arthur Verocai. Esse EP é o começo de um movimento que usa a arte como ferramenta de transformação para convidar todos, pessoas físicas e jurídicas, a espalharem o amor através de uma campanha com fundo solidário para a população em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia do COVID-19.¹¹

Ao posicionar o EP como “O começo de um movimento que usa a arte como ferramenta de transformação”, os artistas se lançam em direção à discussão sobre as funções da arte e demonstram destoar de uma posição típica do artista e da arte que consiste em afirmar uma ação desinteressada, ressaltando assim sua independência com relação a qualquer contingência mundana (BOURDIEU, 1996). Por outro lado, ao relacionar a arte com a transformação social, os artistas se aproximam da afirmação da arte engajada que fez história no cenário cultural brasileiro, principalmente no período da ditadura militar. Também caminha em direção ao posicionamento do *rap* brasileiro em se opor frontalmente ao “sistema” e, muito frequentemente, afirmar uma intenção de conscientização periférica sobre as desigualdades sociais. Contudo, o que o projeto *#existeamor* revela, a partir das elaborações sobre sua intenção e também a partir da aclimação que o projeto sugere, é um caminho alternativo de engajamento. A arte contribuiria, a partir dessa posição, para uma aglutinação de forças, de uma forma afetiva, para resistir ao obscurantismo e somar esforços para amparar os maiores prejudicados tanto pela pandemia, quanto pelas ações (e inações) do Estado do momento. A fala de Milton Nascimento expressa essa posição.

A arte em geral, não só a música, é o que ainda faz com que as pessoas possam resistir com suas próprias forças. Por isso ela é tão importante. Ainda mais num momento obscuro como este que estamos vivendo agora.

11. Texto de apresentação do projeto *#existeamor*. Disponível em: <<https://existeamor.com/>>. Acesso em: 8 set. 2020.

Temos um governo que não confia na ciência, que faz piada com a palavra de cientistas renomados e que, além de todo esse absurdo diário, ainda tem um absoluto desprezo pela arte de seu próprio país. É uma tragédia sem parâmetro. (PINHEIRO, 2020, *online*)

Desse modo, tanto Criolo quanto Milton, por meio do projeto #existeamor, se posicionam neste arranjo de forças que, devido aos acontecimentos políticos e sociais, demanda tomar partido, agregando valor aos seus status ao lançarem mão de uma ação mais efetiva. O poder extraordinário enquanto uma possibilidade confiada é depositada em Milton e Criolo, e fica bem expressa na descrição de ambos enquanto “Dois ícones de diferentes gerações”. A junção de suas distinções e o reconhecimento de ambos enquanto produtores no campo da arte e do entretenimento, constitui o posto que ocupam. É a partir desta crença que o projeto #existeamor espera mobilização para as doações, sendo aquilo que se denomina amor, o carisma impulsionador para que o indivíduo que se identifique com os músicos ou com a causa possa doar na plataforma *on-line* mediada pelo Benfeitoria.

A conversão do carisma em doação monetária para a campanha foi bem sucedida, como mostra o site do projeto, alcançando a meta de R\$ 125.000,00 em oito dias. Ressalta-se que até 16 de setembro de 2020 o valor arrecadado era de R\$ 235.415,00. Ainda segundo a descrição do site do projeto, os valores em dinheiro seriam empregados na aquisição de refeições, moletons, cobertores, *kits* de higiene e cestas básicas.

Conclusão

Para compreender a experiência multifacetada oferecida por #existeamor, é necessário atentar-se ao sistema de retroalimentação constante de seus conteúdos e elementos. Ou seja, a partir de sua constituição e montagem, o projeto se auto referencia a todo momento, seja na dependência da sacralidade vinda do clássico, seja pela inovação construída a partir da criatividade e da lógica de algoritmos e dados. Estes mecanismos funcionam tanto para a divulgação e a projeção do material todo, assim como impulsiona as canções clássicas e as que são novidade ao grande o público.

Desse modo, #existeamor reforça ainda as versões originais das quatro músicas que compõem o EP, valorizando também artistas como Gal Costa e Arthur Verocai e introduzindo Amaro Freitas como nova possibilidade de jazz e improviso (características de distinção musical costumeiramente atribuída aos trabalhos de Milton Nascimento). Portanto, o público é atraído ao projeto devido ao entrelaçamento de dados, conteúdos e estratégias que o envolvem: as músicas, os cliques, a campanha de doação ou mesmo o carisma dos artistas envolvidos.

Vale dizer também que o conteúdo do projeto, sobretudo, as canções e os cliques proporcionam ao usuário (ouvinte e espectador) uma emulação da saudade. Tal sentimento nostálgico refere-se tanto à experiência de fruição das músicas em seus contextos de lançamento, aos produtos audiovisuais em p&b, à relação do apreciador com os artistas ou ainda ao conhecimento de mundo anterior à pandemia de Covid-19, onde o isolamento social não era estabelecido como medida de segurança. Desse modo, #existeamor carrega a mimese de um sentimento de liberdade ancorado na esperança e tomada de consciência crescentes e narradas tanto no EP quanto nos videocliques e, de certa forma, com anseios materializados com a mobilização em prol da doação às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Referências

BORÉM, Fausto; LOPES, Wilson. Novena (1964) de Milton Nascimento e Márcio Borges: primórdios... **Per Musi**, Belo Horizonte, n. 30, 2014, p. 24-39.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuições para uma economia de bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2006.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COURA, Guilherme. Milton: “Estamos em um dos momentos mais graves da história”. **Terra**, 15/05/2020 [online]. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/musica/milton-estamos-em-um-dos-momentos-mais-graves-da-historia,6a17aaae43a302bad5448aa9a1ee21e04b58qqxj.html>>. Acesso em: 8/06/2020.

DINIZ, Sheyla Castro. **“... de tudo o que a gente sonhou”** – amigos e canções do Clube da Esquina. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2017.

DUARTE, Maria Dolores Pires do Rio. **Travessia** – a vida de Milton Nascimento. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GATTI, Vanessa V.B. **Súditos da rebelião**: estrutura de sentimento da Nova MPB. São Paulo: Alameda, 2019.

MENDES, Vinícius. O disco de MPB esnobado em 1973 que virou cult no rap americano atual. **BBC News**, 26 agosto 2018. Disponível em: <<https://bbc.in/3lrlIKl>>. Acesso em: 10 set. 2020.

OLIVEIRA, Acauam Silvério de. **O Fim da canção? Racionais MC's como efeito colateral do sistema cancional brasileiro**. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2015.

PINHEIRO, Pedro Henrique. “Encontro de Almas”: Milton Nascimento e Criolo falam com o TMDQA! sobre projeto em parceria. **TMDQA**, 15/06/2020 [online]. Disponível em: <<https://bit.ly/3nsDFLn>>. Acesso em: 8 ago. 2020.

SILVA, Kristoff. **Contribuições do arranjo para a construção de sentido na canção brasileira**: análise de três canções de Milton Nascimento. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: 1780-1950. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

Vídeos

Existe amor em SP. Conteúdo lançado no dia 23 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vwjVbpKITUc>>. Acesso em: 20 set. 2020.

Cais. Conteúdo lançado no dia 1º de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OY_JspW87jE&ab_channel=MiltonNascimento>. Acesso em 20 set. 2020.

Recebido: 09/10/2020

Aceito: 28/11/2020

Oficina Virtual de Construção de Tambor Afro-brasileiro: uma expressão decolonial e antirracista saudando nossa ancestralidade

Virtual Workshop for the Construction of Afro-Brazilian Drum: a decolonial and antiracist expression of our ancestry

Jaime Rodrigo da Silva Miranda¹

1. Graduado em Zootecnia (UFV, 2001), com mestrado em Extensão Rural (UFV, 2008). Professor da Área Extensão Rural e Metodologia da Ciência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Orcid: 0000-0002-5520-4823. jmird@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo discute a Oficina Virtual de Construção de Tambor Afro-brasileiro como um processo arte-educativo de afirmação da ancestralidade africana em nosso país, ante um cenário político em que racismo e discriminação contra o povo negro ainda se constituem práticas cotidianas. Considerando que várias formas de opressão a afrodescendentes estão na base funcional da estrutura social brasileira, aspectos ligados à ideologia da miscigenação e à hegemonia do cristianismo ocidental são problematizados. Sendo o Brasil a maior população católica e segunda população cristã do planeta, a valorização da inter-religiosidade e de experiências religiosas não hegemônicas se tornam relevantes instrumentos a favor de oprimidos, tendo em princípios da Teologia Negra um patamar referencial. A ancestralidade espiritual e musical afro-brasileira é, assim, abordada como uma forma de afirmação decolonial em que diversos tambores e linguagens artísticas têm poder. Inicialmente, o texto descreve o processo artesanal de construção de um rústico instrumento

percussivo e discute sua conversão em oficina virtual em tempos estranhos de isolamento e intensificação de virtualidades.

Palavras-chave: Racismo; Ancestralidade afro-brasileira; Tambores; Afirmção decolonial.

Abstract: This article discusses the Virtual Workshop for the Construction of Afro-Brazilian Drum as an art-educational process of affirming African ancestry in our country, face of a political scenario in which racism and discrimination against black people are still everyday practices. Considering that various forms of oppression against Afro-descendants are at the functional base of the Brazilian social structure, aspects linked to the ideology of miscegenation and the hegemony of Western Christianity are problematized. Like Brazil is the largest Catholic population and the second Christian population on the planet, the valorization of interreligiousness and non-hegemonic religious experiences become relevant instruments in favor of the oppressed people, having in the principles of Black Theology a benchmark level. Thus, Afro-Brazilian spiritual and musical ancestry is approached as a strong statement of this decolonial path, over which the different drums and artistic languages have power. This text starts by a description of the artisanal process of building a rustic percussive instrument and points its conversion in the virtual workshop in these strange times of isolation and intensification of virtualities.

Keywords: Racism; Afro-Brazilian ancestry; Drums; Decolonial statement.

Introdução

Muitas experiências culturais afro-brasileiras do presente emergiram na ancestralidade que fundamenta suas existências, tornando-se expressões de afirmação da cultura negra e também expressões antirracistas e decoloniais. Com a realização da oficina que intitula este trabalho, busca-se contribuir para a compreensão desta relação, a partir da experiência com confecção de tambores de percussão. A motivação da oficina veio do interesse de valorizar a cultura ancestral e do reconhecimento da necessidade de combater o racismo estrutural.

Atualmente, a difícil adaptação e convivência com um cotidiano profundamente alterado por uma pandemia se soma a uma séria crise de civilidade intensificada por crimes contra direitos humanos, incluindo racismo e injúria racial. Dentre outros exemplos, o extermínio de jovens negros em áreas da periferia pela polícia militar fluminense e casos de assassinatos registrados em vídeos dentro e fora do país (como o do cidadão estadunidense George Floyd, ocorrido em 25 de maio de 2020) acarretam repercussões sobre a violência seletiva imposta a pessoas negras no Brasil e no exterior, revelando como o racismo ainda se mantém como um dos elementos determinantes das relações de poder.

O presente artigo apresenta a oficina virtual como um processo de educação não formal em tempos de pandemia associado a uma discussão sobre o racismo em suas origens e em suas diversas dimensões atuais em nosso meio, abordando também a presença dos tambores no processo de transformações desse estado de opressão.

Motivação da proposta

A oficina surgiu de diferentes situações: a experiência que há vinte anos desenvolvo na arte de confecção de instrumentos de percussão (embora não seja meu trabalho oficial), o momento de isolamento social causado pela pandemia de covid-19 que me impede de realizar ações extensionistas presenciais e uma extrema indignação com práticas racistas ocorridas em 2020. Por um lado, o projeto permite intensificar o contato com uma parte de minha história de vida, onde posso “meter a mão na massa” em tempos de isolamento e intensificação do convívio com o mundo das telas; por outro, dá vazão à minha indignação com episódios de racismo em um país de maioria populacional preta e parda, como é o Brasil, possibilitando-me exaltar o valor do povo negro ancestral e afrodescendente.

A mencionada experiência de 20 anos foi construída com base no conhecimento popular, não tendo nenhuma formação teórica na área musical e nem realização de cursos que integrem esse caminho. Para tanto, ainda me benefico de fatores como convívio com pessoas que tiveram acesso a esses saberes, visitas a Mestres construtores, participação em manifestações afro, inserção em

grupos de Capoeira de Angola, vivências de construção e doação de tambores a amigos, momentos de musicalidades em bandas, rodas, bares, espaços artísticos e até exposição de tambores em festival de música me oferecem segurança quanto à realização do trabalho. Além disso, no ano de 2012, ministrei um curso presencial de construção de tambores para estudantes de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) da UFRRJ¹.

Os resultados obtidos após este curso me motivaram a executar esta jornada que apresento como um projeto de educação não formal, a partir do compartilhamento de minha experiência e visando à valorização das experiências do povo negro, num momento socio-político em que, somadas às práticas de racismo e injúria racial, tem-se no país maior número de mortes por Covid 19 entre a população negra².

Maria G. Gohn (2020), baseada em suas considerações desenvolvidas ao longo de muitos anos de experiência como o tema, afirma que

a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. [...] Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política [...] A música tem sido, por suas características de ser uma linguagem universal, e de atrair a atenção de todas as faixas etárias, o grande espaço de desenvolvimento de programas e projetos da educação não formal (GOHN, 2020, p. 12-13).

O formato virtual da oficina nasce da impossibilidade de fazê-la

1. Atividade de extensão universitária que contou com a participação de 23 estudantes, dois professores coordenadores da Licenciatura e um convidado de um grupo de Capoeira Angola.

2. Considerando excesso de mortes como sendo o número de mortes superior ao esperado para o período com base em uma série histórica: sabe-se que no Brasil houve em 2020 um excesso de 27,8% de mortes para população negra (pretos e pardos) e 17,6% para brancos, indicando disparidades sociais que impactam mais os negros na pandemia. (COLLUCCI, 2021)

presencialmente com um público específico e limitado; em contrapartida, aproveitamos recursos tecnológicos e diversas ferramentas digitais que têm sido cada vez mais aplicadas à educação no contexto da pandemia e, assim, pensamos que a oficina possa chegar a abranger públicos mais amplos e diferenciados. Espero que a realização da oficina neste novo formato, permita aos espectadores e espectadoras virtuais conhecer mais sobre a arte da construção e o valor da cultura afro mediada pelos instrumentos.

Não há um processo ritualístico específico na confecção do tambor que é objeto central da oficina. A proposta não se assenta em vínculos de natureza religiosa, doutrinária ou de pertencimento a algum grupo cultural distintivo por parte de seu autor. Posiciono-me como um amador, em dois sentidos: “o que gosta muito de algo [...] e] aquele que, por gosto e não por profissão, exerce qualquer ofício ou arte” (GUERRA, BRANDÃO, SARROUY, 2019, p. 32).

Para a Sociologia da Música, este trabalho amador pode produzir muitas contribuições a partir do papel de mediação assumido pelos tambores. Sob a perspectiva de Antoine Hennion (*apud* GUERRA, BRANDÃO, SARROUY, 2019), a visão generalizada da sociologia tratar a arte como mero reflexo da sociedade precisa ser problematizada. Hennion aponta a limitação desse tipo de análise, defendendo que a arte não é apenas reflexo das relações sociais, mas também é produtora da sociedade, causando impactos nas relações sociais. No caso da música, “é tudo menos música, são os fatores que a produzem” (GUERRA, BRANDÃO, SARROUY, p. 38). Nesse sentido, revela-se o papel de mediação, na medida em que a música e o objetos de arte carregam e expressam implicitamente em si uma rede composta por uma série de personagens, de atores sociais, de dispositivos materiais e institucionais com papéis complementares e concorrentes, relativamente fixos nas coisas.

Esta cadeia de mediações é infinita, mas quando falamos de música incluímos o instrumento, o local de concerto ou de registro, o envolvimento do músico ou do corpo do ouvinte, as sensações e emoções envolvidas na experiência musical. A mediação também inclui o discurso em suas diversas formas: o discurso dos compositores, o discurso dos músicos [...]

discurso das instituições e da indústria da música, os discursos dos “amadores.” (HENNION *apud* GUERRA, BRANDÃO, SARROUY, 2019, p. 39)

O tambor assume o papel de mediação por se constituir como objeto artístico musical não por mero resultado do emprego de técnicas para sua confecção, mas por apresentar uma expressão relevante em si mesmo a partir de uma rede de interações envolvendo vários atores, processos e sentidos que, em meu caso ao longo de anos, possibilita-me criar um instrumento, mas num tipo de criação que só foi possível devido a essa rede que implica uma coletividade para sua concretização. “Uma Sociologia da Música atenta ao trabalho da mediação deve, portanto, ir em busca dessa criatividade distribuída (que não é subtraída ao compositor mas também não lhe é exclusiva)” (FERREIRA, 2010, n.p.).

Descrição do processo de construção do tambor

O termo “construção do tambor” está sendo utilizado para tratar de um conjunto de técnicas empregadas em quatro tipos de materiais, com uso de ferramentas e instrumentos específicos para formatar peças de tambor e agrupá-las de modo a conformar um único e novo instrumento musical. Este processo foi realizado e gravado por mim, em minha casa, sem presença de outras pessoas devido ao isolamento social, numa área coberta, cercada por quintal gramado e arborizado. O conjunto destas gravações será divulgado como material audiovisual.

Estruturalmente, o tambor - Ngoma³ - se estrutura a partir de um tronco de madeira oco sobre o qual uma pele de mamífero tratada é esticada – no caso, pele de carneiro. O sistema de aros e encordoamento para sustentação da pele nessa peça é também utilizado na confecção de outro ancestral tambor africano: o Djembé⁴.

3. Ngoma é o nome genérico de tambor originário dos grupos bantos da região sul do continente africano, de Angola ao norte de Moçambique. (LAZZARY, 2016)

4. Originário da Guiné, África Ocidental, é um instrumento tradicional sobretudo na região Mandingue que compreende os países Mali, Senegal, Costa do Marfim, Burkina Faso, e Guiné. (LAZZARY, 2016)

As etapas de construção foram gravadas em câmera de celular afixada sobre uma escada. Cada etapa foi documentada, destacando seus respectivos materiais e demonstrando os procedimentos, que são:

1 – Madeira e tratamento do tronco para caixa de ressonância: desbaste da madeira com facão; acabamento com formão; lixamento; enceramento com cera de carnaúba (material natural extraído da carnaúba que é uma palmeira nativa do Brasil), fixação de apoios (pés) na base do tronco;

2 – Metal e a confecção dos aros: confecção de dois aros de metal para suporte da pele, a partir de vergalhões de construção civil;

3 – Couro animal e fixação da pele: fixação da pele aos aros e ao tronco para ser esticada;

4 – Cordas e sistema de amarração: trançado inicial de cordas no aro e na caixa de ressonância para esticamento da pele e emissão de som.

5 – Raspagem dos pelos e afinação do tambor: última etapa, quando os pelos da superfície do couro que receberá os toques são raspados com lâmina e uma nova amarração é realizada para aumentar a tensão nas cordas, deixando o som do instrumento mais agudo conforme a sonoridade desejada.

Além dessas cinco partes, o audiovisual que está sendo produzido será composto ainda por alguns vídeos de apresentação, contextualização social da proposta e encerramento.

Na execução e gravação de cada etapa, há um fundo musical acionado em pendrive. No repertório, canções de artistas e bandas majoritariamente negros: Banda Reflexus, Clementina de Jesus, Paulinho da Viola, Milton Nascimento, Itamar Assunção, O Rappa, Zé Ramalho, Martinho da Vila, Edson Gomes, Jorge Benjor, dentre outros. As canções, ao final do processo, são identificadas quanto a seu nome, compositores e intérpretes.

O tempo total de duração em vídeo desta oficina é de uma hora e trinta minutos e o material será disponibilizado no aplicativo Instagram, com prévia divulgação nesse e em outros apps e redes sociais (whatsapp e facebook, por exemplo), além de amigos, colegas, estudantes e instituições.

O tambor produzido nesta oficina virtual recebeu o nome de “Grande Barrote”, em homenagem ao agricultor familiar Antonio Carlos, um amigo

negro que me cedeu o tronco a partir de uma árvore que perdera sua sustentação e naturalmente tombou em seu lote. Ao perguntá-lo sobre o nome da árvore, Antonio informou que costumam chamá-la de Barrrote. Então, o instrumento se chama Grande Barrote, numa saudação à floresta e ao amigo que me forneceram o material rústico.

Abaixo, imagens da primeira etapa e da peça confeccionada. O tambor apresenta 70 centímetros de altura e 98 de diâmetro.

Figura 1: Tronco e pele no início da confecção do Grande Barrote.



Fonte: acervo pessoal do autor.

Figura 2: Grande Barrote concebido após etapa nº 5.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Embora a oficina não conte com a participação presencial de pessoas possivelmente interessadas em vê-la virtualmente e, mesmo que não seja possível trazer em seu contexto todo o processo envolvido na construção, um simbólico valor sentimental de minha parte está tacitamente contido em suas

entrelinhas: notadamente, as amizades construídas com agricultores residentes em assentamentos de Reforma Agrária, necessários e negligenciados pelos poderes públicos em nosso país e em que atuei como Extensionista Rural. A obtenção da caixa de ressonância e da pele de carneiro foram possíveis nessa conjuntura, fazendo com que, de alguma maneira, a oficina remeta ao debate sobre o acesso a terras no Brasil, direito negado às populações negras com a Lei de Terras de 1850 e mesmo após a abolição de 1888, revelando traços do caráter racista de nosso ordenamento político que perduram desde o Império.

A ideologia da miscigenação

A diáspora africana, compreendida num primeiro momento como a dispersão de povos africanos principalmente para as Américas através dos oceanos Atlântico, Índico e Mar Vermelho, iniciada no séc. xv (LOPES, 2014), constitui o evento pelo qual se realizaram contatos étnicos e elaborações culturais que nos abrem caminhos para tratar de africanidade, ancestralidade afro-brasileira e racismo no Brasil.

Para Da Matta (1987), o “racismo à brasileira” está contido na “fábula das três raças” que se arma geometricamente a partir de uma triangulação étnica envolvendo brancos, índios e negros e que vem sendo utilizada empírica e cientificamente como recurso ideológico na construção da identidade social do brasileiro. A “fábula das três raças” se configurou na forma ideológica criada pela elite nacional diante da necessidade de reorientar os sistemas de hierarquia vigentes no movimento de independência, buscando mecanismos capazes de legitimar as diferenças internas no país. Trata-se de uma ideologia dominante, que permite visualizar nossa sociedade como algo singular sugerindo um encontro harmonioso entre as três raças, mas que desde o final do séc. xix carrega um racismo ancorado na dificuldade de se pensar o Brasil e sua hierarquia social por parte tanto dos eruditos quanto do popular.

A fábula das três raças junta as 2 pontas da nossa cultura: o popular e o elaborado. Os três elementos: o branco, o negro e o indígena, claro que foram importantes na nossa história, mas há uma diferença entre a presença

empírica dos elementos e seu uso como recurso ideológico na construção da identidade social brasileira. [...] É uma faceta da história do Brasil vista pelo seu prisma mais reacionário: como uma história de “raças”, não de homens. (DA MATTA, 2009, n.p.)

O ideário de uma identidade nacional a partir da miscigenação condiciona o surgimento da ideologia da “democracia racial” que, segundo Almeida (2018), coincide com o início do projeto de adaptação do Estado e da sociedade ao capitalismo industrial dos anos 1930, havendo por um lado uma incorporação material da população negra que passa a compor as classes operárias e populares urbanas e, por outro, uma incorporação simbólica que designou o elemento “afro” apenas como origem de uma cultura definida como regional, mestiça e crioula. A ideologia da democracia racial produz um “discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade social diante das especificidades do capitalismo brasileiro” (ALMEIDA, 2018, p. 141).

Abdias Nascimento (2016) desmascara o mito da democracia racial, denunciando diversas formas pelas quais o racismo institucionalizado no Brasil se ampara sob a lógica falaciosa da harmonia entre as três raças gerada pela miscigenação. Tal falácia é defendida por autores como Gilberto Freyre que, em sua teoria lusotropicalista, afirma a incapacidade dos humanos em erigir civilizações importantes nos trópicos, exaltando assim o êxito português em criar a partir da miscigenação cultural e física entre brancos, negros e índios “não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas, tanto na África como na América” (p. 49).

Para Nascimento (2016), a democracia racial deve ser compreendida como uma metáfora que designa o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como nos Estados Unidos e nem legalizado como no período do “*apartheid*” na África do Sul, mas institucionalizado nas esferas de governo e profundamente penetrante na sociedade em suas dimensões sociais, psicológicas, econômicas, político e culturais. Desde a influência da Igreja Católica na legitimação da escravidão na América colonial à deturpação do sentido original de cultos afro-brasileiros em narrativas literárias que sexualizam as personagens mulheres nos terreiros, o

autor apresenta os efeitos perversos que a ideologia da miscigenação imprime à existência das populações negras no país:

Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. (NASCIMENTO, 2016, p. 111)

O racismo, dissimulado pelo sofisma da “democracia racial” se encontra como elemento estruturante de mecanismos ideológicos que direcionam os olhares sobre nossas diferenças e desigualdades para longe de onde elas concretamente se fundam.

Para além das construções de uma identidade nacional via miscigenação, outro período de nossa formação social deve aqui ser tratado. Na efetividade do processo colonizador se consolidam as relações de poder em nosso território, criando as bases para legitimação da escravidão e da pretensa superioridade racial branca, estabelecendo assim o racismo como elemento orgânico de nossas relações políticas e econômicas. O cristianismo institucional hegemônico atrelado aos poderes políticos dominantes foi agente de viabilização dessa estrutura de dominação.

O cristianismo hegemônico colonizador

Por séculos, durante o período feudal, o cristianismo institucional acumulou riqueza material através da incorporação de grandes quantidades de terra a seu patrimônio, venda de indulgências, doações, tributos, esmolas e isenção de impostos.

Simultaneamente à construção de seu império patrimonial, as instituições vinculadas ao Clero estabeleciam o domínio monopolizado do saber,

mediante controle do sistema educacional formal e submissão das áreas do conhecimento à Filosofia e à Teologia cristãs. Conforme Moroz e Rubano (2007), a influência da Igreja se estendeu ao campo jurídico, político, ético e moral, incorporando os saberes da filosofia grega (principalmente de Platão e Aristóteles) e adequando-os às doutrinas religiosas para justificar as verdades da fé. A concepção hierárquica e estática do Universo presente na herança filosófica permeou a formulação dos princípios políticos, éticos e morais que marcam o período feudal, estando a Igreja no topo da hierarquia.

Ainda na Idade Média, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, dois dos principais filósofos e teólogos do cristianismo buscaram dar respostas a questões sociais complexas e contraditórias em relação aos princípios da ética proveniente de Jesus Cristo, como a escravidão humana. O primeiro pensador, no séc. IV, a justificava como uma expressão do consentimento de Deus, entendendo o Criador como condutor de tudo o que ocorre no Universo, sugerindo ao escravo sujeição a seu mestre que, por sua vez, deve sujeitar-se ao Império (MOROZ, RUBANO, 2007). O segundo, no séc. XIII, negava a escravidão como condição natural do homem, defendendo uma razão utilitária a tal condição, sendo útil ao escravo ser governado por homem mais prudente e útil a este último ser ajudado pelo escravo (BARBOSA, 2011).

As proposições desses pensadores surgiram em um contexto anterior à diáspora africana. Contudo, suas argumentações já apontam a busca por justificação da condição do escravo por parte da Igreja, o que se manteve no período da colonização das Américas.

Segundo Nascimento (2016), padre Antonio Vieira, na Bahia de 1633 pregava aos escravos a necessidade de sujeição e obediência a seus senhores, mesmo os maus e injustos, “porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar” (NASCIMENTO, 2016, p. 62). O jesuíta os instruíu a darem infinitas graças a Deus “por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazido a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos e vos salveis” (NASCIMENTO, 2016, p. 63). A ideologia expressa por Vieira da aceitação humilde pelo escravo de toda sorte de abusos evidencia que o cristianismo “em

qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos” (NASCIMENTO, 2016, p. 63)

Não desprezando as condições históricas próprias de cada época para a produção do pensamento e nem as valiosas contribuições que teóricos como Agostinho e Aquino conferem ao Conhecimento, ressalta-se que já à época do Primeiro Concílio de Nicéia (séc. IV) e, posteriormente a ela, a tradição cristã se incumbia de fornecer justificativas não só para a escravidão, mas também para a ordem social estabelecida na qual a Igreja afirmava-se como autoridade maior. “Ao admitir que o governo é de origem divina, que a legislação do Estado é para o bem do povo e que o governo deve submeter-se à Igreja, Santo Tomás defende uma postura de passividade e obediência da sociedade frente à situação vigente” (MOROZ, RUBANO, 2007, p. 158). A Igreja definiu o pensamento medieval como “uma vida intelectual inteiramente subordinada à vida religiosa, os problemas filosóficos apresentando-se em função do destino do homem tal como o concebe o cristianismo” (BRÉHIER *apud* MOROZ, RUBANO, 2007, p. 144). Resguardadas por essa força política e econômica, as autoridades eclesásticas tomam parte no processo colonizador das terras até então desconhecidas pela Europa, fazendo do cristianismo um elemento decisivo na consolidação das relações de poder em que a presença do racismo é parte estrutural.

Da Matta (2009) apresenta a Igreja e o Catolicismo formalista que chegam junto com a colonização portuguesa como fundamentos que justificam a hierarquia social no Brasil, dando direito à exploração de terras, escravização de índios e negros, numa poderosa junção de interesses religiosos, políticos e comerciais (DA MATTÁ, 2009).

Vigorosa organização hierárquica, associação direta com os poderes dominantes, produção de uma hegemonia epistemológica sobre o Ocidente há mais de dez séculos, grande prosperidade material e disponibilidade de meios políticos para universalizar sua interpretação sobre o sagrado, o profano e para determinar os modos de pensar e agir dos humanos conferem às instituições cristãs papel imprescindível na formação da estrutura social do Brasil a partir do período colonial, com seus efeitos passados e presentes.

O racismo estrutural

A noção de raça pode ser compreendida como um mecanismo classificatório entre seres humanos que busca distingui-los a partir de determinadas características específicas. Para Almeida (2018), a história da raça é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas que começa a se desenvolver em meados do séc. XVI num contexto de profundas mudanças na Europa e surgimento das grandes navegações. No contato iniciado com culturas de outros continentes surge a pergunta do colonizador sobre quem é esse outro homem, o que funda o imaginário do europeu como homem universal, ideal, pressupondo nele a capacidade de determinar a humanidade ou a desumanidade presente em outras culturas e o nível civilizatório em que se encontram. O paradigma do eurocentrismo começa a se estabelecer e irá deixar marcas profundas nas relações com os povos colonizados na era moderna, tendo no racismo um elemento estruturante.

A visão sobre “raças humanas” construída nesse período adquire dimensão científica (biológica) num cenário posterior em que novas e profundas transformações ocorridas na Europa no decorrer das revoluções iluministas do séc. XVIII são aqui sintetizadas. No campo do pensamento: antropocentrismo e universalidade da razão; no campo político e econômico: decadência do absolutismo monárquico, surgimento do Estado Moderno vinculado ao princípio constitucionalista e à Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão na França, advento do capitalismo industrial na Inglaterra.

O autor problematiza o desenvolvimento do conceito de raça à luz das Ciências Biológicas e da Física que buscaram validar cientificamente classificações distintas entre grupos humanos, com base em atributos morais e intelectuais. Tais pressupostos raciais serviram como instrumento do Estado burguês iluminista para legitimar a imposição da universalidade do homem europeu e de seu padrão civilizatório a outros povos e culturas. Ressalta-se que o conceito de raça biológica perde validade científica no séc. XX, mas perdura sua conotação social para justificar e naturalizar desigualdades e discriminações.

Diferente de preconceito racial, que decorre de um juízo atribuído a pessoa ou grupo baseado em estereótipos raciais, a discriminação resulta em

tratamento diferenciado a pessoas identificadas sob a ideia de raça, envolvendo relações de poder capazes de gerar vantagens ou desvantagens, conforme o contexto. Racismo, então, é uma forma sistemática de discriminação, um processo histórico que cria condições de privilégio ou de subalternidade de acordo com os grupos raciais envolvidos, sempre conferindo vantagens para uns e desvantagens para outros. Nessa perspectiva, o autor apresenta três concepções de racismo que, a partir de suas distinções e do entendimento de seus respectivos *modus operandi*, revelam desafios para seu enfrentamento.

A concepção individualista sugere o racismo associado a uma patologia, a uma anormalidade comportamental, problema moral ou psicológico de um indivíduo ou grupo, cujo combate se concentra no âmbito das ações penais e do sistema educacional. Visto apenas pelo plano subjetivo, esta concepção retira o foco do problema sobre as relações de poder na sociedade que faz do racismo seu componente estruturante. Entretanto, amparar a defesa de prática racista individual na existência do racismo estrutural não isenta o indivíduo de sua responsabilidade ética; pelo contrário, estando ciente das condições estruturais que mantém as condutas discriminatórias, se intensifica o compromisso do sujeito em combatê-las

Pela concepção institucional, o racismo resulta do funcionamento das instituições que existem como reguladoras da vida social, absorvendo seus conflitos, normatizando as condutas e estabelecendo padrões desejáveis ao comportamento. Imersas em disputas de poder, estas instâncias são controladas por pessoas e grupos que buscam hegemonia e proteção de seus interesses, naturalizando e reproduzindo seus valores (racistas) para toda a sociedade. Cabe alertar que os princípios racistas que fundamentam o funcionamento das instituições se encontram na ordem social vigente responsável por sua existência e manutenção. O racismo é componente da estrutura social que as instituições buscam resguardar e legitimar (ALMEIDA, 2018).

Um dos caminhos pelo qual historicamente o racismo se estrutura e se reproduz através das instituições e indivíduos se encontra na hegemonia da tradição ética e teológica cristã fundamentalista, que construiu uma imagem de Cristo e de Deus à semelhança da racionalidade branca europeia, privatizando

o imenso campo da espiritualidade dentro de suas definições dogmáticas sobre o sentido da Fé, do Sagrado e da própria Verdade. Essa doutrinação contribuiu politicamente para a construção de uma imagem da pessoa negra, para a depreciação de seus modos de vida e de suas vivências espirituais, buscando relegá-las a manifestações profanas, residuais, diabólicas, imorais (LIMA, 2020).

Encadeamentos políticos e teológicos podem implicar fortalecimento dos mecanismos de opressão, tendo-se exemplos na prática de algumas instituições sustentadas por um cristianismo hegemônico que desvinculam Jesus de Nazaré de sua luta política no século I. Todavia, há outras orientações cristãs no Brasil que não se alinham a essa perspectiva. A Teologia Negra é uma delas e vem oferecendo contribuições à causa antirracista a partir de seu compromisso com a luta pela libertação dos oprimidos.

O princípio da inter-religiosidade e o valor da experiência negra

A Teologia Negra é um movimento teológico surgido entre cristãos negros nos Estados Unidos a partir da década de 1950, pautado por uma interpretação da Bíblia e da presença de Jesus Cristo na História como manifestação de Deus para a libertação dos povos oprimidos. Suas ideias e princípios se encontram sistematizadas principalmente nas obras de James Hal Cone, teólogo negro estadunidense, referência em seu país e fora dele. O caráter político do pensamento teológico negro se alinha aos ideais do Movimento dos Direitos Civis iniciado no mesmo período, conduzido por lideranças como Martin Luther King, Malcom X e por movimentos e organizações tais quais o *Black Power* e o Partido dos Panteras Negras, que buscavam reformas contra a discriminação e a segregação racial na sociedade norte americana.

Com base na obra intitulada “O Deus dos Oprimidos”, de J. Cone, o Sociólogo, Historiador e Teólogo Henrique S. Vieira Lima apresenta ideias centrais dessa concepção, nas quais a luta contra a opressão é eixo orientador. Segundo Lima (2020), o termo Teologia comumente remete ao “estudo de Deus”. Contudo, para o autor, Deus não é passível de ser estudado, escapa à nossa capacidade compreendê-lo e investigá-lo. Assim, toda Teologia é

um discurso humano sobre Deus, construído sob influência das condições históricas de um determinado período, o que torna todo discurso teológico politicamente parcial conforme os interesses de seus elaboradores.

Nesse sentido, a justificativa sobre a legitimidade de um discurso teológico cristão se apoia sobre seu alinhamento com o propósito fundamental das narrativas presentes nas Escrituras, no Evangelho e na vida de Jesus: a luta por libertação dos oprimidos. A Teologia Negra, então, reivindica indissociabilidade entre o espírito do Evangelho e o compromisso contra as formas históricas de opressão consagrado na ética da vida de Jesus, sem pleitear, por isso, um Deus cristão como sentido de sua espiritualidade. A tradição cristã não esgota a revelação do Divino no mundo porque Deus não está preso em um texto e Jesus não é propriedade do cristianismo; ambos estão na vida e a verdade se manifesta na experiência, no acontecimento histórico onde a emancipação humana acontece. A Teologia Negra rejeita, dessa forma, a verdade proposta pelo fundamentalismo cristão que a mantém circunscrita numa narrativa textual e ministrada por instituições herdeiras de uma teologia colonialista, que apresenta Cristo numa dimensão unicamente escatológica, despolitizando-o historicamente. Ainda hoje, essa orientação doutrinária arroga o domínio sobre a definição do que é sagrado e sobre o que é profano, representando perseguição a cultos e religiões de matriz africana, a pais e mães de santo, causando destruição de terreiros. Essas religiões e seus membros são polos de resistência do negro no país, são protagonistas na luta libertária.

A Teologia Negra resgata a africanidade das Escrituras e busca nos contos, nas histórias e narrativas da experiência negra pré-diáspora o reconhecimento das categorias de vivência que vêm do continente africano. Valoriza a inter-religiosidade como princípio, como designação do sagrado compreendido no abraço com a pluralidade, encontrando na diversidade e nas experiências negras religiosas e não religiosas fontes de conhecimento sobre as ações de Deus na Terra.

Questionando a ausência do debate sobre racismo nas igrejas, Lima (2020) problematiza as dificuldades para se reconhecer a dimensão racial dentro do pensamento teológico, ressaltando que não há como falar de Deus, de

Cristo e de libertação no Brasil sem considerar o peso estrutural do racismo. A Teologia Negra, de fundamentação cristã, num país com estimativa de mais de 150 milhões de cristãos⁵ se apresenta como relevante instrumento político de transformação social, de combate à intolerância religiosa e ao racismo. Em seus fundamentos se encontram a luta antirracista, a valorização da africanidade, da inter-religiosidade e das experiências culturais negras como formas de afirmação decoloniais e emancipatórias.

Nessa direção, a tradição dos tambores encontra expressiva significação por simbolizarem nosso vínculo ancestral com os povos do continente africano e com sua descendência do outro lado do Atlântico. Representa também, dentre outras tantas possibilidades: o meio de comunicação entre pessoas e grupos nas tradições étnicas afro; a linguagem de acesso ao sagrado em cultos religiosos; formas de interação entre humanos e Natureza; expressão de cosmovisões; condução do ritmo nas Rodas de Capoeira e no Samba de Roda, ambos reconhecidos Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco; contato subjetivo com a musicalidade interior. Determina as bases rítmicas precursoras de vários gêneros musicais marcantes na cultura regional e nacional, como o Tambor de Crioula e Tambor de Mina no Maranhão, o Maracatu em Pernambuco, o Boi Bumbá no Maranhão e Amazonas, o Samba Reggae, Afoxé e Ijexá na Bahia, o Congado em Minas Gerais, o Carimbó no Pará, o Marabaixo no Amapá, o Jongo no Rio de Janeiro, o tambor Sopapo no Rio Grande do Sul, o Samba na Bahia, no Rio de Janeiro e outros estados, as percussões nas composições da MPB, a batucada improvisada na festa de amigos no quintal, o som que mexe com as batidas do coração.

Tambores, musicalidades e espiritualidades ancestrais

Não se pode definir com precisão a origem dos tambores, mas sabe-se que estes instrumentos acompanham há tempos a trajetória dos seres humanos. Segundo Conceição e Conceição (2010), os instrumentos percussivos estão entre os mais antigos da história humana e, embora ausentes nos desenhos do

5. O Brasil apresenta 81% de sua população autodeclarada cristã (DATAFOLHA, 2020), sendo a segunda maior população cristã e a primeira maior população católica do planeta (CNBB, 2020).

período Paleolítico, estudiosos acreditam que já existiam no Neolítico. O Egito parece ter sido a região originária do tambor e de suas inúmeras variedades, o que pode ser verificado pelo relevo de templos e desenhos de túmulos descobertos por arqueólogos naquele país, que indicam a normalidade de seu uso em festividades sagradas ou profanas. Lazzary (2016) ressalta que no continente africano os tambores estão relacionados com diversos aspectos da vida social que devem ser considerados ao se analisar estes instrumentos, extrapolando a simples compreensão de sua estrutura sonora.

A incorporação dos instrumentos de percussão nas dinâmicas da vida social das civilizações ocorre desde tempos remotos. No caso brasileiro, sua compreensão em nossa cultura também abrange dimensões que não se limitam à tradição específica de cada ritmo com suas sonoridades. Um mergulho em literaturas específicas que discutem a emergência destas manifestações revela uma série de aspectos que comumente se tornam ocultos e desconhecidos dentro das narrativas mais tradicionais da historiografia e da etnologia. Pesquisas envolvendo temas como a etnomusicologia, a diáspora africana, a dança de expressão negra, a análise iconográfica, os cultos do candomblé, a pedagogia decolonial, dentre outros, trazem relevantes contribuições para se amenizar essa invisibilidade.

A presença de tambores no cotidiano do povo negro retratada em gravuras e desenhos iconográficos constitui valiosas fontes para o conhecimento da africanidade. Galante (2015) aborda a presença musical africana na iconografia do século XIX, apresentando a ideia de musicalidade como saberes, fazeres, eventos musicais em que o registro de instrumentos é parte relevante, como representação de um refazer de práticas ancestrais. Este material “se converte em um manancial para reflexões sobre as relações étnicas e sociais, porque reteve imagetivamente vestígios de religiosidades, de produções artísticas e sociabilidades” (SILVA *apud* GALANTE, 2015, p. 41).

No Rio Grande do Sul, uma aquarela do século XIX registra o tambor Sopapo, demonstrando a presença da cultura negra do estado. “Dança de Negros, aquarela de Rudolph Wendroth, mercenário e artista plástico alemão que andou pelo RS no século 19, é o registro visual mais antigo que se tem

da presença do tambor sopapo no estado do Rio Grande do Sul” (SERRARIA, 2013, n.p.).

Em outras manifestações marcadas pelos ritmos dos tambores, os elos com nossa ancestralidade africana se afirmam fortemente desde sua dimensão diaspórica. Souza (2019) apresenta as contribuições que os povos bantos da África trazem para o Maracatu-Nação de Pernambuco, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, em 2014. Partindo de análises sobre características ligadas à ação política, à arte e a cosmovisões presentes na vida destes povos da África que vieram para o Brasil (principalmente das regiões hoje conhecidas como Congo e Angola), a autora identifica elementos do Maracatu-Nação que refletem esta influência banto – e não apenas a identidade Nagô, como exaltada por algumas nações em suas toadas.

O Maracatu-Nação [...] manifestação cultural afro-pernambucana [...] é uma prática que remonta ao período colonial no Brasil, tendo possibilitado a resistência de cosmovisões e certos elementos culturais de africanos e seus descendentes. Tal continuidade histórica foi resultado de agenciamentos diversos, dentre eles a estratégia banto de “dissimulação” (LOPES, 2011), utilizando-se as irmandades negras como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos como espaços de acolhimento, de reelaboração e afirmação identitárias para negros e negras (SOUZA, 2015). (SOUZA, 2019, p. 9)

No Maranhão, o Tambor de Mina e o Tambor de Crioula trazem a ancestralidade africana na ressignificação ocorrida nas manifestações dos negros escravizados do período colonial, ambas apresentando três tambores na condução da dança, mas com diferenças nem sempre identificadas por quem assiste às celebrações. De acordo com Ferreti (2006), o termo Mina se origina do “Forte de Elmina ou São Jorge da Mina, empório português de escravos que funcionou do século XVII ao XIX, na atual República do Gana e por onde vieram muitos escravos para o Brasil, especialmente para o Maranhão.” (p. 96). Nesta

região do Golfo da Guiné existiam etnias denominadas negros mina, derivando daí o nome atribuído no Maranhão à religião que chegou com escravos e que em outras regiões do país é denominada de candomblé, xangô, batuque, umbanda e outras. O Tambor de Mina se difundiu no interior maranhense e na Amazônia, estabelecendo-se em São Luís pela Casa das Minas e pela Casa de Nagô fundadas por escravos no séc. XIX, sendo ainda hoje atuantes na cidade junto com aproximadamente mil terreiros na capital e outros tantos no interior (FERRETI, 2006).

O Tambor de Crioula é definido por Pacheco (2013) como uma manifestação cultural popular de origem afro genuinamente maranhense, representada por canto e dança de pessoas oriundas dos antigos quilombos que se reuniam em uma roda “onde mulheres vestidas com largas e longas saias de chita colorida rodopiam e se encontram no meio da roda no momento da pungua sob o som de tambores e toadas que só os homens entoam” (p. 30). Os tambores são feitos com troncos escavados e peles de animais, sendo os cantos compostos e entoados pelos homens e a coreografia realizada pelas mulheres coreiras marcadas pela pungua⁶.

Em 2007, o Tambor de Crioula foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Segundo o Dossiê Iphan 15, publicado em 2016, não se pode precisar seguramente suas origens, mas

é possível encontrar, dispersas em documentos impressos e na memória dos mais velhos, referências a práticas lúdico-religiosas realizadas ao longo do século XIX por escravos e seus descendentes, como forma de lazer e resistência ao contexto opressivo do regime de trabalho escravocrata. O tambor de crioula teria sido uma dessas práticas e, nesse sentido, é atualizado como uma expressão de júbilo pelo fim da escravidão, além de guardar outros significados. (IPHAN, 2016, p. 14)

6. Momento da dança em que duas coreiras se encontrem no meio da roda para realizar a “umbigada”, ato simbólico de louvor a São Benedito, canonizado pela igreja Católica no século XVII e padroeiro da “brincadeira”, como são chamadas as danças populares do Maranhão. (PACHECO, 2013)

Importante destacar o valor do reconhecimento atribuído a essas duas manifestações consagradas no estado do Maranhão que, até os anos 1970, sofriam perseguições e controle da polícia, além de preconceitos por parte da população.

No universo afro-religioso, o valor simbólico dos instrumentos percussivos não se encerra em suas potencialidades sonoras. No Candomblé de Queto, em Salvador, os atabaques nos terreiros são descritos por vezes no papel de divindades, sendo sacralizados, vestidos, recebendo nomes próprios e tocado apenas por pessoas específicas dentro da comunidade (CARDOSO, 2006).

Para o historiador Luiz A. Simas (2015), os tambores nos rituais apresentam uma gramática própria, protagonizam processos comunicativos entre pessoas e grupos humanos e conversam com estes, modelando condutas e ampliando os horizontes do mundo. Os tocadores são preparados desde crianças para tocarem no ritual aprendendo o toque adequado para cada entidade, havendo, portanto, uma pedagogia do tambor “feita dos silêncios das falas e da resposta dos corpos e fundamentada nas maneiras de ler o mundo sugeridas pelos mitos primordiais. Há toques para expressar conquistas, alegrias, tristezas, cansaço, realeza, harmonia, suavidade e conflitos” (SIMAS, 2015, n.p.). Exemplificando a fusão entre sagrado e profano nas concepções de mundo afro-brasileiras, o autor aborda relações entre terreiros e escolas de samba na cidade do Rio de Janeiro que podem ser consideradas extensões de uma mesma coisa: “instituições associativas de invenção, construção, dinamização e manutenção de identidades comunitárias, redefinidas no Brasil a partir da fragmentação que a diáspora negreira impôs. O tambor é talvez a ponte mais sólida entre o terreiro e a avenida” (SIMAS, 2015, n.p.). Para quem conhece a gramática dos tambores, essa mistura pode ser percebida nos desfiles das escolas. Se por um lado, no passado recente as letras de samba enredo muitas vezes reproduziram as narrativas da história oficial, por outro as baterias contavam diferentes relatos, executando a partir de alguns de seus instrumentos toques consagrados aos orixás.

Santos (2015) compreende a importância do Tambor na dança de expressão negra como um instrumento educativo. “Nele encontra-se estímulo para a

organização do movimento vinculado aos cinco sentidos e à ancestralidade” (p. 48). A autora, coreógrafa, professora e pesquisadora em artes de expressão negra, ao propor em seu trabalho pensar o Tambor como elemento transcendental e instrumento educativo faz uma interessante analogia:

Imaginemos que na língua culta dos povos, em específico a brasileira e africana, o verbo determina a ação ou fenômeno, exprime um estado. No caso do Tambor, ele é o verbo, porém, o corpo é quem constrói a oração, seja ela de qual variante for, se aditiva, conclusiva, adversativa ou de outra constituição. O Tambor tem como protagonista uma energia presente, viva, que tem movimento e propicia movimentação (SANTOS, 2015, p. 53).

Oficina de tambor como uma expressão decolonial

A perspectiva educativa dos tambores a partir do reconhecimento da riqueza de saberes neles representada se anuncia como um processo decolonial que ainda encontra barreiras não só nos aparatos ideológicos ignorantes, racistas, cultural e religiosamente intolerantes. As barreiras também estão postas nos campos epistemológicos.

A ciência e as universidades latinoamericanas ainda herdam o paradigma eurocêntrico que se projetou no pensamento ocidental a partir do fim da idade medieval e que se consolidou na ciência através da Revolução Científica. Se com o surgimento da Era Moderna os conceitos de civilização, de verdade e de conhecimento passam por uma resignificação, o desenvolvimento desta nova racionalidade não incorporou outras racionalidades, conceitos e verdades possíveis distintas do modelo europeu de compreender o mundo. A separação entre ciências da matéria e ciências do espírito e a separação entre Homem e Natureza intensificadas a partir do séc. XVII no imaginário colonizador contribuem para uma compreensão homogeneizante do mundo, que não abrange as concepções que fundamentam, por exemplo, os modos de vida de povos africanos que vieram para o Brasil e de seus descendentes.

Boaventura S. Santos (2002), ao criticar a racionalidade europeia ocidentalizante que contrai o presente e cria meios de produção de não-existência

de várias experiências que não cabem em sua hegemonia, define a lógica derivada da “monocultura do saber” como o mais poderoso modo de produção de não existência, consistindo na transformação da Ciência Moderna e na Alta Cultura como únicos critérios de verdade e de estética possíveis, declarando inexistente tudo o que não se legitima nesta perspectiva.

Da Silva e Serraria (2019) problematizam a tradição das universidades em reproduzir essa lógica, seja no período colonial ou no auge do positivismo, gerando a exclusão de práticas e conhecimentos tradicionais não reconhecidos no espaço europeu. Iniciativas no mundo acadêmico vêm sendo tomadas em busca do rompimento deste caminho. A criação de pedagogias decoloniais envolvem a colonialidade e descolonialidade do ser vinculado ao fazer, não bastando que os debates circulem nas universidades, mas requerendo que os professores desenvolvam práticas que busquem questionar a estrutura epistemológica dominante que ainda se mantém. Não se trata de demonizar os conhecimentos ocidentais, “mas sim promover diálogos entre saberes na intenção de construir uma epistemologia mais próxima às realidades das sociedades latinoamericanas que não produzem apenas objetos de estudo a serem cotejados com teorias eurocêntricas” (DA SILVA, SERRARIA, 2019, p. 284). Os autores descrevem duas práticas pedagógicas decoloniais desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A primeira consistiu na oficina de contação de histórias sobre o “Mito de Mackandal”, escravo haitiano que se torna personagem mítico inspirador da revolução que culminou com a independência do Haiti em 1804. A segunda, denominada “Pedagogia do Sopapo” trata de narrativas do tambor como “produção de conhecimento da cultura negra na América Latina levadas para a comunidade externa à universidade e que possibilitam a construção de metodologias produzidas nos contextos de luta, de marginalização, de resistência e (re)existência” (*Idem*, p. 281).

O tambor Sopapo é um instrumento de percussão presente na cultura negra do estado que, embora tenha inferências de sua possível presença desde o séc. XVIII, esteve quase extinto no séc. XX e passa, no presente, por um processo de reavivamento de sua memória e de sua manifestação, sendo “parte de uma linha direta com ancestrais fundadores daquilo que precisa ser revisto enquanto ‘gauchidade’ [...] trazendo, com isso, o reconhecimento da

contribuição afrodescendente à cultura do Estado” (SERRARIA, 2013, n.p.).

Como nas experiências analisadas por Da Silva e Serraria (2019), a partilha de conhecimentos sobre tambores africanos nos parece um elemento potente para desarticular aspectos tradicionais de colonialidade do saber, denunciar a persistente marginalização de negros e suas práticas no Brasil e, sobretudo, fortalecer e difundir iniciativas de resistência. Assim, inspirada na riqueza de sentidos e valores presentes nas manifestações protagonizadas por tambores e, numa perspectiva decolonial e antirracista, a oficina virtual de construção de instrumento de percussão afro-brasileiro foi concebida e, neste artigo, tentamos demonstrar como ela articula discussões sobre racismo com a afirmação da presença de tambores no longo processo de transformação do estado de opressão imposto à cultura negra ancestral e afrodescendente.

Toque final⁷

Os paradigmas dominantes que determinam relações trabalhistas, sistemas educacionais, interações político-econômicas, relações entre os indivíduos, entre estes com a Natureza e até práticas espirituais promovem a primazia dos produtos sobre os processos. O imediatismo e a mecanização dos hábitos da vida cotidiana, o estrangulamento do presente, a falta de compreensão sobre nossa verdadeira condição existencial e sobre o sentido de viver contribuem para a produção dessa primazia e, em alguma medida, são produzidos por ela.

A iniciativa aqui discutida se orienta no sentido contrário. A busca pela compreensão dos processos que geram as coisas se torna uma prática fundamental diante de um sistema político fundamentado na lógica do alcance do fim (produto/lucro), sejam quais forem os meios (processos) para alcançá-lo. A realização da oficina associada com a produção deste artigo foi concebida como uma pausa, uma suspensão possível dentro dessa lógica da prioridade ao produto e à produtividade que, mesmo em tempos de pandemia,

7. O termo “toque final” homenageia o relevante trabalho desenvolvido e publicado por Da Silva e Serraria (2019). Na publicação, os autores intitulam suas considerações finais como “Toques Finais” (p. 294), sugerindo alusão à valorização do tambor Sopapo, marca da ancestralidade negra no estado gaúcho.

permanece e nos impõe uma pressão, como se fôssemos devedores de um modo de viver que alimenta uma pressa incessante no presente, na busca por um futuro anunciado que ninguém sabe qual será e nem se trará felicidade. Estes dois trabalhos expressam uma saudação a nossos ancestrais africanos, aos afro-brasileiros e às culturas dos povos negros do passado e do presente que, mesmo diante das dores historicamente impostas, nos mostram outras possibilidades de viver, de se relacionar com o tempo, com a Natureza, com a espiritualidade e com o próximo.

O potencial educativo e libertador dos tambores é aqui reconhecido. Conhecer seu processo de construção e tudo o que nele está representado pode e deve causar mudanças.

O nome de Deus pode ser Oxalá, Jeová, Tupã, Jesus, Maomé
Maomé, Jesus, Tupã, Jeová, Oxalá

e tantos mais

sons diferentes sim

para sonhos iguais...

(TRECHO DA MÚSICA “GUERRA SANTA”, DE GILBERTO GIL, 1997)

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2018.

BARBOSA, Paulo. **A escravidão na concepção de Aristóteles e Tomás de Aquino.** Cultura e Civilização, 2011. Disponível em: <<http://civilizacaoambiente.blogspot.com/2011/06/o-escravidao-na-concepcao-de.html>>. Acesso: 19 de set. 2020.

CARDOSO, Ângelo Nonato Natale. **A Linguagem dos Tambores.** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9112/1/Tese%20Angelo%20Cardoso%20parte%201.pdf>>. Acesso: 03 de set. 2020.

COLLUCCI, Cláudia. Com pandemia, SP registra 25% de mortes a mais entre negros e 11,5% entre brancos. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 19 março 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/03/com-pandemia-sp-registra-25-de-mortes-a-mais-entre-negros-e-115-entre-brancos-em-2020.shtml>> Acesso:

13 de abr. 2020.

CONCEIÇÃO, Helenise da Cruz; CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. A construção da identidade afrodescendente Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira. **Revista África e Africanidades** - Ano 2 - n. 8, fev. 2010. Disponível em: <https://africaeaficanidades.net/documentos/Construcao_identidade_afrodescendente.pdf>. Acesso: 22 de set. 2020.

CONE, James H. **O Deus dos oprimidos**. Trad. Josué Xavier. São Paulo: Paulinas, 1985.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Cristãos no mundo: 2,18 bilhões de pessoas dizem confessar a fé cristã segundo Instituto. **CNBB**. 2017. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/cristaos-no-mundo-7-bilhoes-de-pessoa-dizem-professar-a-fe-crista-segundo-instituto-de-pesquisa-pew-research/>>. Acesso em: 18 de set. 2020.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Ed. Rocco. 1987.

_____. **A Fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira** – Roberto da Matta. Portal Geledés. 2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/fabula-das-tres-racas-ou-o-problema-racismo-brasileira-roberto-da-matta/>>. Acesso: 20 de set. 2020.

DA SILVA, Liliam Ramos da; SERRARIA, Richard. As Narrativas do Tambor Como Práticas Decoloniais. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 279-297, julho 2019.

DATAFOLHA. Católicos representam 50% dos brasileiros; 10% diz não ter religião. **Último Segundo**. 2020. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-01-14/datafolha-catolicos-representam-50-dos-brasileiros-10-diz-nao-ter-religiao.html>>. Acesso: 18 de set. 2020.

FERREIRA, Pedro Peixoto. **Música e Mediação**: rumo a uma nova sociologia da música (Antoine Hennion 2003). 8 de maio, 2010. Disponível em: <https://pedropeixotoferreira.wordpress.com/2010/05/08/musica-e-mediacao-rumo-a-uma-nova-sociologia-da-musica-antoine-hennion-2003/> Acesso: 7 de mar. 2021.

FERRETI, Sergio. Mario de Andrade e o Tambor de Crioula no Maranhão. **Revista Pós**

Ciências Sociais. São Luis. v. 3, n. 5, p. 93-112. Jan/Jul 2006. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/805/516>>. Acesso: 01 de set. 2020

GALANTE, Rafael Benvindo Figueiredo. **Da Cupópia da Cuíca:** a diáspora dos tambores centro-africanos de fricção e a formação das musicalidades do Atlântico Negro (Sécs. XIX e XX). São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02062015-175712/publico/2015_RafaelBenvindoFigueiredoGalanteVCorr.pdf>. Acesso: 25 de ago. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos(ãs) em tempos do coronavírus. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020.

GUERRA, Paula; BRANDÃO, Marcílio D.; SARROUY, Alix D. Antoine Hennion: música, mediação e amadores. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, p. 29-49, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243762/34002>>. Acesso: 24 de abr. 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Tambor de Crioula do Maranhão** / Coordenação: Yêda Barbosa. – Brasília, DF: Iphan, 2016. 96 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie15_tambor.pdf>. Acesso em 23/04/2021.

LAZZARI, Joseane Carmem Xavier. **Tambores:** das raízes africanas à musicalidade no Brasil. Juiz de Fora: UFJF. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5720/1/joseanecarmemxavierlazarry.pdf>> . Acesso: 13 de set. 2020.

LIMA, Henrique dos Santos Vieira. **Curso de Introdução à Teologia Negra.** Plataforma Hotmart, 2020. Disponível em <<https://app-vlc.hotmart.com/login>>. Acesso: 25 de set. 2020.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.** São Paulo: Selo Negro, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectivas, 2016.

PACHECO, Conceição de Maria dos Santos. **A Constituição, a Formulação e a**

Circulação do Tambor de Crioula do Maranhão. Palhoça: Universidade do Sul de Santa Catarina. 2013.

MOROZ, Melania; RUBANO, Denise Rosana. Parte II – A Fé como Limite da Razão: Europa Medieval. In: ANDERY, Maria Amália Pie Abid, *et al.* **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 131-160.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por Uma Sociologia das Ausências e Uma Sociologia das Emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** 63. Outubro 2002. p. 237-280.

SANTOS, Edileusa. Um Novo Olhar Sobre O Tambor. **REPERTÓRIO: Teatro & Dança.** Ano 18; n. 24. p. 47-55, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revteatro/article/view/14828/10173>> Acesso: 01 de set. 2020.

SERRARIA, Richard. Bate Forte o Tambor Por Uma Pedagogia do Sopapo. **Blog Richard Serraria.** 2013. Disponível em: <<http://richardserraria.blogspot.com/2013/02/bate-forte-o-tambor-por-uma-pedagogia.html>>. Acesso: 29 de set. 2020.

SIMAS, Luis Antonio. A Gramática dos Tambores, por Luiz Antonio Simas. **GGN: O Portal de Todos os Brasis.** 2015. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/musica/a-gramatica-dos-tambores/>>. Acesso: 26 de set. 2020.

SOUZA, Larissa Lima de. As Contribuições dos Bantos no Maracatu-Nação. **Revista Encontros.** v.17, n. 52. 2019. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/2398/1607>>. Acesso: 08 de set. 2020.

Recebido: 15/10/2020

Aceito: 06/06/2021

Crise da democracia liberal e o estado democrático de direito

Crisis of liberal democracy and the democratic state of law

**Alisson Assunção Silva¹,
Geovani Jacó de Freitas²**

1.Graduado em Ciências Sociais (UECE) e em Direito (Unifor), mestre em Sociologia pela UFC. É Advogado e Professor de instituições privadas da Rede Superior de Ensino no Estado do Ceará. <https://orcid.org/0000-0001-9658-8563> alisson_assuncao@hotmail.com

2.Doutor em Sociologia, professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará; professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UECE) e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Conflitualidade e Violência (COVIO/UECE). <https://orcid.org/0000-0003-3661-9473> gil.jaco@uece.br

Resumo: A preocupação básica deste estudo é refletir sobre a crise da democracia liberal na contemporaneidade, as motivações sociais que conduziram a isso, e, também, a ascensão populista e sua capacidade de prejuízo democrático. Este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento de alguns componentes importantes para a estruturação das democracias liberais e os mecanismos constitucionais e sociológicos para a contenção de governos autoritários. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica considerando as contribuições de autores como MOUNK (2018), CASTELLS (2018), RAWLS (2011) e VIEIRA (2018) entre outros, dialogando com alguns pensadores sobre a democracia, o papel do liberalismo político, do constitucionalismo e das instituições na contenção

do autoritarismo. Concluiu-se que caso os agentes políticos não reafirmem as regras do jogo institucional e a sociedade de um modo geral não defenda os ditames constitucionais, a capacidade de uma constituição e da democracia em fazer valer as garantias de direitos ficam, obviamente, enfraquecidas.

Palavras-chave: Democracia. Liberalismo. Populismo. Povo.

Abstract: The basic concern of this study is to reflect on the crisis of contemporary liberal democracy, the social motivations that led to it, and also the populist rise and its capacity for democratic prejudice. This article aims to analyze the development of some important components for the structuring of liberal democracies and the constitutional and sociological mechanisms for containing authoritarian governments. A bibliographical research was carried out considering the contributions of authors such as MOUNK (2018), CASTELLS (2018), RAWLS (2011) and VIEIRA (2018) among others, dialoguing with some thinkers about democracy, the role of political liberalism, constitutionalism and of institutions in the containment of authoritarianism. It was concluded that if political agents do not reaffirm the rules of the institutional game and society in general does not defend the constitutional dictates, the capacity of a constitution and democracy to enforce the guarantees of rights is obviously weakened.

Keywords: Democracy. Liberalism. Populism. People.

“Não sou o dono da verdade. Agora, eu faço aquilo que o povo assim o desejar”¹ - Jair Bolsonaro

Introdução

O regime constitucional inaugurado na década de 1980 foi o substituto da Constituição de 1967/69, esta, por sua vez, de índole marcadamente autoritária,

1. https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/congresso-cobra-seguranca-de-posse-presidencial-para-atos-bolsonaristas-de-7-de-setembro.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

seguir promulgada para justificar o regime militar durante os anos de 1964 a 1985. Diante disso, a nova Carta Constitucional, crítica a qualquer surto autoritário, pôs o sistema democrático em destaque merecido após anos de ditadura. Essa normatização pró-democracia foi reflexo do sentimento social de então que culminou, por exemplo, no movimento “diretas já”.

Passados 33 anos da promulgação de nossa Constituição Federal, verificamos um significativo esgotamento de nossa democracia representativa, sobretudo nos últimos anos. Pesquisas recentes comprovam que o apreço pelo regime democrático vem diminuindo², as eleições de 2018 simbolizaram, dentre outros fatores, o pouco apreço se não do sistema democrático, pelo menos de tolerância a candidatos que verbalizam pouco ou nenhum compromisso a democracia.

Levitsky e Ziblatt concluem que a atual crise das democracias não ocorre mais pela via do golpe militar tão comum no século xx, o que se verifica contemporaneamente é que as “democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder.” (2018, p.15)

Destaque-se que não estamos passando por fenômeno isolado, diversos autores têm produzido pesquisas a respeito da crise da democracia liberal em diversos países do globo (MOUNK, 2018; CASTELLS, 2018). Portanto, para além de um produto local, devemos entender as motivações internacionais e verificar correlações possíveis.

Para os objetivos deste artigo, pretendemos analisar e destacar algumas razões dessa possível desconstrução democrática e para obtermos este intento é importante nos atermos à definição de democracia, ao conceito de povo, ao liberalismo político de John Rawls, e, por fim, inserir o debate sobre o Estado Democrático de Direito.

Pelos limites que este trabalho se propõe, seguimos a estrutura de entendimento assumindo que existem outras trilhas tão legítimas quanto o foco que

2. Ver em: www1.folha.uol.com.br/amp/mundo/2019/04/pesquisa-mostra-que-83-estao-insatisfeitos-com-democracia-no-brasil.shtm. Acesso em: 26 de janeiro de 2020.

daremos às razões da crise democrática atual. As conclusões do estudo aqui propalado, portanto, não devem ser interpretadas de modo isolado perante outros aspectos que contribuíram com o teor do sentimento democrático que temos hoje em nossa sociedade.

Democracia liberal em crise

O grande desafio das democracias é a possibilidade de convivência com tolerância e respeito pelas diferenças individuais, grupais, étnicas, ideológicas e morais. Esses são preceitos que Levitsky e Ziblath (2018) classificam como tolerância mútua entre políticos e cidadãos, considerando-os um dos pilares³ fundamentais para a manutenção saudável das democracias liberais. Todavia, não é isso o que movimentos políticos que se “afirmam liberais” têm assumido, por exemplo, no Brasil, o senso comum aproxima o liberalismo mais a uma espécie de anarco-capitalismo e menos no sentido de uma preocupação fundamental em possibilitar a convivência de diferenças que proteja e garanta a todos à sua livre manifestação.

Dá-se ênfase no liberalismo econômico e na desregulamentação das atividades trabalhistas, mas, no que concerne às ações políticas de movimentos que se autoproclamam liberais, pouco se fala sobre atitudes mais moderadas ou na defesa incondicional do “império da lei e da ordem”, respeito à divisão dos poderes do Estado, ou resolução de conflitos pela via institucional. Pouco se comenta sobre o primado da lei ou a defesa do Estado Democrático de Direito, desconsiderando, portanto, componentes fundamentais na estruturação do liberalismo político.

Os últimos anos no Brasil, pelo menos desde 2013 até o momento, a polarização política chega a níveis que desafiam às instituições e isso tem o potencial de afetar negativamente a democracia. Evidentemente, isso não é um fenômeno localizado, diversos países, inclusive democracias ocidentais que eram consideradas num passado recente como democracias consolidadas,

3. O outro pilar seria a reserva institucional que significa a moderação nas ações dos políticos. Populistas tendem a extrapolar suas prerrogativas e que mesmo dentro de parâmetros legais podem, porventura, agir contra o espírito da lei.

sofrem com a ascensão de líderes populistas.

Vários estudiosos sobre o tema admitem que possivelmente a crise das democracias liberais é algo que não terá fim, ao menos em médio prazo. Isso se deve por algumas razões que não temos condições de esgotá-las neste trabalho, mas certamente uma das mais relevantes é o papel que as mídias sociais têm exercido.

Entrementes o advento das redes sociais não necessariamente traz um aspecto negativo por si só. Mounk (2019) reconhece que as redes sociais proporcionaram uma miríade de possibilidades, desde a desobediência civil a governadores despóticos até à intensificação de discursos negacionistas e artimação política de movimentos intolerantes. De uma forma mais precisa, o autor estabelece que as mídias sociais “diminuem o abismo tecnológico entre os insiders e os outsiders” (p. 2426).

Obviamente que as tecnologias não retrocedem e possivelmente iremos ter de conviver com esse fenômeno disruptivo por um longo período. Parafraseando Mounk é possível afirmar que “ao diminuir o abismo entre os insiders e outsiders políticos, ela [a tecnologia] ajudou mais os rebeldes do que o *status quo*, e mais as forças da instabilidade do que as forças da ordem.” (2018, p. 2460).

As novas tecnologias têm afetado em várias esferas da vida, seja no mundo do trabalho, nas relações afetivas ou nas disputas políticas. De fato, existe sempre um componente especulativo diante do futuro da democracia liberal, considerando que até recentemente estudiosos consagrados tinham-na como inevitável.

Outro aspecto fundamental é que a questão econômica também tem influenciado a percepção dos indivíduos a respeito da democracia liberal em países de longa tradição democrática, sobretudo o declínio das perspectivas de ascensão econômica nas últimas décadas. A partir da perspectiva estadunidense, e que se repete em outras democracias ocidentais, pelo menos desde os anos 1980 os filhos começam a ganhar renda inferior aos seus pais, e esse percentual vem aumentando nas décadas seguintes:

Até há pouco tempo, essa comparação – que eles chamam de ‘mobilidade de rendimento absoluta’ – era encorajadora. Quando completavam trinta anos, mais de nove em cada dez americanos nascidos em 1940 ganhavam mais do que seus pais no mesmo estágio de suas vidas. Por outro lado, em um estágio de vida equivalente, apenas um em cada dois americanos nascidos em 1980 ganha mais do que seus pais ganharam. (IDEM, P. 2545)

A estagnação econômica, a queda do rendimento dos indivíduos e o aumento da desigualdade social relativizaram o apreço das pessoas ao sistema democrático. Desde o início da Revolução Industrial e das primeiras democracias liberais, os cidadãos conheceram melhorias significativas no seu padrão de vida de uma geração para a seguinte. “No último quarto de século, na melhor das hipóteses, conheceram ganhos modestos.” (MOUNK, P. 2564).

Princípio democrático e o “Povo” como origem do poder

Não existe um conceito padrão do que se entende por democracia ao longo da história. Diante a contextos totalmente distintos, conotações, também distintas, estão postas quando buscamos aprofundar este tema.

Na Grécia antiga admitia-se a democracia “como o governo da maioria, não da totalidade do povo” (MALUF, 2013, p. 312). Diante o fato de que um grupo diminuto de pessoas gozava de direitos civis e políticos, ficando excluídos desse perfil as mulheres, crianças, estrangeiros, escravos. Bonavides (2007) aponta que a “democracia, como direito de participação no ato criador da vontade política, era privilégio de ínfima minoria social de homens livres apoiados sobre esmagadora maioria de homens escravos” (p.288).

Era um modelo aproximado de uma democracia direta, mas exercido por poucos dentro de uma comunidade, a democracia entendida pelos gregos, era, portanto, bem diferente do conceito moderno de democracia.

Séculos de mudanças estruturais nas sociedades e no pensamento político permitiu um verdadeiro panorama de diferentes sentidos a respeito do que se entende por democracia. Contudo, existe um certo consenso de que a revolução francesa e o processo de independência dos Estados Unidos foram os

grandes marcos políticos e sociais que permitiram o amadurecimento da ideia de democracia tal qual entendemos hoje (ROUSSEAU, 1999; ARENDT, 1988.).

Com a influência do pensamento rousseauiano, a revolução francesa traz o ineditismo de que o poder advém do povo, único titular da gênese do poder, afastando assim da perspectiva anterior que supunha a origem divina do poder sendo exercido, por sua vez, pelo monarca. Esta nova perspectiva insere mudanças fundamentais no que entendemos por luta política e a legitimidade dos indivíduos em praticá-la. Ainda que essa legitimidade, devamos destacar, não tenha sido ampla e irrestrita pelo fato de, por exemplo, mulheres, negros e pobres permanecerem alijados da atividade política institucional (LOSURDO, 2006).

Contudo, indubitável avanço se faz quando Rousseau traz a ideia de povo como titular do poder. Isso porque subordina-se o poder do Estado à vontade geral (ROUSSEAU, 1999, p.96). Retira-se a noção personalista do Estado monárquico considerado em última instância a serviço da pessoa do Rei e transpõe sua razão de ser ao público de modo geral:

Todos os serviços que um cidadão pode prestar ao Estado, ele os deve desde que o soberano os peça; este, **porém, de sua parte, não pode onerar os súditos com qualquer pena inútil à comunidade**, nem sequer pode desejá-lo, pois, sob a lei da razão, não menos do que sob a da natureza, nada se faz sem causa. (GRIFOS NOSSOS)

A noção que traz o povo como fundamento do poder do Estado inaugura novo marco para o campo democrático, admitindo, inclusive, novos atores aptos a exercerem a luta pelo poder político. Bonavides (2007) classifica a tradicional noção de povo no seu aspecto político, jurídico e sociológico.

Em seu aspecto político, devemos ressaltar a possibilidade do sufrágio na escolha dos governantes, isto é, a possibilidade de participação dos governados na elaboração da Lei, mesmo que pela via da representação. Transferimos, portanto, a legitimidade divina do governo monárquico para a legitimidade do povo, sendo o sufrágio o ato que instrumentaliza concretamente essa noção.

A noção jurídica de povo remete aos parâmetros que cada ordenamento atribui para considerar o indivíduo como detentor de direitos e deveres. Assim, o direito positivo de cada Estado classifica dentre os indivíduos aqueles que detêm a plenitude da capacidade de direitos. Diferentes nações determinam a cidadania de diferentes modos: “o *jus sanguinis* (determinação da cidadania pelo vínculo pessoal), o *jus soli* (a cidadania se determina pelo vínculo territorial) e o sistema misto (admite ambos os vínculos).” (BONAVIDES, 2007, p.82).

Do ponto de vista sociológico, o povo compreende mais a questão identitária de um agrupamento humano, mais voltado a valores, aspectos culturais e aspirações em comum. Entendendo-se a partir disso como pertencentes a uma mesma nação. Desse modo, é uma consideração que vai além do aspecto jurídico formal, apesar deste último também levar em consideração aspectos culturais na sua classificação, derivando, daqui o conceito de nação, na perspectiva de um pertencimento horizontal de um povo, independentemente das diversas clivagens hierarquizadas, como nos faz refletir Anderson, (2008).

A Revolução francesa foi um marco na ampliação dos sujeitos que poderiam lutar no campo político institucional, conforme assinala Vieira (2018, p. 1061):

[o]s constituintes franceses e norte-americanos tinham clareza de que numa comunidade política tão ampla a democracia participativa, como imaginada por Rousseau, seria algo inviável. França e Estados Unidos eram grandes territórios, com uma população dispersa.

Todavia, é importante ressaltar que em sociedades complexas, a diversidade, a dependência do trabalho, a extensão geográfica, limitações tecnológicas e tantas outras dificuldades limitam o exercício do poder pelo povo. O conceito de povo carece de uma maior discussão, em regra, as narrativas políticas não aprofundam o tema e encaram o termo povo de forma estigmatizada, superficial e pouco elaborada, tornando-o genérico, amplo, sem questionamento a respeito de qual “povo” as constituições, atores políticos e agentes públicos estão se referindo.

Diante desse panorama, Muller (2013) observa a necessidade de complexificação do termo, pois ele tem sido utilizado mais como forma de legitimar ações políticas do que propriamente englobar todos os indivíduos como beneficiários dessas ações políticas. Dentro do espectro político e social, temos uma complexidade de interesses de classes, de grupos políticos, movimentos sociais, grupos identitários, representações classistas, sindicais, patronais, e transformações econômicas que afetam e fazem surgir novos grupos de interesses⁴.

Ações políticas de índole econômica e social, por vezes, manifestam interesses desses grupos que estão no poder e por isso mesmo existem mutações dessas políticas ao sabor das disputas, vitórias ou derrotas de grupos influentes. Diante desse quadro, é um empobrecimento retórico atribuir as ações políticas, ou a razão de ser de uma Constituição, à “vontade do povo”, pois povo nesses casos pode ser a representação de parcela do povo, grupos de interesse de forma bem mais restrita do que o caráter genérico que se induz ao atribuir as políticas ou mesmo a feição de uma constituição de forma ampla.

As constituições, especificamente as mais democráticas e prolixas, pretendem assimilar um maior número de representações populares em seu texto, sob a narrativa de que assim legitima-se mediante a vontade popular. Por óbvio, existe uma pertinência neste aspecto: constituições cesaristas ou outorgadas estão pouco preocupadas com a representação popular no conteúdo de seu texto. Todavia, na contemporaneidade, é recorrente o apelo ao “popular” ou “povo”, inclusive em constituições flagrantemente autoritárias⁵. Muller (2013, p.47) apresenta o seguinte questionamento:

[s]e uma constituição recorre ao poder constituinte “do povo” ou se ela atribui “todo poder [de Estado] ... [ao] povo”, será que ela, então, formula um

4. Por exemplo, o recente fenômeno da “uberização” tem instigado trabalhadores que prestam esse serviço para proteção e regulamentação de alguns direitos trabalhistas. Novas demandas em decorrência de transformações tecnológicas que até a pouco tempo atrás seriam impensáveis, tornam-se demandas em que o direito deve acompanhar e regulamentar.

5. A Constituição de 1967 logo em seu artigo 1º §1º averba: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido.”

enunciado sobre a realidade? Há uma impressão difundida de que as coisas não se passam assim. Nesse caso a constituição fala e cala ao mesmo tempo. Ela fala, mas não sobre o poder do povo; ela se atribui legitimidade. Ao mesmo tempo ela silencia sobre o fato de que essa atribuição não alcança a realidade [...] torna à baila a pergunta sobre quem deve ser aqui, em cada caso, o povo, que se beneficia de tais ocasiões de ação enquanto povo unitário ou segmentado ou mesmo apenas imaginário.

A afirmação verborrágica em uma Constituição que atribui ao povo a origem do poder constituinte por si só não dá garantias de que realmente estamos no pleno exercício da democracia. Contemporaneamente, a democracia está diretamente ligada com a positivação e busca pela efetivação dos direitos fundamentais e direitos humanos (MULLER, 2013).

Sem essa normatização e busca concreta da efetivação de normas ligadas aos direitos humanos pautadas na universalização de suas prerrogativas e atenção às minorias, o termo “povo” se fragiliza conceitualmente, podendo significar qualquer coisa, inclusive, simplesmente, grupos ligados ao detentor do poder. Grupos que ganham benesses em troca de apoio político ao governante. A alusão ao “povo”, neste sentido, serve apenas como discurso legitimador de políticas governamentais e, numa situação mais trágica, ao puro autoritarismo.

Liberalismo Político e o Estado Democrático de Direito

O principal objetivo das democracias liberais é administrar conflitos inerentes à vida social de modo que se possa respeitar identidades individuais e coletivas, garantindo as suas existências ao mesmo tempo em que promove mediação dos conflitos de forma equânime. Em sociedades complexas e estratificadas, como na contemporaneidade, isso definitivamente não é objetivo fácil.

Um dos principais questionamentos de John Rawls (2011) fora justamente considerar que o problema central do liberalismo seria promover uma “sociedade estável e justa de cidadãos livres e iguais que se encontram profundamente divididos por doutrinas religiosas, filosóficas e morais razoáveis, embora incompatíveis entre si.” (p. xix). Qual estrutura ou concepção

política é capaz de dar impulso e gerar consenso ante esse fato inescapável das sociedades?

É essa estrutura que Rawls chama de liberalismo político. O conceito partindo desse pressuposto vai muito além, ou melhor, não tem relação direta com desregulamentação da economia ou luta contra “esquerda”, tais como o debate conduzido no Brasil nos últimos anos. Todavia, admite movimentos neoliberais (na economia), movimentos políticos voltados à liberalização das relações trabalhistas ou redução dos impostos, tanto quanto movimentos voltados à diminuição da desigualdade social ou pautas mais voltadas às “políticas sociais”.

O problema do liberalismo político consiste em elaborar uma concepção de justiça política para um regime democrático constitucional que uma pluralidade de doutrinas razoáveis – que sempre constitui uma característica da cultura de um regime democrático livre – possa subscrever. (RAWLS, p. xix)

O objetivo do pluralismo político não está em eleger dentre as diversas visões de mundo uma ou algumas e dedicar-lhe o caráter de “verdadeiro”. Seja uma crença religiosa, crença política ou filosófica. “O liberalismo político não ataca nem critica nenhuma visão razoável. Como parte dessa característica, não critica, muito menos rejeita, nenhuma teoria específica acerca da verdade de juízos morais”. (p.xxii).

Rawls (2013) cita três processos históricos que influenciaram a moral e a política no sentido de uma sociedade liberalizante, e a primeira delas foi a Reforma protestante. Certamente os primeiros cristãos não católicos eram tão intolerantes quanto a igreja católica da época, não se buscava uma espécie de ecumenismo religioso, mas é certo que a fragmentação religiosa em contraposição à igreja unitária e institucional gerou um pluralismo religioso instigando “pluralismos de outros tipos, que, por volta de finais do século XVIII, tornaram-se uma característica permanente da cultura.” (p. xxiv).

Um segundo aspecto foi o desenvolvimento do Estado moderno e, mesmo que em sua representação monárquica incorporada de poderes absolutos, passa paulatinamente a ceder a pressões e, conseqüentemente, divide o poder, ou seja,

concede direitos, inicialmente às camadas mais privilegiadas como a nobreza e, posteriormente, a ampliação de direito até chegarmos às repúblicas modernas.

Em terceiro, Rawls menciona o desenvolvimento da matemática e da física que quebraram a narrativa absoluta a respeito do monopólio da “verdade” exercido pela igreja. Esses aspectos contribuíram para os pluralismos culturais que foram por sua vez necessários para a estruturação do pluralismo político. Tais transformações, além de um objetivo deliberado a respeito da estruturação do liberalismo político, foram, por sua vez, condicionantes para o amadurecimento social e jurídico correlato.

Ainda em defesa da democracia constitucional, Sarlet *et al.* (2019) relatam que o Estado Democrático de Direito está estritamente ligado à construção de consensos. Fazendo questão de contrastá-lo com o sentido de unanimidade, este último tende a políticas autoritárias e totalmente desvinculadas do poder de convencimento e diálogo típicos de uma democracia plena. A unanimidade tende a silenciar ou invisibilizar minorias dentro do seio social, quando não, tende a um “indesejável imobilismo ou compromissos meramente formais” (*idem*, p. 280).

Importante ressaltarmos que o sentido de unanimidade, também é um jogo retórico de uso político, sendo praticamente impossível de constatar esse fenômeno em sociedades complexas. Atribuir-se à representação da unanimidade social, tal qual o termo “povo”, é passível de servir a finalidades políticas que, no mais das vezes, objetivam legitimar ações de políticos, e em algumas delas, perseguição a grupos minoritários.

A proteção e a promoção de minorias são fundamentais em qualquer democracia e devem ser afirmadas nas democracias constitucionais. Mecanismos de rigidez constitucional que dificultem ou impeçam sua modificação devem ser afirmados, sobretudo, diante dos direitos fundamentais contra maiorias políticas contingenciais. Precedentes históricos tendo seu principal expoente o progressivo esvaziamento da Constituição de Weimar, de 1919, pós regime nazista, é um exemplo claro do perigo que a “unanimidade” pode gerar. Uma democracia não se faz apenas a partir da vontade da maioria, e sim mediante a positivação de direitos mínimos ligados à dignidade humana e à

promoção das minorias.

De fato, ainda que os direitos fundamentais não sejam absolutos, pois devem existir juízos de ponderação em caso de conflitos ou antinomias, eles são considerados imprescritíveis, inalienáveis, irrenunciáveis. A universalidade dessas garantias também é um forte antídoto para evitar regimes autocráticos que representem grupos específicos mesmo que majoritários, sendo um exemplo marcante em resposta à barbárie nazista, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a criação da Organização das Nações Unidas (1945).

Considerações Finais

O conflito é algo inerente a qualquer sociedade complexa diante o fato da diversidade de valores, origens étnicas, crenças religiosas, ideologias políticas e a luta pelo poder contida nos grupos que pretendem exercer cargos de mando no Estado (SIMMEL, 2010; WEBER, 2000).

Diante desse fato, o constitucionalismo moderno tenta mediar essa relação confluindo e institucionalizando essa “energia” social de luta para os espaços institucionais, mediante regras estabelecidas em lei, buscando uma equidade e uma impessoalidade nos procedimentos para evitar ao máximo um personalismo de índole autoritária.

Mecanismos caros ao direito constitucional e estruturados durante séculos a partir de revoluções, guerras, conflitos de toda ordem, tais como a divisão dos poderes, o devido processo legal, regras de direito administrativo, enfim mecanismos de regulação do exercício do poder do Estado, foram fundamentais para o arrefecimento e contenção do ímpeto autoritário tão comum quando se acumula poder, cujo processo também pode ser vislumbrado a partir das análises desenvolvidas por Elias (1993; 2001) sobre o processo civilizador e a constituição do monopólio legítimo da força e da violência como uma das bases estruturantes da formação do Estado Moderno.

Há um evidente perigo de diluição das democracias liberais modernas quando governantes chegam ao poder pouco afeitos aos ditames das regras democráticas e constitucionais. Nesse sentido, maiorias eleitorais contingenciais

têm potencial de serem condutoras importantes para o avanço autoritário diante o embaraço e enfraquecimento das instituições republicanas.

A condição de “unanimidade política” é recurso retórico de maiorias contingenciais pouco afeitas ao respeito e à promoção de minorias, sendo, portanto, um fenômeno deletério das instituições democráticas e geradores de relações de desigualdade e de injustiças sociais.

O direito constitucional construiu barreiras de contenção de autoritarismos e personalismos de toda ordem. O fenômeno da rigidez constitucional, o quórum qualificado para mudança constitucional, as cláusulas pétreas, toda a miríade de princípios gerais do direito, os tratados internacionais de direitos humanos etc., serviram e servem para dificultar o surgimento de líderes autoritários, mas não os evitam em absoluto.

Se demais agentes políticos não reafirmarem as regras do jogo, o funcionamento das instituições democráticas e, principalmente, a sociedade de um modo geral não defender os ditames constitucionais, a capacidade de uma constituição e da democracia em fazerem valer as garantias de direitos ficam, obviamente, enfraquecidas.

Referências

ANDERSON Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo.. Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, H. **Sobre a revolução**. São Paulo: Editora Ática; Brasília: Editora UnB, 1988.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 14 ed. - São Paulo: Malheiros, 2007.

BRASIL. Constituição de (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

ELIAS, N. **O Processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. **A Sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOSURDO, D. **Contra-história do Liberalismo**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006a.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MULLER, Friedrich. **Quem é o povo? A questão fundamental da democracia**. 7 ed. ver. E atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Ed. ampl. – São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2011.

SARLET, Ingo **et al. Curso de Direito Constitucional**. 8 ed. – São Paulo: Saraiva, 2019.

SIMMEL, Georg. **El conflicto: Sociología del antagonismo**. Madrid. España: Ediciones Sequitur, 2010.

VEIRA, Oscar Vilhena. **A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional**. 1ed. – Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

WEBER, Max. **Sociologia**. (org. Gabriel Cohn). São Paulo: Ática, 2000.

Recebido: 26/08/2021

Aceito: 27/08/2021

Entre o fascismo e o antifascismo: repercussões sociopolíticas no universo futebolístico

*Between fascism and antifascism:
sociopolitical repercussions in the soccer universe*

**Francisco Thiago Cavalcante Garcez¹,
Laura Hemilly Campos Martins²**

1. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE. Especialista em Gestão Pública Municipal pela UNILAB. Bacharel em Serviço Social pela UECE. Professor titular e coordenador de pesquisa e extensão do curso de Serviço Social da Faculdade Princesa do Oeste (FPO). <https://orcid.org/0000-0003-2530-9453> thiagogarcez@outlook.com.br

2. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Sociologia, Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais e Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. <https://orcid.org/0000-0002-7609-4678> lauracampos12@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente texto é trazer reflexões acerca do contexto da emergência dos novos movimentos no cenário futebolístico pós-2013. Nesse sentido, a pesquisa foi orientada por uma perspectiva qualitativa, na qual foi realizada pesquisa bibliográfica e pesquisa documental sobre o contexto de emergência das novas torcidas. Além disso, buscamos coletar dados em materiais jornalísticos. O processo de investigação demonstrou que a politização no futebol é reflexo dos antagonismos existentes entre esquerda e direita na sociedade brasileira. É possível inferir, a partir do processo investigativo, que o boom da

politização do futebol trouxe novos acirramentos para as arquibancadas de futebol, abrindo um espaço de disputas entre conservadorismo e progressismo, envolvendo o universo futebolístico.

Palavras-chave: Futebol. Fascismo. Antifascismo.

Abstract: The aim of this article is to reflect on the context of the emergence of new movements in the post-2013 football scenario. In this sense, the research was guided by a qualitative perspective, in which bibliographical research and documental research was carried out on the context of emergence of new fans. In addition, we seek to collect data from journalistic materials. The investigation process showed that politicization in football is a reflection of the antagonisms between left and right in Brazilian society. It is possible to infer, from the investigative process, that the boom in the politicization of football has brought new surges to the football stands, opening a space for disputes between conservatism and progressivism, involving the football universe.

Keywords: Soccer. Fascism. Antifascism.

Nos últimos anos é perceptível uma conturbação sociopolítica no Brasil. O país embarcou (e continua) numa crise que foi motivada por questões ideológicas, disparidades entre projetos societários de diversos protagonistas políticos e pelo fracasso da coalizão partidária do lado que governou até o impeachment da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff.

O acontecimento é visto como um marco fruto de processos complexos que envolvem diversos atores políticos. Foi possível perceber rebatimentos e a emergência de novos movimentos, coletivos e organizações sociais decorrentes desse processo em diversos espaços, dentre eles, no futebol (exemplos: Ceará Gospel e Ceará Antifascista do Ceará Sporting Club e, Movimento Cristão e Resistência Tricolor do Fortaleza Esporte Clube).

Há cerca de 60 torcidas de futebol antifascistas representando clubes brasileiros de todas as regiões [...] Com exceção da Ultras Resistência Coral, torcida do Ferroviário, que foi criada em 2005 e ostenta o título de torcida

antifascista mais antiga do Brasil, todos os outros movimentos foram fundados a partir de 2014, ano em que Bolsonaro foi eleito o deputado mais votado do Rio de Janeiro e já anunciou que seria candidato à Presidência no pleito seguinte (EL PAÍS, 2019).

Embora a primeira torcida autointitulada “politizada” do Brasil tenha sido a Ultras Resistência Coral, criada em 31 de julho de 2005, é na década de 2010 que é perceptível um boom de movimentos politizados nas arquibancadas brasileiras.

Refletir sobre questões emergentes pós-2013 no futebol e o conservadorismo/antifascismo na atual conjuntura brasileira se faz necessário para contribuir com a compreensão de nosso atual contexto. Considerando que o futebol é um influente meio de transmissão de ideologias e perspectivas políticas, o que está posto é um cenário contraditório no qual grupos se enfrentam no campo das ideologias consubstanciando uma lógica de conflito. Tal questão põe em jogo questões políticas que envolvem um certo direcionamento ideológico de indivíduos.

O avançar de agendas conservadoras e pautas neoliberais que golpearam as classes subalternas e minorias sociais é consequência da crise política no país que deflagrou uma crise econômica. Diversos partidos de oposição e outros que sustentavam a governabilidade do presidencialismo de coalizão do Partido dos Trabalhadores (PT) organizaram um impeachment que culminou em uma série de medidas que golpearam as camadas subalternas por meio de planos de austeridade e corte de direitos.

A partir das manifestações de 2013 no país, percebeu-se uma bifurcação política¹ de indivíduos que reclamam estar situados ou mais alinhados entre

1. Bifurcação no sentido de divisão, ao ponto que a grande massa brasileira no decorrer da história era conhecida pela sua passividade. Lima Barreto, escritor do século XX, afirmava que o Brasil não tinha povo, mas sim público. A partir de 2013, foi notável que os indivíduos passaram a dar mais importância à política. O que culminou com tensionamentos entre esquerda e direita que ocorre até atualmente e passaram a gerar certa preocupação na sociedade brasileira, principalmente pelo aumento de discursos de ódio contra minorias.

pelo menos dois espectros ideológicos antagônicos: esquerda e direita. Viu-se o acirramento de uma polarização de sujeitos que se identificam como de direita ou de esquerda, bem como maior manifestação (não necessariamente participação) desses sujeitos no âmbito político.

A manifestação política não é uma novidade na história brasileira, novas são as características, como a imersão política nas redes sociais, nos aplicativos de comunicação, na webmídia, nos sites de compartilhamento de vídeo. Configurando-se como particularidades tecnológicas cumulativas de um determinado período histórico, sendo utilizadas por agentes políticos como instrumento chave para comunicação com seus adeptos.

Deste modo, foi também percebido a emergência de novos movimentos (Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua, Revoltados Online, Mídia Ninja etc.), que reclamam estarem situados entre os polos esquerda-direita do mapa político dos espectros ideológicos. São movimentos que focalizam a maioria de suas atividades na internet contribuindo com a codificação e interpretação de informações para públicos específicos. Esses movimentos foram protagonistas de vários episódios de tensões², conflitos e violência que aconteceram nessa conjuntura, envolvendo indivíduos tanto de esquerda quanto de direita.

Essa configuração política repercutiu em diversos campos sociais, dentre eles o futebol, no qual é sabido que ainda hoje existe um mito que desporto e política não podem se consubstanciar. Trata-se de uma falácia refutada por teóricos da Sociologia do Esporte (GUTERMAN, 2014; GIULIANOTTI, 2010; PIMENTA, 1997; TOLEDO, 1996). O futebol como “espelho da sociedade” (PIMENTA, 1997) reflete questões intrínsecas a civilização. Desse modo, questões políticas e sociais são vislumbradas nas arquibancadas, nos clubes e nos novos movimentos (estes que se consolidam a cada partida).

É possível compreender os processos de formação da sociedade brasileira a partir do futebol, foi o que Mauro Filho (2003) demonstrou isso com a obra “O Negro no Futebol”. O futebol é um microcosmo social (MURAD, 2012).

2. O apogeu desses conflitos se deu a partir das eleições presidenciais de 2018, no qual Jair Bolsonaro, até então deputado federal, agiu como uma liderança legitimadora de um discurso extremamente reacionário, conservador e de ataque às minorias sociais.

É crível afirmar que o futebol é uma amostra da sociedade, ou seja, é possível uma leitura da sociedade através desse esporte.

Destarte, paulatinamente, movimentos de esquerda e direita foram ocupando espaços nas arquibancadas em dias de jogos, destacam-se o Ceará Gospel e Ceará Antifascista do Ceará Sporting Club e, Movimento Cristão e Resistência Tricolor do Fortaleza Esporte Clube. Cabe destacar que, mesmo antes da conjuntura de bipolarização política brasileira, já existia a Ultras Resistência Coral, torcida antifascista do Ferroviário Atlético Clube, fundada em 2005, com o seguinte lema: “Nem guerra entre as torcidas, nem paz entre as classes”. No futebol, como microcosmo social, também temos a emergência de movimentos conservadores e, do mesmo modo, de antifascistas (progressistas), situados nos polos esquerda-direita do mapa político. Estes reclamam uma posição de enfrentamento a posturas consideradas conservadoras reproduzidas no universo futebolístico desde a gênese do futebol brasileiro (homofobia, machismo, racismo).

Estudiosos que se debruçaram sobre a categoria fascismo (KONDER, 1977; BOBBIO, 2001; PAXTON, 2007; TIBURI, 2015; FAUSTO, 2017) nos mostram que esta conduta política permanece latente no interior das civilizações modernas. No Brasil discursos chauvinistas, homofóbicos, racistas, machistas, conservadores, ou seja, ideias identificadas com o fascismo ganharam força nos últimos anos. E, estes discursos se revelam impetuosamente em microcosmos sociais, como o futebol.

As torcidas antifascistas, que se reconhecem enquanto esquerda, partem da compreensão do fascismo latente que deve ser combatido para evitar o seu fortalecimento. No entanto, estas novas torcidas sofrem retaliações por levantarem bandeiras políticas³ nas partidas de futebol.

Entendemos o futebol como um esporte que reproduz práticas cristalizadas da sociedade, mas também um espaço de rupturas. Esse esporte foi e é um palco de manifestações, lutas e de resistências, embora as instituições

3. Exemplos: apoio às lutas das mulheres, do movimento LGBTQI+, às minorias sociais, lutas contra racismo, homofobia etc. Além de um tensionamento contra atitudes reacionárias e autoritárias e qualquer conduta que represente uma ameaça fascista.

detentoras do controle desse esporte refutem tal constatação, corroborando com o conservadorismo as entidades elitistas afirmam que a política não tem território no futebol.

Futebol e política é uma relação desejável quando convém. É sabido que o racismo se tornou crime no Brasil e vem sendo combatido no mundo, tanto que existem campanhas contra o racismo por parte de torcedores, jogadores, clubes e entidades. A luta contra o racismo já foi incorporada mesmo por setores conservadores, sendo aceita e combatida no futebol, mesmo pelas entidades máximas, que pregam a incompatibilidade entre este esporte e política. Por outro lado, homofobia, que é uma perseguição contra outro grupo tido como minoria, que é muito presente no futebol, não é combatida com o mesmo vigor.

A própria construção histórica do futebol brasileiro revela elementos para análise. No início do século xx, nas práticas esportivas relacionadas ao futebol, no país, havia claramente dois espaços, um da elite branca e outro dos pobres e negros. Filho (2003) expõe o caso de um jogador negro de futebol do Fluminense Football Club: Carlos Alberto Fonseca Neto. Conforme o autor, como se tratava de um jogador negro, “preparava-se para ele, por isso mesmo, cuidadosamente, enchendo a cara de ‘pó-de- arroz’, ficando quase cinzento (p.60). Não podia enganar ninguém, chamava até mais atenção [...]”. Nos últimos anos as instituições internacionais, os clubes e as torcidas passaram a combater o racismo no futebol. Mas, mesmo com uma sensibilização neste sentido, é perceptível um racismo estrutural que emerge, sobretudo, na quebra de sublimação dos torcedores.

Tanto o racismo quanto a homofobia são fenômenos componentes da dinâmica futebolística, no entanto a sociedade se suavizou mais com a questão racial do que com a do gênero. O futebol expressa essa relação como instrumento de manifestações políticas.

Mesmo com o mito cultural atrelado ao ditado que futebol não deve se misturar com política, é comum até as entidades máximas apoiarem manifestações políticas que lhes convém (conservadoras) do que outras (contestadoras/progressistas), como a manifestação nacionalista de dois jogadores da Seleção de Futebol Masculino da Suíça, Xhaka e Shaqiri, na comemoração de gols na

Copa do Mundo de 2018, na qual foram punidos com a justificativa que o futebol não é espaço para tais manifestações.

Outro exemplo é a exposição midiática de muitas faixas pelos estádios do Brasil com os dizeres “Lula Livre”, que foram retiradas pela polícia com a mesma justificativa, seja em Recife, Manaus, São Paulo ou Porto Alegre. Seguindo a mesma lógica de manifestação política no fim de 2017, a diretoria do Fortaleza Esporte Clube, antes do jogo contra o Sampaio Correa Futebol Clube, apresentou um grande cartaz a favor da vida, numa empreitada contra o aborto, manifestação claramente política que não teve a mesma repercussão midiática que as tidas como contestadoras. No entanto, gerou um conflito com torcedores ditos de esquerda. Assim, as manifestações conservadoras se revelam aceitas pelo Estado, entidades e por grande parcela de torcedores, enquanto as contestadoras são deslegitimadas com a máxima da “incompatibilidade entre futebol e política”.

Essa contradição denota um antagonismo entre torcedores, dirigentes e entidades. É pertinente compreender que o futebol é sim um espaço para manifestações políticas e que no interior das praças esportivas futebolísticas é nítido um tensionamento social entre indivíduos e grupos. Além disso, que existe uma troca, ou seja, uma repercussão sociopolítica do micro para o macrocosmo social e vice-versa no que diz respeito a este desporto.

O futebol envolve uma série de questões complexas que estão muito além da prática esportiva.

Pimenta (1997, p.39) tece um comentário sobre a importância deste esporte para o Brasil a seguir.

O esporte contribui para desvendar as facetas históricas, sociológicas, psicológicas, antropológicas e políticas de uma sociedade, abrindo-se possibilidades de caminhar, simultaneamente, na descoberta de segredos diversos. Em outras palavras, não é apenas a arte de chutar, driblar, dançar, brincar, deslizar, correr atrás do “balão de couro”. Ele envolve inúmeros interesses de cunhos ideológicos, econômicos, religiosos, entre outros

O futebol, como mostrado anteriormente, é uma categoria que envolve emoção, moral, ética, identidade, conflito, violência. Portanto, trata-se de um universo complexo que pode ser tomado até como uma amostra para pesquisa de uma determinada sociedade.

Pimenta (1997), ao tratar sobre as torcidas organizadas de futebol, chega ao entendimento sobre esse esporte ser uma espécie de “espelho” da sociedade, pois reflete características elementares desta. Por consequência, numa sociedade machista e homofóbica, temos essas características expressas em nível semelhante.

Murad (2012) concorda com o autor supramencionado, ao afirmar que o futebol é um microcosmo social, uma amostra da sociedade (macro). Arquibancadas divididas, pobres (arquibancada) e ricos (premium) em diferentes locais no mesmo estádio. É posto que o futebol reproduz características da sociedade. Nesse sentido, se temos um crescimento de tendências fascistas o futebol poderá mostrar.

Gohn (2017) identifica uma nova conjuntura a despeito dos movimentos sociais no Brasil. Ela demarca três categorias: os movimentos clássicos (sindicatos, movimentos de luta por terra), novos movimentos – emancipatórios (LGBT, MOVIMENTO NEGRO) e os “novíssimos movimentos”, termo usado pela autora para se referir aos movimentos e coletivos que surgiram na Era da Internet, com características que se diferem dos demais. A maior parte destes possui as redes sociais como forma básica de constituição e atuação. Ela descreve 3 (três) desses novos movimentos: Movimento Brasil Livre (MBL), Movimento Passe Livre (MPL) e Vem Pra Rua (VPR), estes foram protagonistas das grandes manifestações que aconteceram a partir de 2013 no Brasil. Para Gohn (idem), estes acontecimentos construíram novos significados às lutas sociais, o que impactou o campo da política e tensionou a correlação das forças político-partidárias.

O seguimento do processo de impeachment contra a Presidenta Dilma Rousseff mostrou nitidamente um frenético avançar das forças conservadoras. As redes sociais passaram a ser utilizadas como espaço de discussão, conflito e tensionamento entre brasileiros. Mas não foi só isso, era um lugar de propaganda, de liberdade de expressão, de ataques a grupos historicamente

excluídos da esfera política nacional, tudo isso de forma “anônima” (sensação de anonimato).

Gohn (2017) percebe o potencial mobilizador da internet, mas faz um alerta sobre a seleção, focalização e decodificação das informações, que são realizados por uma pluralidade de atores e agentes numa disputa pela interpretação e significado dos fatos, portanto grupos de diferentes naturezas e objetivos apropriam-se da opinião pública para formação de consensos o que culmina com consequências políticas.

Konder (1997) considera o fascismo um dos fenômenos mais significativos do século xx. Destaca que nem todo movimento reacionário/autoritário ou repressão é fascista. O fascismo se trata de um movimento mais complexo: Benito Mussolini (ITÁLIA) e Adolf Hitler (ALEMANHA) seriam pioneiros de uma nova concepção política da direita. O fascismo, para Konder (IDEM), é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antiope-rário, e condições são pressupostas para que seja possível seu crescimento num determinado país:

[...] uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele em certo nível de fusão do capital bancário com o industrial, o capital financeiro (KONDER, 1997, p. 21).

A manifestação máxima do fascismo foi possível graças a condições pre-existentes (KONDER, 1977; PAXTON, 2007). Não se tratou, pois, de um fato histórico isolado, mas de um fenômeno moldado no interior de sociedades industrializadas com interconexões com acontecimentos (nacionais e internacionais), ideologias e demarcações de posicionamento político.

Elias (1997), ao interpretar o nazismo, expõe que o fenômeno não foi algo fortuito, mas que foi construído a partir da reprodução de um hábitus inerente ao processo histórico de construção da Alemanha.

Paxton (2007) busca expor os processos pelos quais os fascismos surgiram, cresceram, radicalizaram-se num fascismo extremo (*fascist maximum*). Acerca dos espectros ideológicos (o que não é foco de seu trabalho), afirma que o fascismo mantinha uma ambiguidade em relação a analogia do mapa político de esquerda-direita, tanto que o próprio regime afirmara que o mapa se tornara obsoleto (p.29). Paxton (*idem*) demonstra que o fascismo existe (numa espécie de nível um, permanecendo latente) em todas as sociedades democráticas. No futebol, portanto, não é diferente. Na diversidade dos times, é visto como um microcosmo social que reproduz no interior da dinâmica do jogo antagonismos ideopolíticos.

Com todo o movimento nessa esfera é possível perceber um avanço do conservadorismo no meio futebolístico, assim como um acirramento de antagonismos entre grupos identificados com direita ou esquerda: as torcidas antifascistas entendem o fascismo como uma tendência, não necessariamente manifestada apenas pelo Estado fascista, mas pelos indivíduos, agentes políticos, intelectuais, líderes políticos e pelo povo. As torcidas identificadas como conservadoras entendem o conservadorismo como uma busca para preservar características julgadas como positivas na sociedade, evitando exaustivamente agressões à moral e aos bons costumes que julgam necessários.

Tais características culminam com práticas que buscam golpear e sabotar o outro, mesmo sendo estes de uma mesma torcida. Exemplo: tensões entre uma parte conservadora da Torcida Uniformizada do Fortaleza e outra progressista da Resistência Tricolor, do mesmo time. Comparativamente isso vem ocorrendo em outras esferas da sociedade.

As torcidas antifascistas entendem o fascismo como uma tendência, não necessariamente manifestada apenas por um Estado Fascista, mas pelos indivíduos, agentes políticos, intelectuais, líderes políticos e pelo povo. Desse modo, não taxam indivíduos como fascistas, mas condenam atitudes, como qualquer ataque às minorias ou autoritarismos.

Assim, a coexistência com outras torcidas não é pacífica, mas marcada por conflitos que envolvem visões de mundo. Desse modo, os novos movimentos que emergiram partir de 2013 são reflexo da conjuntura sociopolítica brasileira,

como uma das expressões desse momento de acirramento entre diversos grupos na esfera política brasileira.

É sabido que o Brasil entrou numa empreitada de manifestações políticas envolvendo indivíduos que se reclamam progressistas ou conservadores. O que impactou diversos espaços, tal como o futebolístico que, enquanto um microcosmo social, reproduz no interior da dinâmica do jogo questões sociopolíticas.

O contexto de emergência dos novos movimentos inseridos no futebol reflete os antagonismos perceptíveis no contexto social brasileiro. A preocupação dos diversos agentes envolvidos com as forças democráticas é posta em tela com atitudes autoritárias e reacionárias de pessoas, grupos e movimentos sociais. No entender de Paxton (2007) existe um fascismo latente no interior das sociedades, o que evidencia uma necessidade de enfrentamento no que diz respeito a esta tendência. Logo, determinados indivíduos e grupos enfrentam o discurso autoritário. No futebol este protagonismo pertence às torcidas alinhadas com pautas de esquerda.

Assim, a emergência de torcidas organizadas progressistas e conservadoras possuem motivações distintas, mas ambas foram influenciadas pela nova dinâmica marcada pelo antagonismo direita-esquerda no Brasil. A primeira surge como uma resposta à onda conservadora e a segunda como resposta ao fortalecimento de pautas progressistas no Brasil, como igualdade de gênero, acesso a direitos sociais etc.

Por fim, cabe ressaltar aqui que não era objetivo deste estudo uma análise aprofundada sobre as torcidas antifascistas ou sobre as conservadoras, mas sim analisar o contexto de emergência destas novas torcidas. Com isso, foi possível discutir a conjuntura sociopolítica brasileira pós-2013, seus rebatimentos no futebol, assim como questões concernentes a este contexto que são expostas na atmosfera futebolística.

Referências

ABRAMOVAY, M. **Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, CUFA-DF, PPCAAM, 2010.

ARENDDT, H. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro:

RelumeDumará, 1994. ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AZEVEDO, N. **História do Campeonato Cearense de Futebol**. Fortaleza: Coleção Memória Equatorial, 2002.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 88 p.

DAOLIO, J. **As contradições do futebol brasileiro**. Revista Digital, Educación Física y Deportes, Buenos Aires, v. 3, n.10, maio 1998. Disponível em: www.efdeportes.com. Acesso em: 11 fev. 2011.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretária da Cultura e Desporto, 1998.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1985. p. 421

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, N. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FAUSTO, R. **O Ciclo do totalitarismo**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 343 p.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2013.

GARCEZ, F. T. C. **Violência entre torcidas organizadas de futebol em Fortaleza: para além das praças esportivas**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2013.

GARCEZ, F. T. C.; MARTINS, L. H. C.; GUILHERME, I. M.; *et al.* Fascismo Latente e a Agenda Conservadora No Brasil. **Revista Uniabeu**, v.12, n.30, p.161–174, 2019. Disponível em: <<https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/3565/pdf>>.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socio-culturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Contexto, 2014.

KONDER, L. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

PAXTON, R. O. A anatomia do fascismo. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

PIMENTA, C. A. M. **Torcidas organizadas de futebol**: violência e auto-afirmação. Taubaté: Vogal Editora, 1997.

SILVA, G. J. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v. 6, p. 149-162, nov. 2014. ISSN 1982-7547. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org). Georg Simmel: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983 a. (Col. Grandes Cientistas Sociais, v. 34).

SIMMEL, G. A competição. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org). Georg Simmel: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, v. 34).

SIMMEL, G. Conflito e a estrutura do grupo. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org). Georg Simmel: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, v. 34).

TOLEDO, L. H. **Torcidas Organizadas de Futebol**. Campinas, SP: Autores Associados/Anpocs, 1996.

Recebido:25/08/2021

Aceito:27/08/20121

RESENHA

Da caricatura à caracterização: o bolsonarismo pela etnografia textual de João Cezar de Castro Rocha

From caricature to characterization: the bolsonarismo by the textual ethnography of João Cezar de Castro Rocha

Lara Abreu Cruz¹

1. Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS-UECE). Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS-UECE). Assistente Social (UECE). Pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA-UECE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5716-491X>. profa.laraabreu@gmail.com

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

Contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente (AGAMBEN, 2009, p. 62-63).

Em ensaio publicado em 2009, pela editora catarinense Argos, o filósofo italiano Giorgio Agamben apresenta algumas reflexões sobre o tempo e suas fraturas, na tentativa de compreender o que é o contemporâneo. Para o

autor, a contemporaneidade é como o céu da noite em sua imensa escuridão; alguns, apenas verão o escuro, outros entenderão que por trás dessa escuridão há milhares de galáxias remotas em expansão. Por isso, para Agamben (2009), contemporâneos são raros, pois conseguem ver além daquilo que está posto diante dos seus olhos. Ser contemporâneo é antes de tudo ter coragem para manter os olhos fixos no escuro da época em que se vive e perceber nessa escuridão uma luz que se dirige até nós, ao mesmo tempo que parece se distanciar de nós mesmos (AGAMBEN, 2009).

Nesse sentido, “Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político” é um livro de coragem. Seu autor, João Cezar de Castro Rocha, é um desses contemporâneos, raros, que com os olhos muito atentos às trevas da cena política contemporânea no Brasil, busca mais do que respostas e entendimentos; busca soluções. Assim como para Carlos Drummond de Andrade (2005), o tempo para Rocha (2021) é sua matéria, “o tempo presente, os homens presentes, a vida presente”, logo em “Guerra Cultural e Retórica do ódio”, o autor busca entender o atual fenômeno de ascensão do bolsonarismo, enquanto expressão da extrema-direita no Brasil. Seus objetivos são duplos: arrumar as peças do tabuleiro bolsonarista, de modo a passar da caricatura à caracterização da sua lógica interna; e, propor conceitos que ajudem a esclarecer o verdadeiro desafio que é superar esse fenômeno.

Apresentado ao leitor como um ensaio, “ensaio modesto - muito modesto” (p. 8), “Guerra Cultural e Retórica do Ódio” não tem nada de desprezioso. Rocha (2021) constrói um texto de intervenção, ao afirmar que seu intuito é “convencer o público leitor da grave ameaça representada pelo bolsonarismo à democracia em seu sentido mais primário, isto é, o direito à diferença” (p. 5). No mesmo parágrafo, o autor se diz movido por uma convicção ética profunda “que vê no outro não um adversário, um inimigo a ser hostilizado e, no limite, eliminado, mas um outro eu, com quem posso aprender e, sobretudo, preciso dialogar” (p. 5). Acredita que a partir do momento em que conversamos com a sociedade sobre o bolsonarismo, há a possibilidade de substituímos a retórica do ódio pela ética do diálogo.

O diálogo é, pois, um recurso muito utilizado pelo autor na estruturação textual da sua obra. À medida que percorremos as páginas do livro nos

deparamos com o diálogo tecido pelo autor com suas próprias argumentações; são comentários, advertências, conclusões, algumas vezes parece que somos espectadores de colóquios entre o autor e sua consciência. O mesmo recurso é utilizado para inserir a voz de bolsonaristas no texto. Eles também estão presentes, questionam, duvidam dos argumentos do autor e defendem arduamente o que seu mestre falou.

Outro elemento de destaque na produção textual de Rocha (2021) é o desenvolvimento de uma linguagem acadêmico-literária própria. O autor inova ao encontrar na intertextualidade poética, literária, teatral e musical uma forma de deixar um trabalho com uma temática que envolve tanta animosidade social, um pouco mais leve. Rocha (2021) utiliza-se de todo seu conhecimento acumulado por anos dedicados a estudos sobre literatura brasileira e literatura comparada, dos quais obteve um mestrado, dois doutorados e dois pós-doutorados, para nos mostrar como a literatura e a música traduzem o social¹. Ao longo do livro nos deparamos com uma infinidade de escritores brasileiros, como Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Euclides da Cunha, Machado de Assis e tantos outros; além dos britânicos William Shakespeare e Joseph Conrad; o americano Edgar Allan Poe; os portugueses Fernando Pessoa e du Bocage; o colombiano Gabriel Garcia Marques; o romeno Eugène Ionesco; e o irlandês William Buttler Yeats. Em termos musicais, o gosto de Rocha (2021) parece bastante eclético, pois é possível encontrar no livro referências que transitam de Zeca Pagodinho ao rap do Racionais MC, passando pelo samba de Ary Barroso, o rock de Raul Seixas, a bossa de Jobim

1. João Cezar de Castro Rocha é professor titular de literatura comparada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Possui graduação em História, mestrado e doutorado em Letras pela mesma instituição. Em 2002 concluiu um segundo doutorado, em Literatura Comparada, pela Stanford University. Em 2005-2006 realizou pós-doutorado na Freie Universität, Berlim. Em 2014, realizou novo pós-doutorado na Princeton University. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e Literatura Comparada, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, literatura comparada, cultura brasileira, crítica literária, teoria literária, dependência cultural e estratégias de apropriação cultural (antropofagia e transculturación). Conforme informações extraídas do *lattes* do autor. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2996791931732673>.

e a MPB de Milton, Chico e Ney.

Suas “crônicas de um Brasil pós-político” extrapolam o âmbito do gênero literário que busca unir a literatura ao jornalismo. O autor realiza um trabalho metodológico de grande fôlego com a análise de um amplo material cultural e intelectual produzido pela direita e pela extrema-direita no Brasil, tais como: discursos, postagens em redes sociais, palestras, documentários, vídeos reproduzidos no YouTube, cursos, livros e artigos escritos por bolsonaristas e simpatizantes. Dentre esses materiais, o autor analisa a obra “ORVIL”, produzida durante o período de redemocratização pelo Exército Brasileiro; a trilogia olavista composta por “A nova era e a revolução cultural” (1994), “O jardim das aflições” (1995) e “O imbecil coletivo” (1996); documentários produzidos pela produtora de audiovisuais Brasil Paralelo; dois ensaios memorialísticos de Pedro Sette-Câmara, um depoimento de Martim Vasques da Cunha para a Revista Piauí e o relato de Joel Pinheiro da Fonseca para a Revista Café Colombo; além do RAP de Luiz, o Visitante, a música gospel de Talita Caldas; o heavy metal do grupo REAC e a marchinha de carnaval de Luiz Trevisani e Eder Borges.

Diante do amplo material coletado, o autor delimita um espaço para a produção acadêmica sobre o assunto - as notas - enquanto o corpo do texto fica para seu trabalho de análise desses materiais. Para dar conta dessa análise, Rocha (2021) desenvolveu um método próprio, denominado “etnografia textual”, o qual busca “descrever, de forma a mais acurada que conseguir, a lógica interna da mentalidade bolsonarista” (p. 18). Através da sua “etnografia textual”, Rocha (2021) busca “situar-se” (GEERTZ, 1989) na produção cultural e intelectual bolsonarista, de modo a identificar elementos que lhes são em comum, que linguagem utilizam, de onde ela vem e qual o sentido da sua reprodução. É assim que a afirmativa “passar da caricatura à caracterização” vai se repetindo ao longo dos capítulos, quase como um mantra, a lembrar autor e leitores dos objetivos do livro, ou seja, trazer à tona os elementos que caracterizam o bolsonarismo, afinal, “colocar as ideias em ordem é uma forma de reação” (p. 321).

Publicado em 27 de fevereiro de 2021, primeiramente no formato *e-book* com 441 páginas e, posteriormente, no formato brochura com 464 páginas, pela editora goiana Caminhos, “Guerra Cultural e Retórica do Ódio” está composto

por nove seções, sendo: Apresentação; Introdução; Capítulo 1 – A ascensão da direita e o sistema de crenças Olavo de Carvalho; Capítulo 2 – A Guerra Cultural bolsonaristas; Capítulo 3 – Doutrina de Segurança Nacional / ORVIL; Capítulo 4 – Rumo à Estação Brasília; Conclusão – Dissonância cognitiva e verdade factual; Post-Scriptum 2021 – O que será o amanhã?; e, por fim, um Posfácio de autoria de Claudio Ribeiro².

Uma característica em comum entre os quatro capítulos do livro é que todos possuem um último subcapítulo intitulado por “Coda”, termo utilizado entre musicistas para indicar a seção final de uma composição, servindo de conclusão. Na obra, Rocha (2021) utiliza-se dos subcapítulos “Coda” com a mesma intenção dos musicistas, arrematar o capítulo, mas também introduzir as discussões que se encontram nos capítulos posteriores.

O livro se inicia com o autor apresentando a premissa que orientará toda a sua produção teórica: “Respeitar o resultado das urnas é um dever tão importante quanto é inalienável o direito de disputar eleições e de expressar suas convicções” (p. 5). Com isso, o autor nos mostra que não pretende questionar a vitória de Jair Messias Bolsonaro no pleito de 2018 para a Presidência da República, pois aceita que sua vitória principiou de forma legítima e isso é incontestável, mesmo que não concorde com uma agenda política baseada na usurpação dos direitos trabalhistas, na distorção dos direitos humanos, na negação de uma pandemia e de problemas ambientais e no flerte com posições autoritárias. Aceitar sua vitória é, segundo o autor, uma condição *sine qua non* do processo democrático, mas não significa dizer que não se busque respostas para entender como Bolsonaro conseguiu chegar à Presidência da República com uma agenda de “propósitos em geral inconfessáveis” (p. 5)? Como Bolsonaro superou a caricatura de político reacionário para se tornar o “mito”, o “messias”, um *outsider* diante da imagem tradicional do político brasileiro vestido em corrupção?

Sobre isso, o autor defende uma ideia diferente dos estudos acerca do

2. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Escreve ensaios para o blog “Estado da Arte”, do jornal O estado de São Paulo. Sócio da Editora Caminhos.

tema. Acredita que o bolsonarismo não possibilitou o triunfo eleitoral da direita, mas o contrário, foi a ascensão paulatina da direita que preparou a vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018. Assim, o autor acredita que a compreensão da reorganização da direita na Nova República é chave para o entendimento da ascensão do bolsonarismo e da guerra cultural que este fenômeno promove. Desse modo, Rocha (2021), fazendo uso do seu ofício original de historiador, nos apresenta uma cronologia da reorganização da direita conservadora no país, mostrando a construção de uma rede imbricada de elementos que culminaram para a vitória de um representante da direita conservadora.

Seu minucioso trabalho de resgate histórico de mecanismos ditatoriais, como a Doutrina de Segurança Nacional; as Leis de Segurança Nacional de 1967, 1969 e 1978; o livro “ORVIL” e o desenho de uma cronologia da reorganização da direita no país nos mostra mais uma vez que estamos diante de um autor que se faz contemporâneo à luz da concepção *agambiana*, pois, para o filósofo italiano, ser contemporâneo é também ter a capacidade de dividir e interpolar o tempo, estar “à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos, de ler nele de modo inédito a história, de ‘citá-la’ segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder” (p. 72). Em “Guerra Cultural e Retórica do Ódio”, Rocha (2021) nos mostra como o passado se faz presente e como, através dessa interpolação temporal, podemos pensar o futuro.

Em seu trabalho de construção de uma cronologia da reorganização da direita no Brasil, Rocha (2021) acredita que o ponto originário está em meados dos anos 1980, durante o período de redemocratização, a partir de um movimento subterrâneo iniciado na caserna, através da produção do “ORVIL”, um livro-vingança, escrito durante três anos, entre 1985 e 1988, por agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), para fazer um contraponto à obra “Brasil: Nunca Mais”, a qual comprovava que as Forças Armadas brasileiras fizeram uso da tortura como política de Estado.

O ORVIL apresenta uma narrativa que casa perfeitamente com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a sua concretização em terras brasileiras por

meio da Lei de Segurança Nacional de 1969, ao defender a existência de uma tomada de poder, em 1974, por parte dos comunistas que se infiltraram nas instituições vinculadas à cultura, educação, entretenimento e imprensa. Logo, a tarefa de governar é secundária, pois a necessidade imediata é destruir instituições “aparelhadas” por grupos comunistas. É assim que o ORVIL, utilizando-se da ideia de “inimigo externo” da DSN e sua torção hermenêutica promovida pela ditadura militar como “inimigo interno” define o comunismo como o inimigo a ser combatido e eliminado no Brasil.

O autor consegue decifrar, por meio de uma análise da trajetória militar de Jair Messias Bolsonaro como cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que durante seu período de formação o Estado brasileiro ainda se encontrava sob tutela da Lei de Segurança Nacional de 1969, a qual teve forte impacto na sua formação militar. É assim que Rocha (2021) conclui que “a mentalidade bolsonarista é a tradução insensata para tempos democráticos da DSN em sua expressão mais violenta, a LSN de 1969” (p. 252), a qual, para o autor, “mais do que um Decreto-Lei, é sobretudo um culto à morte” (p. 252).

O autor ainda nos apresenta como a produtora de audiovisuais Brasil Paralelo, criada em 2016, traduz para o universo do audiovisual a narrativa conspiratória contida no ORVIL, aprimorando a visão revisionista da história e contribuindo para que um analfabetismo ideológico e uma idiotia erudita dominem o cenário cultural e intelectual brasileiro. Assim, o autor conclui que o ORVIL, livro de cabeceira da família Bolsonaro, é o documento-chave para entendermos a narrativa de permanente “ameaça comunista” que fortalece o discurso da extrema-direita, alimenta fantasias autoritárias e justifica toda forma de violência.

Com a chegada dos anos 1990, a reorganização da direita se adensa com a presença do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho. Segundo Rocha (2021), essa presença pode ser vista como “positiva”, pois o dito filósofo “contribuiu decisivamente para o fortalecimento da musculatura intelectual da direita” (p. 48), desenvolvendo uma linguagem (a retórica do ódio) e uma visão de mundo (baseada em teorias conspiratórias) que lhes são próprias e dão coesão e resistência atualmente à direita. Rocha (2021) acredita que Olavo sofisticou

o conteúdo conspiratório presente no ORVIL dando-lhe ares filosóficos, porém, para o autor, o dito “filósofo” não produziu nenhuma filosofia, pois sua produção teórica não possui densidade para isso, mas conseguiu produzir um sistema de crenças, do qual, quando internalizado, torna-se imune a contestações.

É inegável o esforço de Rocha (2021) para caracterizar o que ele denomina por “sistema de crenças Olavo de Carvalho”, a fim de que possamos superar a caricatura virulenta e agressiva que Olavo de Carvalho imprime nas redes sociais, pois “se não entendermos o [seu] propósito, como [poderemos] desarmá-lo?” (p. 293). Com isso, ao longo dos quatro capítulos de “Guerra Cultural e Retórica do Ódio”, Rocha (2021) vai apresentando ao leitor os diversos elementos que caracterizam a prosa olavista, tais como: autoritarismo gráfico, expresso pelo uso de letras maiúsculas na composição das palavras escritas; anticomunismo genérico cuja solução é a intervenção militar, a qual, segundo o autor, “é a forma bolsonarista de ‘proteger’ a democracia” (p. 39); falácias argumentativas; e palavra-puxa-palavrão. Além disso, o autor consegue identificar algumas palavras-chave do discurso olavista, a saber: “esquerdismo, globalismo, analfabetismo funcional, Nova Ordem Mundial, maçonaria, desonestidade intelectual, gramscismo, ideologia de gênero, PT e PSDB como duplos miméticos que cooperam para a vitória comunista no Brasil” (p. 40 e 41).

Rocha (2021) também percebe que o núcleo da discussão olavista gira em torno da elaboração de teorias conspiratórias e de um anti-intelectualismo. Olavo defende a existência de um projeto de dominação política, da qual Fritjof Capra e Antonio Gramsci fazem parte de uma rede cujo objetivo é realizar uma metamorfose completa da humanidade. Olavo acredita que Capra e Gramsci dominam hoje o Foro de São Paulo e lança a ideia de militantes-delatores do PT em diversas instituições da administração pública, formando uma pequena KGB. Seu anti-intelectualismo parte da ideia de uma elite intelectual alienada, mas para Rocha (2021) trata-se, na verdade, de um ressentimento que Olavo de Carvalho nutre de uma intelectualidade que nunca o levou a sério, afinal como afirma Maria Rita Kehl: “ao [se] deparar com sua infelicidade (ou, no mínimo, com a mediocridade de sua vida), o ressentido há de tentar culpar alguém”³.

3. KEHL, Maria Rita. O ressentimento chegou ao poder? Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/01/o-ressentimento-chegou-ao-poder-por-maria-rita-kehl/>. Acesso: 30/06/2021.

Assim, é que, segundo Rocha (2021), Olavo “inventa, a fórceps, e se necessário com letras garrafais, um círculo intelectual para chamar de seu” (p. 70).

O autor, então conclui, que a prosa olavista é na verdade baseada em uma técnica de retórica, da qual nomeia por “retórica do ódio”, pois o objetivo de todo e qualquer diálogo é reduzir o outro ao papel de um inimigo a ser eliminado. Rocha (2021) identifica dois procedimentos que caracterizam a retórica do ódio: a desqualificação nulificadora e a hipérbole descaracterizadora. A primeira pretende reduzir o adversário ideológico a um nada, procedendo assim uma completa desumanização daquele que não lhe é espelho. Nesse procedimento, pode-se utilizar da desqualificação do adversário, através de joguetes paródicos com seu nome⁴; da estigmatização do outro na caricatura de um comunista bolorento e, finalmente, na sua eliminação simbólica. O segundo procedimento é a hipérbole descaracterizadora, em que se faz uso de alguns termos generalistas e redundantes, como “completo”, “inteiro”, “em massa”, para imprimir um caráter autoritário ao discurso, não deixando espaço para argumentações, pois quando se fala em “sociedade inteira” não se deixa margem para a existência de um outro.

Segundo Rocha (2021), o resultado da retórica do ódio olavista é um caos cognitivo, composto pela disseminação de um analfabetismo ideológico e de uma idiotia erudita. Segundo o autor, o analfabeto ideológico não é o analfabeto funcional, pois seu problema não é de ordem cognitiva, mas ideológica. O analfabeto ideológico projeta no outro suas próprias convicções sobre o mundo. “Tudo se transforma em pretexto para a reiteração de suas crenças” (p. 188). Já a idiotia erudita é resultado da multiplicação de dados e informações no universo digital e, especialmente, nas redes sociais, sem nenhum tipo de processamento ou reflexão. Trata-se de uma mescla mal assimilada de dados que contribuem para a formulação de narrativas revisionistas da história, a dispersão de teorias conspiratórias e a indiferenciação entre fato e rumor.

O ano de 2002 foi, conforme o autor, responsável por um recrudescimento da direita, devido à vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse ponto, o autor defende que as quatro eleições presidenciais vencidas pelo PT,

4. O autor cita como exemplo o nome do filósofo Mario Sérgio Cortela que nesse joguete paródico se transforma em Mario Sérgio Costela.

abriram a possibilidade para que a juventude entendesse que ser de oposição significava ser da direita, fazendo surgir, assim, a imagem do “conservador revolucionário”. O autor também nos mostra que a emergência da juventude de direita foi acompanhada pelo advento do universo digital, sabendo aproveitar-se desse universo tanto para o seu aprendizado, especialmente com a miríade de vídeos disponibilizados por Olavo de Carvalho na internet, como para engajamento via redes sociais. Segundo o autor, sem o ativismo digital as manifestações de junho de 2013 não teriam ocorrido ou, talvez, sua repercussão teria sido menor.

Por fim, segundo o autor, a vitória de Dilma Rousseff, em 2011, e no ano seguinte a instauração da Comissão da Verdade dão o combustível que faltava para que a direita, finalmente, saísse do armário, como nos termos utilizados por Messenberg (2017) em seu estudo sobre a cosmovisão bolsonarista. É nessa atmosfera que Jair Messias Bolsonaro vai ganhando o apoio do Exército Brasileiro ao se mostrar um forte opositor das atividades realizadas pela Comissão da Verdade. No entanto, para Rocha (2021), somente o apoio do Exército Brasileiro não seria suficiente para eleger Bolsonaro Presidente da República. Foi sua adesão a agenda conservadora, sobretudo evangélica, contrária a uma imaginária “ideologia de gênero” e a um “marxismo cultural” que aparelha as instituições estatais que deu o passo decisivo para sua vitória.

É nesse sentido que Rocha (2021) nos mostra como as Jornadas de Junho de 2013, iniciadas com manifestações preocupadas com questões sociais e aos poucos pulverizadas “numa constelação de protestos, ódios e ressentimentos” (p. 322), fortemente alimentados pelo ativismo judicial promovido pela Operação Lava Jato, encontram no sentimento antissistêmico o centro de uma pólis pós-política, em que se “recusa da mediação institucional na organização da pólis, ao mesmo tempo em que a política se torna a paixão do dia-a-dia” (p. 337).

Rocha (2021) conclui suas análises afirmando que o bolsonarismo existe e está articulado a uma visão de mundo bélica, expressa em uma linguagem própria, a retórica do ódio olavista. Essa visão de mundo bélica é, essencialmente, orviliana, composta por teorias conspiratórias que advogam na eliminação de tudo aquilo que não lhe é espelho. Para o autor, o bolsonarismo, enquanto política

de governo, contribui para a difusão de uma guerra cultural, pois o Estado está mais preocupado em combater aqueles que são ideologicamente contrários as suas crenças e inventar inimigos em série do que em promover uma agenda construtiva de políticas públicas que consigam dar conta das problemáticas inerentes a nossa sociedade. É assim que o autor defende a sua hipótese de que essa mesma guerra cultural que contribuiu para a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República, contribuirá para o fim do seu governo.

Finalmente, o autor acredita que a guerra cultural bolsonarista não tem nada de metafórica, ela é a ponta de lança de um projeto autoritário que legitima uma violência simbólica, mas é o prelúdio de uma violência física. Por isso, volta a defender que no plano individual possamos substituir a retórica do ódio pela ética do diálogo e, assim, ver o outro não como um inimigo, mas um outro “cuja diferença enriquece minha vida, ao ampliar meu horizonte” (p. 380).

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ANDRADE, Carlos Drummond de [et. al.]. **O melhor da poesia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado [online]**. 2017, v. 32, n. 03 [Acessado 30 Junho 2021], pp. 621-648. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>>. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

Recebido: 30/06/2021

Aceito: 17/08/2021